

Ilustração 1- Andressa silva/@dessa_pessega
Arapuí, Ancestrais, 2019. #serieancestrais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Iuli do Carmo Melo

EDUCAR SOBRE O ESTUPRO, EDUCAR SOBRE A DIFERENÇA:

A redefinição do estupro e a reivindicação de não violência na apropriação e construção do conceito cultura do estupro.

Juiz de Fora, MG.
2019

IULI DO CARMO MELO

EDUCAR SOBRE O ESTUPRO, EDUCAR SOBRE A DIFERENÇA:

A redefinição do estupro e a reivindicação de não violência na apropriação e construção do conceito cultura do estupro.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito a obtenção do grau de mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roney Polato de Castro

Juiz de Fora, MG.
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Melo, Iuli do Carmo.

EDUCAR SOBRE O ESTUPRO, EDUCAR SOBRE A DIFERENÇA: : A redefinição do estupro a reivindicação de não violência na apropriação e construção do conceito cultura do estupro. / Iuli do Carmo Melo. -- 2019.

230 f. : il.

Orientador: Roney Polato de Castro

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. Cultura do estupro. 2. Ciberativismo. 3. Feminismos. 4. Interseccionalidade. 5. Práticas pedagógicas . I. Castro, Roney Polato de, orient. II. Título.

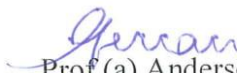
IULI DO CARMO MELO

EDUCAR SOBRE O ESTUPRO, EDUCAR SOBRE A DIFERENÇA:
A (RE)DEFINIÇÃO DO ESTUPRO E A REIVINDICAÇÃO DE NÃO VIOLÊNCIA NA
APROPRIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO CULTURA DO ESTUPRO

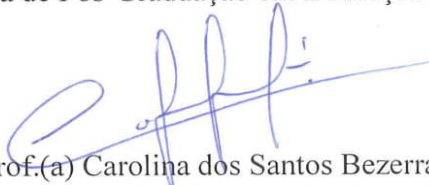
Dissertação aprovada como requisito para obtenção do título de Mestre(a) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:



Prof.(a) Roney Polato de Castro - Orientador(a)
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFJF



Prof.(a) Anderson Ferrari
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFJF



Prof.(a) Carolina dos Santos Bezerra
Colégio de Aplicação João XXIII - UFJF



Prof.(a) Constantina Xavier Filha
Programa de Pós-Graduação em Educação - CPAN/UFMS

Juiz de Fora, 25 de abril de 2019.

Dedico esse texto a minha mãe Anete, às nossas
Ancestrais, ao Povo da Mata, das Águas, às
Cablocas e Pretas Velhas de Oxossi.

Dedico também as Moças, as Pretas, Marias e a
Beatriz.

Agradecimentos: Eu sou porque nós somos!

Agradeço a Deus, pela oportunidade e por permitir a companhia da Espiritualidade Amiga e dos Guias de Luz na proteção, com carinho e cuidado. Salve as ciganas Sarah, Maria Madelena e Esmeralda, as Moças, Maria Quitéria, Dona Sete Saias, Maria Padilha, Mulambo e Dama da Noite. Salve a Malandragem! Salve as Cablocas Iara, Janaína, Jurema e Jandira. Salve os Cablocos Arapuí, Tupi e Tupinambá, S. das Matas, Rompi Mato e Arranca Toco. Salve as Pretas Velhas Vô Cambinda, Vô Maria Conga, Vô Jacinta, Vô Maria Redonda. Salve Pai Joaquim e Pai Joaquim das Almas, Vô Firmino e Vô Cipriano. Salve Cosme e Damião. Salve meus Orixás e Yabás a essa força agradeço pelo amor. E a Exú, agradeço pelo movimento dos encontros. Agradeço por todas casas e terreiros de Candomblé e Umbanda e outros centros de fé, em especial a TULAC- Tenda Umbandista Paz, Amor e Caridade e ao Terreiro de São Jorge e ao Terreiro de Santo Antônio pela assistência.

Dos encontros, agradeço os aprendizados que regeram a escrita desse texto e organizaram a caminhada. Agradeço ter cruzado os caminhos de mulheres de luta no Grupo de Mulheres Negras Dandara de São João del Rei, no Coletivo de Mulheres da UFJF- Marielle Franco e no Fórum de Coletivos Feminista de JF, 8M. Agradeço a Dandara de Palmares, Marielle Franco e a todas mulheres negras que vieram antes de mim e as que caminham ao meu lado. As mulheres que me ajudaram a chegar até aqui foram muitas, de muitas cores e experiências que me fazem acreditar nas possibilidades.

Das mulheres, agradeço em especial, as de minha família, minha mãe Anete, Minha Bisavó Maria das Mercês, por construírem uma base de segurança, confiança e fé. Nessa família agradeço a cumplicidade dos meus irmãos Igor e Ítalo e de minha cunhada Luana. Agradeço a força da família que escolhi e que chamo de amigos. Dos amigos/as, agradeço a Augusto, Kássia (Rainha do Carnaval), Maristela, Ulisses, Ana Licia, Taimara, Angélica, que dividiram comigo a infância e compreendem as ausências e as mudanças, conservando a nossa amizade com leveza e carinho.

Das amigas agradeço aos que chegaram nessa experiência de sair de casa, mudar de cidade. Agradeço a José Rodolfo, pelas trocas, pelo companheirismo e por todo o carinho envolvido. A Vitória, agradeço a amizade e parceria, que se encontra na política que nos envolve de forma feminina e feminista. Agradeço a Renata Dorea e Andressa Silva pelo cuidado e aventuras da culinária vegetariana. Agradeço ao coletivo Descolônia de artistas negros (IAD), por descolonizar e acolher. Agradeço também aos amigos/es Lucas (Fião), Luquinhas, Gogoia, Maré, Matheus, Tuiuiã pela sensibilidade e por acreditarem nesse trabalho. Agradeço a Pâmela Alves, pela companhia na realização desse projeto, por compartilhar as angústias, conquistas e aflições, muito obrigada por tudo.

Dos acolhimentos agradeço o fazer pedagógico dos professores/as que atravessam essa caminhada desde a Educação Básica. Agradeço à confiança de Roney Polato nesta orientação, ao Anderson Ferrari pelas trocas e amizade, a Carolina Bezerra por compartilhar as vivências

de pedagoga e mulher negra. A Constantina Xavier-Filha, pela trajetória e trabalho que abre caminhos. A Carol Silva, pelo incentivo e inspiração. A Fernanda Thomaz e Joana Machado, que embora eu não tenha tido a oportunidade está institucionalmente imersa, na relação de professora- aluna, são mulheres com quem a convivência é um aprendizado cotidiano. Agradeço as professora/res da graduação Jaqueline, Lúcia Helena, Levindo, Cleuzilaine pelas oportunidades durante o curso de Pedagogia na UFSJ. Agradeço a turma de especialização em Relações de Gênero e sexualidades: perspectivas interdisciplinares. É um privilégio cada momento de estudo e troca com cada um/a. Agradeço também os professores que mediam todo o conhecimento que transborda em aula, de experiências tão enriquecedoras! Agradeço também a passagem pelo Grupo GESED/UFJF- Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade. De seus *atravessamentos* tomo as palavras que Neilton, deixa na sua passagem “Atravessamento talvez seja tudo isso que a gente – gente – não consegue ver da suspensão. E quando a gente ta sus- sus-suspenso. Deve ser gente! Gente-GESED¹!”

*Gente,
Pesquisa é isso: tem que dar um passo atrás de vez em quando.
Suspende. Não, não pare. De dois passos a frente agora. Avance.
Supere. Calma. Já olhou para o lado? Faz um zigue-zague. Esquive
disso e daquilo. E pra cima, nunca tentou? Faça – me um favor, Faça-
se o favor de não esquecer disso. Entra no fogo, sai do fogo, apague o
fogo, coloque lenha. Calma. Suspende. Passo atrás.*

Eu disse pesquisa? Vida desculpe.

Agradeço as crianças que passaram por essa trajetória, seja em sala de aula, na ocupação de babá ou na convivência cotidiana. Agradeço em especial ao meu sobrinho Luan, ao Serafim, a Esther, Jonas, Ana Clara, Augusto e ao João Emanuel (*in memoriam*). Por fim, agradeço a todos e todas que atravessaram essa caminhada e que de alguma forma constituem essa pesquisa, e que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da mesma.

Ubuntu!

¹ Neilton Reis Goulart (carta) 06 de dezembro de 2017, Juiz de Fora Temer. GESED. Gênero Sexualidade Educação e Diversidade - GESED/UFJF.

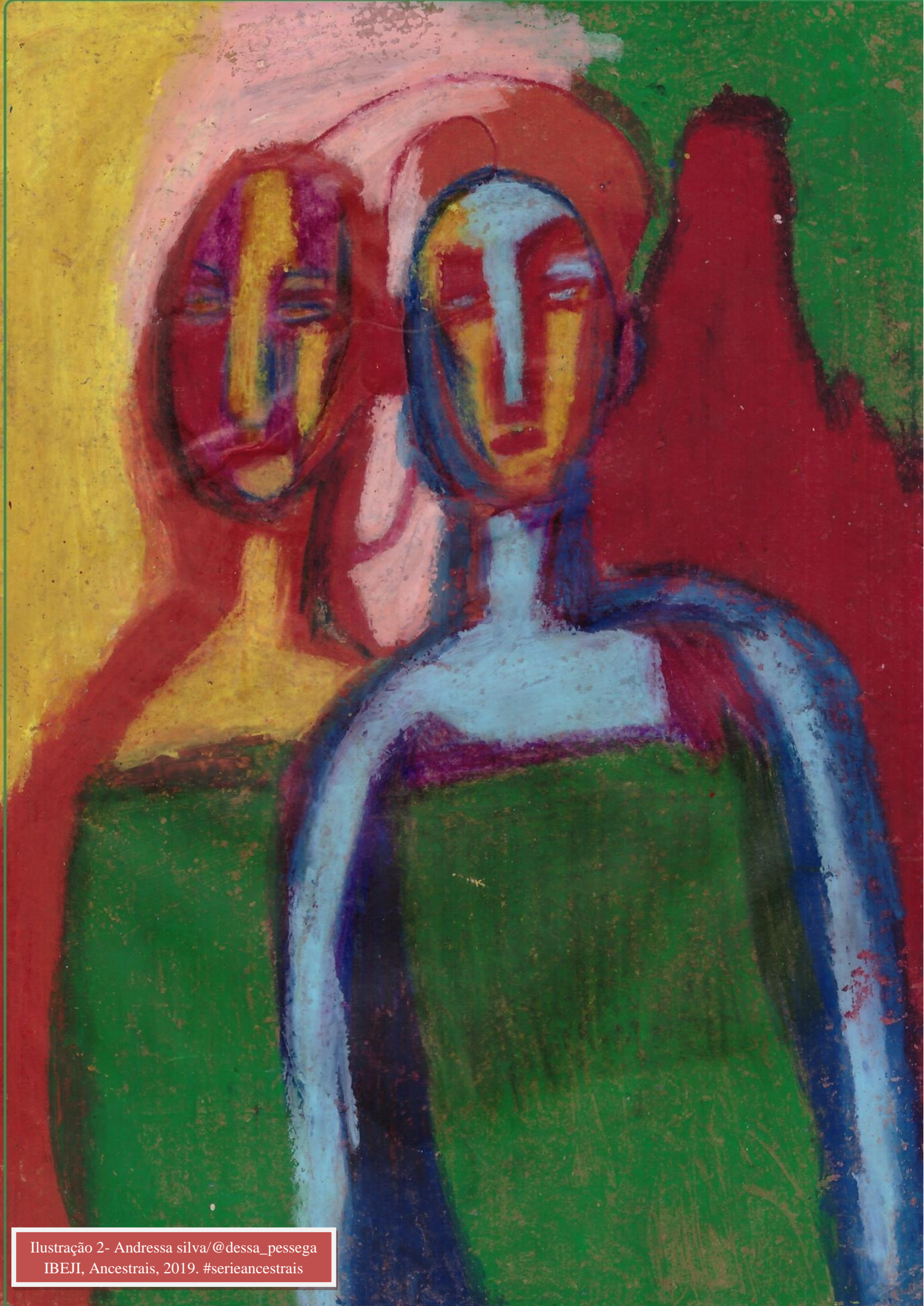


Ilustração 2- Andressa silva/@dessa_pessega
IBEJI, Ancestrais, 2019. #serieancestrais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

O texto da versão final dessa dissertação é ilustrado por Andressa Silva. Atualmente cursando o primeiro ciclo do curso de bacharelado interdisciplinar do Instituto de Artes e designer (IAD/UFJF) é componente e co-fundadora do coletivo Descolônia de Artistas Negros. A artista desenvolve projetos artísticos em diferentes modalidades na qual incluem cerâmica, pintura, grafitti, dança e ilustrações, em diálogo com o regaste da cultura afrobrasileira/periférica.

As ilustrações de Andressa silva, compõem sua leitura do texto, marcada pela potência da ancestralidade negra e indígena situada na experiência de fé da Umbanda. Aqui são 13 ilustrações de trinta e cinco² que compõem a série *Ancestrais*, contextualizadas ao longo das cinco secções. A produção se deu em conjunto/parceria com a escrita desse texto. Em um contexto no qual dividíamos a mesma casa e as diferentes e convergentes experiências de mulher negra, periférica e universitária.

Ancestrais:

ILUSTRAÇÃO 1- Arapuí – Capa

Cabloco, Guerreiro consciente.

ILUSTRAÇÃO 2- Ibeji - Agradecimentos

"Eu sou por que nós somos!" Um olha a frente e o outro olha ao redor.

ILUSTRAÇÃO 3-4-5- Vô Maria Conga, Vô Chica, Vó Maria Redonda - Notas sobre o silêncio

Ancestrais que nos permitiram aqui estar, que lutaram pelo nosso local de fala, que vivenciaram os silêncios como linguagem. Que admiram as que lutam contra as desigualdades sociais, que põem a mão e guiam para que possamos ter força pra romper com silenciamentos. Fazem referência ao silêncio como forma de linguagem citado na seção como forma de resistência dos povos colonizados. Ancestrais que possibilitaram a geração privilegiada de mulheres negras que hoje podem falar, na qual nos situamos.

O poder de silenciar o outro, ou saberes do outro. Esse outro o negro, esse outro do outro, a mulher negra. Privilegiada por compor parte de uma geração de mulheres negras que hoje pode falar em rimas de sangue e fome, reconheço o silêncio como linguagem. Na qual, respeito, sobretudo, o silêncio que é preciso uma paciência para ouvir. O silêncio da

² Disponíveis em < <https://www.instagram.com/explore/tags/serieancestrais/>> (@dessa_pessega #serieancestrais)

linguagem utilizado pelos povos colonizados como forma de resistência nas lutas contra os processos históricos de subalternização. (p.21)

ILUSTRAÇÃO 6- Anete. Tem cor, tem corte e história do meu lugar.

"Sou provocada pelas minhas próprias referências teóricas que dizem: -Se exponha, seja honesta com quem faz a leitura." (p. 32).

Nessa Seção, me deparei com a história da Iuli com a própria mãe, e um acontecimento dentro de sala de aula. História que atravessa várias, me atravessou em um nó. Senti a responsabilidade em falar sobre os temas que nos atravessam, sobre a importância da escrita em primeira pessoa de uma nova geração produzindo novos conhecimentos. Iuli abre as portas através do simples e significativo relato de sua própria história. Obrigada por abrir essas portas.

Nesse desenho, me veio a mente uma mulher negra, serena, trazendo a luz meio a escuridão, trazendo uma possibilidade nova, abrindo uma porta. Peguei a mim mesma surpresa quando na folha saiu Anete, mãe da Iuli. Pra fazer os desenhos, tive que ouvir atentamente o que atravessa a Iuli, parte importante desse processo foi ver repetidas vezes o álbum de formatura da graduação. Lendo a história, conscientemente ou não, a imagem da Anete serenamente trazendo a luz a uma possibilidade, possibilidade essa que é um trajeto de muitas mães negras.

ILUSTRAÇÃO 7- JUREMA - Cor e corte.

Quando Iuli conta sobre a sua função no coletivo Marielle Franco, de acolhimento, imediatamente me vem à imagem de Jurema com os braços abertos prestes a acolher. Jurema se enxerga em mulheres que guerreiam pelo nosso lugar, que sabem que somos sagradas, que nossa junção é significativa.

ILUSTRAÇÃO 8- LIA – A apropriação do conceito cultura do estupro como reivindicação de não violência.

Lia é mulher trabalhadora, representa as denúncias de invisibilização de mulheres lésbicas e negras, presente na trajetória do movimento feminista. “Para que na reivindicação de não violência na apropriação e construção do conceito de cultura do estupro, seja menos fácil aceitar a violência como um fato social normal.” (p.78). Lia é também é a força do afeto.

ILUSTRAÇÃO 9- KAIPORA - De mal comportadas a feminazis: O movimento feminista nas universidades, nas redes e nas ruas.

Escolhi usar a representação da Kaipora, que na mitologia é defensora da floresta que engana caçadores mal intencionados. Kaipora gigante na sua representação, vem pra nos mostrar a força da energia feminina, da junção de vertentes, da luta contra as intenções. A partir da Kaipora, percebo a proteção.

ILUSTRAÇÃO 10- A mulher negra afrofuturista - Um estupro de 60mil: condições da reivindicação de não-violencia.

Nesse capítulo, percebemos a importância das redes sociais com uma ferramenta disseminadora de ideais, conteúdos e cria redes. O que me chamou atenção nessa perspectiva é a possibilidade que ela trás de nos reunirmos para o bem. "A rede social como campo de pesquisa". Escolhi retratar uma mulher negra buscando suas redes. Mas também passar um ideal de afro futurismo, onde a possibilidade futura é positiva, onde as mobilizações sociais surtiram em um espaço virtual saudável.

ILUSTRAÇÃO 11- Baiana de Xangô - Os Movimentos de apropriação do conceito de cultura do estupro.

Baiana de Xangô, aparece pra desmistificar um estereotipo, sorrindo, calma. Vem nos ensinar sobre esse turbilhão que foram os estereótipos reforçados a cerca do que define uma mulher negra. Vem pra nos mostrar que essa ideia é irreal e construído. Sorri por que sabe que vamos entender.

ILUSTRAÇÃO 12- Iansã sorrindo em guerra – A cultura do estupro no debate publico: Ensinem os meninos a não estuprem ao invés de ensinar as meninas as se protegerem

“É possível dizer que, se há um cenário de violência sexual alarmante, existe a luta dos movimentos feministas, na condição de mulheres a quem o discurso violento é endereçado”(p.)

Nesse capítulo aparece Iansã sorrindo, ela se alegra pela luta conta a não-violência e pelo capítulo que trará frutos sobre uma movimentação significativa contra a violência. Se alegra por que põe a mão na guerra de palavras, tem orgulho dos bons frutos que virão.

ILUSTRAÇÃO 13- Ogum de Ronda – não há quem ponha ponto final nessa historia.

Nesse capítulo, Iuli cita uma demanda temporal, sobre a necessidade de falar sobre a cultura do estupro, sobre faltar tempo e espaço para dizer exatamente tudo que essa pesquisa precisa. Veio o Orixá Ogum, vencedor de demandas, que nunca perdeu uma guerra, que nos trás a possibilidade de reflexão sobre nossa sombra e nossa luz. Acredito que é uma boa finalização. Já que a dissertação foi terminada já no ano do mesmo, que diz respeito à colheita de tudo que foi batalhado para ser conquistado ao longo da pesquisa. Ogum vem com a certeza de uma boa colheita, de um jardim que a muito foi cuidado, e muito bem cultivado. Se alegra pelo bom uso da tecnologia e se mostra presente para que os pontos finais não sejam definitivos.

Ogunhê!

Andressa Silva

Juiz de Fora, 25 Abril de 2019.

Da calma e do silêncio

Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.
Quando meu olhar
se perder no nada,
por favor,
não me despertem,
quero reter,
no adentro da íris,
a menor sombra,
do ínfimo movimento.
Quando meus pés
abrandarem na marcha,
por favor,
não me forcem.
Caminhar para quê?
Deixem-me quedar,
deixem-me quieta,
na aparente inércia.
Nem todo viandante
anda estradas,
há mundos submersos,
que só o silêncio
da poesia penetra.

(Conceição Evaristo, 2008)

- Não imaginem que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo se o que se combate é abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga nas formas da representação) que possui uma força revolucionária.
- Não utilizem o pensamento para dar a uma prática política um valor de Verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele não passasse de pura especulação. Utilizem a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política.
- Não exijam da política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é produto do poder. O que é preciso é “desindividualizar” pela multiplicação e o deslocamento, o agenciamento de combinações diferentes. O grupo não deve ser o liame orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de “desindividualização”.
- Não se apaixonem pelo poder (O ANTI-ÉDIPO: UMA INTRODUÇÃO À VIDA NÃO FASCISTA, FOUCAULT, 1972)

RESUMO: O conceito cultura do estupro é atribuído às feministas americanas das décadas de 1960 e 1970, no contexto do movimento antiviolação nos Estados Unidos, para a análise da naturalização da violência sexual contra as mulheres, na (re)produção de mitos e estereótipos, que tendem a atribuir a culpa vítima (processo chamado de culpabilização) e a proteger os agressores. Compartilho do argumento de que o termo entra em evidência no Brasil, por meio de mobilizações do ciberativismo feminista, também conhecido como feminismo 2.0, após a repercussão de um caso de estupro coletivo envolvendo uma adolescente de 16 anos que foi estuprada por 33 homens na comunidade do Barão, Zona Oeste do Rio de Janeiro, e trato a mobilização como uma reivindicação de não violência. Nesse sentido, o texto, dessa dissertação se desdobra, na repercussão do estupro coletivo, através de uma de uma imersão netnográfica, onde foi possível observar discussões em grupos feministas, além do acompanhamento de páginas na rede social *Facebook*. Das páginas trago os movimentos de apropriação e construção do conceito de cultura do estupro; dos grupos observados, foram selecionados seis, que reúnem mulheres filiadas a diferentes perspectivas feministas. Nesses grupos foi disponibilizado o formulário “O feminismo 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro”. As análises se aproximam da perspectiva teórica pós-estruturalista, buscando explorar modos alternativos de pensar, falar e remodelar as metodologias de pesquisa para que elas não constituam ferramentas de reprodução social, mas que contribuam para problematizar e romper com discursos hegemônicos sustentam a hierarquização das diferenças. Aciono o conceito de interseccionalidade para pensar de forma articulada as diferentes experiências de mulheres, por vezes tornada invisível no ritual da heterossexualidade compulsória e no racismo que envolve a cultura do estupro. Resultam em considerações desta pesquisa as contribuições da produção de discursos dos movimentos feministas, que questionam as ‘normas’ que produzem a naturalização das violências sexuais contra as mulheres, indicando possibilidades e perspectivas de desconstrução da cultura do estupro. Ressalto a urgência de se considerar a análise da cultura do estupro a partir de um olhar interseccional, rompendo com a universalização da categoria gênero e atentando-se para as diferenças nas experiências de mulher. Nesse sentido, cabe também, a defesa pela ampliação e incentivo ao debate de gênero nas escolas, pauta intrínseca ao debate de enfrentamento a cultura do estupro, que vem passando por distorções e ataques institucionalizados, engajados no que é chamado de combate à “ideologia de gênero”.

Palavras-chave: Cultura do estupro. Ciberativismo. Feminismos. Interseccionalidades. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT: The concept of rape culture is attributed to the American feminists of the 1960s and 1970s in the context of the anti-rape movement in the United States for the analysis of the naturalization of sexual violence against women in (re) production myths and stereotypes that tend to blame the victim and protect the perpetrators. The research shares the argument that the term comes into evidence in Brazil through mobilizations of feminist cyber-feminism, also known as feminism 2.0, after the repercussion of a case of collective rape, involving a 16-year-old girl and 33 men in the Barão, West Zone of Rio de Janeiro, and treating the mobilization as a claim of non-violence. In this sense, the text of this dissertation unfolds in the repercussion of collective rape. Through a netnographic immersion, it was possible to observe discussions in feminist groups and follow pages on the social network Facebook. From the pages, movements of appropriation and construction of the rape culture concept were mapped, contextualizing the conditions of the claim. Of the groups observed, six were selected, bringing together women affiliated to different feminist perspectives. In these groups the form "Feminism 2.0 and the circulation of the concept of culture of rape" was made available. The analyzes approach the poststructuralist theoretical perspective, seeking to explore alternative ways of thinking, speaking and remodeling the research methodologies so that they do not constitute tools of social reproduction, but that contribute to problematize and to break with hegemonic discourses underpin the hierarchy of differences. The concept of intersectionality is activated to think in an articulated way the different experiences of women, sometimes invisible, in the ritual of compulsory heterosexuality and racism, which involves the culture of rape. The contributions of the discourse of the feminist movements that question the norms producing the naturalization of sexual violence against women, suggest possibilities and perspectives of deconstruction of the rape culture. The study emphasizes the urgency of considering the analysis of rape culture, starting from an intersectional look, at breaking with the universalization of the gender category, in the attention to differences in the experiences of women. In this sense, it is also worth defending the expansion and encouragement of the gender debate in schools, which is intrinsic to the debate of confronting the culture of rape, which has undergone institutionalized distortions and attacks, engaged in what is called the fight of gender ideology.

Palavras-chave: Rape culture. Cyberactivism. Feminisms. Intersectionalities. Pedagogical practices.

Sumário

SEÇÃO 1- TEM COR, TEM CORTE E A HISTÓRIA DO MEU LUGAR.....	31
1.1- É luli com i	39
1.2 - <i>Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.</i>	41
1.2-1- <i>A História do meu lugar</i>	45
1.3 - Da Babá à Pedagoga	48
1.4 - Cor e corte.....	56
2- A perspectiva teórica metodológica pós-estruturalista	62
2.1- Entre outros conceitos: Poder e violência.	68
3- A Netnografia Como Proposta Metodológica: Na onda do ciberativismo	82
3.1- A Rede Social como campo de pesquisa	90
2.1 - <i>Admirável chip novo</i> : o movimento feminista e a (re)definição da concepção de estupro.....	98
2.2- O Feminismo no Brasil: Mal comportadas	103
2.3- Denúncias de Invisibilização: O legado da escravidão e os estupros corretivos	106
2.4- As várias tendências de bases comuns	117
2.4.1 - Feminismo Radical	118
2.4.2 - Feminismo Classista/Socialista	121
2.4.3 - Feminismo Liberal	122
2.4.4 - Transfeminismo	126
2.4.5 - Feminismo Negro/ Feminismo Interseccional	128
2.4.6 - Feminismo Cristão	130
2.4.7- Anarcofeminismo	131
2.4.8 - Nas fronteiras do feminismo	134
SEÇÃO 3: UM ESTUPRO DE 60 MIL: CONDIÇÕES DA REIVINDICAÇÃO DE NÃO VIOLENCIA.	136
3.1- Eles disseram/ela disse.....	138
3.2- A mobilização da reivindicação em rede	143
3.3- Os movimentos de apropriação do conceito de cultura do estupro.....	146
SEÇÃO 4- A CULTURA DO ESTUPRO NO DEBATE PÚBLICO: “ENSINEM OS MENINOS A NÃO ESTUPRAREM AO INVÉS DE ENSINAR AS MENINAS A SE PROTEGEREM”	165

4.1 - Cultura, estupro e cultura do estupro	166
4.2 - O combate a "ideologia de gênero" e suas contribuições para a cultura do estupro	178
SEÇÃO 5- NÃO HÁ QUEM PONHA UM PONTO FINAL NA HISTÓRIA!.....	189
5.1- Para não encerrar o assunto	194
Anexo I – Formulário “O Feminismo 2.0 e a circulação do conceito cultura do Estupro	212



Ilustração 3- Andressa silva/@dessa_pessega
Vô Maria Conga Ancestrais, 2019. #serieancestrais

PARA COMEÇAR: NOTAS SOBRE OS SILÊNCIOS

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.
(Conceição Evaristo, 2008)

Daqueles mundos submersos onde só o silêncio da poesia pode chegar vozes- mulher de Conceição Evaristo, encontra os meus silêncios. E com palavras os compõem. Os silêncios partem de limites que vejo na linguagem em um espaço onde as memórias, imagens, questionamentos e indignações flutuam. Os processos de conhecer, pesquisar e escrever esta dissertação se dão na aproximação com a perspectiva teórico-metodológica pós-estruturalista, e nisso está imbricado os processos de estar atenta à linguagem e de fazer escolhas. “Contudo, estar atenta à linguagem não significa pretender controlar seus possíveis efeitos ou pretender fixar-lhe o significado. Se pensarmos na ótica pós-estruturalista, estaremos convencidas de que isso é impossível.” (LOURO, 2007, p. 237). Impossível, porque o texto desliza, escapa, pode ser lido, relido e interpretado de forma diferente, várias vezes em

situações e contextos que não posso sequer imaginar e controlar. “Ao invés de lutar contra a fluidez da linguagem, melhor seria explorar o jogo lúdico das palavras, tentar construir com finura as questões e os argumentos, dedicar-se a tecer a trama do texto com cuidado e com prazer.” (LOURO, 2007, p. 237). Com cuidado, vou prestando atenção nos silêncios e eles vão se diferenciando, alguns silêncios são confortáveis, outros vão incomodando até o grito. Uma necessidade de falar, uma vontade de saber. Alguns desses silêncios são meus, existem também aqueles silêncios que compartilhamos. Os gritos também são nossos.

Prestando a atenção nos silêncios há o risco de se perder neles ou de se deixar flutuar nas memórias, imagens, questionamentos, indignações. O grito é, ou se faz, como luz e atravessa, transformando, criando; e, com prazer, vou reconhecendo as palavras. Palavras que compõem os silêncios. “O silencio é ruidoso, ao mesmo tempo em que interdita a fala do outro, expressa conceitos, representações, modos de ser, de pensar e estar no mundo” (XAVIER FILHA, 2011, p.5).

Busco a inspiração em Michel Foucault, para compreender a complexa grelha que envolve a produção de discursos. Os silêncios vão então se engendrando nos procedimentos de exclusão, interdito na “consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, enfim, não pode falar qualquer coisa.” (FOUCAULT, 1996, p. 9). *E a voz de minha avó ecoa obediência aos brancos donos de tudo.*

Assim, Michel Foucault (1996) supõe que em toda sociedade, a produção dos discursos é simultaneamente controlada, organizada em certos números de procedimentos de exclusão, sendo o interdito, a proibição da fala, o mais familiar. *A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos, pelo caminho empoeirado rumo à favela.* Redistribuídos “por certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade.” (FOUCAULT, 1996, p. 9).

O discurso é na sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação face a essa existência transitória destinada sem dúvida a apagar-se, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação por sentir nessa atividade, quotidiana e banal porém, poderes e perigos que sequer adivinhamos; inquietação por suspeitarmos das lutas, das vitórias, das feridas, das dominações, das servidões que atravessam tantas palavras em cujo uso há muito se reduziram as suas asperidades. Mas o que há assim de tão perigoso por as pessoas falarem, qual o perigo dos discursos se multiplicarem indefinidamente? Onde é que está o perigo? (FOUCAULT, 1996, p.8).

Tabu do objeto, nessa pesquisa, se dá em falar sobre a naturalização das violências sexuais, ritual das circunstâncias do meio acadêmico, que “faz com que os começos sejam solenes, porque os acolhe num rodeio de atenção e silêncio, e lhes impõe, para que se vejam à distância, formas ritualizadas”. (FOUCAULT, 1996, p.7). Instituição que autoriza o direito privilegiado daquela fala - “estamos aqui para te fazer ver que o discurso está na ordem das leis; que sempre vigiamos o seu aparecimento; que lhe concedemos um lugar, que o honra, mas que o desarma; e se ele tem algum poder, é de nós, e de nós apenas, que o recebe.” (FOUCAULT, 1996, p.8). Os jogos desses três interditos se cruzam em reforços e compensações formando a complexa grelha que envolve a produção dos discursos, sempre em transformação.

Nesse sentido, o direito privilegiado que me concede o poder de falar, não se da em extensão, por uma formação acadêmica. Se desdobra de transformações onde a grelha mais se aperta. Onde os interditos que o atingem, revelam, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder e o discurso é longe de ser transparente ou neutro, “é como se o discurso fosse um dos lugares onde estas regiões exercem, de maneira privilegiada, algumas dos seus mais temíveis poderes” (FOUCAULT, 1996, p. 9-10). O poder de silenciar o outro, ou saberes do outro. Esse *outro* o negro, esse *outro* do *outro*, a mulher negra.

Privilegiada por compor parte de uma geração de mulheres negras que hoje pode falar em *rimas de sangue e fome*, reconheço o silêncio como linguagem. Na qual, respeito, sobretudo, o silêncio que é preciso na forma de paciência para ouvir. O silêncio da linguagem utilizado pelos povos colonizados como forma de resistência nas lutas contra os processos históricos de subalternização (FLEURI, 2011). *A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida*. No espaço dos silêncios, esse engendra a vontade de saber, pois se trata do silêncio em si, ruidoso que ao mesmo tempo em que silencia, faz falar, no passo que se pretende ocultar expressam o não dito. (XAVIER FILHA, 2011).

Ora esta vontade de verdade, tal como os outros sistemas de exclusão, apoia-se numa base institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, claro, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas é também reconduzida, e de um modo mais profundo sem dúvida, pela maneira como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído. Evoquemos aqui, e a título simbólico somente, o antigo princípio grego: a aritmética é tratada nas sociedades democráticas, porque ensina as relações de igualdade, mas a geometria apenas deve ser ensinada nas oligarquias, dado que demonstra as proporções na desigualdade. (FOUCAULT, 1996, p. 17)

O silêncio, portanto, se torna uma questão, por ser uma herança de um tempo – modernidade - em que fomos apreendendo a buscar a ‘verdade’ sobre as coisas e os sujeitos. É a vontade de saber que nos constitui, que move para a produção de conhecimento sobre as pessoas e as coisas. De um incômodo se desloca a possibilidade de representar a forma de como nos relacionamos com mundo. (FERRARI & MARQUES, 2011). É o recolhimento da fala e o ato. *O ontem – o hoje – o agora.*

Assim cada época traz os seus silêncios de forma que sempre estaremos trabalhando com essa categoria em relação a necessidade de falar, de ouvir, de escrever, de querer saber sobre algo, sobre alguém ancorada numa construção histórica e cultural. Romper com os silêncios, sobre algumas questões é falar do nosso tempo em relação uma reflexão histórica de compromisso entre presente e passado. (FERRARI & MARQUES, 2011, p.10)

É aí que meus silêncios encontram representações nas palavras de Audre Lorde em a “Transformação do silêncio em linguagem e ação” em 1977, na comunicação do painel “Lésbicas e literatura” da Associação de Línguas Modernas³. A escritora, negra e caribenha, trata da dificuldade de mulheres negras de romper o silêncio e se expressarem diante da organização social racista.

Podemos aprender a trabalhar e a falar apesar do medo, da mesma maneira que aprendemos a trabalhar e a falar apesar de cansadas. Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar. O fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras, já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam tantos silêncios para romper! (*Géledes, instituto da mulher negra*, 28 de março de 2015).

Os privilégios que me concedem a fala, as possibilidades de romper os vários silêncios, não escapam de outro procedimento de exclusão analisado por Michel Foucault (1996). Se não interdita, me encontro diante do princípio de partilha e rejeição, uma história de *louco*, onde as palavras não são ouvidas, e se são, não são tidas como verdadeiras e podem cair no ruído, na palavra dado de modo simbólico. Talvez em um teatro, talvez até me peçam para sambar. Apresentar um discurso desarmado e reconciliado, representando uma verdade mascarada.

³ LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso em dezembro de 2017.

Talvez seja arriscado considerar a oposição do verdadeiro e do falso como um terceiro sistema de exclusão, a par daqueles de que acabo de falar. Como é que se pode razoavelmente comparar o constrangimento da verdade com as partilhas referidas, partilhas que à partida são arbitrárias, ou que, quando muito, se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e as reconduzem; que, ao fim e ao cabo, não se exercem sem constrangimento, ou pelo menos sem um pouco de violência. É claro que, colocando-nos, no interior de um discurso, ao nível de uma proposição, a partilha entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas, numa outra escala, se nos pusermos a questão de saber, no interior dos nossos discursos, qual foi, qual é, constantemente, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos da nossa história, ou, na sua forma muito geral, qual o tipo de partilha que rege a nossa vontade de saber, então talvez vejamos desenhar-se qualquer coisa como um sistema de exclusão (sistema histórico, modificável, institucionalmente constrangedor). (FOUCAULT, 1996 p. 13-14)

Para Audre Lorde (1977), os pequenos silêncios seriam uma traição a nós mesmas, quando pensamos em um dia falar ou esperamos que outras falem por nós. E assim, nos convida a reconhecer a fonte de poder dentro de nós e a dar conta do medo, aprendendo a vê-lo por outra perspectiva. Os silêncios não garantem a proteção, mas romper com o silêncio nos aproxima de outras pessoas que nos ajudam e dão força para acreditar na transformação em nossa vontade de saber.

A transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos. [...] No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento. Mas antes de nada acredito que tememos a visibilidade, sem a qual, entretanto não podemos viver, não podemos viver verdadeiramente. Neste país em que a diferença racial cria uma constante, ainda que não seja explícita, distorção da visão, as mulheres Negras temos sido visíveis por um lado, enquanto que por outro nos fizeram invisíveis pela despersonalização do racismo. Ainda dentro do movimento de mulheres tivemos que lutar, e seguimos lutando, para recuperar essa visibilidade que ao mesmo tempo nos faz mais vulneráveis: a de ser Negras. Porque para sobreviver nesta boca de dragão que chamamos América, tivemos que aprender esta primeira lição, a mais vital, e não se supunha que fossemos sobreviver. Não como seres humanos. Nem se suponha que fossemos sobreviver a maioria de vocês, negras ou não. E essa visibilidade que nos faz tão vulneráveis, é também a fonte de nossa maior fortaleza. (*Géledes, instituto da mulher negra*, 28 de março de 2015)

O medo surge quando as instituições universitárias são ocupadas majoritariamente por pessoas brancas lugares onde a força do racismo institucional tenta te reprimir à medida que você se expressa e torna visível a cor da sua pele ou o volume de seus cabelos crespos. Audre Lorde nos encoraja a verbalizar e a compartilhar o que achamos importante, mesmo sob o risco da repressão, rejeição ou distorção.

Repressão, rejeição distorção, são palavras que encontram o grito, que é nosso, e dá corpo a essa escrita. Grito que atravessa séculos, dos porões dos navios negreiros, das senzalas, dos quartos de empregadas, dos leitos conjugais, das ruas, identificando as violências sexuais, sobretudo quando tratamos do estupro. A palavra estupro compõe os silêncios e também o produz. Estupro é uma dessas palavras atravessadas por dores, lutas e sofrimento, que são articuladas a uma imposição do silenciamento da questão. Debater o estupro, assumindo o caráter cultural da prática é como colocar o ‘dedo na ferida’, expressão popular que se refere ao incômodo que é tratar de algumas questões que nos afetam, nos responsabilizam e que, muitas vezes, ignoramos ou tratamos com superficialidade. Embora, desde os primórdios da história do ocidente, o estupro sempre fora uma prática criminalizada e dita como socialmente intolerável, percebe-se a admissão da brutalidade da violência, praticamente declarada, às mulheres (VIGARELLO, 1998).

Os processos de conhecer, pesquisar e escrever essa dissertação acontecem, portanto, nos rastros dos gritos, ruídos e silêncios, que se multiplicam, se diferenciam e se sobrepõem em meio a apropriação do conceito de cultura do estupro pelos movimentos feministas contemporâneos brasileiros (MFCB). Uma complexa grelha, que me aproxima da perspectiva teórico-metodológica pós-estruturalista. Em um aceite ao convite do pensamento foucaultiano, de imergir nos ditos e escritos cristalizados, tanto no interior de pesquisas já realizadas como em novas propostas de estudos empíricos, nas práticas discursivas e não discursivas em jogo. “De tal modo que possamos fazer aparecer justamente a multiplicidade e a complexidade dos fatos e das coisas ditas, que são, por isso mesmo, raros, no sentido de que não são óbvios, não é naturais, não estão imunes a imprevisibilidades” (FISHER, 2003, p. 375-376).

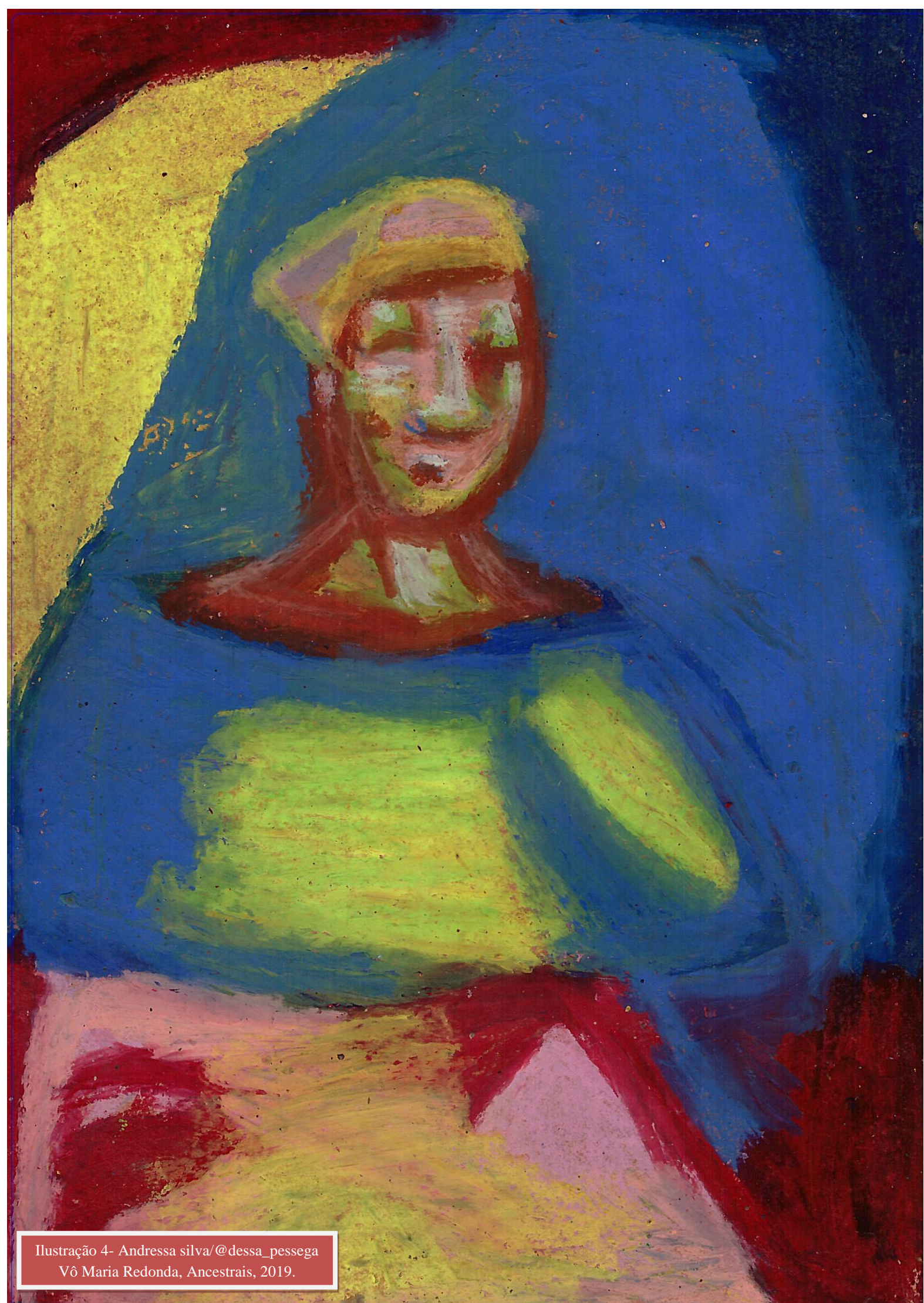


Ilustração 4- Andressa silva/@dessa_pessega
Vô Maria Redonda, Ancestrais, 2019.

Desde 2016, o debate sobre as violências sexuais vem ganhando uma nova categoria de análise no Brasil através do conceito de cultura do estupro. Argumento que apropriação do conceito estabelecido por feministas americanas na década de 1970 entra em evidência no Brasil, a partir de mobilizações organizadas pelo ciberativismo ou feminismo 2.0, após o caso de estupro coletivo envolvendo 33 homens e uma adolescente de 16 anos na zona oeste do Rio de Janeiro, em maio de 2016.

O argumento das feministas americanas é de que homens e mulheres são construídos por estímulos sexuais diferentes, no qual, o comportamento agressivo masculino é aprendido, de modo que, no âmbito relacional, o consentimento da vítima é ignorado. Nesse sentido, de acordo com Renata Floriano Souza (2017), acerca da cultura do estupro, não se trata, portanto de confundir a atividade sexual consentida com a violação sexual, mas compreender como se cruzam na concepção de estupro, vítima, Estado e sociedade. (SOUSA, 2017, p. 13).

A luz dos estudos culturais, compreendo a rede social *Facebook* como um artefato cultural e um dispositivo pedagógico, um lugar que educa construção da cultura do estupro, produz e divulga significados que relacionam e moldam as experiências de feminilidades e masculinidades - modos de ser homem e mulher dos sujeitos. (LAROSSA, 2000). Portanto, siga esse grito – a reivindicação de não violência, do movimento feminista pautando as ações do ciberativismo ou feminismo 2.0.

A potência da apropriação do conceito registra uma nova história do estupro, nomeia o problema através dos significados da violência nas experiências de mulheres, historicamente excluídas da produção dos discursos. A complexidade do entendimento das violências sexuais é deslocada do campo do silêncio e dos domínios de um olhar masculino, branco, heteronormativo e cristão. O estupro passa a se configurar como a ponta do *iceberg* de uma série de violências que trazem como motivação a especificidade de gênero na qual se abre para pensar a apropriação como uma reivindicação de não violência, em Judith Butler (2015), uma postura ética, fundamentada na luta pelo acolhimento ou recusa dos apelos/discursos de não violência.

Resignificando e rompendo com mitos acerca da representação da vítima e do agressor. “Quando se nomeia, a autoridade da palavra não é intrínseca à própria língua, como não é em nenhum outro uso da palavra, a força é designada pela pessoa ou instituição que a usa.” (MOREIRA, 2010, p. 2920). Quais os perigos das mulheres falarem sobre o estupro? Como a redefinição do estupro pelo movimento feminista ajuda a pensar práticas pedagógicas que eduquem sobre o estupro e para não violência?

Do lugar de mulher negra e periférica, busco problematizar a urgência da *interseccionalidade* - categoria de articulação, para análises da diferença - na produção de conhecimento, partindo do pressuposto que para se educar sobre o estupro se faz necessário educar também para as diferenças. De que modos têm se dado os movimentos de apropriação do conceito de cultura do estupro pelo MFCB? As especificidades de mulheres negras, lésbicas e transexuais, estão sendo consideradas?

Ressalto a urgência da interseccionalidade, reconhecendo a heterogeneidade das proposições feministas e seus aspectos políticos-filosóficos, que não devem ser entendidas numa perspectiva linear, já que elas sempre coexistiram e coexistem na contemporaneidade. “Estas categorias estão articuladas entre si, e são: o conceito de gênero; a política identitária das mulheres; o conceito de patriarcado e as formas da produção do conhecimento científico” (NARVAZ & KOLLER, 2006, p. 650).

Aliada a essa problemática não podemos deixar de considerar o atual contexto político-social, no qual temas relacionados aos estudos de gênero e sexualidades vêm sendo contextualizadas na propagação de um pânico moral, por parte de grupos conservadores e fundamentalistas religiosos, que se ferem nas problematizações postas pelos estudos feministas e de gênero. Tais estudos questionam o discurso dado como verdadeiro, que produzem condições de exclusão e subalternização das mulheres e pessoas LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Para tanto, a estrutura desta dissertação está organizada em quatro seções, onde apresento a divisão de um todo, porções de um processo que localizam escolhas políticas e teóricas em experiências de pesquisa e de pesquisadora. Sendo assim, a primeira seção trata dos processos da pesquisadora no resgate na minha trajetória pessoal em *Tem cor, tem corte a história do meu lugar*⁴, nos tópicos seguintes discorre sobre as premissas da **perspectiva teórica pós-estruturalista**, os movimentos de pesquisa e a **netnografia como proposta metodológica**.

Na segunda seção: **De mal comportadas a feminazis: O movimento Feminista nas redes, nas universidades e nas ruas**, é dedicada a uma contextualização do movimento feminista como movimento social, político e filosófico. No tópico **Admirável chip novo: o movimento feminista e as (re)definição do estupro**, apresento um breve histórico dos movimentos feministas, marcando sua produção de conhecimento a partir do estabelecimento

⁴ Referencia a música “Um Corpo no Mundo” interprete Luedji Luna, Composição Luedji Luna e François Muleka, 2017. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=V-G7LC6QzTA> (vídeo) [https://www.letras.mus.br/luedji-luna/um-corpo-no-mundo/\(letra\)](https://www.letras.mus.br/luedji-luna/um-corpo-no-mundo/(letra))

do conceito de gênero, e a (re)definição do estupro nas décadas de 1960 e 1970 do movimento anti-violação nos Estados Unidos, contexto no qual se estabelece o conceito de cultura do estupro. Nessa seção discuto a urgência da interseccionalidade, a partir das denúncias de invisibilização de mulheres negras e lésbicas/lesbianas, nos discursos feministas da década de 1960 e 1970. Destaco o legado da escravidão e estupro corretivos, no tópico, **Denúncias de invisibilização: O legado da escravidão e os estupro corretivos**. Ainda nessa seção discorro sobre as particularidades do desenvolvimento do **movimento feminista no Brasil**, que se estabelece no período da ditadura militar no Brasil, em que estupro eram meios comuns de tortura de mulheres presas, no enfrentamento ao Regime Militar. E por fim, trago a análise das respostas à questão “Com qual vertente do Feminismo você se identifica? E como você define a vertente com que você se identifica?” Encerrando a seção com o tópico, **Várias tendências e as bases comuns do feminismo**, onde as respostas das interlocutoras são as principais referências para identificação das perspectivas feministas.

Na terceira seção, **Um estupro de 60 mil** destaca-se a repercussão do estupro coletivo e apresenta as proporções epidêmicas de casos de violência sexual no Brasil, na qual, em 2016, o estupro coletivo foi um dentre cerca de 60 mil casos no Brasil. No tópico, **Eles disseram, ela disse** o desenrolar da discussão traz as informações divulgadas pela imprensa sobre o caso, um jogo discursivo de interpretações da violência, que desvela a cultura do estupro em elementos, como a banalização da violência e o julgamento moral da vítima. Em **Mobilizações em rede**, Disserto sobre o ciberativismo e a relação dos movimentos feministas com as mídias e destaco outras mobilizações desencadeadas pelo ciberativismo feminista, sendo elas as campanhas #nãomereçoserestuprada #meuprimeiroassedio e #meuamigosecreto. Adiante, no tópico **Os movimentos de apropriação do conceito de cultura do estupro pelo movimento feminista contemporâneo**, faço a análise dos conteúdos das páginas feministas que trazem reflexões para desnaturalização da violência sexual contra a mulher em movimentos de apropriação e construção do conceito de cultura do estupro.

Na quarta seção, parto do debate público sobre a cultura do estupro, incluindo representação dos discursos que negam a cultura e a análise da questão: O que você aprendeu sobre a cultura do estupro nas redes sociais? Aqui faço reflexões sobre as contribuições do combate a ‘ideologia de gênero’ para manutenção da cultura do estupro, na postura de agentes do retrocesso que ameaçam os princípios da Educação, laica e de qualidade, na perseguição às pautas e inserção da educação sexual que assumam a perspectiva de gênero como uma construção social.

Por fim, termino a dissertação com as Considerações Finais, **Para não encerrar o debate**, onde retomo a trajetória do trabalho, seus principais pontos de análise e os possíveis desdobramentos, considerando que toda pesquisa se abre para novas possibilidades e deixa questões em aberto a serem acolhidas em outros (futuros) movimentos de investigação. Encerro essa dissertação com publicações das páginas, elencadas pelas interlocutoras da pesquisa que reafirmam e trazem outras discussões que não couberam no tempo e espaço dessa pesquisa.



Ilustração 5- Andressa silva/@dessa_pessega
Vó Xica Ancestrais, 2019. #serieancestrais

SEÇÃO 1- TEM COR, TEM CORTE E A HISTÓRIA DO MEU LUGAR.

Trazer a história do meu lugar, a cor e o corte para essa escrita implica em alertar o leitor ou leitora, em não definir essa trajetória pelo sofrimento, mas de reconhecê-la como fragmentos de uma história de vida, inter cruzada com outras vidas e mortes, que resulta em aprendizados, vontade de saber. É também um convite a dar um passo atrás, reconhecer privilégios e, quem sabe, questiona-los, durante a leitura dessa dissertação.

No Brasil, compreendo que os privilégios podem ser configurados em condições de necessidades básicas, simples ao ser humano. Como por exemplo, ter uma casa, o que comer e dar de comer aos filhos e filhas. É um olhar para cor da pele, tipo de cabelo, o sexo, o gênero e a classe que não interfere numa entrevista de emprego. É poder ir e vir sem medo de andar na rua, seja na insegurança de ser um corpo marcado pelo ‘feminino’ ou pelo alvo de balas perdidas. É também poder estar cursando uma faculdade ou uma pós-graduação sem o sofrimento que já lhes é conhecido quando se aciona a identidade de mulher negra.

Logo, reconhecer privilégios não implica em um desejo de que pessoas privilegiadas passem então a ter dificuldades para ser empregadas, sejam seguidas em estabelecimentos comerciais por seguranças ou tenham medo de andar sozinhas pelas ruas, independente do horário. De acordo com Djamilla Ribeiro (2014), trata-se de não se confundir na associação de valores democráticos e capitalistas, no sentido de que a emancipação é dada pela ascensão econômica, sustentando a ideia de possuir os mesmos direitos do ‘homem branco’, sem romper com as lógicas de opressão racistas e heteronormativas, permanecendo no sistema, sem transformá-lo. “Ela trabalha fora, mas quando chega em casa ainda é responsável por cuidar dos filhos e precisa se ocupar dos afazeres domésticos. A mentalidade de fato não mudou os mecanismos de opressão tão somente se atualizaram⁵”, assim, não podemos falar de emancipação ou liberdade enquanto persiste a divisão sexual do trabalho, ou o eterno feminino se impõe, inclusive em condições racistas. E muito menos seguindo a mesma lógica de exclusão com outros grupos. (RIBEIRO, 2014).

Reconhecer privilégios foi um movimento importante para escrita desta dissertação e para a *experiência* de pesquisadora. Numa perspectiva teórica pós-estruturalista, orientada pelos estudos foucaultianos, a *experiência* é política, portanto é sempre contestável, não é auto-

⁵ RIBEIRO, Djamilla. “O mito da mulher moderna” publicado pela Revista Carta Capital (<https://www.cartacapital.com.br/revista/955/o-mito-da-mulher-moderna>) em 06 de junho de 2017, (sem páginas) Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Texto06deJunho.pdf> Acesso em: fevereiro de 2019.

evidente ou definida. De acordo com Roney Polato de Castro (2014), se produz no que nos acontece na singularidade, constituída por processos históricos e sociais, que posicionam os sujeitos e produzem experiências discursivamente. Assim, a experiência se constitui na medida em que forma e transforma o sujeito. “Portanto, não se deve aceitar dogmaticamente a experiência do outro, tampouco impor a própria experiência ao outro, o que implica pensar que a experiência tem a ver com o não saber, com os limites do que sabemos, com a sua finitude” (CASTRO, 2014, p. 23).

Escrever um texto de caráter autobiográfico, exercer a ‘escrita de si’, ainda é um processo em superação. Efeitos dos silêncios que me convencem, que esse corpo, a história dessa vida não interessa ou não é importante a ponto de ser exposta em uma pesquisa acadêmica. Sou provocada por minhas próprias referências teóricas que dizem: - Se exponha, seja honesta com quem faz a leitura. De onde, como e porque você pensa e fala de feminismos, interseccionalidades, cultura do estupro? Como essas experiências atravessam esses processos de pesquisa?

É a potencialidade do conceito de experiência para a educação, que se interessa por: “Como vamos fabricando a nós mesmos, as nossas pesquisas e sujeitos a partir das construções das experiências. Como esse processo envolve narrativas, as memórias, os discursos, as relações de poder, as sexualidades, os sujeitos.” (FERRARI, 2013, p.18). A minha aproximação e envolvimento com a temática possui o aspecto de uma pesquisa experiência, uma vez que “Se a experiência é, de algum modo, singular, contextual, irrepetível, a *pesquisaexperiência* é de alguém, atravessado/a pelas questões da pesquisa.” (CASTRO, 2014, p. 23).

Assim, o processo como pesquisadora se dá como sujeito que experiencia. Envolvidos com subjetividades das identidades de mulher negra, periférica, bissexual, feminista que se afirmam em construção de forma interseccional, em “experiência de si”. Desse modo, assim como se pensa que escrever na “primeira pessoa” não é necessariamente falar sobre si, mas, “falar ou escrever a partir de si mesmo/a, colocando a si mesmo/a em jogo no que se diz ou pensa, expondo-se no que se diz e no que se pensa.” (CASTRO, 2014, p. 24).

A política da experiência, que me envolve como pesquisadora, me resguarda o argumento do uso da escrita em “primeira pessoa”, pela potência política, de reafirmar a existência pela escrita, como autorrepresentação da vida em situação de subalternidade. É, portanto, desse modo que tomo essa escrita como um movimento político de mulher negra, pesquisadora, escrevendo em primeira pessoa.

De acordo com Trayce Hellen e Márcio Caetano (2017), a fala dos/das subalternas(os), como veículos e motor de pesquisas tem conduzido discussões nos estudos feministas e de gênero sobre a escrita e a produção intelectual de mulheres subalternizadas, em geral e, especialmente mulheres negras. bell hooks e Donna Haraway, por exemplo, tratam dos diversos mecanismos que violentam e afastam as mulheres negras de falar sobre si e para as suas. “Há aqui um eixo de tensionamento que escapa aos sujeitos subalternizados e que diz respeito a uma experiência de *outra*.⁶” (CAETANO & GOULART, 2017, p.168).

Nesse sentido, podemos dizer que Lélia Gonzáles, acionando o argumento de Simone de Beauvoir, “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, aponta a dimensão da inserção da mulher negra na sociedade: “A gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista”. (GONZALES, 1983, p. 225). A conquista de superar e ou ressignificar os discursos em que somos faladas, como se não tivéssemos fala própria. Os discursos homogêneos colocam as mulheres negras sempre no lugar do outro. Em um debate sobre o racismo, o sujeito é o homem negro; no discurso de gênero, o sujeito é a mulher branca, e em discurso de classe, onde “raça” não tem lugar, ocupamos um lugar crítico na teoria (KILOMBA, 2012).

A insistência quanto à auto definição das mulheres negras remodela o diálogo inteiro. Saímos de um diálogo que tenta determinar a precisão técnica de uma imagem para outro que ressalta a dinâmica do poder que fundamenta o próprio processo de definição em si. Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles (COLLINS, 2016, p. 105).

A perspectiva teórico-metodológica pós-estruturalista se concentra em um rigor científico que se flexibiliza e articula as experiências, ao conceber as pesquisas como espaço de problematizações e não de certezas, quanto soluções definitivas para os dados problemas. A experiente pesquisadora na área Guacira Lopes Louro (2007) ressalta: “A escolha teórica e política que venho empreendendo há alguns anos tem me levado a desconfiar das certezas definitivas, tem me obrigado a admitir a incerteza e a dúvida. Venho aprendendo a operar com a provisoriade, com o transitório, com o mutante. Isso está muito longe de significar um ‘vale tudo’”. (p. 238).

Dessa forma, me posiciono junto à perspectiva teórica pós-estruturalista, a partir de um ‘lugar de fala’ em referência ao percurso intelectual e de luta das mulheres negras (RIBEIRO, 2017). É nesse sentido, que se constitui o movimento de reconhecer privilégios na *experiência*

⁶ Discussão abordada na seção 3 – Um estupro de 60 mil: Condições da reivindicação de não violência.

de pesquisadora, uma vez que o lugar de fala implica em reivindicar diferentes pontos de análise e marcar o lugar de fala de quem os propõe, sendo a marcação necessária para a compreensão das “realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2017, p. 33). Implica em reconhecimento de privilégios na fala de minhas experiências individuais, em função das condições sociais que não permitem que outros grupos acessem lugares de cidadania. Um debate estrutural na brecha do pós-estruturalismo.

Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de uma outra forma. (RIBEIRO, 2017, p. 33).

A primeira vez que senti a necessidade de reivindicar “um lugar de fala” foi em grupo de estudos durante o curso de Pedagogia na UFSJ (Universidade Federal de São João Del-Rei), em 2015. Debatíamos políticas públicas de inclusão social, entre elas o “Programa Bolsa Família”, que desdobrou o debate para a questão da qualidade na Educação. Do debate participavam professores – doutores, mestrandos, doutorandos e algumas poucas alunas do curso de pedagogia, sendo eu uma delas. Apenas acompanhávamos a discussão sem muita confiança ou propriedade teórica para pedir a palavra. O programa ‘Bolsa Família’ é um programa de transferência de renda, instituído no governo Lula em 2003, como ampliação do “Programa Bolsa Escola” do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001.

E no primeiro mandato do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, foram realizados estudos de viabilização de uma Política Pública de Transferência de Renda abrangente, a fim de enfrentar a questão da fome, além de ser implementado o Plano Fome Zero de modo gradual, e em conformidade com o Programa de Renda Básica de Cidadania proposto pelo Senador Eduardo Suplicy. Assim, foi desenvolvido o Programa Bolsa Família para unificar os programas sociais pré-existent: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Auxílio Gás e Cadastramento Único do Governo Federal. (ORTIZ & CAMARGO, 2016, p.5).

Os programas de transferência de renda foram unificados no Cadastro Único de programas sociais (CadÚnico), como estratégia, a fim de garantir oferta e acesso a serviços básicos de cidadania, com condicionalidades, para o cadastro e recebimento do benefício. Como se enquadrar nos requisitos de família de baixa renda⁷, acompanhamento da matrícula e

⁷ “A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa. As famílias pobres participam do

frequência escolar de estudantes cadastrados, e entre outras, a exigência de estar em dia com o cartão de vacinas das crianças.

Teve como objetivo contribuir para a inclusão social das famílias em situação de miséria, a fim de estimular avanços na saúde e educação e interromper o ciclo de pobreza reproduzida entre gerações nos segmentos sociais vulneráveis. (...) As condicionalidades do Programa Bolsa Família proporcionaram às famílias o acesso a serviços básicos de educação, saúde e assistência social, o que demandou uma articulação intersetorial institucional, sendo necessária uma parceria com estados e municípios para sua execução. Com o CadÚnico, o programa atingiu 13,8 milhões de beneficiários. Sua eficácia é checada pelo cruzamento de dados informados pelos beneficiários com os registros administrativos do Governo Federal, e comprovam que os resultados esperados foram alcançados com baixo custo para os cofres públicos. (ORTIZ & CAMARGO, 2016, p.7)

O programa ainda vigente passa por polêmicas e problematizações, numa discussão na qual os estigmas são (re)produzidos sobre as famílias beneficiadas pelo programa. Dentre elas a que polarizou o debate sobre a ‘qualidade da Educação’. O argumento de uma parte do grupo de estudos em questão, defendia a importância do programa para famílias mais carentes, argumentando possibilidades e expectativas.

Outro grupo acusava o programa de meramente assistencialista, sem muito potencial transformador para a educação. Os discursos foram me incomodando, no ponto em que direcionavam frases como: “As crianças vão para escola só por causa da merenda e do dinheiro”. “É uma esmola para sustentar vagabundo”, “Existe muita corrupção e fraude” (contou-se a polêmica da calça jeans e o dinheiro do bolsa família⁸). “Não traz qualidade para educação”. Quem contra argumentava, defendia o governo. Eu fui beneficiária do Programa do Bolsa Família, de 2003 a 2011, até quando completei 18 anos. Só pude fazer a inscrição para o vestibular de Pedagogia da UFSJ em 2012, porque mesmo sem poder receber o benefício, as famílias continuam cadastradas ao CAD-Único, que inclui a isenção dos mesmos, em taxas para inscrição de vestibulares e concursos públicos.

A taxa para prova do vestibular era de cem reais, minha mãe na época era diarista, recebia 500 reais por mês. Eu tinha acabado de terminar o Ensino Médio, e não tinha coragem de pedir para que ela pagasse uma prova com esse valor. Se eu não fosse isenta da taxa de inscrição do vestibular, provavelmente eu não estaria naquela sala em 2015, ouvindo as pessoas falarem da minha experiência, desqualificá-la, com tanta autoridade. Ia me

programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos” Disponível em < <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>> Acesso em: fevereiro de 2019.

⁸ Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2013/05/24/entrevista-com-beneficiaria-que-quer-comprar-calca-de-r-300-com-o-bolsa-familia-vira-hit.htm>. Acesso em: fevereiro de 2019

identificando vagamente nesses discursos, nas várias vezes em que foi dita as palavras “preto” ou “pobre”. O “nordeste” também muito citado. Foi afetando, quando ao pensar a minha experiência, naqueles termos, eu entendia que o “vagabundo” sustentado pela esmola era representação da minha mãe. E que minha trajetória não atribua “qualidade” para educação.

Antes de encerrar o debate, pedi então a palavra e falei sobre não saber o que eles entendiam pela “qualidade na Educação”, mas que eu estava ali, em uma Universidade Federal, mulher, preta e pobre. E que quem podia falar melhor do que eu sobre a qualidade dessa política pública, era minha mãe. Conteí o que consegui, sobre ser filha de empregada doméstica, de morar na periferia, **de não ser** a única estudante do curso de Pedagogia com cadastro no CAD-único.

Eu terminei de falar meio nervosa, engasgada. Senti vários olhares, no longo silêncio que se estabeleceu. Sentia e dispensava os olhares de pena. O silêncio se quebrou quando alguém que defendia o governo me deu razão. Algumas pessoas até se desculparam, me abraçaram, eu acolhi. Não tenho certeza se fui acolhida. E passamos, então. para outra discussão programada.

O programa Bolsa Família foi uma das políticas públicas de Educação e Inclusão Social que me deram a oportunidade de estar cursando um Mestrado de Educação. Hoje tenho outras perguntas e outro olhar para esse momento. Para se favorecer dos saberes da experiência é preciso conhecê-lo, reelaborá-lo, desenvolvê-lo e se preparar para contar com ele. “Requer favorecer o desenvolvimento de um saber pedagógico pessoal que nasce de perguntas pelo sentido da experiência vivida” (CONTREAS, 2013, p. 27). Por que programas de transferência de renda como Bolsa Família foram tão importantes para famílias como a minha? De onde vem à necessidade de me afirmar como mulher negra e periférica, nessa e em outras situações posteriores em que o discurso sobre essas identidades não me contemplavam? Se não era a pessoa pobre ou preta, dos discursos ali produzidos, que mulher pobre e preta eu era?

Segundo José Contreras Domingos (2013), o que mostra a potencialidade do conceito de experiência para a Educação é não conceber as coisas como conhecidas, necessitando a uma certa disposição em aceitar a novidade de cada grupo, encontro, curso, supondo uma posição pessoal, que requer fazer perguntas sobre si mesmo. “É que a realidade, a experiência entendida assim, é já, uma forma de situar-se ante a educação, como uma abertura ao encontro a novidade, a pensar a continuação do que acontece, perguntando-se pelo sentido e o valor de tudo aquilo que nos ocorre sem dar respostas fáceis.” (CONTREAS, 2013, p.25).

Foi no empreendimento de embarcar no corpo marcado pelos discursos homogêneos da branquitude⁹, que vieram novas perguntas, junto a reivindicação de um lugar além do *outro*. Embarque que se constitui no movimento de embarcações que vieram antes de mim, e das que navegavam do meu lado. Passei a me reconhecer como mulher negra, e me vi feminista. Portanto nesta seção, resgato parte de minha trajetória que constitui experiências, pensando com Roney Polato de Castro (2014) que a *experiência* que antecede a pesquisa também nos conduz a ela, de modo que é complexo separar um antes e de um depois.

Talvez seja melhor pensar em um “durante”. Estaríamos preparados/as para a intensidade dessa experiência na pesquisa? O que é pesquisar? Como pesquisar? Uma experiência como “arte de experienciar”, ação política, produção de conhecimentos e multiplicidade de sentimentos: angústias, aflições, preocupações, alegrias. Produção de perguntas que levam a respostas que conduzem a mais e mais perguntas. Experiência como processo intranquilo que remete a acontecimentos, tal como entende Michel Foucault: “o novo”, o que irrompe a história, que provoca mudanças (CASTRO, 2014, p. 28).

Parto das *experiências* que, de alguma forma, me motivaram e motivam nesse processo de pesquisa. Um pouco do lugar que cresci, de minha família e as experiências e oportunidades no curso de graduação em Pedagogia, na Universidade Federal de São João del-Rei. Contextualizo nessa trajetória a experiência na militância feminista, que se conclui com as considerações para elaboração realização dessa pesquisa. No segundo tópico, apresento os pressupostos teórico-metodológicos pós-estruturalistas e a organização dos conceitos que foram utilizados nessa investigação. Adiante o percurso metodológico, de análise do discurso, que teve como proposta para coleta de dados a imersão netnográfica.

⁹ “Nos estudos sobre a branquitude, no Brasil e em outros países, existe o consenso de que a identidade racial branca é diversa. No entanto, na busca por uma definição genérica, podemos entender a branquitude da seguinte forma: a branquitude refere-se à identidade racial branca, a branquitude se constrói. A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Uma pesquisadora proeminente desse tema Ruth Frankenberg define: “a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”. (Frankenberg, 1999b, pp. 70-101, Piza, 2002, pp. 59-90”). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/definicoes-sobre-branquitude/> acesso em: maio de 2019.

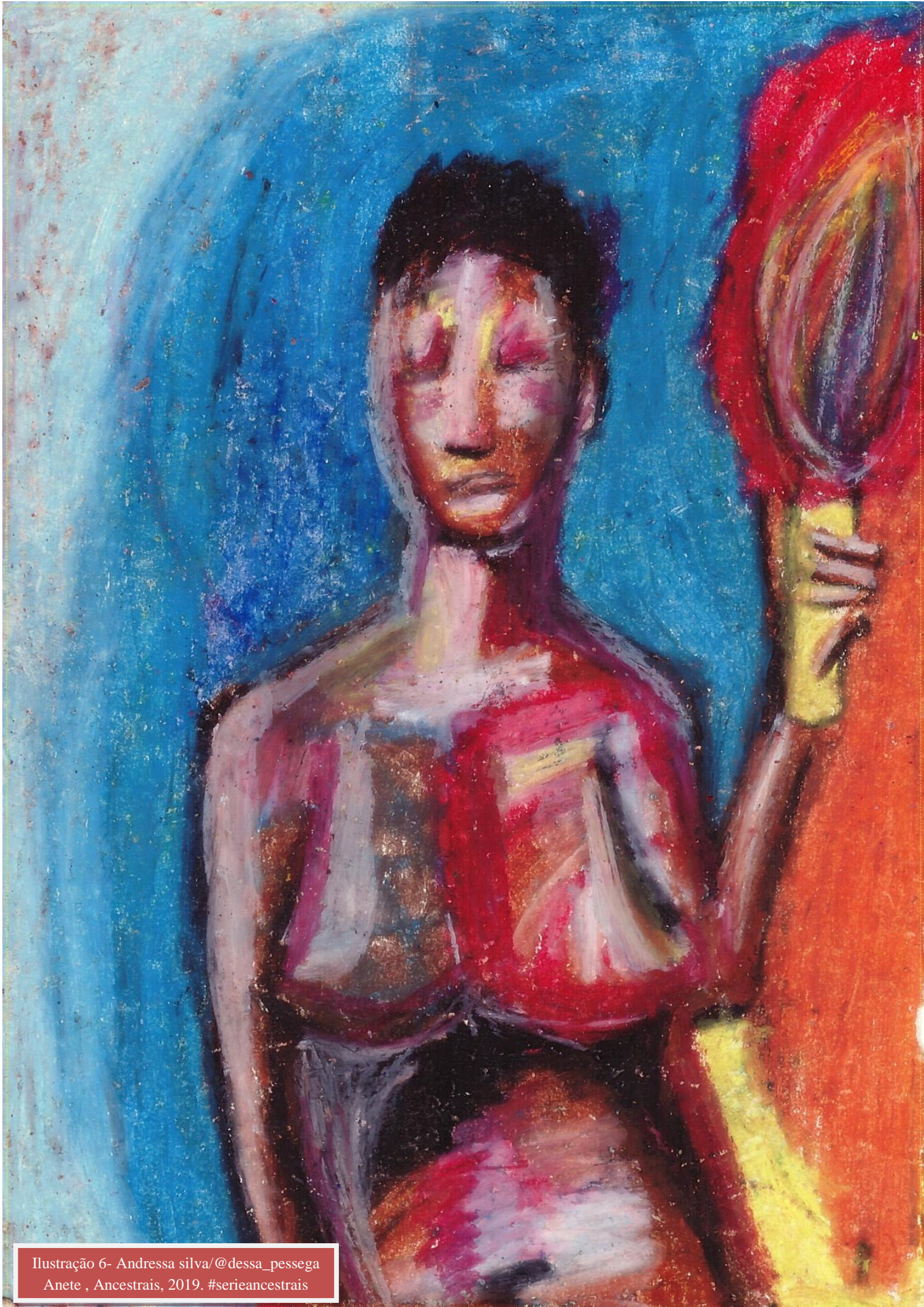


Ilustração 6- Andressa silva/@dessa_pessega
Anete , Ancestrais, 2019. #serieancestrais

1.1- É Iuli com i.

Compreendera que sua vida, um grão de areia lá no fundo do rio, só tomaria corpo, só engrandeceria, se tornasse matéria argamassa de outras vidas. Descobria também que não bastava saber ler e assinar o nome. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus. E que era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás. E perceber que, por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia. A vida era um tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-depois-ainda. A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser (Conceição Evaristo, 2017 - *Ponciá Vivência*)

Conceição Evaristo (2017), falando de Ponciá Vivência, personagem que dá nome ao livro, da citação que abre esse texto, a defende como cria, parente de primeiro grau. Conta que nem sempre gostou da moça que criou. “Aprendi a gostar da moça, de tanto amor que ela provocava nas pessoas. E, quando me chegavam falando de Ponciá Vivência, eu parava para escutar e achava sempre um motivo para gostar dela também.” (EVARISTO, 2017, p. 10). Para saber mais de Ponciá, a autora pondera: “É preciso ir ao encontro dela. Não vou dizer mais nada, apenas afirmo que a história que apresento a vocês, não é a minha história e sim a de Ponciá, mas quando me chamam por ela, quando trocam meu nome pelo dela, orgulhosamente, respondo: Presente!” (EVARISTO, 2017, p. 12).

Embora valesse muito a pena, eu também não vou contar a história de Ponciá, apenas indico a leitura. A história que se discorre aqui é uma história atravessada por Ponciás, *no engasgo*. “Às vezes não poucas o choro da personagem se confundia com o meu no ato da escrita. Por isso, quando uma leitora ou um leitor vem me dizer do engasgo que sente, ao ler determinadas passagens do livro, apenas respondo que o engasgo é nosso.” (EVARISTO, 2017, p.10).

Meu nome é Iuli do Carmo do Melo e geralmente, me perguntam o que o meu nome significa ou de onde veio. Também confundem a grafia do i e chamam Luli, ou escrevem com Y (Yuly, Yule, Yuli..). Estranham quando entendem IURI, e questionam se não é um nome masculino. Eu corrijo- É com L, mas eu conheço pessoas chamadas Iuli, que se identificam com o sexo biológico masculino. O meu nome vêm justamente de uma confusão do mesmo gênero. Eu nasci na manhã do dia 16 de julho de 1993, na cidade de São João del-Rei, interior de Minas Gerais. Minha mãe, Anete, achava que estava grávida de um menino, por causa do formato da barriga, era também sua primeira gestação. Nas palavras dela, a constatação do meu sexo biológico, antes mesmo do meu nascimento, adveio de uma crença popular. Reza a lenda que a gravidez cujo sexo biológico da criança é feminino, o corpo da mulher sofre uma

espécie de “deformação” em que rosto, pés e a barriga ficam mais inchados. Em contrapartida, se a gestação for de uma criança de sexo biológico masculino, a barriga cresce proporcionalmente ao tamanho da criança sem maiores alterações no corpo da mulher.

Aos 21 anos, mãe solo, sem condições de pagar um exame de ultrassom, nem tão populares em 1993, acreditou até meu nascimento que meu sexo biológico era masculino. Dentro da lógica binária da construção do gênero, todas as minhas roupas e “coisas de bebês” eram azuis ou verdes. Eu nasci menina e o meu nome não podia ser mais Vinícius como ela já tinha escolhido. Nessa memória, contada pela mãe, se evidencia a performatividade de gênero, na qual “as normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual.” (BUTLER, 2003, p. 154)

Não trata-se, portanto, de um ato singular ou deliberado, mas de práticas que são reiteradas e situada pelos discursos que os atos performativos nomeiam. Sendo muitas vezes determinantes nas identificações sexuais, pois desde o nascimento a criança é condicionada a uma performance que a define de acordo o sexo biológico. (BUTLER, 2003). No hospital, minha mãe ainda encontrou outra mãe na mesma situação como roupas ditas femininas para um bebê de sexo biológico masculino, elas então trocaram o enxoval.

Nasci de um parto cesariano e meu pai biológico não me registrou como filha, para ser declarante do meu registro civil minha mãe precisava se recuperar da cirurgia do parto, fui registrada no dia 19 de agosto. Anete então aproveitou o tempo para pensar em possíveis “nomes femininos”, por um mês eu fui a criança que poderia ter se chamado Barbara ou Luana, mas ela preferiu seguir o conselho de uma amiga que achou que tinha cara de IULI, como nasci no dia dedicado a Nossa Senhora do Carmo, na tradição católica, fui batizada e registrada, Iuli do Carmo Melo.

Hoje, posso me apresentar ou me afirmar como uma mulher preta, periférica, bissexual, umbandista, pedagoga, mestranda em educação, feminista, mas eu já fui muita coisa e estive em muitos lugares. Uma das crianças mais “agitadas” da educação infantil, a mais tímida do ensino fundamental, a mais esquisitinha da sala, a “parda” do ensino médio, heterossexual, e como dito, eu poderia até, ter tido outros nomes. Escrever essa dissertação foi tarefa desafiadora, que implicou um olhar para meu próprio corpo, para história dos lugares

que me constituem, para a história que venho construindo como mulher negra, fazendo dessa o que Conceição Evaristo chama de *escrevivência*¹⁰:

[A escrevivência] seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita. De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha escrevivência e a escrevivência de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira (*Nexo Jornal*, 26 de maio de 2017).

1.2 - *Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.*¹¹

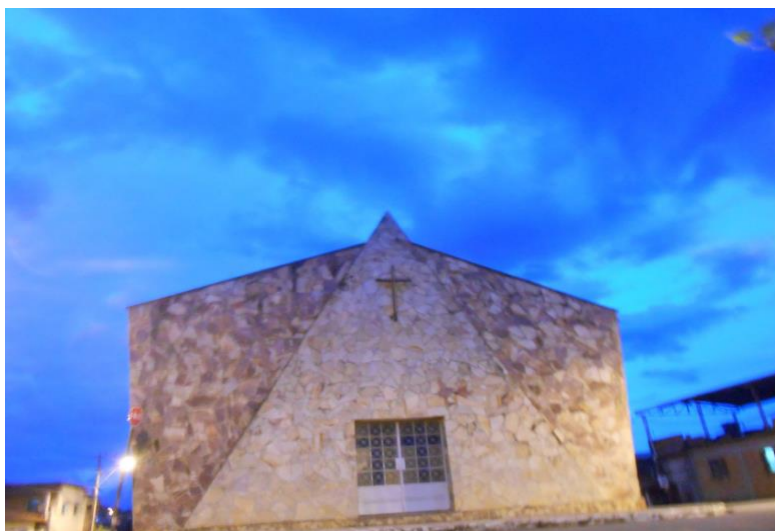


Figura 1- Igreja de São Geraldo em São João del – Rei, MG.
Fonte: Luciano Nascimento. Foto Reprodução do *Facebook*.

Periferias são consideradas áreas da cidade que ficam situadas nos arredores do espaço urbano, à margem. Cresci numa delas, no bairro de São Geraldo. Lá, minha credencial é ser filha da Nete, bisneta da Dona Mercês. Pai não consta, nem no meu registro de nascimento, nem na memória daqueles me viram crescer subindo e descendo morro aos cuidados da minha mãe e da minha bisavó. Minha Bisavó, Dona Mercês era natural do distrito de Coronel Xavier Chaves, mudou-se para São João del-Rei quando se casou com meu bisavó Vicente, não sabia

¹⁰ Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra. Entrevista. Juliana Domingos de Lima. 26 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>> Acesso: dezembro de 2018.

¹¹ Referência à Carolina Maria de Jesus - “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada ” São Paulo: Francisco Alves, 1960. “A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro (p. 160). Livro completo disponível em: <https://docero.com.br/doc/e1ecne> Acesso: em março de 2019.

ler nem escrever e chegou a frequentar aulas do Mobral- Movimento Brasileiro de Alfabetização, onde aprendeu fazer contas e escrever o seu nome. Teve uma filha, Margarida, que faleceu no mesmo dia de seu Marido, deixando dois netos, minha mãe, de oito anos, e um tio com quatro anos.

Foi lavadeira, e muito devota de São Geraldo, ajudava durante a “Festa de São Geraldo¹²” e na sopa da Dona Anésia. Dona Anésia distribuía sopa todos os dias, para alimentar quem não tinha o que comer e também quem só queria provar a famosa sopa. No final do ano ela servia um almoço com frango assado. Minha bisavó fazia parte do grupo de senhoras que a ajudava nesse trabalho. Eu fazia questão de ir com ela e ela me levava para todo canto, e me chamava de *companheirinha*. Contava histórias debaixo do pé de manga, falava que não podia misturar leite com manga e tomava leite com angu. Deixava que mexesse as panelas no fogão, quando eu não tinha altura para tanto. Costurava bonecas de pano, com cabelo espiga de milho para mim.

Atribuo também a minha bisavó parte responsável pela influência do catolicismo na experiência de fé, em minha trajetória. Ela me levava às missas e tínhamos como obrigação em toda a passagem de meu aniversário acompanhar a procissão de Nossa Senhora do Carmo, na qual afirmava ser minha madrinha. Participava de celebrações chamadas de coroações em que representamos a coração de Maria. Pagava promessas, caracterizando-me com a batina de São Geraldo para acompanhar as procissões.

A filha de minha Bisavó, minha Avó Margarida, era candomblecista, ela preferia não falar sobre ela e direcionava toda a nossa religiosidade na Igreja Católica, a fim de expurgar qualquer influência que o famigerado “pé na macumba” poderia oferecer. Após sua morte, segui os princípios da Religião Católica, frequentei a catequese, exerci a ocupação de catequista e participava de grupos de jovens. Por questão de afinidade, conflitos e tensões que se desenvolveram frente às diretrizes da Igreja Católica, como instituição e afirmação das identidades, que afirmo nessa escrita. Exerço atualmente minha fé na Umbanda que, sincretizada com os princípios cristãos, contempla os valores que venho construindo como pessoa¹³. Mas, essa é uma história para outra hora.

Minha mãe estudou até o antigo oitavo ano, do ensino fundamental, parte da trajetória em escola particular. Minha bisavó usava o dinheiro da pensão que recebia pela morte da filha para custear os estudos da minha mãe. O dinheiro só não era o suficiente para duas matrículas,

¹² Na tradição católica os nove dias que antecedem a data dedicada ao santo, é rezada um novena em preparação para festa de homenagem nesse caso, dia 16 de outubro. Dia da festa de São Geraldo Mangela.

¹³ “Espiritualidade e Feminismos in: hooks, bell. O Feminismo é para todo mundo: Políticas Arrebatadoras.

meu tio então estudou até segundo ano do ensino médio em escola pública. A saúde de minha Bisavó foi com tempo ficando debilitada, era difícil para minha mãe trabalhar, cuidar da avó e dos filhos sozinha, eu era convocada a ajudar. Minha Bisavó teve uma perna amputada e faleceu aos 89, quando meus irmãos tinham quatro e seis anos, respectivamente.

Minha bisavó não deixou pensão ou bens materiais. Minha mãe precisava trabalhar fora. No ano da morte de minha bisavó em 2003. O pai deles “consta” digamos assim, e meus irmãos foram morar com ele, na rua de cima da nossa casa. Minha mãe trabalhava de diarista, foi também cuidadora de idosos, babá, empregada doméstica, auxiliar de padaria e cozinheira.

Após a morte de minha bisavó, o primeiro emprego de minha mãe era à noite, ela acompanhava uma senhora que sofria de Alzheimer. Com medo de me deixar toda noite sozinha em casa, passei a dormir na casa de uma vizinha, minha madrinha de crisma. Claudete é mãe do Augusto e da Andressa e tia-avó da Kássia, que dividiram comigo a infância e adolescência. Dedete como é carinhosamente chamada, também perdeu os pais de forma prematura, criou irmãos, sobrinhos e netos e me acolheu numa rotina de anos, nesta fase da vida.

Ao questionar minha mãe, sobre o consentimento para descrever a experiência dela como empregada doméstica, o consentimento veio acompanhado de um pedido, mencionar o preconceito e o racismo que atravessa essa *experiência* e a Marlete, como uma “boa patroa”. Marlete é filha da senhora que sofria com Alzheimer (*in memorian*), minha mãe também auxiliava com serviço de diarista, por três vezes por semana. Um período em que ausência de minha mãe foi preenchido pelos cuidados da Claudete. Às vezes eu ia visitar a minha mãe no trabalho, conheci quase todas as suas patroas. E a Marlete era uma das poucas que me enxergava. Ela inclusive convidava minha mãe para assistir filmes e novelas, conversavam muito em trocas de confidências. Trocavam favores, que incluía a compra de materiais escolares e minha mãe recebia proporcionalmente pelos trabalhos que desenvolvia.

A Marlete tinha uma vizinha, Dona Tereza (*in memorian*) que também solicitava os serviços de diarista de minha mãe, quando ela me conheceu perguntou à minha mãe se podia dormir na casa dela a noite, para caso ela passasse mal, ou precisasse de alguma assistência em função de sua idade e problemas de saúde e eu pudesse socorrer. Minha mãe me consultou e como já não dormia na minha casa há dois anos, consenti. Ela me pagava à quantia de 50 reais por mês, que para mim era muita coisa. Eu ficava atenta a qualquer barulho que viesse do quarto dela à noite. Levantava cedo e ia para escola, a noite descia para casa dela, no mesmo horário em que minha mãe ia para casa da Marlete.

Por um tempo, eu imaginava que a forma com eu e minha mãe éramos tratadas nas famosas “casas de família” tinha a ver com o tamanho da sala. Já que as salas da Marlete e da Dona Tereza não eram tão grandes assim, a gente podia permanecer nela por mais tempo. Por outro lado, minha mãe teve experiências de trabalho em casas com salas enormes, que pareciam outro mundo, com dimensões maiores do que a de nossa casa. Pensava que minha mãe arrumava um cômodo por dia, até o dia que a acompanhei limpar toda casa, cozinhar e cuidar das crianças em só dia. A forma com que éramos tratadas tinha mais a ver com o olhar dessas pessoas para cor da nossa pele, e para o lugar que morávamos.

A história das empregadas domésticas brasileiras se confunde com a história escravocrata do país. Desde o século XVI, quando os primeiros homens e mulheres africanos foram traficados para o Brasil, até depois do século XIX, com a implementação de leis abolicionistas, o serviço doméstico configurou -se como o destino possível para mulheres pretas e pardas que, mesmo livres, eram afastadas de outras atividades rentáveis. A herança desse passado recente tornou possível a negação por mais de 100 anos de direitos trabalhistas fundamentais aos empregados domésticos brasileiros, conquistados apenas em 2013, após a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 72, popularmente conhecido como “PEC das Domésticas” (MUNIZ, 2019, p. 54).

A atualização dos mecanismos de opressão incutidos na mentalidade escravocrata da ocupação de empregada doméstica, pode ser identificada nos vários relatos de abusos, compartilhados na rede social *Facebook*, na página “Eu empregada doméstica¹⁴”, que divulga relatos de abusos sofridos por mulheres nessa ocupação, vinculados a campanha #Eu empregada doméstica. Na análise de Lorena Muniz de alguns desses relatos, a autora disserta:

O abuso de autoridade e o controle sobre os corpos das mulheres trabalhadoras domésticas apresentam - se como uma evidente herança colonial, de um tempo em que os proprietários de escravos tinham a posse sobre seus corpos, vidas e mobilidade. (...) Jornadas irregulares de trabalho, salários abaixo do valor mínimo ou quantias irrisórias como forma de pagamento, a total ausência de direitos e a não assinatura da carteira de trabalho, são exemplos da extensão exploratória de patrões e patroas do século XXI. (...) Além de histórias, a página “Eu Empregada Doméstica” compartilha também outros tipos de denúncia, como ofertas de emprego abusivas e comentários preconceituosos e de cunho racista. Mas talvez, o papel mais importante desempenhado foi a construção de uma rede de apoio e solidariedade entre mulheres, filhas e netas de trabalhadoras domésticas, que têm em suas vidas a marca de um passado que ainda se faz presente e nega às mulheres em condições mais vulneráveis, mais do que direitos trabalhistas, direitos humanos (MUNIZ, 2019, p.58,59)

Acompanhei a trajetória de luta de minha mãe, que nessa ocupação viajava com a família que a empregava, esteve em lugares paradisíacos e de luxo, passando, cozinhando e

¹⁴ Disponível em : <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/> Acesso em fevereiro de 2018.

ninando crianças. Tinha horas para chegar, mas não tinha para sair. E só reclamava quando era acusada de algo que não fez, ou quando chamada de “burra” pela patroa, ou quando lhe era contestado algum direito trabalhista além das naturalizadas “horas extras”. O trabalho de romper com o passado escravista brasileiro, passa por refletir sobre as profissões análogas, e sua manutenção na sociedade atual, em particular como as empregadas domésticas são tratadas (MUNIZ, 2019).

1.2-1- A História do meu lugar

São Geraldo, na tradição religiosa católica, é protetor dos pobres, das mães e das crianças, e também dá nome a Escola de Samba do bairro – GRES¹⁵ - Unidos de São Geraldo. Cursei o Ensino Fundamental na Escola Estadual Ministro Gabriel Passos, com muitos aprendizados que dialogavam com aqueles que eu aprendia com a escola de Samba. Uma escola era quintal da outra. Enquanto o currículo escolar me ensinava a ler e a escrever, a outra me ensinava quem foi Chico Rei, em plena escravidão, Xica da Silva, os segredos de África, e até sobre a revolução francesa – *Liberté, Egalité, Fraternité*.

Em 2013, ainda cursava o segundo ano do curso de Pedagogia. Com aulas em janeiro seguindo o calendário de reposição de greve. Na sexta feira do dia 18, depois da aula, eu fui para ensaio aberto da bateria da GRES Unidos de São Geraldo. A frente da igreja era ocupada por centenas de pessoas. Eu cheguei e me posicionei perto da bateria, com uma amiga e seu irmão e irmã, duas crianças de três e cinco anos respectivamente. O que aconteceu ou em quanto tempo aconteceu, depois ainda, é difícil de ser dito ou escrito.

O que consigo dizer é que é difícil esquecer o som do disparo de uma arma de fogo, mas eu estava perto da bateria e esse som se confundiu com um batuque de alegria. Dei-me conta quando vi um corpo no chão, o corpo preto, Thiago, de 18 anos. Corremos para dentro do salão, arrastávamos pelas mãos as crianças. Encontrei, pouco tempo depois, minha mãe, procurando notícias dos meus irmãos, que estavam bem. Quando conseguimos sair do salão e tomávamos rumo de casa pelo lado direito da igreja, outro corpo no chão, Dayane, de 15 anos.

Ainda descendo o morro, encontrei outra amiga, que buscava notícias de seu irmão, que fora baleado no abdômen e levado para o hospital, por um morador do bairro e amigo da família. Sulyvan de 15 anos, não resistiu ao ferimento e faleceu na mesma madrugada. Sobre esse dia, sobre a história desse lugar, o texto de Luciano Nascimento compõe o silêncio.

¹⁵ Grêmio Recreativo Escola de Samba

Luciano Nascimento, mais que o “Radialista do *Facebook*¹⁶”, como ele mesmo se identifica, considero uma das vozes da comunidade feita de samba e de fé. Ele conta o cotidiano do alto do morro, fotografa, homenageia e valoriza as pessoas. Pela sua escrita, nos lembra do orgulho de ser periferia, lembra-se da tragédia que superamos, questiona verdades, reivindica a não violência.

A TRAGÉDIA NA SÃO GERALDO E O SAMBA ALEGRIA DA VIDA¹⁷.

“Pedimos licença ao povo, pois vamos descer o morro, com o samba alegria da vida. Nosso bairro este ano, levanta a cortina de pano e vem brincar na avenida. Viemos cantar e sambar, nosso povo alegrar, quem quiser venha também, Curtir este samba quente, que mexe com o corpo da gente e não faz mal a ninguém. Curtir este samba quente, que mexe com o corpo da gente, e não faz mal a ninguém. Não queremos humilhar, nem diminuir ninguém, só queremos mostrar, que o nosso bairro tem samba também. Ô, Ô, Ô! Ô, Ô, Ô, Unidos de S. Geraldo chegou! Ô, Ô, Ô, Unidos de S. Geraldo Chegou!”

Essa é a letra do samba “Alegria da Vida”. Letra e música de “Sorriso”. Este foi o enredo do primeiro carnaval do Bloco Carnavalesco Unidos de São Geraldo, em 1980. E o Bloco foi o campeão do Carnaval de S. João Del Rei. Sem verba (porque era o primeiro ano) e em decorrência disto, com fantasias de papel e papelão.

A energia do samba “Alegria da Vida” contagiou de tal forma a Avenida Rui Barbosa, que não teve outro jeito. Bloco São Geraldo Campeão. Depois vieram os temas, “Primavera” em 1981, já com verba e com a atriz Elke Maravilha, como destaque no Carro Alegórico. Naquela época, os Blocos desfilavam com apenas um carro, tripés e estandartes. Bi-Campeão.

(...)

Hoje, estamos tristes. Em mais de 30 anos de história, nunca havíamos presenciado uma tragédia como a do dia 18 de Janeiro. Desde a época do Sabará, Dona Maria do Ném, Mestre Abel (em memória) e outros pioneiros, passando pelos presidentes Nascimento, Dimas, Alan. Lembramos os mestres de Bateria Aloísio, Neném, Marcelo, Wildson. Desde os tempos dos carnavais pobres, de fantasias de papel e chita, até o luxo, com João Bosco (O Joãozinho Trinta de São João). E os compositores, como o Saudoso Hélio Alex e seu parceiro também brilhante Luciano do Carmo (Poderiam compor para qualquer grande escola do Rio).

(...)

A Unidos sempre brilhou. Seja no passado como Bloco Carnavalesco ou como Escola de Samba, a comunidade gosta de ir bonita para a avenida. E como todos os carnavalescos, de todas as escolas co-irmãs, nós gostamos de vencer. Nada como vencer a histórica rival ‘Bate-Paus’. E o gostinho de derrotar o rico ‘Cordão Encarnado’ dos D’Ángelo? Lutar contra a ‘Imperatriz Del-Rei’? Ajudar, ceder instrumentos e ritmistas é normal. E quantos mestres-sala e de bateria, porta-bandeiras, além de assistentes, aprenderam ali. A ‘Unidos’ tem história.

Somos uma escola. Quando alguém quer aprender o que é samba, vai lá. Quando estrangeiros chegam para o carnaval, em cima da hora, e querem participar de um bom desfile, é para lá que os mandam. Quando alguma outra escola enfrenta apuros por falta de ritmistas, é lá que buscam socorro. Somos uma Escola onde professores trabalham de graça.

¹⁶ Fonte: https://www.facebook.com/profile.php?id=100003190707188&ref=br_rs. Acesso em: fevereiro de 2019.

¹⁷ Fonte: <https://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticias/100000568596> Acesso em: Fevereiro de 2019.

Na quinta-feira, 24 de janeiro, depois da Missa de sétimo dia, em memória das vítimas, ocorreu o primeiro ensaio, após os assassinatos de Thiago, Dayane, Sulyvan. Menos de cinquenta pessoas assistiam, com brio e coragem, aos trinta ritmistas que ousaram voltar ao palco exposto da tragédia. Rostos tristes e cavaquinho chorando. Ninguém cantava. A cada moto que chegava à praça, um susto e um aperto no peito. Mas sempre, era apenas mais um jovem e sua moto, como antes, era o normal por lá.

Uma semana antes, mais de quinhentas pessoas lotavam a praça, e muitos de várias partes da cidade, inclusive do Tijuco, sempre bem-vindos, respeitados e queridos. Um ensaio e então, ouviu-se o som covarde dos tiros, um atentado terrorista. Além dos mortos e dos três feridos à bala, no tumulto, mães caíram e se machucaram com seus bebês ao colo. Outras choravam buscando seus filhos, perdidos e aflitos, mas prudentemente escondidos por outros adultos, dentro do salão comunitário. Eu estava lá. Apenas quatro metros de distância do local de disparo e de onde Thiago caiu. Ao lado brotou água do chão, antes de lavarem o sangue.

Cansado pelo trabalho do dia, como tanto se cansa e trabalha a maioria dos moradores do bairro, muitos começando de madrugada indo até a noite. E logo me assentei na calçada da academia... Sentado, fiquei fora da linha de tiro. Ouvi, vi e sobrevivi. A cidade toda foi vítima. Poderia ser qualquer pessoa naquela praça ou em outras. O risco seria o mesmo em qualquer evento. Era uma praça de gente correndo, gritando, ajudando, chorando, sofrendo. E sirenes.

Ali passam os ônibus da Presidente, ali fica a Unidade Básica de Saúde, ali se faz a ginástica da terceira idade, a missa campal da festa de São Geraldo e do Rosário. Na quadra os meninos jogam bola e os idosos jogam bocha. Ali se faz ginástica da terceira idade no salão e outras na Academia. Ali mora o Alexandre que vítima de um tiro, que há muitos anos está numa cadeira de rodas e resolveu perdoar o seu agressor. Ali se faz o Catecismo das crianças católicas, ali se baila no Bar do Panorama. Ali, crianças brincam de pipa, boneca, pique e bicicleta. Ali é o caminho de centenas que vão para o trabalho e dos que voltam da escola. Ali se vive e se ri. Ali se respira. Ali poderia ser feita a festa de 15 anos de Dayane e sua irmã.

Ali, no último dia 25, foi finalizada a passeata pela paz. Ali estiveram a Vice-Prefeita e Secretária de Desenvolvimento, Cristina, e solidariamente, a mãe e as irmãs do Deputado Reginaldo Lopes. Vereadores, a quem pedimos atenção ao bairro, o Pároco Marreco, a quem pedimos a chave do portão da quadra. E a Polícia, a quem pedimos proteção e respeito. Na passeata da paz, à Polícia, agradecemos. Em desabafo, dirigimos a palavra, naquela manhã de sábado. Não somos defensores e nem acusadores de traficantes. Como tentaram insinuar durante o enterro das vítimas. Somos vizinhos deles e de suas famílias.

As seis ruas que dão acesso à praça de S. Geraldo, são as mesmas por onde correu a multidão na hora do tumulto. Todas as outras do bairro estão sempre abertas. Para ir e para vir. Inclusive as viaturas policiais. Do mesmo jeito que entram no Hotel Vereda e que param em algumas portas de casas e estabelecimentos comerciais, que fiquem à vontade em todo o bairro. E sejam bem-vindos. Contudo, por gentileza, tratem nossos filhos como tratariam os seus próprios. Por favor, respeitem nossa negritude, nossa cultura, nossa história, nossa pobreza e nos ajudem em nossas mazelas, que não são apenas nossas, são de toda a cidade e de toda a sociedade. Só não são bem-vindos atiradores, terroristas, implacáveis, inseqüentes e corruptos. E, se de novo souberem de más intenções assassinas, avisem.

Muita gente não acredita, mas lá no 'São Gé', no antigo e belo, Alto da Bela Vista, tem muitos moradores que são da PMMG, da Polícia Civil. Temos Advogados, Professores do ensino básico, médio e universitário (Um na UFMG), estudantes universitários e Agentes Penitenciários. Temos Psicólogas, Fonoaudiólogas, Servidores Públicos Municipais, Federais e Estaduais. Enfermeiros, Parteira, Metalúrgicos, Pedreiros, Domésticas, Lavadeiras, Padres, Pastores, Mães-de-santo, Músicos, Radialistas, Administradores, Gerentes, Tesoureiros, Técnicos em Segurança do Trabalho, Bombeiros, Manicures, Cabeleireiros, Músicos Cantores (inclusive das Orquestras bicentenárias e bandas da cidade). Pintores, Vendedores e muitas outras profissões. Gente honesta e muito digna. Com virtudes e defeitos, como todos nós.

Quanto a vendedores, há quem venda produtos dos quais nos envergonhamos e que preferiríamos não ver em nossas portas. Mas precisamos também dizer que a boa parte dos compradores vem de outros bairros, inclusive daqueles que tentam desacreditar a imagem das periferias. E quanto ao vender, para qualquer produto ou serviço, prevalece, a inexorável 'Lei da oferta e da procura'. Convivemos, toleramos, suportamos, pois conhecemos as tristezas das histórias de vida, conhecemos as famílias, conhecemos as leis, a saúde e a justiça de nosso país. Mas, isto não significa que concordemos ou que sejamos cúmplices do mal.

Lembramos, em memória, de Dona Anésia, esposa do Sr. Joaquim, por mais de 20 anos, servindo alimentação de graça, diariamente, aos que tinham menos condições. Ninguém passava fome no S. Geraldo. Passava bem. Dona Anésia morreu sem realizar um sonho. Queria desfilar na ala das Baianas. Hoje, vivos, muitos desistiram de desfilar. Alguns sequer vão assistir aos desfiles. Mas da 'Alegria da Vida' não podemos desistir.

'Sorriso', o Antônio Carlos, autor dos primeiros sambas, ainda é vivo e mora no Rio de Janeiro. Familiares dele ainda moram no S. Geraldo e desfilam na Escola. Pedimos, depois de 30 anos, novamente, 'Licença ao povo'. Mesmo com lágrimas, 'Vamos descer o morro, com o samba Alegria da Vida'. E que Deus nos ajude e nos proteja. Na presença de Deus, dizem as Escrituras Sagradas, "até a tristeza salta de Alegria". Que ninguém passe fome de ser feliz! E para quem quer o 'Branco' da Paz e o 'Vermelho' do Coração, da Vida e da Alegria, que 'Unidos' sejamos uma Escola, como sempre Fomos e, se Deus quiser, seremos.

Assim, a quem ofendemos e a quem nos ofende, um pedido e uma oferta: PERDÃO! De joelhos, rezando numa igreja ou retiro; ou de pé desfilando. Perdão! Para que a alegria seja plena e verdadeira! De modo que, com Alegria da Vida, possamos cantar do enredo 'Primavera' "E voa alegre o Colibri, o Colibri, por entre os nossos jardins... Beijando todas as flores, rosas, violetas e jasmims." Flores de coroas, mesmo as caras, colibris não beijam.

Luciano Nascimento – Um Morador do Bairro S. Geraldo

*Nosso canto na avenida vai ecoar,
Nenhuma forma de terror vai nos calar,
A revolução vem de lá, a inconfidência de cá,
E a nossa estrela vai brilhar...
(GRES- Unidos de São Geraldo, 2014)*

1.3 - Da Babá à Pedagoga

Minha trajetória na educação regular acontece de 2002 a 2011, período no qual o cenário político condicionava melhores oportunidades de acesso a programas e projetos sociais. Fiz diversos cursos gratuitos, encaminhados pela escola ou vinculados ao CRAS – Centro de Referência e Assistência Social: informática, artesanato, atendimento ao cliente, guarda mirim.

Quando ingressei no Ensino Médio na Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, participei de um projeto como voluntária, aos 16 anos, chamado de “Cidadão Ativo”. O trabalho consistia em três vezes por semana visitar uma instituição chamada “Lar solidário”, que prestava assistência social e pedagógica a crianças carentes. Nessa época eu ainda não

pensava em cursar faculdade, mas acredito que esse trabalho despertou em mim uma vontade de ir além das minhas experiências com escola e ensino.

Meu primeiro trabalho remunerado foi de Babá, eu sempre mantive muita afinidade com crianças. No tempo que dormia na casa de minha vizinha e madrinha, ajudava a cuidar das crianças, eram quatro. Eu ajudava sempre que podia, aprendi a cuidar deles e a brincar. Brincamos ainda, sempre que nos encontramos. Um dos meus primeiros empregos como babá foi para uma família com sala grande. Eram duas crianças, quem me empregava exigia um cuidado diferente do que tinha com as crianças do meu convívio, pois a gente quase não podia brincar. Senti o peso da ocupação quando sugeriram que eu usasse um uniforme branco, que não deu tempo de se materializar, eu fui dispensada por não atender certas expectativas.

Ao término do Ensino Médio, resolvi prestar vestibular, escolhi o curso de Pedagogia, depois de analisar as afinidades com cada curso disponível no panfleto da Universidade Federal de São João del-Rei. Não tinha muitas expectativas, fui a primeira de minha família a ingressar no Ensino Superior. Escolhi Pedagogia porque já tinha experiência e afinidade com crianças. “A ideia de ser professora estava a priori associada a esse cuidado de ‘tia’”. Nessa época minha mãe trabalhava como cozinheira, foi em 25 de janeiro de 2012 quando eu liguei para ela animada contando que tinha entrado para faculdade. Ela ficou muito feliz, desligou o telefone e ligou vinte minutos depois perguntando o que faz uma pedagoga. –Dá aula, vou ser professora de crianças - eu respondi.

Nas primeiras aulas do curso, o professor Laerte, que ministrava a disciplina de Psicologia Infantil, perguntou “Quem está aqui porque gosta de criança?”. Lembro que eu e metade da sala levantamos a mão. Ele então respondeu: “Pode ir embora, vocês têm que estar aqui, por gostar de Educação”. Não fui embora e fui descobrindo o gosto e o que é a Educação, no contato com as leituras de Paulo Freire: “Educar é um ato político”.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferí-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos (FREIRE, 2002, p. 33).

Durante a graduação eu precisei trabalhar, o uniforme branco, eu fui usar na cozinha de um restaurante, como auxiliar de cozinha. Trabalhava com mulheres mais velhas, recebi muitas dicas de minha mãe e gostava do trabalho. Só me incomodava, em todo final de expediente, ter que mostrar minha bolsa, para ser verificado se não estava levando nada da cozinha que fossem sobras de sobremesas perecíveis e não reutilizáveis.

Sai do restaurante para voltar para ocupação de babá, por causa do horário das aulas, dessa vez em uma casa de sala pequena, para uma pedagoga. A criança tinha onze meses de idade e frequentava a creche, meu trabalho era buscá-lo na escola as 16:00hs e cuidar dele até sua mãe chegar, o que acontecia um pouco antes de iniciar minha aula na faculdade. O nome da criança é Augusto, hoje tem cinco anos, fui sua babá até os dois anos de idade e sua mãe Carol o ensinou a me chamar de amiga. Ela também se tornou minha amiga, me ensinou muito sobre os tramites da universidade e o ofício de professora, com confiança no cuidado que dedicava ao Augusto.

De novembro 2013 a outubro de 2014, fui bolsista do Programa Mais Educação¹⁸, no qual desenvolvia oficinas na Educação Integral em quatro turmas do Ensino Fundamental, sob a orientação de duas professoras: Aparecida Arruda (Departamento de Educação-UFSJ) e Tatiana Polo (Departamento de Psicologia - UFSJ), vinculadas ao programa, pela parceria entre a prefeitura de São João del-Rei e a UFSJ, conciliava o trabalho na escola com o trabalho de Babá.

Dentro do Programa, eu planejava e ministrava oficinas caracterizadas como lúdicas, que fugissem ao tradicionalismo do ensino, avaliava o desempenho dos/as estudantes e os/as acompanhava na hora do almoço. Essa experiência aconteceu em duas escolas: a primeira na Escola Municipal Maria Tereza e a segunda na Escola Municipal Pio XII.

Na Escola Municipal Maria Tereza, onde trabalhei de novembro a janeiro, fase teste de implementação da Educação Integral na cidade. Eu ministrava oficinas de acompanhamento pedagógico, com o objetivo de estimular os/as alunos e alunas a realizarem as tarefas escolares e fortalecer a apreensão de conteúdos do tempo regular com atividades alternativas. Ao mesmo tempo em que me senti um pouco intimidada, por ser uma estudante do terceiro período do curso, já confrontava a sala de aula, com uma média de vinte e cinco crianças por turma. Conhecer a realidade do cotidiano escolar foi importante para minha formação, além desenvolver, logo cedo, a experiência de assumir uma responsabilidade enquanto professora.

¹⁸ “O Programa Mais Educação foi uma estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral” Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>> acesso em: Janeiro de 2019.

Essa demanda me instigou a me aprofundar nos princípios do pensamento Freireano, me possibilitando desenvolver um trabalho que atendesse melhor aos alunos e às alunas.

Fui transferida para a Escola Municipal Pio XII em março de 2014, com o objetivo de construir oficinas na mesma linha de trabalho. Com um pouco mais de experiência, e gozando de uma estrutura escolar física melhor, o trabalho foi mais exitoso para mim e para as/os estudantes. Aprendi muito ouvindo-os e busquei formas de atender as demandas dos/as estudantes com apoio da escola. Foi possível realizar aulas nas praças, atividades ao ar livre, passeios, porém, enfrentamos dificuldades com a adaptação da escola funcionando em dois turnos.

Nessa experiência aparece a primeira demanda por parte dos/das estudantes sobre as relações de gênero e sexualidade. Em uma das atividades, a proposta era que os alunos e alunas assumissem o papel de professor/a. Tomassem o giz e a lousa na intenção de ensinar para os/as colegas sobre algum tema que lhe fosse de interesse. Ao final das apresentações, debatíamos sobre a aplicação do saber proposto pelos/as colegas no cotidiano.

Quatro estudantes participaram dessa atividade como professores/as, ensinaram músicas, desenhos, uma receita, até um dos/as estudantes escrever no quadro o endereço eletrônico de um site pornográfico. A proposta era ensinar os/as colegas sobre sexo. O silêncio e certo pânico de minha parte se instaurou por alguns minutos, até o início do debate. A turma tinha faixa etária de 13 à 14 anos, apresentaram uma série de dúvidas, questões e informações desconhecidas sobre sexo e sexualidade. E alguns/mas estudantes, principalmente as meninas, preferiram não participar da discussão. Eu também não tinha formação nos estudos de gênero e sexualidades e sugeri que conversassem com os pais ou um adulto de confiança, sem certeza desse espaço de diálogo, como possibilidade.

Conversei com a coordenadora pedagógica sobre a possibilidade de encontrar profissionais de saúde para uma palestra. Pensei *a priori* na área da saúde, porque foi assim que eu aprendi. Lembro-me das palavras sobre sexualidade ainda na E.E. Ministro Gabriel Passos, principalmente no Ensino Fundamental II. O sexo era dado como perigoso, imagens de órgãos genitais desfigurados. Como usar um preservativo masculino, e os riscos da gravidez na adolescência, eram centrais e únicas pautas de discussão, relações homossexuais não eram sequer mencionadas na época.

A sexualidade atribuída a doenças, ao proibido, ou relacionado a promiscuidades, numa lógica muito repressora em relação à sexualidade. É uma abordagem de educação sexual, que produz uma formação cultural em que “acabamos carregando conosco uma gama de tabus,

preconceitos e sentimentos, muitas vezes, negativos, em relação ao sexo, o que acentua nossa dificuldade em falar abertamente sobre ele.” (FIGUEIRO, 2009, p. 142).

Os/as estudantes traziam questões sobre gravidez e métodos contraceptivos, ejaculações, masturbação e dúvidas sobre as mudanças no corpo, apresentavam comparações entre o metabolismo dos corpos. Relatei a situação no curso de Pedagogia, não conseguia mais desenvolver as oficinas sem entrar nesse debate. Junto à coordenação da escola não conseguimos levar uma palestra de formação.

A solução que encontrei foi confeccionar uma caixinha de dúvidas e informações, no qual os/as estudantes, anonimamente, depositavam suas questões. Levava essas dúvidas para casa, pensava sobre elas, e conversávamos sobre as questões ao final de cada aula. Apesar de na época estar cursando os primeiros períodos do curso de Pedagogia, hoje percebo que compartilhava do sentimento de muitas professoras e muitos professores da Educação Básica. Um sentimento compreensível de insegurança, dado a uma lacuna na formação docente para tratar as questões de gênero e sexualidade.

A Educação Sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos. Muitos deles se preocupam e sentem-se, em vários momentos, inseguros e até temerosos, diante dessa tarefa. Sabemos que todo o processo formativo dos professores, tanto no Magistério, quanto nas licenciaturas, não os tem preparado para abordar a questão da sexualidade no espaço da escola. Portanto, é compreensível o sentimento de insegurança e a preocupação. (FIGUEIRO, 2009, p.141)

Nesse mesmo ano, como parte do programa, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com a UFSJ, ofereceu para profissionais e bolsistas da Educação Integral do município um curso de aperfeiçoamento em educação integral semipresencial, de 180 horas. Intitulado ‘Escola e cidade’, ministrado pelo grupo TEIA- Territórios, educação, integral e cidadania¹⁹. Tal curso contribuiu significativamente para implementação das ações citadas e influenciou diretamente na minha trajetória.

Em outubro de 2014, fui selecionada para um projeto de extensão, em mais uma parceria entre a UFMG e a UFSJ, onde tive a oportunidade de estagiar em um curso de aperfeiçoamento a professoras e professores da Educação Infantil da microrregião Campos das Vertentes. Coordenado pelo Professor Levindo Diniz, esse projeto contava com uma

¹⁹“ O TEIA - Territórios, Educação Integral e Cidadania - criado em 2008, na Faculdade de Educação da UFMG, busca ser um núcleo de articulação entre várias ações de pesquisa, ensino e extensão no campo da educação integral e cidadania. Configura-se como um espaço de reflexão e intervenção voltado para a garantia da educação como um direito individual e coletivo, necessário para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.” Fonte: <http://teiaufmg.com.br/> acesso em novembro de 2017.

equipe, na época composta por duas estudantes do programa de Mestrado em Educação da UFSJ, Rafaella Naves e Karla Alves, um professor da Educação Infantil, coordenador do segmento do Ensino Fundamental de uma instituição privada, fotógrafo Wesley Santos, e duas outras estudantes do curso de Pedagogia, Guiomar Teixeira e Juliana Dias, sob coordenação das gestoras da Rede Municipal de ensino de Belo Horizonte, Cristina Castilho e Eliana Crepaldi.

Nesse projeto cumpri a função, em conjunto com outros bolsistas, de cuidar da estrutura física do curso, auxiliei em um esquema de tutoria às cursistas com visitas *in loco*, acompanhamos aulas e cuidávamos de alguns aspectos administrativos. Participamos de uma visita técnica na UMEI – Unidade Municipal de Educação Infantil Vila Estrela em Belo Horizonte, onde encontramos exemplos de novas possibilidades para construir a Educação Infantil, valorizando o brincar e o cuidado com a infância.

Em um desses seminários, o tema era Sexualidade Infantil, que contou com uma mesa de pesquisadoras do tema, entre elas a professora Claudia Ribeiro, da Universidade Federal de Lavras. A professora levou para a mesa a experiência do projeto “Tecendo Gênero e Diversidade Sexual nos currículos da Educação Infantil”, que consistiu na tentativa de desconstruir práticas de aprender, ensinar e inventar possibilidades metodológicas em torno da temática de gênero e sexualidade. Formando 500 professores/as atuantes no exercício da Educação Infantil, o curso alcançou as multipli-cidades em Lavras, Juiz de Fora, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Campinas e regiões vizinhas a esses polos. Do projeto “Tecendo...” foi elaborado um livro, que por feliz coincidência, conta com colaboração do responsável pela orientação dessa pesquisa, Roney Polato, e dos membros da banca de defesa desta dissertação, o professor Anderson Ferrari e a professora Constantina Xavier Filha.

Na época recebi um exemplar do livro com a dedicatória de Cláudia Ribeiro, com seguintes dizeres: “A Iuli, um pouquinho de tantas ideias e muitos sonhos em fazer a diferença na educação na Educação Infantil.” O livro foi das inspirações do meu projeto de TCC no curso de Pedagogia, que se dedicou a uma pesquisa bibliográfica, exploratória, da ação do professor homem na Educação Infantil, sob orientação da professora Jaqueline de Grammont de Araújo Machado.

Ao final desse projeto com a Educação Infantil, em dezembro de 2014, surgiu à oportunidade de conhecer a educação inclusiva, através do projeto de extensão da sala de recursos multifuncionais da UFSJ, sob coordenação da professora Cleuzilaine Vieira. O foco da sala de recursos era a inclusão de alunos/as surdos/as. Como bolsista do programa

Incluir²⁰, durante o ano de 2015, desenvolvi o trabalho de adaptar conteúdos do currículo escolar para estudantes surdos/as integrados/as a rede estadual de ensino da cidade de São João del-Rei. O projeto ofereceu capacitações quanto à educação inclusiva, onde pude aprender e compreender o básico da Língua Brasileira dos Sinais (LIBRAS) e a reconhecer a cultura surda como parte do meu contexto social. Além disso, participei da organização de seminários, ciclo de palestras e outros eventos referentes à educação inclusiva. Aos poucos outros acontecimentos, que não necessariamente foram experienciados no curso de Pedagogia, foram me aproximando das questões sociais.

²⁰ “O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.” Fonte: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>

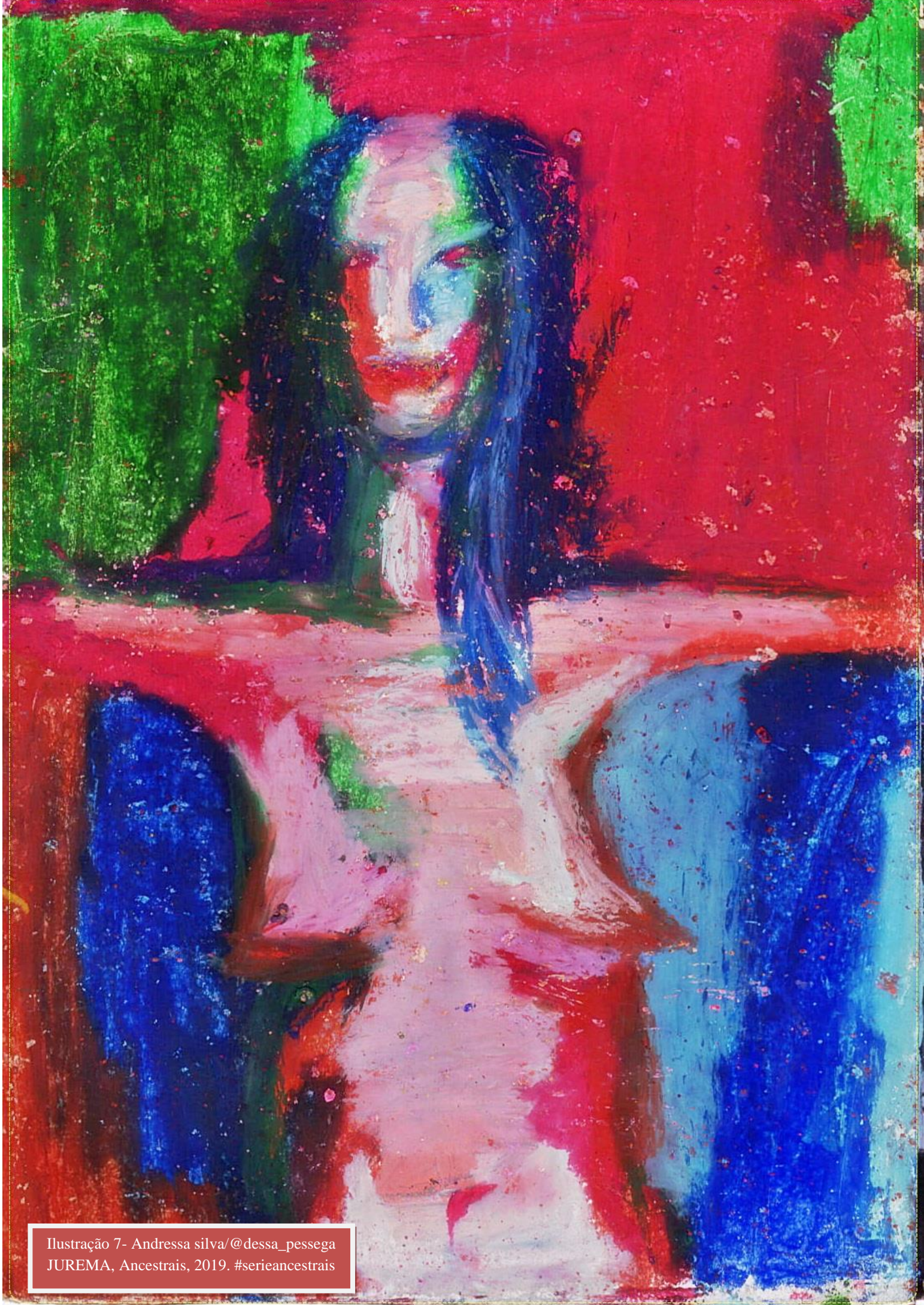


Ilustração 7- Andressa silva/@dessa_pesega
JUREMA, Ancestrais, 2019. #serieancestrais

1.4 - Cor e corte

A trajetória de aproximação com o tema, elaboração do projeto e a escrita desta dissertação não está desassociada da experiência da militância feminista, que se desencadeia do feminismo negro na militância do grupo de mulheres negras Dandara, de São João del – Rei. Passei a integrar o grupo durante o processo de transição capilar, em 2015, a convite de Guiomar Teixeira, que já compunha o grupo Dandara e atuava também na equipe CAEI. Curso de aperfeiçoamento na Educação Infantil. O grupo é formado por dezesseis mulheres negras e foi fundado em 2013. Na ocasião, estudantes da Universidade Federal de São João del-Rei se viam, por muitas vezes, silenciadas em coletivos do feminismo tradicional (branco) ou em grupos do movimento negro, composto também por homens.

A proposta do grupo é a ação e reflexão de temas que afetam a vida da mulher negra, em seus vários aspectos, dentre estes, a cultura africana e afro-brasileira, a marginalização dos sujeitos negros e a constituição subjetiva destes. O grupo atua junto ao público universitário e a comunidade externa sanjoanense.(...) O grupo foi criado, a partir de uma demanda de alunos da UFSJ – Universidade Federal de São João Del-Rei, que se propuseram a fazer uma intervenção na cidade, abordando a questão do racismo. Mulheres desse grupo articuladas na militância com mulheres brancas, sentiram a necessidade de auto – organização. Assim, o Grupo Dandara de Mulheres Negras da cidade de São João del – Rei, surgiu a partir da reunião de mulheres e homens negros com indagações semelhante quanto ao racismo presente na cidade. Posteriormente, o coletivo se concentrou em receber somente mulheres negras. (MELO, VEIGA, SANTOS, 2018, p. 5).

A atividade de acolhimento denominada ‘Café das pretas’²¹, foi a primeira das várias oportunidades de reunião de mulheres negras que o grupo proporcionou, seja por meio de cine debate – “CINEGRA, CINEGRINHA”, roda de conversa ou oficinas²². Atualmente, o grupo é formado por 13 mulheres negras atuantes, tendo passado pelo coletivo cerca de 30 mulheres que decidiram seguir por outras frentes, como a psicóloga e *rapper* Mari P. – Marina Paula²³. Os encontros rendem sempre momentos de desabafos das violências racistas e machistas

²¹ O Café das pretas é organizado para recepcionar mulheres negras que queiram conhecer o grupo. Detalhes disponíveis em https://ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=5626, www.vanufsj.jor.br/cha-das-pretas-um-misto-de-cha-e-alegria e <https://www.guiamaniaonline.com.br/todas-cidades/todos-bairros/.../cafe-das-pretas> Acesso em julho de 2017.

²² Destaco a organização da semana de consciência negra Dandara: Além do dia 20. Disponível em www.vanufsj.jor.br/dandara-alem-do-dia-20/ <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/71891.pdf> Acesso em julho de 2018.

²³ Mari P. lançou recentemente o clipe da “Musica Luta Dupla” protagonizado por mulheres negras, no cenário dos bairros São Geraldo, Araçá e Sr. Dos Montes, complexo periférico da cidade de São João de Rei onde reside a Rapper. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0rZZSvk1FiE> Acesso em Julho de 2018.

cotidianas, a partilha de alegrias, amores e dores, sentidas e confortadas pelo acolhimento, compreensão troca uma com as outras.

Mais que um grupo feminista político é um grupo de fortalecimento. Formado pelas experiências de mulheres destoantes em sua configuração familiar, orientação sexual, classe social e nos modos de “ser feminista”. No entanto, o que nos une é maior que as diferenças. Na condição de mulheres negras, aprendemos desde muito cedo a nos negar. Passamos pelo constrangimento de discursos sobre cabelo, o tom da pele, e sobreposições de classe e/ou orientação sexual. Passamos pelos olhares suspeitos de segurança em lojas e supermercados, sob a exploração e hiperssexualização do corpo negro, sob a falta de expectativa da sociedade e os olhares de estranhamento quando ocupamos uma cadeira universitária. Tudo isso faz do nosso encontro uma explosão de anseios para a mudança dessa sociedade. (VEIGA, SANTOS, MELO, 2018, p. 6).



Figura 2– Grupo Dandara em reunião encerramento do ano de 2016. (da direita) Maria Tereza, Karla de Paula, Karina de Paula, Amanda Veiga, Barbara Quintino, Jenny Souza, Cícera Rosa, Juliana Oliveira, Barbará Rdea, Damyanna Silva, Iuli Melo (de pé) Guiomar Teixeira e Bruna Santos. Fonte: Acervo Dandara.

As ações do grupo Dandara também são articuladas com outros segmentos do feminismo e do movimento negro da cidade, com a experiência de articulação com o coletivo Carcará²⁴ e frentes feministas de movimentos sociais, ocupando e resistindo nos espaços políticos. O debate sobre cultura do estupro chega até mim nesse contexto.

Em São João del-Rei, temos um grupo feminista que se organiza majoritariamente de forma virtual e agrega todos os coletivos e frentes da cidade, além de ativistas independentes.

²⁴ “O Coletivo Carcará é um grito de mulheres que se organizam em São João del Rei com o propósito de romper com as amarras do machismo e da opressão na sociedade.” Fonte: <http://coletivocarcara.blogspot.com/> Acesso em: Julho de 2018.

O grupo “Vamos Juntas SJDR²⁵”, no *Facebook*, foi criado com o objetivo de evitar estarmos sozinhas. Compreendemos que no contexto atual é perigoso andarmos sozinhas nas ruas, principalmente à noite. O grupo funciona como uma estratégia de prevenção, denúncia e enfrentamento as violências sexuais.

O grupo que conta com setecentas e vinte mulheres, é também espaço de denúncias, informações, conversas, divulgação de serviços e eventos. Através do grupo “Vamos Juntas SJDR” foi organizado um ato, “Nem uma a menos”, que uniu forças a protestos contra a cultura do estupro em todo país, organizado em função do estupro coletivo que aconteceu no Rio de Janeiro. Já próxima dos estudos de gênero, as discussões nas redes sociais me tomaram a atenção. Fui me aprofundando nos estudos sobre o tema, acompanhando os movimentos e a repercussão do caso. Optei pelo tema da cultura do estupro para meu projeto de mestrado, quando percebi a urgência da questão, a partir da escrita do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) em Pedagogia da Universidade Federal de São João del-Rei.

Neste trabalho, intitulado “Efeitos da Feminização da docência na ação do professor homem na educação: Análises de pesquisas recentes”, em uma pesquisa bibliográfica, exploratória, analisei três dissertações de mestrado que investigaram as representações e o ingresso de professores homens na Educação Infantil. Meu interesse era pela ação de professores homens em um ambiente feminizado.

A pesquisa mostrou um cenário de estranhamento e, principalmente, de vigilância, quanto ao contato do professor homem com as crianças, por exemplo, na hora de levá-las ao banheiro. Em uma das pesquisas que compuseram meu trabalho, o autor afirma ser normal a desconfiança e o estranhamento quanto ao professor homem na escola; no entanto, ele atribui a razão aos casos de pedofilia veiculados pelas mídias, e contava como ele mesmo vivenciou a experiência de estranhamento quando assumiu uma turma de Educação Infantil. “Convivi com o olhar espantado do/as funcionário/as da escola e dos pais e mães das crianças. Algumas mães questionaram a diretora sobre quem levaria a sua filha ao banheiro.” (SOUSA, 2011, p. 47).

Por que há tanto medo de que um homem toque crianças ou as leve ao banheiro? Qual a motivação de uma vigilância constante na ação de profissionais de educação do gênero masculino? Isso é cultura do estupro? As inquietações me trouxeram até o programa de mestrado. O fazer da pesquisa de trabalho de conclusão de curso, aliado à minha militância e

²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/272327046436119/> acesso em novembro de 2017.

as orientações e estudos encaminhados pelo professor Roney Polato se desdobram na pesquisa aqui se segue.

Após o exame de qualificação, com a mediação da Professora Carolina Bezerra, passei a integrar e construir o coletivo de mulheres da UFJF – Marielle Franco. O coletivo é composto majoritariamente por professoras da UFJF, no qual também atuam técnicas administrativas e estudantes com pesquisas relacionadas ao tema das violências de gênero. O coletivo desenvolve ações voltadas para acolhimento de vítimas das violências sexuais, formação e pesquisas para o enfrentamento a cultura do estupro no ambiente acadêmico.

Coletivo "Marielle Franco- Mulheres UFJF" é um coletivo formado por docentes, TAEs, funcionárias terceirizadas e discentes de várias unidades da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem como objetivo promover ações de escuta, acolhimento, apoio e atenção às vítimas de assédio moral, sexual, estupro e diversas outras violências contra a mulher, independentemente da sua orientação sexual e identidade de gênero, existentes no ambiente acadêmico, pautando o enfrentamento à cultura do estupro. (Coletivo Marielle Franco, 10 de junho de 2018²⁶)

O coletivo foi fundado um mês após o assassinato de Marielle Franco, mulher negra, periférica, defensora dos direitos e das minorias, vereadora do Rio de Janeiro, brutalmente assassinada no dia 14 de março de 2018. A ela fazemos referência e buscamos inspiração, defendendo a permanência e ocupação das mulheres no ambiente universitário. O coletivo surge do rompimento do silêncio de alunas que buscaram com as professoras, confiança e conforto para relatar casos de assédio sexual e moral cometidos por professores da UFJF, diante da insegurança de oficializar as denúncias aos canais formais da instituição.

Sabemos que por diversos motivos muitas mulheres não formalizam denúncias pelo medo de represálias e do comprometimento não só de suas carreiras e vidas acadêmicas, como também de seus empregos. Ocorre que a ausência da formalização da denúncia e, conseqüentemente, da apuração dos fatos, acaba gerando um ciclo de impunidade que se perpetua fazendo novas vítimas. Existe ainda outro medo por parte das vítimas: serem duplamente violentadas. A primeira violência vem do assédio a que foram submetidas e a segunda pela descrença e desconfiança em relação ao conteúdo de suas denúncias – procedimento, infelizmente, recorrente nessas situações, que acaba por intimidar as vítimas e fazer com que um possível processo de apuração das denúncias não tenha continuidade. Embora institucionalmente a UFJF venha tomando providências, sobretudo nas ações da reitoria, ainda assim é patente que o número de denúncias e pedidos de socorro das discentes, docentes, servidoras e funcionárias terceirizadas tem aumentado. Isso acontece porque muitas delas têm medo de recorrer aos canais institucionais e acabam vendo como uma opção procurar docentes, em geral, mais próximas de seu cotidiano, com as quais já criaram algum vínculo e uma relação de confiança e segurança, seja pela proximidade, seja pelo fato de que as docentes abordam essas temáticas em suas aulas, seja, ainda, por essas terem se tornado

²⁶ Carta de apresentação do Coletivo de Mulheres da UFJF- Marielle Franco. Disponível em <https://www.facebook.com/coletivomariellefrancoUFJF/> Acesso em: dezembro de 2018.

profissionais de referência quanto ao assunto em seus cursos. (Coletivo Marielle Franco, 10 de junho de 2018).

Coletivos de professoras engajados no enfrentamento às violências sexuais nas universidades são uma ação recente, outros dois exemplos estão na USP – Universidade de São Paulo e na UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas, com o objetivo introduzir, no regimento das universidades, políticas específicas para as particularidades de gênero das violências sexuais. Com exceção da Unicamp, que conseguiu implementar recentemente essas mudanças, as universidades brasileiras tratam os casos de violências sexuais dentro do procedimento padrão de sindicâncias e processos administrativos, que não consideram a mulher vítima de violências sexuais como parte do processo de apuração, sendo o servidor envolvido no caso considerado como acusado. A pessoa lesada cumpre na denúncia o papel de testemunha, muitas vezes sem o acolhimento adequado diante da violência.

Poderíamos, a princípio, imaginar que a universidade seria, a priori, um espaço plural, de acolhimento da diversidade, do debate de ideias. Mas o reduzido número de pesquisas sobre a questão da violência contra a mulher no ambiente universitário – em nosso levantamento sobre essa questão na UFJF encontramos apenas uma pesquisa sobre o tema –, nos fez perceber que essa crença não condiz com a realidade. Esquecemo-nos de que, infelizmente, esse é mais um espaço de reprodução de todas as contradições da formação histórica, política e cultural do nosso país: o racismo, o preconceito e as diferentes discriminações presentes na sociedade, assim como o machismo, sexismo e todos os tipos de fobia e tabus com relação à sexualidade. (Coletivo Marielle Franco, 10 de junho de 2018)

No primeiro mês de formação do coletivo, acompanhamos quatro denúncias de assédio, protocoladas na ouvidoria da UFJF. O trabalho do coletivo se divide em comissões de acolhimento, acompanhamento das denúncias e estudos dos regulamentos da instituição para casos de violências sexuais, formação e organização de eventos.

Compreendemos que para escutar, acolher e acompanhar as vítimas se fazia urgente uma articulação entre as docentes, TAEs e funcionárias terceirizadas de toda a UFJF. Nesse sentido, julgamos necessária a criação de um espaço onde pudéssemos pensar não apenas em uma formação, um preparo para essa escuta, mas também no acompanhamento das políticas institucionais da UFJF nesse campo.(...) gostaríamos de ressaltar que é por acreditarmos que essa iniciativa contribuirá para a criação de espaços e ambientes acadêmicos mais saudáveis e humanizadores, possibilitando um ganho qualitativo para toda a universidade, no que diz respeito tanto à produção de conhecimento, quanto à formação ética e crítica de toda a comunidade acadêmica, que prime pelos direitos humanos, pela igualdade, comprometida com as questões sociais do seu tempo e com a garantia de uma sociedade mais justa e equânime entre homens e mulheres, que fundamos o coletivo de mulheres (Coletivo de Mulheres da UFJF - Marielle Franco, 10 de junho de 2018).

Minha atuação tem se dado majoritariamente na comissão de acolhimento, na escuta dos relatos, na atenção aos silêncios, ruídos e gritos corajosos. As ‘vítimas’ procuram o coletivo, na maioria das vezes, buscando apoio para seguir com a denúncia, cientes da dificuldade do processo e das possibilidades de revitimação. Quando questionadas sobre a expectativa com a denúncia, a resposta mais ouvida tem sido: “*Eu não quero que outras mulheres passem por isso*”.

Nessa experiência, o que tenho apreendido sobre as consequências de se fechar olhos para a violência, é que as consequências das violências sexuais não podem ser reparadas, restituídas às vítimas no aspecto social, físico e psicológico. Que em se tratando de instituições de educação, do mesmo jeito que defendemos que as crianças que passam fome não têm as mesmas condições e oportunidades para aprender, as mulheres universitárias sujeitas às violências sexuais não têm as mesmas condições e oportunidades para estudar e participar da vida universitária. E que o mínimo das providências que podem ser tomadas, passa por um acolhimento que reconheça a humanidade das vítimas, em que a palavra *delas* não é taxada como uma palavra de *louca*. A experiência no coletivo molda essa pesquisa, no reforço a urgência do campo da educação para abraçar essa questão, educando as pessoas sobre a cultura do estupro.

Militante é uma identidade que ganhei ao longo desse percurso acadêmico, por tentar romper com esses silêncios. Uma identidade que assumo mais associada a minha formação pedagógica, do que na minha construção de mulher negra e feminista. É uma militância negra e feminista à medida que é pedagógica. Resguardo os princípios do pensamento freiriano que nos orienta reconhecer as várias formas de saber, ao diálogo com a leitura de mundo dos educandos, a aceitar o novo e a romper com qualquer forma de rejeição e discriminação. (FREIRE, 2002)

Para Paulo Freire (1997), isso implica em assumir uma postura de professor/a progressista, que não se constitui de forma fácil, mas trata-se de uma das frentes de uma luta maior, de transformação profunda da sociedade brasileira. “A linguagem que usamos para falar disto ou daquilo e a forma como testemunhamos se acham, porém, atravessadas pelas condições sociais, culturais e históricas do contexto onde falamos e testemunhamos.” (FREIRE, 1997 p.53). Paulo Freire, traz a convicção, na qual identifico *o interdito*, de que podemos falar de certos valores ou assuntos em determinadas áreas, mas que, no entanto, podemos testemunhar. (FREIRE 1997, FOUCAULT, 1996)

Enfatizemos a importância do testemunho de seriedade, de disciplina no fazer as coisas, de disciplina no estudo. Testemunho no cuidado com o corpo, com a saúde. Testemunho na honradez com que o educador realiza sua tarefa. Na esperança com que luta por seus direitos, na persistência com que briga contra o arbítrio. As educadoras e os educadores deste país têm muito o que ensinar, ao lado dos conrefirlos, aos meninos e meninas, não importa a que classe pertençam. Têm muito o que ensinar pelo exemplo de combate em favor das mudanças fundamentais de que precisamos, de combate contra o autoritarismo e em favor da democracia. (FREIRE, 1997, p.53)

Esse testemunho se dá de forma mais eficaz, segundo o autor, de modo em que assumimos a legitimidade de mudar de posição e as razões que contribuem para que isso aconteça. Sem a relação entre a figura do professor ou professora como sujeitos perfeitos, livres de falhas e equívocos.

Os educadores progressistas precisam convencer-se de que não são puros ensinantes – isso não existe – puros especialistas da docência. Nós somos militantes políticos porque somos professores e professoras. Nossa tarefa não se esgota no ensino da matemática, da geografia, da sintaxe, da história. Implicando a seriedade e a competência com que ensinemos esses conteúdos, nossa tarefa exige o nosso compromisso e engajamento em favor da superação das injustiças sociais. (FREIRE, 1997, p.15).

É no resguardo desses princípios, e no entrelaçamento das experiências aqui relatadas que se constituem os processos de pesquisa e pesquisadora. Que na aproximação com perspectiva pós-estruturalista orientam essa escrita para buscar analisar os discursos feministas acerca da apropriação do conceito de cultura do estupro. É, portanto, no próximo tópico apresento os pressupostos teóricos da perspectiva teóricos metodológicos pós-estruturalista para ampliar essa relação.

2- A perspectiva teórica metodológica pós-estruturalista

O pós-estruturalismo compõe o grupo das teorias pós-críticas, junto ao pós-modernismo, estudos culturais, estudos *Queer* e as filosofias da diferença. Desenvolve-se como *método* a partir da ação de pesquisadores e pesquisadoras que se inspiraram nos modos de interrogar, analisar e desconstruir textos, de filósofos que constroem as teorias pós-críticas como Michel Foucault, Félix Gatarri, Gilles Deleuze. “É sob-rasura, portanto, que usamos as estratégias de seus métodos como inspiração, sabendo de antemão que nenhum desses filósofos quis apresentar um método de pesquisa” (PARAÍSO, 2012, p. 25).

Nesse sentido, para uma análise de discurso, buscamos observar e descrever com o maior detalhamento possível os jogos que instituem as referências de normalidade e de

diferença como procedimentos fundamentais de hierarquização e exclusão. E assim, tentar demonstrar pela análise, como poder e dicotomia se exercitam e as dicotomias e oposições são hierarquizadas. (LOURO, 2007).

Numa perspectiva foucaultiana, entendemos que as sociedades se organizam em regimes de verdade. Isto é a ‘política geral’ de verdade, os tipos de discursos que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiros. Discursos que são submetidos a mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados dos verdadeiros e falsos, de forma que se elege em hierarquias uns e outros, valorizando-os na obtenção da verdade, o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2006)

Os acontecimentos surgem da interação dos corpos, sob o qual as práticas discursivas, já postas como uma “complexa grelha” estabelece a verdade de um acontecimento. E a partir daí se constitui a história de quem somos (TEMPLE, 2011). Michel Foucault questiona, ao longo de suas obras, os processos histórico-culturais que produziram os enunciados de acontecimentos como verdadeiros - Quem? Como? Onde? Por quê? – uma vez que se considera que “Os sistemas filosóficos tradicionais estabelecem um vínculo originário entre sujeito e conhecimento, de modo que a natureza do sujeito é designada como origem e fonte da verdade.” (CANDIOTTO, 2006, p. 65).

Nesse jogo de verdades e práticas de si, pode-se identificar os movimentos feministas, com discursos que constroem estratégias para subversão da dependência e do controle das verdades construídas sobre o sujeito mulher, pelo olhar masculino. Processos que afetam de forma individual, a subjetivação, que se dá em contextos históricos, no qual, devem ser considerados, em sua ampla diversidade. Conforme a época e o tipo de formação social, que não são compactas ou definitivas, há sempre fendas possibilidades éticas e estéticas em jogo como linhas de fuga. (FISHER, 2002).

Tal condição de “diferença”, “anormalidade” ou “maldição” feminina tem recebido os tratamentos mais variados ao longo da história da cultura ocidental. Na mídia de nossos dias, os modos como se constroem representações da afetividade, do corpo, da sexualidade da mulher de todas as faixas de idade e de todas as condições sociais indicam uma tensão entre as inúmeras conquistas das lutas feministas e aqueles universais que, entre outras posições, colocam a mulher entre a falta e a sedução. (FISHER, 2001, p. 592)

Para Judith Butler (2014) um corpo determina as condições e possibilidades de experiências e desse modo se define no campo de inteligibilidade governada por uma norma.

Uma norma não é mesmo que uma regra ou uma lei, opera em meio a práticas sociais com um padrão explícito de normalização. Geralmente se apresentam implícitas, difíceis de ser percebidas, porém são dramaticamente percebidas no efeito que elas produzem. “Embora uma norma possa ser analiticamente separada das práticas nas quais ela está inserida, também pode mostrar-se recalcitrante²⁷ a quaisquer esforços de descontextualização de sua operação.” (BUTLER, 2014, p.252).

Assim, o governo da norma pela inteligibilidade, permite que determinadas práticas e ações sejam reconhecidas e legitimadas através de parâmetros do que será e não será reconhecido como domínio do social. Os corpos inteligíveis são circunscritos na relação que o gênero (social) é o destino e o sexo (biológico) a norma, sendo a sexualidade construída de acordo com as disposições naturais de um corpo. Uma premissa que nos arrasta a produção e reprodução da heterossexualidade compulsória. (KLEAIM, 2016).

A questão acerca do que estará excluído da norma estabelece um paradoxo, pois se a norma confere inteligibilidade ao campo social e normatiza esse campo para nós, então estar fora da norma é continuar, em certo sentido, a ser definido em relação a ela. Não ser totalmente masculino ou não ser totalmente feminina é continuar sendo entendido exclusivamente em termos de uma relação a “totalmente masculino” e “totalmente feminina”. (BUTLER, 2014, p. 253).

Portanto, Judith Butler defende o gênero como norma, pois o contrário seria assumir que não existem normativas de feminilidade e masculinidades, que de forma evidente existem. Dessa forma, o gênero não é exatamente o que alguém “é” ou precisamente o que alguém “tem”, “Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume” (BUTLER, 2014, p. 253).

Assim não perdemos de vista o ponto de vista crítico, onde se manifestam as permutações de gênero que não se encaixam em binarismos, tão parte do gênero quanto seus exemplos mais normativos. Sendo assim, da mesma forma que o gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são naturalizadas, pode ser um aparato de através dos quais esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados.

Manter o termo “gênero” em separado de masculinidade e feminidade é salvaguardar uma perspectiva teórica que permite analisar como o binarismo masculino e feminino esgotou o campo semântico de gênero. Quer estejamos nos referindo à “confusão de gênero”, “mistura de gêneros”, “transgêneros” ou

²⁷ Recalcitrantes é sinônimo de desobediente, teimoso, obstinado. Análise da norma separada das práticas sociais podem paradoxalmente ser contextualizadas na operação de práticas sociais.

“crossgêneros”, já estamos sugerindo que gênero se move além do binarismo naturalizado. (BUTLER, 2014, p.254).

Assim, uma das premissas que orientam os modos de fazer pesquisa pós-estruturalista é a compreensão de que vivemos um tempo de mudanças no campo da educação. As condições sociais, as relações culturais, as desigualdades, os movimentos sociais, a política e entre outros, os modos de aprender e ensinar, estão sendo transformados. Dessa forma, educamos e pesquisamos em tempos que produz “descontinuidade das crias, criações e criaturas da modernidade.” (PARAISO, 2014, p.29) Passa-se a reconhecer as múltiplas identidades dos sujeitos, compreendendo que elas se articulam em relações de poder e saber entre grupos e instituições. E, portanto, circunscrevem as práticas sociais e culturais discursivas e não discursivas.

Ao me aproximar da perspectiva teórico-metodológica pós-estruturalista, as novas formas assumem-se novas formas de conhecer, admitindo que este é um processo sempre incompleto. “Implica entender que qualquer verdade ou certeza (incluindo, obviamente, as nossas) está ancorada no que é possível conhecer num dado momento, portanto é provisória, situada” (LOURO, 2007, p. 241).

A perspectiva pós-estruturalista possibilita, portanto, seguir a linha de fuga da trajetória de militância feminista, na consonância que reafirma que nenhum uso do discurso e suas formas simbólicas são imparciais ou neutras, mas estabelecem e mantêm relações de poder e dominação. Dessa forma, a Educação é vista de um campo mais amplo, intimamente atravessado pela cultura. E se agrega a experiência com o feminismo negro, no rompimento com olhar referencial, predominante masculino, branco, heterossexual: “agora passa a ser visto com outras identidades, múltiplas, fluídas, cambiantes, às quais foram ocultadas historicamente pelo discurso hegemônico.” (DINIS & PEREIRA, 2015, p. 10).

Para tanto é preciso aceitar ou reconhecer essa afirmação da identidade negra, como uma experiência de si, o desprendimento da identidade de “outro” cristalizada no discurso hegemônico. Que possibilitava aos indivíduos o “ocupar consigo mesmo”, em práticas racionais e voluntárias – “pelas quais os indivíduos não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se e modificar seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilos” (FOUCALUT, 1983, p.199).

A experiência em Michel Foucault, não funda o sujeito, mas produz processos de dessubjetivação (CASTRO, 2009), ou seja, “Algo capaz que arrancar o sujeito de si mesmo,

fazendo-o desprender-se de si mesmo de forma que ele/ela não seja mais o mesmo” (FERRARI, 2013, p.17). Dessa forma, para Michel Foucault, em relações de controle ou dependência o sujeito é aquele ou aquela que de alguma forma está submetido ao outro ou consigo mesmo/a, em amarras da própria identidade através das práticas de si.

Estão, em jogo, portanto dois modos de entender o sujeito, que não se negam mutuamente, mas que evidenciam a complexidade do tema, tal como é tratado por Michel Foucault: ao mesmo tempo em que o sujeito está sempre, de alguma forma submetido nas relações de dependência e controle, está também permanentemente imerso em inúmeras práticas, nos diferentes espaços institucionais em que é chamado a olhar para si mesmo, a constituir para si, verdades sobre si mesmo. (FISHER, 2002, p. 153).

Nesse sentido, durante a trajetória dessa pesquisa, fui interpelada quanto a um recorte étnico-racial da pesquisa. “*Mas não tem recorte?*”. Não, não tem recorte. O estranhamento a minha resposta surge do confronto com minha imagem de mulher negra e periférica. Afirmar que não tem recorte soa a esses/as interlocutores/as, muitas vezes imersos/as na historiografia homogênea, como a falta de preocupação em pontuar a experiência de mulheres negras e pobres frente à cultura do estupro.

A afirmação da minha identidade negra intrínseca a essa pesquisa, se dá em construção de forma interseccional, na qual identifico as vivências de experiência enquanto mulher negra, periférica e bissexual, confrontadas, relacionadas e afetadas por outros sujeitos e com outros sujeitos dissidentes, e pela “norma”. Identidades dissidentes, em que o encontro não como sujeitos de pesquisa, mas como pessoas que passaram por esse caminho, na escuta, na troca, em aulas, na militância. Professores, amigos, crianças, pessoas que só passarão para contar sua história e de alguma forma me fizeram questionar a importância dessa pesquisa e a responsabilidade de pesquisadora.

Dessa forma a análise da diferença é dada no conceito de interseccionalidade, que deriva da influência do Feminismo Negro. O feminismo negro é uma das tendências feministas que historicamente tem procurado subverter a hierarquização de saberes, tencionando e disputando a narrativa dominante, partilhando processos de resistência. Como pode ser visto ainda no século XIX, no discurso de Sojourner Trust, intitulado “Não sou eu, uma mulher?”, e nas obras de intelectuais negras situadas na década de 1970 e na contemporaneidade como Ângela Davis (2016), bell hooks (1995; 2015), Lélia Gonzalez (2008), Sueli Carneiro (1989;1993), Djamilla Ribeiro (2017).

A atenção à diferença é uma reivindicação que ganha espaço no final da década de 1980, as feministas pós-coloniais – feministas do terceiro mundo – evidenciaram a

necessidade de articular gênero, sexualidade, raça/etnia, classe, religião e nacionalidade. Assim, à medida que o gênero refirma o caráter social do feminino e masculino se faz necessário considerar os diferentes momentos históricos e sociais. Dessa forma, o gênero em relação constitui as mais diversas formas de poder, situadas em circunstâncias culturais, políticas e econômicas particulares. A compreensão do conceito de gênero segue essa tendência, lido como uma variável teórica que não pode ser separada de outros eixos de opressão. (CARNEIRO, 1993; BRAH, 2006). Nas palavras Avtar Brah:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária. (BRAH, 2006, p. 341).

De acordo com Adriana Piscitelli (2008), a partir de 1980, essa perspectiva passa ser reconhecida, outras autoras como Joan Scott, Marilyn Strathern, Donna Haraway e Judith Butler que passam a evidenciar a relevância da análise conjunta da diferença, ainda que privilegiando a categoria gênero. Donna Haraway, citada por Adriana Piscitelli (2008), propõe a historicização das categorias como sexo, carne, corpo, biologia, raça e natureza, para assim permitir pensar na emergência de corpos marcados por diferenças, “em uma perspectiva na qual a natureza não fosse imaginada como um recurso para a cultura, ou como o sexo para o gênero” (p. 266). Os estudos sobre as diferenças cresceram na década de 1990, com a pressão dos movimentos políticos, surgindo assim a formulação dos conceitos categorias de articulação ou interseccionalidade. (PISCITELLI, 2008).

No entanto, deste cenário de debates, creio que é importante apontar, dentre outras questões, que essas relevantes formulações de preocupações sobre articulações de diferenças nos anos 1970 provinham de campos não necessariamente – e apenas – acadêmicos, mas também, e marcantemente, de coletivos de ativistas feministas negras e lésbicas. É problemático constatar que poucas teóricas do que poderia ser chamado atualmente de “campo feminista de estudos interseccionais” considerem a importância do manifesto e das atuações políticas desse e de outros coletivos como um marco relevante para o pensamento que procura compreender o entrelaçamento de marcas de diferença na construção (ou não) de desigualdades. E é também digno de nota que uma parte dos trabalhos contemporâneos tende, de distintas formas, a secundarizar, ou simplesmente a ignorar, o papel dos Black Feminisms no novo impulso fundador da reflexão interseccional nos anos 1970) (HENNING, 2015, p. 107).

Dessa forma, a análise da diferença pelo viés interseccional está implicada na via central de pesquisa, que é questionar os regimes de verdade, as normas que estabeleceram as violências sexuais no âmbito da naturalização, compreendendo o poder, como descentralizado, mas, não desconsiderado da política e da economia, e passa a ser percebido em extensão nas relações humanas: “Há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político” (FOUCAULT, 1984, p. 267). Nesse sentido “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearmos”. (FOUCAULT, 1996, p.10).

2.1- Entre outros conceitos: Poder e violência.

Neste tópico uso como referência o livro “Poder, normalização e violência: Incurções foucaultianas para a análise da atualidade (2013) no qual na apresentação”. A organizadora, Isabel Cristina Friche Passos, coloca como objetivo do livro, a pretensão de superar de forma didática dois mitos que circulam no meio acadêmico e dificultam a compreensão e uma aproximação íntima com o pensamento de Michel Foucault. O primeiro mito supõe que Foucault teria produzido uma visão monolítica e pessimista do poder, vendo o poder como algo que domina tudo, sem brechas; esse mito faz ressonância com uma grande dificuldade, que observamos quando damos cursos sobre Foucault ou em textos críticos ao pensamento foucaultiano, de nos desvencilharmos de uma concepção essencialista e meramente negativa do poder. O segundo mito, igualmente equivocado, seria de que Foucault negaria o sujeito. Tal mito tende a afastar ou, ao menos, a deixar reticentes em relação ao filósofo, abordagens teóricas que privilegiam a subjetividade. (PASSOS, 2013, p.8)

Michel Foucault trabalha numa perspectiva histórica no qual o poder é central, a partir de 1970, onde explora as formas societárias de agenciamento de diferentes formas de exercício de poder. - poder disciplinar, bio-poder e governamentalidade. Formas que são (re)modeladas pelas sociedades modernas no decorrer dos séculos XVII e XVIII, consolidadas no século XX, nos quais se evidenciam os diversos movimentos de contestação social de revoltas em defesa das minorias, incluindo o movimento de liberação das mulheres, o feminismo. Abordar o poder no pensamento foucaultiano, implica em abandonar as noções de dicotomia em mera oposição à dominação, implica em olhar pelo ângulo da complementaridade (PASSOS, 2013).

Começo por assinalar a dificuldade que temos de resistir a uma sub-tancialização da noção de poder, compreendendo-o como coisa, como algo que se possui, e não como estratégia e, ao mesmo tempo, efeito de uma ação sobre a ação dos outros que está sempre presente nas relações entre indivíduos e grupos e por elas sendo mobilizado. O poder, em Foucault, será tratado como um exercício ou como um jogo de forças instável e permanente, e não como um atributo que se possui ou não, ou como coisa da qual podemos nos apoderar, tomar posse, sentido este fundado na própria evolução etimológica da palavra poder. (PASSOS, 2013, p.9)

Segundo Michel Foucault (2004), o poder é descentralizado, mas, não desconsiderado da política e da economia, e passa a ser percebido em extensão nas relações humanas: “há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político” (FOUCAULT, 2004, p. 267). O exercício do poder pode se dar em manobras, técnicas e disposições, que podem ser resistidas, contestadas ou respondidas, aceitas e transformadas.

Isabel C. Friche Passos (2013), trata da dificuldade de compreender o poder como produtivo, que pode derivar da experiência com regimes totalitários, presente na história política recente, na qual se apresentam totalitarismos sanguinários dos últimos séculos - podemos citar o genocídio dos povos indígenas e a escravização do povo negro, além de regimes ditatoriais violentos no Brasil e na América Latina, que instituem uma visão de poder massacrante e negativa, destruidora de toda forma legítima e democrática. Além da característica que é arraigada à nossa cultura política e social nacional, a autora cita Marilena Chauí (1981), que o descreve como um herança do período colonial, “e que nos leva, quase automaticamente, a associar poder com arbitrariedade, violência e subjugação do outro” (PASSOS, 2013, p. 10).

Uma dificuldade que estaria ainda engendrada a noção de poder, produtiva e multifacetada é a familiaridade com dois enfoques ainda dominantes em que é pensado o poder, numa perspectiva foucaultiana, em termos jurídicos: direito da lei, ou seja, da interdição da censura ou como numa perspectiva de aparelhamento do estado, ou como dominação de classe, que se configuram como essencialmente repreensivos. Sendo que a última visão carrega resquícios da representação do poder monárquico, soberano. Acontece que, independente do governo dos homens e muito antes do poder do estado, houve relações de poder. E elas não assumem pura relação de dominação ou violência. (PASSOS, 2013)

Nesse sentido, é possível observar a partir de um olhar crítico que questione os regimes de verdade estabelecidos em relações de poder desiguais, o poder dos povos negro e indígenas na resistência a colonização Portuguesa. Para tanto, implica em reconhecer que a subjetividade de indígenas e africanos não se dava ausência de saber ou valores civilizatórios.

Uma vez que o saber para Michel Foucault, são práticas discursivas, que engendram novos objetivos e problematizam experiências em práticas sociais efetivas (PASSOS, 2013). A cerâmica, a culinária, a agricultura, músicas danças, arquitetura, idiomas, literatura entre outros, dizem de práticas sociais nativas e africanas que deram e dão a constituição de modos de subjetividades distribuídas em formas específicas relações de poder. (PASSOS, 2013).

Michel Foucault propõe, em um primeiro momento, levarmos a sério, e não apenas tomarmos como metáfora, o modelo da guerra, para podermos pensar o poder como embate permanente de forças, como construção de estratégias e táticas que permitem operar a produção de alguma coisa: desejos, prazeres, objetos, indivíduos. A violência pode ser um instrumento, mas não é um princípio constitutivo da natureza do poder. (PASSOS, 2013, p.12)

Nesse sentido as formas de poder tradicionais intrínsecas à história das mulheres, dos negros e indígenas, que não devem ser ignoradas por operar por meio de estratégias sutis de adestramento a uma conformação física, política e moral dos corpos, por meio de um poder disciplinar, com resquícios do poder absoluto. Estratégias que foram atualizadas ou substituídas por uma tecnologia, na qual o poder opera em estratégias minuciosas e calculadas de sujeição. Esse tipo de poder opera por meio de estratégias, táticas e técnicas sutis de adestramento: uma conformação física, política e moral dos corpos. “Para conseguir a sujeição dos corpos, a disciplina precisa, no entanto, pressupor a liberdade” (PASSOS, 2013, p.12).

Não é à toa que este tipo de poder desenvolve-se plenamente em continuidade com os valores liberais burgueses de igualdade e liberdade da sociedade moderna. Na História da loucura, Michel Foucault mostra, precisamente, como o ato mítico de libertação dos “loucos acorrentados” por Pinel, se não real, é, simbolicamente, importantíssimo, pois revelador de uma nova e “real” necessidade de liberdade dos corpos, para que um novo tipo de autoridade, produzida pelo poder disciplinar, se instaure e realize, sob um novo e consentido aprisionamento moral, a docilização dos loucos para sua submissão ao tratamento. A sujeição dos loucos, no reconhecimento do poder e do saber soberanos do médico sobre sua loucura, é a nova relação de poder que a psiquiatria inaugura nesse domínio de experiência. O silenciamento da loucura e seu confinamento eficaz no saber especializado subentendem a liberdade do indivíduo para consentimento e legitimação deste poder, sem o qual não há possibilidade de tratamento. (PASSOS, 2013, p.12)

Na primeira obra sobre sexualidade Michel Foucault, amplia a descrição do poder disciplinar na perspectiva de biopoder, na qual o poder disciplinar da à origem a todos saberes especializados sobre o “homem” – as ciências humanas. Dessa forma, o poder atua sobre os microcorpos, dos indivíduos, agindo primeiro sobre a sociedade e tomada para um corpo social a regulares em instituições sociais- escolares, produtivas, médicas, corretivas etc.,

seguindo o modelo de disciplina dos conventos, se expandindo pela sociedade, operando na individualização, classificação e avaliação constantes, seguindo programas minuciosos de adestramento, controle, tempo e dos atos.

O poder disciplinar supera em eficácia formas repressivas “puras” de poder, como a punição violenta e exemplar, típica do antigo regime monárquico, ou como o mero encarceramento e isolamento do indivíduo, tal como se deu nos antigos leprosários e hospitais gerais que antecederam os asilos psiquiátricos. Estas são estratégias pouco adequadas à ordem societária da acumulação capitalista, baseada na maximização das forças individuais em dispositivos coletivos, e na concomitante minimização de seu poder político. (PASSOS, 2013, p.14)

A proliferação das disciplinas pode ser entendida com a finalidade de extrair dos corpos maior produtividade e docilidade possíveis, a sociedade é entendida como população-novo objeto de biopoder – são produzidos mecanismos e dispositivos de regulação – como a sexualidade, observação análise e modificações da vida que se difundem no final do século XIX, na Europa, e no início do século XX no Brasil, em estratégias higiênicas, sanitárias, urbanísticas, de controle demográfico e de saúde.

Para Michel Foucault, essas formas de controle vão penetrando e dominando paulatinamente as relações sociais de baixo para cima. A interpretação de que é a partir de uma grande e global divisão de uma classe dominante que arquitetaria, maquiavelicamente, estratégias de dominação sobre a classe dominada é uma visão equivocada, na perspectiva foucaultiana. (PASSOS, 2013, p.13)

A análise em termos de poder não deve considerar, portanto, como dados iniciais a soberania do Estado, a forma de lei, ou política geral que a faz funcionar, trata-se de justamente supor o contrário, um olhar para micropoderes, ou seja, as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, grupos restritos e instituições, que servem como base e suporte aos amplos efeitos de desmembramento que permeiam o conjunto do campo social (PASSOS, 2013). Desse modo vale nota a forma que esses mecanismo de dominação e poder perpassam a dimensão da interseccionalidade de gênero raça e classe. Complexa *grelha* em morros, quilombos, favelas afetando violentamente, os/as mais pobres e negros.

O poder disciplinar está disseminado por todo o corpo social, em todas as microrrelações. Só assim é possível explicar a adesão maciça dos indivíduos à ordem dominante. Através de sua experimentação e difusão paulatina, este tipo de poder foi mostrando sua eficácia. Por outro lado, não podemos esquecer que o pressuposto da liberdade, como seu suporte, implica a potência permanente da revolta, do movimento de sua denúncia e recusa. (PASSOS, 2013, p.14)

Portanto, a teoria do poder de Michel Foucault se situa pela natureza de seu projeto investigativo. Sem almejar metanarrativas sociológicas, “interessa-se, isto sim, pela investigação de práticas locais, demarcadas numa época histórica específica.” (PASSOS, 2013, p. 11) A contribuição de Michel Foucault está na teoria do poder como uma categoria analítica, de formas variáveis e instáveis, do jogo de forças que definem as relações sociais em cada momento histórico concreto. “E que se define através de práticas e discursos específicos”. Só se pode apreender o tipo de poder em jogo em um determinado campo de práticas e discursos - local e temporalmente delimitados - através da descrição minuciosa, em detalhes, do funcionamento dessas práticas, nunca pela aplicação de uma teoria geral do poder “apriorística” (PASSOS, 2013, p.11). São as práticas sociais, que direcionam para compreensão do tipo de poder que se mantém ou se desestabiliza.

Portanto, o pensamento de Michel Foucault não dá margem para se falar do poder como algo “em si”, a não ser por uma mínima definição: o poder é a expressão de uma “operação” de força que não só pesa sobre as relações como uma força negativa, que reprime ou diz não, nem só atua a partir de um ponto central, a elas exterior. (PASSOS, 2013, p.11).

É assim, sobretudo, uma operação positiva, que permeia e produz as relações, os discursos e as coisas e induzem formas de saber e produz realidade campus de objetos e rituais de verdade. Nesse sentido Segundo Michel Foucault (1998), os sujeitos são constituídos pelos discursos que partem de relações de poder, condicionando os desejos e os modos de olhar o mundo. Os discursos hegemônicos, endereçados a maioria dos homens, reafirma a masculinidade na oposição ao feminino. Constituem as masculinidades e feminilidades, desde a primeira infância, reforçando os estereótipos de subalternidade da mulher, insistindo na dicotomia que sobrepõem, meninos a meninas.

Nesse sentido, a análise do discurso que aqui se desenvolve trata-se do poder de apropriação do discursos como estratégia de exercício de poder, que se desenvolve no contexto do movimento feminista, em uma nova história sobre as mulheres no conceito de gênero como uma categoria útil de análise (SCOTT, 1989). Que incluem a redefinição do estupro como crime de violência, a partir da experiência de mulher, em ações dos movimentos antiviolência, que se destacam nos Estados Unidos em 1960 e 1970. Argumentado que, a violência dada como natural ao comportamento sexual masculino não é realmente natural, mas sim parte de práticas de sociais onde a violência é apreendida, ou seja a violência instrumentalizada para o exercício de poder de dominação masculina, no qual é intrínseca naturalização da violência sexual contra a mulher, caracterizando assim a cultura do estupro.

O termo entra evidência no Brasil em mobilizações das redes sociais atribuídas ao ciberativismo feminista ou Feminismo 2.0, em especial pela Rede social *Facebook*, em um contexto histórico específico de expansão das tecnologias de informação (TIC). Na qual segundo Manuel Castells (2012), os indivíduos formam redes, fundamentadas às suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Em união se ajudam a superar o medo, uma emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam e tendem a prosperar e se reproduzir, seja disfarçada ou institucionalmente aplicado.

Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais (CASTELS, 2012, p. 10).

Em meios às possibilidades de exercício de poder, os agentes de mudança social, tem a capacidade de exercer influência decisiva lançando mão dos mecanismos de construção do poder, correspondentes as formas e os processos de poder na sociedade de rede. Nos modos em que se envolve na produção de mensagens, nos meios de comunicação de massa. Tendo a possibilidade de inventar novos programas de vida, com as matérias primas de seu sofrimento, lágrimas, sonhos e esperança.

Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem. Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores, criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELS, 2012, p. 18-19)

No entanto, esse é apenas um componente do processo comunicativo, em que os movimentos sociais se relacionam com sociedade em geral. Se faz necessário que eles também se constituam em espaços públicos, na criação de comunidades livres do espaço urbano. Diante da ocupação dos espaços públicos pelos interesses da elite dominante e suas redes que defendem interesses de uma normativa branca, masculina, heteronormativa e ‘cristã’. Movimentos sociais, como o movimento feminista precisam abrir um novo espaço

público que não se limite a internet e se torne visível nos lugares da vida social, assim como na prática da vida contemporânea. (CASTELLS, 2012) É, portanto que a questão que orienta essa pesquisa questiona: De que modo a (re) definição do estupro pelo movimento feminista contemporâneo ajuda a pensar práticas pedagógicas antiestupro? As diferentes experiências de mulher estão sendo consideradas?

2.1 - A apropriação do conceito de cultura do estupro como reivindicação de não violência.

Encontro caminhos abertos para possibilidade de pensar práticas pedagógicas antiestupro na redefinição das violências sexuais pelo MFCB, no trabalho prático, de pesquisa e escrita de Constantina Xavier Filha (2012). No artigo intitulado “Violência sexual contra crianças: ações e omissões nas/das instituições educativas”, Constantina Xavier Filha, discute a violência contra crianças refletindo sobre os desafios impostos às instituições educativas na contemporaneidade, baseando-se nas experiências de ministrante e coordenadora do projeto de extensão sobre a violência contra crianças e adolescentes e em ações da escola decorrentes de projetos de pesquisa²⁸, da prática pedagógica com formação inicial em pedagogia e, sobretudo, na experiência de casos produzidos por cursistas. “É deste espaço, portanto da Educação, que passo a tecer questionamentos sobre a temática das violências contra adolescentes e as ações e omissões das e nas instituições educativas.” (XAVIER-FILHA, 2013, p.133)

Além de denunciar a urgência da temática no trato pedagógico da questão, Xavier Filha destaca a importância da formação de professores, para agir de forma ética e profissionalmente diante das suspeitas e confirmação de casos de violência contra sexuais alunos e alunas, a fim de garantir os direitos assegurados no ECA – Estatuto da criança e do adolescente. (XAVIER-FILHA, 2013). No que discorre sobre as experiências de pesquisa, reconheço na escrita de Xavier Filha, alguns sentimentos, no deslocamento para situações de desconforto, dúvidas, espanto, indignação compaixão, raiva, desilusão, desafio, e o despertar de um sentimento de fazer algo. Percebendo que o debate acionado pela palavra estupro

²⁸ Projetos de extensão: “Escola que protege” realizados nos anos de 2006, 2007 e 2008 pela universidade do Mato Grosso do sul, coordenado pelo departamento de Educação e pelo Programa de Extensão Escola de Conselhos- PREAE/UFMS. Projetos de Pesquisas: Violências contra crianças e adolescentes: representações de educadoras/res e alunos/as de escolas municipais de Campo Grande/MS. Que participaram do projeto escola protege de 2007 à 2013. Representações de violências dentro e fora da escola nas vozes das crianças, com apoio do CNPQ (2011 a 2013). Curso de extensão: Gênero e diversidade na Escola – Promovido pela coordenadoria de Educação a Distância da UFMS. Projeto realizado pelo departamento de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul no ano de 2009, com apoio da SECAD/MEC.

provoca desconforto, em alguns casos, esquiva e fuga de muitas pessoas. (XAVIER-FILHA, 2013)

Xavier Filha cita dois tipos de atitudes que se manifestam em sua experiência e que são familiares, a este processo de pesquisa, em relação às redes sociais. Tratam-se de discursos representados como desabafos e sentenças que expressam a visão punitivista da figura do agressor ou da agressora, de modo que as problematizações e perspectivas sobre as violências, formam-se em veredicto contra os sujeitos agressores/violadores e não possibilitam o distanciamento necessário para uma análise mais aprofundada.

Na figura abaixo, por exemplo, um quadrinho intitulado “cultura do estupro” caracteriza uma personagem feminista posicionando-se contra a cultura do estupro a um repórter que questiona sobre medidas punitivas, quanto a castração química e diminuição da menoridade penal, fazendo a referência exaustiva ao caso Champinha²⁹. Quando questionada sobre as estratégias para erradicar a cultura do estupro. Reforçando um estereótipo caricato associado a figura da mulher feminista, a personagem responde “Fazendo passeatas com os peitos de fora e gritando palavras de ordem.” A postagem foi compartilhada com o seguinte texto: “Querem acabar com a “cultura do estupro”, mas são contra as penas mais severas para os “coitados, vítimas da sociedade” estupradores. Só pode estar de brincadeira. Quando eu digo que sou a favor de pena de morte para crimes hediondos, sou tratado como extremista.”

²⁹ Entre os dias 1 e 5 de novembro, o então casal de namorados Liana Friedenbach e Felipe Caffé foram raptados, assaltados e torturados, na qual os dois vieram a óbito, por um grupo de rapazes na rural Embú Guaçu em São Paulo. Dos quatro rapazes envolvidos Roberto Aparecido Alves Cardoso, na época menor de idade, conhecido como Champinha, confessou o crime, que envolveu também o estupro de Lianna, o caso gerou comoção nacional, todos os envolvidos foram condenados. Roberto Aparecido Alves Cardoso foi julgado pela Vara Especial da Criança e da juventude. Tornou o caso emblemático no debate da redução da maioridade penal.. (CARDOSO, 2016). CARDOSO, Gabriela Giovana Silva. Trabalho de Curso (Graduação em Direito) – Curso de Direito da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, Marília, 2016. Disponível em: <https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1510/Monografia%20Gabriela%20Giovana%20Cardoso%202016%20-%20caso%20Champinha%20-%20final-CD.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: maio de 2019.



Figura 3- Publicação de charge com sátiras sobre o conceito de cultura do estupro Fonte: Foto reprodução do Facebook. Ilustração: Desenhista que pensa.

A charge traz um elemento importante destacado na fala da personagem feminista, ainda que estereotipada serve para disparar um debate mais aprofundado sobre a cultura do estupro como reivindicação de não violência. Os argumentos usados pelo autor da publicação trazem como solução para o enfrentamento as violências sexuais a castração química ou pena de morte para os estupradores. Enquanto as reivindicações feministas operam para além de das questões punitivistas. Atenta-se para a necessidade de engajamento de toda a sociedade para a transformação da cultura que ensina os meninos e homens a estuprarem ao invés de ensinar as meninas e mulheres a se protegerem. Ao trazer o debate para o campo da educação o foco é refletir as aspirações por transformações que o movimento feminista inspira, visando a mudança da condição da mulher na sociedade.

Na atualidade a violência é identificada como grave problema de saúde pública e direitos humanos, que para ser compreendida não basta, explicações simplistas ou lineares é um fenômeno complexo, no sentido que é dinâmico, histórico social, construído e multifacetado mediante as relações de poder desiguais. Envolve diferentes realidades de uma sociedade (familiar, ética, jurídica, política etc.) situada numa cultura de valores e representações. “O que hoje definimos como violência, nem sempre foi visto ou tido como tal.

Isso nos habilita a afirmar que pode ser vista como construção social”. (XAVIER-FILHA, 2013, p.134).

E, portanto, nos impõe a refletir que o problema necessita de fundamentos teóricos, para tentar compreender os diversos fatores e as múltiplas dimensões que o constitui. Implica numa análise para as violências sexuais, além do binarismo ou dicotomias de bem e mal, que cristaliza as convicções. Assim, a proposta de Constantina Xavier Filha (2013), é que nos embrenhemos nessa temática com problematizações mais abrangentes, sem contudo, a pretensão de encontrar respostas únicas ou de solução fáceis para um problema tão complexo. Caminhos que pretendo compartilhar na abordagem desta dissertação.

A reivindicação de não violência é abordada por Judith Butler (2015), no Livro “Quadros Guerra: Quando a vida é passível de luto?” A partir da pergunta pertinente ao tema: Em que condições somos receptivos a essa reivindicação (de não violência), o que poderia tornar possível aceitar a reivindicação quando ela surge ou melhor dizendo o que possibilita o surgimento de uma reivindicação?

Judith Butler (2015) desloca a reivindicação de não violência do entendimento de ‘princípio’ no sentido que consiste em sua aplicação, na mesma confiança ou maneira, em qualquer situação. Sendo parte constitutiva do sujeito quando se apresenta a reivindicação de não violência como um discurso ou um apelo. A capacidade de responder a uma reivindicação, ouvir o “não” - tem a ver como a forma em que ela se enquadra e com disposição de sentidos da própria receptividade, da compreensão do não como recusa - *Não é não*. “A violência não estranha ao sujeito aquele cuja a discurso da não violência é dirigido, a violência não é se encontra a principio presumivelmente “fora”. (BUTLER, 2015, p. 234). Com efeito aquele que responde a reivindicação é forçadamente modelado pela norma, que enquadra a violência responder a reivindicação, normas que cometem um certo tipo de violência e que podem predispor o sujeito a ela.

A violência e a não violência não são apenas estratégias ou táticas, mas configuram o sujeito e se torna suas possibilidades constitutivas e, assim, uma luta permanente. Fazer essa afirmação é sugerir que a não violência é uma luta de um único sujeito, mas também que os vínculos e normas que atuam sobre esse sujeito são sociais por natureza. Portanto o singular que luta com a não violência está em reconhecimento de sua própria ontologia social. (BUTLER,2015, p.234)

O desafio, portanto, de atuar com a partir da não violência está na presunção de ontologias duais. Uma vez que o “eu” é formado por meio das normas sociais e invariavelmente nos vínculos sociais que nos constituem, que leva a dizer que toda forma de individualidade é uma determinação social. “Inversamente, todo o grupo, não é delimitado ao

outro, mas composto por um conjunto diferenciado, que pressupõe que a singularização constitua um aspecto essencial de sociabilidade.” (BUTLER, 2015, p.234).

Nesse sentido, a filósofa ancora questões como: violência contra quem? Violência contra o que? Para as distinções que precisam ser feitas, pois existem formas de violência contra as pessoas, contra seres sencientes, contra a propriedade e o meio ambiente. Além de formas de violência que estão destinadas a se contrapor ou a deter outras violências, como a defesa pessoal e as violências realizadas em nome do combate a atrocidades e a fome ou nos esforços revolucionários para instituir uma política mais democrática. (BUTLER,2015).

Portanto para esboçar uma forma ampla as condições e as possibilidades para reivindicação de não violência cabem os questionamentos: Quem é o sujeito ao qual o discurso de não violência é dirigido e por meio de quais enquadramentos essa reivindicação é razoável? Voltemos ao quadrinho de sátira a reivindicação pelo fim da cultura do estupro disposto nessa seção. A receptividade da reivindicação é entendida como direcionada a figura do agressor e respondida pela ação de outra violência como forma de deter a atrocidade. No entanto, quando a feminista alega os direitos humanos, ou a condição de menor idade do agressor que deve ser levada em conta no sentido das normas de punição. A reivindicação de não violência é enquadrada na figura exclusiva do homem que estupra ou a todo um conjunto de normas sociais reproduzidas pela sociedade a produzem a violência?

A norma é por si só, violenta, são atribuídos a nos gêneros ou categorias sociais contra a nossa vontade. E essas categorias conferem inteligibilidade ou condições de sermos reconhecidos. Também comunicam os riscos de da não inteligibilidade ou da inteligibilidade parcial.(BUTLER,2015) Vide a inteligibilidade de um estupro de uma mulher que merece ou ser estuprada, da inteligibilidade de “ser homem” em um gay efeminado, de um homem trans ou de “ser mulher” lésbica ou transsexual, ou ainda de ser um negro(a), morador(a) de periferias.

Contudo, deve se afirmar a ruptura social, que pode ser produzida entre a violência na qual, somos formados e a violência com a qual uma vez que nos forma, conduzimos. “Na realidade, pode ser que, precisamente, porque alguém é formado através da violência, a responsabilidade de não repetir a violência da formação é ainda mais urgente e importante.” (BUTLER, 2015, p. 236). Daí a compreensão da escuta, já relatada nesse texto que motiva as denúncias de violência sexual “Eu não quero que o aconteceu comigo, aconteça com outras mulheres”.

Assim, a apropriação e construção do conceito de cultura do estupro, pode ser entendida pelo apelo de não violência. Os estudos feministas e de gênero, vem fomentando debates e a construção de significados da mulher como sujeito, num movimento de reconhecimento ontológico, que visa à desconstrução da norma que nos imposta. E que muitas vezes coloca a violência sexual como constitutiva, onde normativamente nos cabe a apenas a proteção a um destino, quase que inevitável, a maternidade, o casamento, os estupros.

Não precisamos nos referir a dois acontecimentos distintos, isto é reivindicar em determinado ponto no tempo, há condições normativas, pelos quais os sujeitos são produzidos e que, depois em outro momento ou tempo, ocorrem rupturas dessas condições. A produção normativa de um sujeito de um sujeito é um processo de interabilidade – a norma é repetida e nesse sentido, está, constantemente rompendo com os contextos delimitados com as condições de produção. A ideia de interabilidade é crucial para se compreender porque as normas não atuam de modo determinístico. (BUTLER, 2015, p. 237).

O Movimento Feminista, no Brasil, vem pelo menos a três décadas organizando reivindicações ao Estado, com a criação de espaços que tem colocado as reivindicações no centro do debate. As intervenções bem-sucedidas tem constituído um reconhecimento da diversidade na elaboração de políticas públicas e de elaboração do Estado. E desse modo, tem validado a as experiências diversas de mulher, reiterando-as do seu enclausuramento na esfera privada, combatendo as diversas formas de discriminação direcionadas ainda a mulher na sociedade. Em rede, o feminismo 2.0 ou ciberativismo feminista, tem posto a agenda de gênero, como uma agenda sem fronteiras, entrelaçando indivíduos, organizações e campanhas, numa atuação vital, flexível e diversificada (MIRANDA, 2009).

O referencial teórico feminista é construído num diálogo entre a academia e prática militante do movimento social, que apresentam caminhos para compreensão nas palavras de Cintia Miranda, do “mosaico de diversidade” em que o movimento desencadeia as estratégias de lutas “O feminismo constitui-se em um amplo espectro de discursos diversos sobre as relações de poder. O estudo dessas relações de poder permitiu identificar a forma de atuação dos movimentos para a garantia da incorporação das perspectivas de gênero no desenvolvimento político e na busca pela igualdade³⁰” (MIRANDA, 2006, p. 6).

Assim, se os estudos sobre poder de numa ótica foucaultina, coloca como impossível estarmos acima ou fora das relações de poder. Resta, resta que o enxerguemos da forma mais agnóstica possível, como uma luta permanente – “em um contexto onde a liberdade existe e resiste sempre, do que como uma oposição essencial ou absoluta entre vencedores e vencidos”

³⁰ Para melhor consonância com a perspectiva teórica que orienta essa pesquisa compreende-se, que os estudos das relações de poder contribuem para pensar na busca por equidade.

(PASSOS, 2013, p. 16). Dessa forma nos cabe o desafio, de enquanto sujeitos que detém a autoridade e poder de decisão sobre os outros e para os grupos e instituições que criamos. De forma que nos questionemos sobre como podemos exercer a liberdade, permitindo que possamos fazer uma crítica as formas de poder que tem como instrumento a violência. “Realizar tal crítica é uma tarefa interminável, mas da qual não como escapar se queremos uma sociedade mais democrática” (PASSOS, 2013, p.16).

Por fim, diante das possibilidades de atuar sobre as reivindicações de violência que incluem a rejeição da mesma, aposto como Judith Butler (2015), na receptividade das reivindicações. É, portanto, que essa dissertação traz também as denúncias de invisibilização de mulheres lésbicas e negras, presente na trajetória do movimento feminista. Para que na reivindicação de não violência na apropriação e construção do conceito de cultura do estupro, seja menos fácil aceitar a violência como um fato social normal.

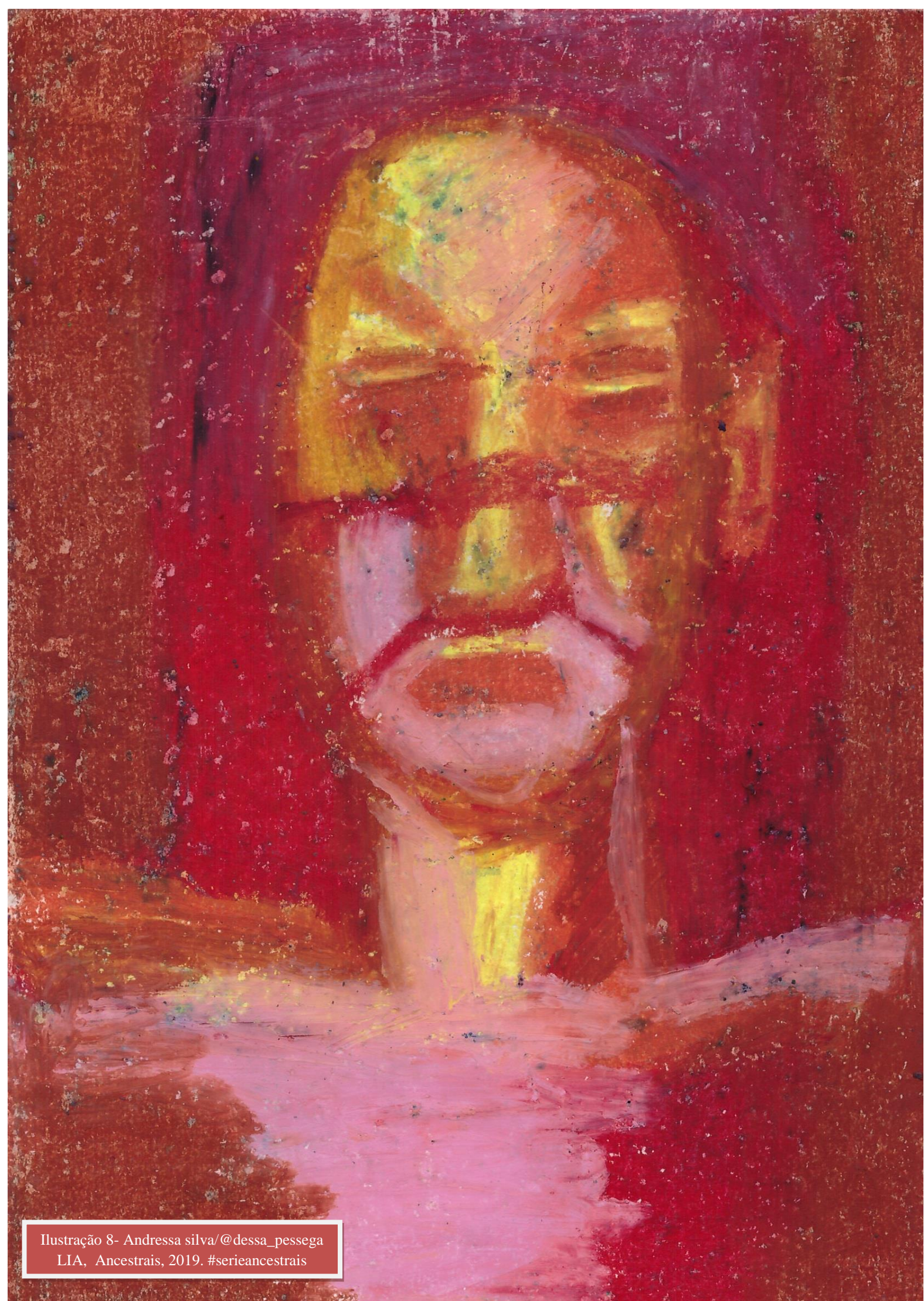


Ilustração 8- Andressa silva/@dessa_pessega
LIA, Ancestrais, 2019. #serieancestrais

3- A Netnografia Como Proposta Metodológica: Na onda do ciberativismo

A interação no *Facebook* faz parte das mudanças do nosso tempo, transformando os modos de se relacionar, se informar, aprender e ensinar, num movimento que conecta pessoas (RECUEIRO, 2004) Assim, as redes sociais têm ocupado cada vez mais espaço no cotidiano das pessoas. Direta ou indiretamente, os discursos têm se constituído em torno do que é postado, curtido, comentado e compartilhado nas redes sociais, especialmente, no *Facebook*. A mais popular das redes sociais, conta com 1,65 bilhões de usuários³¹ de todo o mundo e possibilita a comunicação por vários recursos e signos: fotos, *self*, imagens, vídeos, *gifs*, memes, pequenos ou grandes textos.). Ainda que, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a exclusão digital³² ainda afetar significativamente parte da população brasileira.

Estudos na área das ciências humanas vêm discutindo as influências das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) na nossa sociedade, nos chamados de “estudos das redes”. Gabriel Rosa (2015) realizou um estudo sobre a repercussão das redes sociais na subjetividade dos/as usuários/as, através de uma análise crítica da literatura. De acordo com o autor, os estudos se iniciaram, *a priori*, para compreender a modalidade e o funcionamento dessas redes e foram se desenvolvendo em pesquisas que se preocuparam com a construção do *ethos* comunicacional e interacional, havendo também uma preocupação com a construção das identidades e a conformação e proliferação de movimentos sociais em redes (ROSA & SANTOS, 2015).

As principais metodologias apresentadas pelos estudiosos de rede são conhecidas como etnografia virtual, netnografia, etnografia digital e ciberantropologia. A **netnografia** (net+etnografia) compreende adaptações do método etnográfico para coleta de dados e a ética na pesquisa, em investigações na Internet. A **etnografia digital** trata de explorar e expandir as potencialidades da etnografia virtual, através do uso constante de redes digitais, produzindo narrativas que podem ser audiovisuais, postando materiais, em uma linguagem que sirva de material de estudo e atinja também o público extra-acadêmico. Já a **ciberantropologia** apoia-se nos conceitos da antropologia ciborgue de Donna Haraway para lidar com uma categoria

³¹ Fonte :<https://www.techtudo.com.br/noticias/2017/07/facebook-domina-ranking-de-redes-sociais-maisusadas-no-mundo.ghtml>. Acesso em: novembro de 2017

³² Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, em pesquisa divulgada em 2016, mais de 100 milhões de brasileiros tem acesso a internet, ainda assim a pesquisa revelou que 43% dos brasileiros não tem acesso a internet. Fonte:<https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/>. Acesso em: novembro de 2017.

mais ampla do ser humano e suas reconfigurações (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2011).

Quando apresentei o projeto para entrada no mestrado a produção de conhecimento sobre a cultura do estupro no Brasil era limitada e escassa. Portanto, o primeiro movimento de pesquisa por mim realizado foi buscar e traçar um histórico do termo na produção feminista norte-americana, considerando a forte influência desses estudos na construção e apropriação do MFCB, como poderá ser percebido ao longo da leitura desta dissertação. Em seguida, fiz um levantamento das produções brasileiras na área das ciências humanas que lançam mão do conceito cultura do estupro em suas análises. Esse movimento foi realizado em agosto de 2017 e apresenta um cenário diferente da atualidade, no qual é possível encontrar maior expressividade do debate teórico no âmbito acadêmico brasileiro.

Em agosto de 2017, meses depois da repercussão do estupro coletivo que desencadeou o debate sobre cultura do estupro nas redes sociais, realizei um levantamento de pesquisas da grande área das ciências humanas que lançaram mão do conceito de cultura de estupro, utilizando a palavra-chave “cultura do estupro”. As buscas foram feitas nas plataformas Scielo, Google Acadêmico, banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e no Google.

O site Scielo, biblioteca virtual que reúne periódicos brasileiros, revelou apenas um artigo, cuja autora é a filósofa Renata Santos (2017), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nele, a autora aborda a cultura do estupro na prática e incitação de violência contra as mulheres, refletindo sobre os mecanismos sistêmicos e culturais que constituem a cultura do estupro a partir de uma pesquisa teórica e bibliográfica. O artigo de Renata Sousa também foi publicado na Revista Estudos Feministas³³.

No Google Acadêmico, em que é possível encontrar desde dissertações e teses até artigos, monografias e trabalhos de conclusão de curso, entre outros, foi feita a busca pelo termo cultura do estupro, que resultou no achado de três trabalhos. Um artigo da revista de Comunicação e Cultura, do ano de 2015, da Universidade Federal da Bahia; uma monografia do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e um TCC do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³³ A Estudos Feministas é um periódico de publicação quadrimestral, indexado e interdisciplinar, de circulação nacional e internacional. A Revista Estudos Feministas aceita originais, em português e em espanhol, em forma de artigos, ensaios e resenhas, que podem ser tanto específicos a uma determinada disciplina quanto interdisciplinares em sua metodologia, teorização e bibliografia. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/refa>. Acesso em Janeiro de 2018.

O primeiro trabalho, intitulado “Convenções de gênero e violência sexual: a cultura do estupro no ciberespaço” (2015), desenvolvido por Mariana Rost e Miriam Steffen Vieira, usou de uma etnografia no ciberespaço, analisando debates que tratavam do julgamento de um caso de assédio que envolvia um diretor teatral e uma apresentadora de TV pelos/as internautas. As reflexões das autoras apontam que as convenções de gênero influenciam a população, no que se refere aos direitos individuais das mulheres e se amparam no conceito de cultura do estupro para denunciar essa violação (ROST & VIEIRA, 2015).

A monografia do curso de Publicidade e Propaganda intitulada “Lugar de Vítima: uma análise da campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada” (2015), de autoria de Luiz Fernando de Figueiredo Ferreira Júnior, apresenta um panorama da influência da publicidade e propagandas para a manutenção da sociedade machista e patriarcal. O trabalho coloca a cultura do estupro como uma questão para se refletir a partir da campanha #nãomereçoserestuprada³⁴.

No TCC do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado “Autonomia feminina e igualdade relativa: uma análise crítica da violência de gênero”, de autoria da advogada Bruna Amaral, ao fazer uma análise crítica no campo jurídico sobre a violência contra mulher, lança mão do conceito, colocando a cultura do estupro como um fator que contribui no julgamento das vítimas de violência sexual. Bruna Amaral (2013) pondera que as vítimas de estupro, durante a averiguação do caso, passam por um julgamento moral por parte dos investigadores, baseado na conduta de mulher “honesta”.

Na plataforma convencional de pesquisas do Google, que me direciona para o debate online, foi onde encontrei maior produção de conhecimento sobre a cultura do estupro, em revistas *online*, blogs, páginas de Facebook e canais no Youtube. Tal fato se contrapõe à busca feita no banco de teses e dissertações da CAPES, no qual não encontrei nenhum estudo concentrado na grande área das ciências humanas, que utilizasse do conceito de cultura do estupro. A busca acusou pesquisas que tratam especificamente sobre o estupro

A grande maioria dos estudos sobre o estupro se concentra na área do Direito e da Saúde. Em ambas as áreas é possível encontrar abordagens que se apoiam nos estudos de gênero, sendo que as análises na área da saúde priorizam as consequências do estupro para perda da qualidade de vida da vítima, incluindo crianças e adolescentes (ROSA, 1997; SOUZA, 2013; MENDONÇA, 2001; ZUQUETE, 2010), a gestação oriunda de estupro

³⁴ Campanha #nãomereçoserestuprada será abordada posteriormente nesse texto.

(RIBEIRO, 2015; SANTOS, 2013; FIGUEREDO, 2014) e o acompanhamento e tratamento de traumas das vítimas de estupro (BERGAMO, 1998; SILVA, 2004; TRIGUEIRO, 2015).

No Direito, entre as categorias mais expressivas se encontra o julgamento da conversão da vítima em réu, pela culpabilização (COULORIOUS, 2010; DIETRICH, 2010; PASCHOAL, 2004), a criminalização e impunidade do estupro (ALMEIDA 2010; SOARES, 2011; MOURA, 2015) e a representação do estuprador em cárcere (MARQUES, 2007; BORSA, 2004).

Dois anos após o corrido em dezembro de 2018, realizei, novamente a busca usando a palavra-chave “cultura do estupro” nas plataformas Scielo, Google Acadêmico, banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Google. Percebe-se um número mais expressivo de trabalhos, sendo encontrados pesquisas e artigos recém-publicados nos anos de 2017 e 2018, demonstrando uma rápida expansão do conceito.

O Site Scielo apresentou três novos resultados de artigos que trazem o conceito de cultura de estupro. O primeiro da Revista de Direito GV-SP. O texto traz no título o questionamento “Cultura do estupro ou cultura antiestupro?”, ao longo do texto as autoras Carmen Hein de Campos, Lia Zanotta Machado, Jordana Klein Nunes e Alexandra dos Reis Silva trazem uma revisão teórica do termo cultura do estupro de estudos realizados por feministas americanas e citam o estupro coletivo no Rio em 2016. Elas discutem se no campo do Direito é mais apropriado utilizar o conceito de cultura do estupro ou cultura antiestupro.

As autoras consideram que a ampliação do que pode ser considerado uma cultura do estupro - da violência sexual até uma piada de cunho sexual, tem causado pânico e uma junção de comportamentos distintos. Para as autoras, é mais positivo afirmar o termo cultura antiestupro, pois uma piada não seria um ato de violência sexual, assim como comportamentos culturais que as mulheres acham inadequados como o “fiu fiu’ também não são consideradas pelas autoras como ato violento.

Este texto apresenta o argumento de que, ao mesmo tempo em que cresce a denúncia de uma “cultura do estupro”, estamos caminhando para uma cultura antiestupro. Buscamos evidenciar que o mesmo movimento social que utiliza a noção de cultura do estupro, que pode e tem efeitos correlatos negativos como o de atribuir a toda sexualidade masculina o exercício de atos de estupro, ou de incentivar posturas exclusivamente punitivistas, é um movimento que aponta para o exercício livre e digno de uma sexualidade tanto heterossexual quanto homossexual, que compreende toda a diversidade sexual, e que produz uma narrativa educativa para que as relações sexuais se exerçam sob o signo do consentimento e da liberdade, da autonomia e da dignidade de cada um(uma). (CAMPOS *at all*, 2017, p. 999).

No texto é ressaltado que as condutas de moralização do comportamento da vítima são inaceitáveis e focam em problematizar soluções que são simplesmente punitivistas e defendem que o termo cultura do estupro, corrobora para tal. As autoras apontam para necessidade de diminuir ao máximo o atendimento e os procedimentos das vítimas de violência sexual no âmbito criminalista, os deslocando para o campo da Saúde e da Educação. Dessa forma, pode se pensar numa perspectiva “antiestupro” que não vise apenas à prisão do agressor.

O site Scielo apresenta também o artigo “Novos cenários: entre o estupro coletivo e a farsa do estupro na sociedade em rede”, de Iara Beleli, publicado nos Cadernos Pagu. (2017). A autora faz uma análise dos impactos da internet nas pessoas, instituições estatais e movimentos sociais, analisa a repercussão (inclusive internacional) do caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro em 2016, mapeando as notícias e vídeos sobre a cultura do estupro e analisando os comentários sobre essas produções.

O terceiro artigo encontrado é intitulado A ironia como zona de confronto entre diferentes vozes/dizeres em comentários do Facebook (2019). Os/As autores/as André Cordeiro dos Santos, Girllayne Gleyca Bezerra dos Santos Marques, Siane Góis Cavalcanti Rodrigues se embasam na perspectiva Baktiniana, compreendendo a ironia como uma estratégia discursiva. Evidenciam os discursos de Resistência da mulheres, percebendo a apropriação irônica dos discursos sobre os mitos relacionados a cultura do estupro. Na pesquisa são analisados comentários no Facebook em páginas do tipo Spotted³⁵.

³⁵ Spotted da tradução do inglês significa visto, marcado. As páginas desse tipo no Facebook têm o objetivo de promover a interação entre os usuários de maneira anônima para diferentes fins, recados, informações, namoro e encontros.

O Google Acadêmico apresenta os três respectivos artigos: A banalização da violência contra as mulheres e a “cultura do estupro” no Brasil (2016), de Marlise Míriam de Matos Almeida, publicado na revista *ÁGORA-UFMG*, no qual, a autora discute a temática violência contra a mulher a partir do conceito de cultura do estupro, que ganhou o debate público atual recentemente; A cultura do estupro como método perverso de controle das sociedades patriarcais (2019), no qual a autora Andreia Almeida Campos, argumenta que as práticas da cultura do estupro são próprias das sociedades patriarcais e que o estupro é um dos instrumentos de domínio fálico e de manutenção das estruturas de poder; e o artigo *Cultura do Estupro: uma análise de conteúdo sobre a percepção dos usuários via Twitter*, dos autores Pedro Augusto Almeida Fonseca, Vítor de Lima Alves, Lício Martins de Lima, no qual, partindo do princípio da espontaneidade e impessoalidade, possibilitada pelas redes sociais, os autores produzem uma análise de conteúdo dos *tweets* relacionados ao caso de estupro coletivo que aconteceu em maio de 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

O banco de teses e dissertações da plataforma CAPES já apresenta duas dissertações de mestrado. “ELA NÃO MERECEU SER ESTRUPADA”: A cultura do estupro, seus mitos e o (não) dito nos casos penais” (2018) do autor Mailo de Vieira Andrade. A dissertação foi defendida no curso de pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. A pesquisa de Mailo Andrade analisa 46 acordãos³⁶ envolvendo crimes de estupros no estado do Pará em 2017, com análises pautadas em leituras criminológicas sobre estupro e sobre cultura do estupro, discutindo a conveniência com o estupro e a manifestação da cultura do estupro nos códigos penais.

#EstuproNãoÉCulpaDaVítima: As narrativas construídas no Twitter sobre o estupro coletivo cometido no Rio de Janeiro (2018), com autoria de Bianca Bartolon de Souza, da pós-graduação em Comunicação e Territorialidades, da Universidade Federal do Espírito Santo, investiga a produção de narrativas referente ao estupro coletivo na Rede social *Twitter*. Na pesquisa a autora considera que o conceito de cultura do estupro foi central para o movimento feminista no debate sobre a persistência das violências sexuais. O objetivo da pesquisa se pautou na investigação de como usuários da rede social se posicionaram em relação ao caso e identificar quais as temáticas mais recorrentes, como também reconhecer o papel da teoria feminista na construção de tais discursos.

³⁶ “Um **acórdão judicial** trata-se de decisão proferida por membros colegiados de um tribunal de segunda instância, como os Tribunais Regionais Federais (TRFs), ou por tribunais superiores, Tribunal Superior do Trabalho (TST), por exemplo, por juízes, ministros ou desembargadores.” Disponível em: <https://dicionariodireito.com.br/acordao> Acesso em: dezembro de 2018.

E percebido nos trabalhos que circulam sobre o tema, que além de se ampliarem no meio acadêmico, chamam a atenção para os impactos que as novas tecnologias de informação tiveram no desdobramento do caso do estupro coletivo. Tanto num sentido de serem apropriadas para articulação de lutas políticas que ressignificam seu uso, possibilitando novas formas de mobilização e produção de conhecimento, como a apropriação do conceito de cultura do estupro. (RECUERO, 2004), como também o impacto que dimensiona a maior brutalidade da violência, num cenário no qual a violência sexual foi filmada, fotografada e a menor exposta nas redes sociais. Outro aspecto que se manifesta é o deslocamento da autoridade discursiva no próprio meio feminista da academia para as redes sociais. Aspecto que será desenvolvido na próxima seção desta dissertação.

Se as questões relativas à violência sexual, no caso específico violência sexual que abarca o feminino e ainda uma adolescente, já são complexas, temos hoje, diante de nós, um contexto ainda mais desafiador. A sociedade contemporânea vem sendo impactada pela realidade das novas tecnologias da comunicação e informação e, como vimos, dentro desse cenário, a menor foi exposta nas redes sociais de forma violenta e arbitrária, levando a desdobramentos que fizeram que a violência física se agravasse e que também se somasse à violência simbólica à qual ficou exposta. (SANTOS & MARADEI, 2016, p. 2).

Após o primeiro levantamento citado, diante dos poucos resultados que se apresentavam majoritariamente datados, a partir de 2016, percebemos que a apropriação do conceito partia do MFCB. Assim, fomos direcionados aos coletivos feministas, tendo sido escolhidos a auto-organização de mulheres em Juiz de Fora e São João del –Rei, com a proposta de conhecer os modos como ativistas e grupos/coletivos feministas de duas cidades do interior de Minas Gerais estavam se organizando no debate e enfrentamento à cultura do estupro.

No entanto, chamou à atenção a forma com que o conceito ganhou visibilidade no cenário nacional, dada a mobilização na Internet. Foi quando encontramos e definimos como objeto de estudo os discursos feministas produzidos pelo ciberativismo feminista ou feminismo 2.0, que trata de um conjunto de novas práticas e estratégias de mobilização, situadas no âmbito das novas tecnologias de informação. (ALCANTRA, 2015).

Assim, o campo da pesquisa tornou-se o a rede social *Facebook*, onde o estupro coletivo que acontece no Rio de Janeiro passa a significar um evento disparador para apropriação e a construção do conceito, devido ao poder de mobilização que envolveu pessoas de diversas regiões do Brasil, ultrapassando as fronteiras entre os feminismos e o do próprio estado onde aconteceu o crime, como descrevo nas análises da segunda seção. Sendo assim,

aliada à perspectiva pós-estruturalista, opto pela inserção netnográfica, compreendendo as redes sociais como espaços de construção e produção de conhecimento e, portanto, influências na relação com nossos modos de ser, estar e se relacionar com mundo.

A netnografia deriva do termo etnografia, termo que Beatriz Polivanov (2013) se refere como complexo, podendo ter acepções diversas a depender da apropriação da área de conhecimento e perfil do/a pesquisador/a, como por exemplo, a Antropologia, que tem a etnografia como método de excelência – além da educação, história, comunicação, linguística entre outros.

Seu intuito principal é, então, a criação dessas descrições densas de práticas sociais de indivíduos ou redes de indivíduos (coletividades), com o propósito de entender diferentes aspectos de diversas culturas. Vale destacar que a função do etnógrafo vai muito além de simplesmente reportar os eventos e experiências observados; cabe ao etnógrafo explicar como essas experiências e dinâmicas sociais constituem teias de significado. (POLOVANOV, 2013, p.1).

Segundo a autora, os primeiros estudos na Internet tinham como metodologia a etnografia. Esses estudos datam da década de 1990, e foram importantes para pesquisas subsequentes e para a construção identitária na internet, embora não problematizassem a etnografia como metodologia para a internet. “São trabalhos que, não obstante seu forte cunho etnográfico não se dedica a explorar e debater a etnografia como metodologia de pesquisa para a internet, sendo a autora Cristiane Hine umas das primeiras autoras a fazê-lo.” (POLOVANOV, 2013, p. 3).

Cristiane Hine, no livro “Etnografia virtual” (Virtual Ethnography) vai pensar uma metodologia específica na internet que fica conhecida pelo neologismo **netnografia**. A autora se propõe a pensar a pesquisa na internet sobre dois vieses: como cultura e como elemento da cultura, artefato cultural. (EVANS, 2010; NOGUEIRA, GOMES & SOARES, 2011; POLOVANOV, 2013).

A afirmação da internet ser cultura e um artefato cultural é particularmente importante, uma vez que conecta à internet em si e as práticas dos usuários na internet com o método da própria etnografia. Assim como a etnografia é tanto um método como um produto, a internet é tanto um modo de conduzir interações sociais quanto um produto dessas interações. (EVANS, 2010, p. 12).

Nesse sentido a rede social *Facebook*, se configura como artefato cultural, um produto de cultura, produzida por pessoas particulares com objetivos e prioridades situadas num contexto, essa perspectiva se caracteriza pela integração dos lugares on-line e off-line. (HINE, data *apud* POLOVANOV, 2013). Desse modo os artefatos, são instrumentos ou elementos da

cultura, e no âmbito da educação funciona como dispositivos pedagógicos, de modo que produzem significados e ensinam determinadas condutas de feminilidade e masculinidade. Além das redes sociais, compõem essa rede artefatos culturais a televisão, o cinema, fotografias, propagandas, músicas etc.. Pois, um dispositivo pedagógico, é constitutivo da identidade e pode ser identificado em qualquer lugar em que se aprende ou constitua mudanças na relação do sujeito em relação com ele mesmo. (LAROSSA, 2000).

3.1- A Rede Social como campo de pesquisa

A rede social Facebook, foi criada em 2004, por Mark Zuckerberg na Universidade Harvard, EUA, limitado inicialmente a grupo – Ivy League - de oito grandes universidades americanas: A Columbia University; Cornell University; Dartmouth College; Harvard University; Princeton University; University of Pennsylvania; Yale University. Posteriormente a rede social expandiu, sendo uma das páginas mais acessadas em todo o mundo. “A plataforma trabalha com um conceito de distribuição onde ao se conectar com seus amigos um indivíduo forma um diagrama social que integra a rede e é usado para distribuir todo tipo de informação” (FUMIAN & RODRIGUES, 2013, p.174).

A conectividade promove novas formas de mobilização. A rede social é definida por um conjunto de dois elementos, os atores/atrizes, que podem ser pessoas, instituições ou grupos, os “nós” da rede, e suas conexões, que são as interações ou laços sociais. Assim, a rede seria uma metáfora para observar, a partir das conexões estabelecidas, os padrões de conexão de grupos sociais. “São espaços de interação, lugares de fala, construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade” (RECUERO, 2009, p.25-26).

A plataforma da rede social possui interface simples, intuitiva e gratuita, abriga perfis de pessoas públicas, físicas e jurídicas. Cada perfil criado é interligado a uma rede que forma a rede social em si. É dinâmica e altamente interativa, conectam o mundo por ligações simplificadas, pautando-se na globalização e na necessidade humana de viver em conjunto e se comunicar. Permite a troca de informações e experiências em tempo real e é amplamente utilizado por movimentos sociais políticos, pelo alcance e facilidade de acesso. Assim, as tecnologias de informação (TIC), vêm ocupando cada vez mais espaço no cotidiano, seja uso pessoal, profissional ou escolar. (FUMIAN & RODRIGUES, 2013).

Cada perfil pessoal é constituído por um mural, no qual contém as postagens dos usuários, que aparecem na *timeline* de usuários seguidores (amigos) do perfil. De modo que circulam diversos assuntos, administrados de acordo com os interesses do/as usuário/as e de suas redes de amigos. Os grupos são constituídos por usuários da rede social, que não necessariamente ‘amigos’ compartilham de interesses em discussões em comuns e as páginas são perfis que podem ser gerenciados por uma ou mais pessoas na elaboração de conteúdos diversos que são seguidos e compartilhados em perfis individuais ou outras páginas. Os recursos para disseminação de informação são vários. Segundo Beatriz Polovanov (2013), investigar a interação na internet trará material diverso e diferente de dados coletados em pesquisas presenciais (como textos escritos, *emoticons*, imagens e links publicados pelos/as usuários/as, por exemplo). O ‘material’ dessa pesquisa se limitou as publicações nas páginas com conteúdos referentes a cultura do estupro, que trazem imagens e textos, coletados por meio do recurso *Printscreen*— que produz uma foto reprodução da tela focada. Trazendo majoritariamente textos acompanhados por imagens e nas respostas do formulário, apenas material em texto.

Nesse caso, o foco recai sobre a análise dos discursos feministas em páginas da rede social *Facebook* e nos discursos produzidos em respostas ao formulário “Feminismo 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro nas redes sociais.” O arquivo (Anexo I) foi disponibilizado em seis grupos no *Facebook* que têm por objetivo o debate de pautas feministas, reunindo uma heterogeneidade de preposições feministas. Vale ressaltar que a netnografia pode se configurar com alto grau de participação do/a pesquisador/a - postura *insider* - ou assumir o carácter observacional silenciosa - postura *lurker*.

Trata-se de uma prática denominada *lurking*, que em inglês significa ‘ficar à espreita’. Tal prática seria característica do ciberespaço e através dela o ator não se manifesta, apenas dedicando-se à observação do comportamento dos outros. (...) Um outro —tipol de pesquisador que seria o extremo oposto do lurker é o insider. Neste caso o pesquisador está inserido no ou tem ligações próximas com o objeto de estudo e, portanto, seu comportamento dificilmente poderia ser o de alguém que apenas observa o grupo. (POLOVANOV, 2013, p. 3).

O segundo movimento dessa pesquisa foi assumir a postura de observadora *Lurker* na qual, a partir do meu perfil pessoal, passo a monitorar páginas da rede social *Facebook* que traziam informações e divulgavam o conceito de cultura do estupro, bem como o acompanhamento de debates em grupos fechados no *Facebook*. Os dados produzidos deram origem ao texto de qualificação, com elementos adequados ao texto desta versão final da dissertação.

O critério para escolha das páginas foi feito pelo mecanismo de busca da rede social. A pesquisa pelo termo “cultura do estupro” resultou em diversos resultados ligados ao movimento feminista ou páginas de conteúdo progressivas, que investem em conteúdos referentes à equidade de gênero ou especificamente a violência contra mulher. O termo também se apresenta em páginas politicamente conservadoras ou de conotação religiosa, em manifestações de negação da cultura do estupro, colocada como “uma invenção feminista.”. O terceiro movimento como mencionado anteriormente, se pautou na elaboração de um formulário *on-line* nos no aplicativo “*Google Forms*”.

O recurso se apresenta como uma nova possibilidade de uso das novas tecnologias de informação para a pesquisa na internet. O levantamento se deu de forma simples, por meio de um formulário eletrônico semi-estruturado, intitulado “O feminismo 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro”. Os questionamentos foram referentes ao alcance do feminismo 2.0 e a apropriação do conceito de cultura do estupro (Anexo I). O formulário foi divulgado em seis grupos privados compostos apenas por mulheres. Por motivo de segurança e em respeito às regras de alguns desses grupos, não divulgarei *links* para que possam ser identificados de alguma forma na rede social. Opto por identificá-los por cores, destacando somente a temática de cada um:

Grupo	Número de seguidoras	Temática central
Amarelo	812	Violência de Gênero
Verde	4986	Trocas de informações, sátiras e ironias sobre as masculinidades hegemônicas.
Vermelho	5024	Filosofias feminista e doutrinas religiosas cristãs.
Azul	9828	Estudos sobre o feminismo negro e pós-colonial.
Laranja	1620	Informações e debates sobre a maternidade.
Lilás	2624	Espaço de discussão de mulheres feministas antirracista, antimilitaristas, antilgbtfobias e de esquerda.

O formulário gerado no aplicativo é disponibilizado por meio de um endereço eletrônico, quando preenchido pelas interlocutoras, as repostas aparecem automaticamente na pagina do formulário, do/da pesquisadora. O formulário do Google foi criado inicialmente

para facilitar a colaboração entre os internautas e vem se constituído como um útil instrumento de pesquisa e/ou avaliação institucional (FUMIAN & RODRIGUES, 2013).

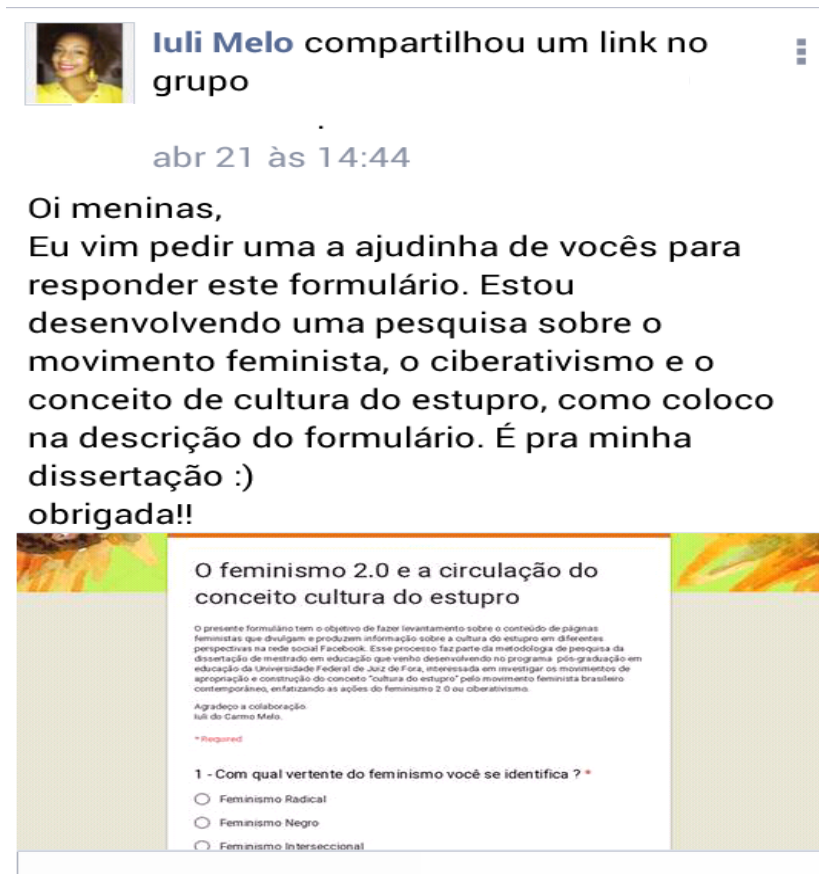


Figura 4- Postagem feita nos grupos. Foto reprodução do *Facebook*.

Esse movimento de pesquisa tinha por objetivo inicial, fazer um levantamento sobre o conteúdo de páginas feministas que divulgam e produzem informação sobre a cultura do estupro em diferentes perspectivas na rede social *Facebook*. Repetindo assim o movimento de análise feito para o texto de qualificação. O formulário foi elaborado com dez questões, que foram respondidas de forma anônima, sendo elas: 1- Qual vertente do Feminismo você se identifica? 2- Como você define a vertente com a qual você se identifica? 3- Como você tomou conhecimento do termo cultura do estupro? 4- Você acompanha páginas feministas no *Facebook*? 5- Quais páginas? 6- O que te faz acompanhar essas página? 7-Você administra alguma página no *Facebook*? 8- Caso administre alguma página, qual o nome dela? 9 – O que você aprendeu sobre feminismo nas redes sociais? 10 – O que você aprendeu sobre a cultura do estupro nas redes sociais?

Ao todo 76 mulheres responderam ao formulário disponibilizado durante 20 dias em cada grupo. Delas, 63% afirmaram que tomaram conhecimento do termo cultura do estupro pelas redes sociais e 28% por participação em coletivos feministas ou outro movimento social; 6,6 % tiveram contato com a discussão em universidades, 1,3% em escolas e uma minoria afirma ter tido conhecimento do termo através de amigas, programas de televisão ou pela percepção/experiência pessoal da sociedade e cultura.

O critério de seleção das respostas, foi feito por grupos de respostas, dessa forma a interlocutora que tem a resposta analisada sobre a vertente do feminismo que se identifica, não é necessariamente a mesma que responde sobre o que aprendeu sobre a cultura do estupro nas redes sociais, por exemplo. Embora os mecanismos do *Google Form*, permita essa possibilidade, a tentativa de exercê-la, levou ao encontro com discursos que travariam as análises em respostas generalizantes e totalitárias como por exemplo, repostas como “Tudo”, “nada”. Assim cada análise apresenta grupos de respostas que representam pelo menos uma expressão das perspectivas feministas acionadas nesta pesquisa, por meio da identificação do formulário.

O retorno com as respostas das dez questões postas no formulário trouxe elementos novos para se pensar apropriação e construção do conceito de cultura do estupro. Sendo a publicação do formulário nos grupos a única forma de interação direta com as interlocutoras. Opto, portanto, em considerar as analisadas realizadas para o texto de qualificação, agregando as análises das respostas das questões: 1 – Qual vertente feminista que você se identifica? 2 – Como você define a vertente feminista na qual você identifica? – O que você aprendeu sobre cultura do estupro nas redes sociais? As respostas às outras questões, postas no formulário, são exploradas de forma breve, nas considerações finais, para não encerrar o assunto e salientar a importâncias de outras (futuras) iniciativas de pesquisa que abordem a questão das violências sexuais.

SEÇÃO 2- DE MAL COMPORTADAS A FEMINAZIS: O MOVIMENTO FEMINISTA NAS UNIVERSIDADES, NAS REDES E NAS RUAS.

Alguns dos sintomas mais evidentes da desintegração social só são reconhecidos como um problema sério após assumirem tamanha proporção epidêmica que parecem não ter solução. O estupro é um dos casos em questão. (DAVIS, 2016, p.125)

O debate sobre cultura do estupro no Brasil tem se difundido de forma expressiva no cenário nacional. A ampliação de denúncias de diferentes casos de abusos, principalmente por meio das mídias digitais, vem fomentando o debate sobre as violências sexuais e visibilizando o conceito de cultura do estupro. Cenário com maior difusão de estratégias e argumentos de mulheres que comunicam a gravidade do estado constante de medo de ser vítima de alguma violência sexual. (ENGEL, 2018).

O movimento de apropriação do conceito pelo MFCB acontece num contexto de transformação dos movimentos sociais. Atualmente, grupos e organizações políticas têm utilizado a internet como recurso de mobilização, sendo as redes sociais o principal meio de ação (CASTELLS, 2012). Antes do estupro coletivo, campanhas como #meuprimeiroassedio #meuamigosecreto e #nãoomereçoserestuprada, mobilizaram mulheres por meio de *hashtags*, compartilhando denúncias de violência sexual, o que nos indica a especificidade de gênero da agressão. “A perenidade dos abusos é conhecida, contudo, observa-se uma disputa de narrativas cada vez que um caso desses vem a público.” (ENGEL, 2018, p. 7).

A disputa de narrativas se dá tanto no meio feminista, que se desdobra em várias vertentes, bem como fora de desse meio. O movimento feminista é frequentemente generalizado e atacado por grupos contrários às suas pautas, os quais tentam desqualificar as mulheres que se posicionam como feministas.

A imagem da mulher chata e muitas vezes “rude” demais, que ataca o homem sem razões aparentes, é, sem dúvidas, o estereótipo dominante quando se ouve falar sobre uma militante feminista, e esse discurso clichê tornou-se alimento para piadas e brincadeiras que também aparecem com muita frequência nos *sites* de redes sociais (RODRIGUEZ, 2016, p. 10).

Logo que o debate sobre cultura do estupro tomou as redes sociais, o embate com grupos conservadores e fundamentalistas religiosos deixou visível a banalização da violência sexual. Para esses grupos, cultura do estupro é uma ‘invenção feminista’, de mulheres que

querem chamar atenção ou cristalizar uma ‘guerra dos sexos’, baseada na desconstrução da feminilidade que prega ódio aos homens.

Nota-se, na atualidade, um cenário de embates entre setores conservadores e grupos pró-igualdade de gênero e diversidade sexual. Nesse contexto, o ideário feminista propaga-se e ganha a adesão de uma geração de mulheres cada vez mais jovens, com a multiplicação de coletivos universitários e secundaristas. Identifica-se uma pluralidade de tendências ideológicas, dentre as quais se destaca o feminismo interseccional. (RIBEIRO, O’DWYER & HEILBORN, 2018, p. 85).

Diante disso, nesta seção, trago um breve histórico da construção dos estudos feministas, com o enfoque na implementação do conceito de gênero, e contextualizo o movimento antiviolação nos Estados Unidos (EUA), onde se estabelece o conceito de cultura do estupro. Com isso, busco reiterar o posicionamento interessado e político das pautas feministas e evidenciar os estudos de gênero como produções da articulação teoria e prática, que fundamenta o feminismo, como um movimento político, histórico e filosófico.

Além disso, invisto nas reivindicações das especificidades dos movimentos de mulheres negras e lésbicas, problematizando o apagamento da expressão desses grupos marcados pela diferença, no discurso hegemônico. Que contribuições esses grupos passam a organizar entorno de pautas específicas para as diferentes experiências de mulher, podem contribuir para o debate sobre a cultura do estupro?

Adiante resgato os desdobramentos das interpretações do conceito de gênero, nas disputas de narrativas na produção de conhecimento feminista a partir das décadas de 1960 e 1970, articuladas às contribuições do movimento feminista na redefinição do estupro, dimensionadas no movimento antiviolação nos Estados Unidos. Introduzo os argumentos das feministas americanas na redefinição do estupro e caracterização da cultura do estupro. Por fim, apresento as tendências feministas que despontam na articulação do feminismo 2.0, apresentando análises do formulário o feminismo 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro.

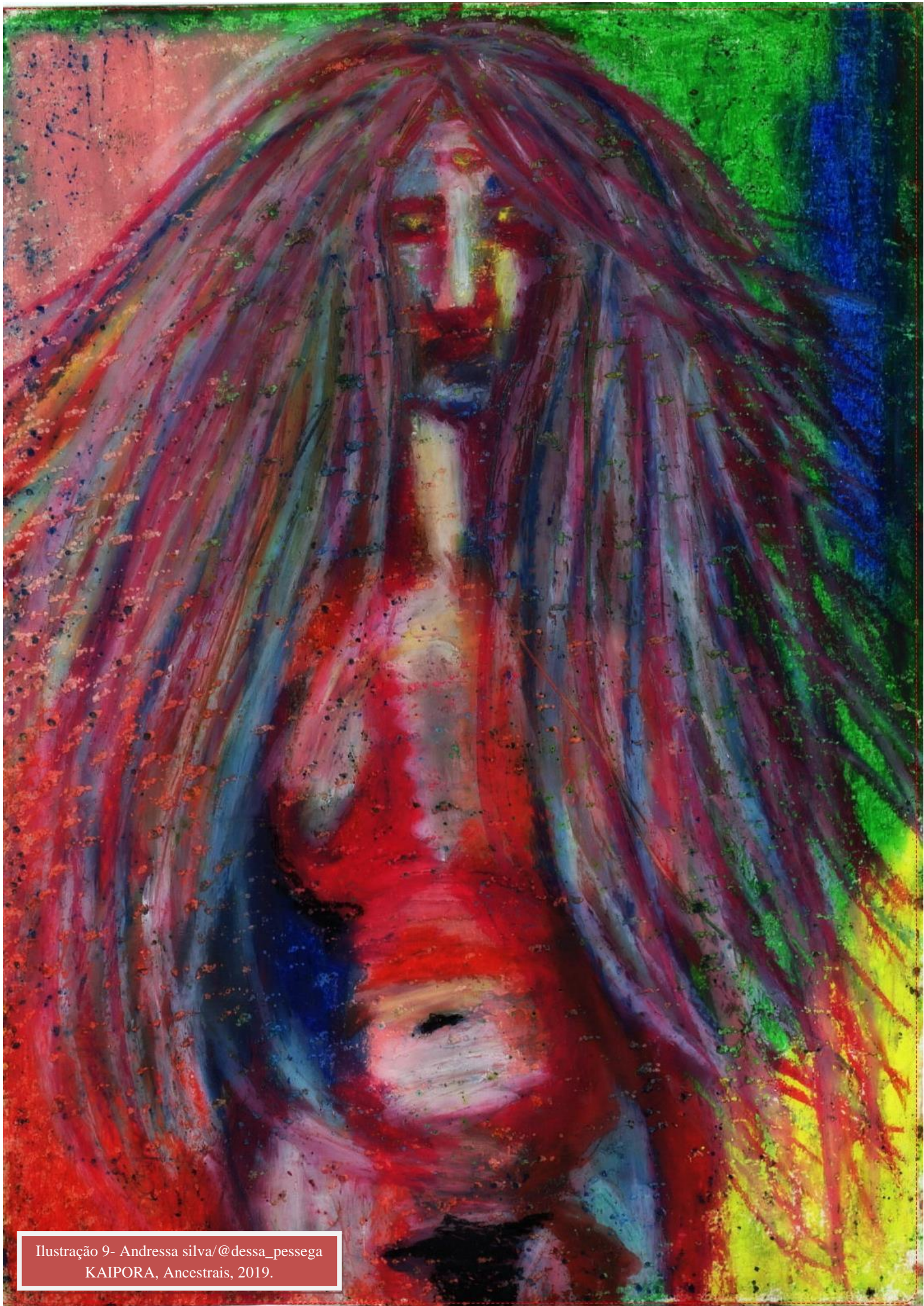


Ilustração 9- Andressa silva/@dessa_pessega
KAIPORA, Ancestrais, 2019.

2.1 - *Admirável chip novo*: o movimento feminista e a (re)definição da concepção de estupro

Pane no sistema, alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo

Parafuso e fluído em lugar de articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado

Mas lá vem eles novamente
Eu sei o que vão fazer
Reinstalar o sistema

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste, viva

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga

Não senhor, sim senhor
Não senhor, sim senhor

(*Admirável chip novo*, Pitty, 2013)

O feminismo possibilitou o anúncio de novos modos de ser mulher nas sociedades ocidentais, como um ‘admirável chip novo’, incitando o rompimento com os processos de opressão das mulheres. *A priori*, com a visibilidade voltada à tensão de mulheres educadas para amar incondicionalmente, casar-se, obedecer aos maridos, ser mãe e cuidar da educação dos/as filhos/as, se voltou ao rompimento com esses modelos. Isso se deve à análise de que o discurso tradicional incutido no modelo normativo *ser homem* se construiu em princípios supostamente opostos - chefia da casa, provedor financeiro da família, com possibilidades de escolarização e participação política. Nas palavras de Sueli Carneiro (1993):

Os primeiros passos do Movimento Feminista no Brasil e no mundo expressaria a intensa revolta a esse processo de opressão e, como todo movimento de contestação, se constitui na recusa de todos os estereótipos tradicionais existentes sobre a mulher: contra o mito da fragilidade, contra o confinamento da mulher ao espaço doméstico; contra a limitação da mulher a mero agente reprodutor da espécie. (CARNEIRO, 1993, p. 9).

Joan Scott (1989) argumenta que os historiadores ocidentais centravam suas análises em uma história única, na qual as mulheres eram naturalmente inferiores. Focar apenas nesta historiografia restringiria a história das mulheres a algo estaticamente periférico ou mais um grupo subordinado ao capitalismo. “A maneira como esta nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise.” (SCOTT, 1989 p. 4).

“Aprendemos”, escreviam três historiadoras feministas, que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história (SCOTT, 1989, p. 3).

Assim, o conceito de gênero surge de forma emergente, no contexto da trajetória do movimento feminista. Segundo Guacira Lopes Louro (1997), é através das feministas anglo-saxãs que *gender* (gênero) passa a ser usado como distinto de *sex* (sexo), deslocando as análises para o âmbito social, visando rejeitar o determinismo biológico: “O conceito serve, assim, como ferramenta analítica que ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Ao dirigir o foco para o caráter ‘fundamentalmente social’, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados” (LOURO, 1997, p. 22).

Os estudos iniciais de gênero se debruçavam, majoritariamente, sobre as condições de vida e trabalho das mulheres. “Contam, criticam e, algumas vezes celebram as características tidas como femininas” (LOURO, 1997, p. 18). Dessa forma, para ampliar o debate, algumas mulheres fundaram revistas, promoveram eventos e marchas, organizaram-se em grupos e núcleos de estudo, às vezes transformados em guetos, independentes e excluídos da academia. “Acima de tudo, elas tiveram o mérito de transformar as até então esparsas referências às mulheres - as quais eram usualmente apresentadas como exceção à nota de roda pé, o desvio da regra masculina – em tema central.” (LOURO, 1997, p. 18).

O movimento feminista refletiu mudanças nas sociedades ocidentais sobre os ideais de gênero e sexualidades, e também a definição de estupro. Foi uma ação militante das feministas que acentuou a sensibilidade para a violência sexual. Em 1970, feministas norte-americanas passaram a se posicionar diante de parlamentares, denunciando o estupro como um “sexocídio”, uma violência cotidiana que mantém as mulheres em estado de medo. Nas declarações, ressaltavam ser inadmissível que as mulheres pagassem o estupro, com a restrição de sua liberdade uma vez que o julgamento moral culpabiliza as vítimas de estupro

pelo ato. Assim, a definição de estupro é descolada para perspectiva da vítima. (VIGARELLO, 1998; SMITH, 2004).

A partir de mobilizações feministas na década de 1970, o Movimento Anti- violação nos Estados Unidos se difundiu e desafiou as “verdades” sobre estupro. Verdades construídas na história “da presença de violência difusa, de sua extensão e de seus graus. (...) Paralela à história da sensibilidade, que tolera ou rejeita o ato brutal. A ausência de emoção, e de queixa traduz, por exemplo, a estranha banalização do ato. (VIGARELLO, 1998, p.13)

Segundo Georges Vigarello (1998) como crime, o estupro é antes de tudo uma blasfêmia, um pecado, com consequências particulares a vítima do estupro - a mulher que mesmo contra a sua vontade, comete atos repreensíveis. Sendo esta, implícita e silenciosamente condenada. “Daí a especificidade muito nítida da violência sexual, acentuando a relativa tolerância ao seu respeito a vítima temia falar e o juiz temia inocentá-la” (VIGARELLO, 1998, p. 30). Nos Estados Unidos, até a década de 1970, leis de proteção às vítimas de estupro e a categoria estupro conjugal não existiam. (SMITH, 2004).

A maioria dos estados tinham leis que exigiam comprovações ou evidências, independentes das reivindicações de violação, para se tornar um caso passível de julgamento. Mulheres que comunicavam a queixa de estupro, tinha suas próprias vidas sexuais, analisadas em busca de sinais de que eles (agressor/vítima, marido/esposa) já haviam sido sexualmente ativos antes do estupro. Aqueles que tiveram não poderiam esperar os promotores avançar com as acusações de estupro ou os jurados para condenar. Mesmo nesses casos que foram a julgamento, as vítimas poderiam esperar os advogados de defesa apresentar provas de experiências sexuais anteriores, criando a impressão de que se a mulher disse sim ao sexo não iria dizer não novamente (SMITH, 2004, p.164)

O movimento anti-violação procurava redefinir o crime, que era visto como de sexualidade e paixão, como crime de violência e controle. Susan Browmiller (1975) foi uma das estudiosas pioneiras em investir na análise do estupro como crime de violência, expondo o silêncio que rodeava a história, a sociologia e o direito penal. “Ela também deu uma história detalhada sobre a lei do estupro, discutindo a origem do crime em direitos de propriedade, de tal forma que o estupro inicialmente estava envolvido numa reivindicação de homens contra outros homens de danos contra propriedade” (SMITH, 2004, p. 186). Para Susan Browmiller, o estupro é “nada mais nada menos que um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em estado de medo” (BROWMILLER, 1975 citada por SMITH, 2004, p. 186).

Desde a publicação de “Contra nossa vontade: homens, mulheres e estupro”, de Susan Browmiller, a lei de estupro passou por uma série de reformas que resultou na revogação de

estatutos anteriores. Mary Smith (2004) cita a reforma conhecida como “escudo estupro” que limita a apresentação de evidência sobre o passado sexual da vítima. Também desenvolveram uma estrutura de graus de estupro, no qual foi redefinido como crime, pela adoção de uma série de infrações graduadas, em vez de um único crime, que foram distinguidas pela ausência ou presença de condições agravantes, abrangendo também agressões para além da conjunção carnal.

O consentimento foi também um componente crítico das reformas, além dos desafios em prestar a queixa, a condição de vítima era compelida diante da existência de “requisito de resistência” era exigida que a vítima apresentasse evidências do “máximo de resistência” ou pelo menos demonstrasse “tal resistência”. Ativistas, juristas e feministas alegaram que está exigência às vítimas de estupro, não era aplicada a qualquer outro crime violento como roubo. Tais investigações deslocavam o julgamento do comportamento do agressor para o da vítima. Muitos estados acolheram a crítica, eliminando o “requisito de resistência”, outros estados escolheram definir as circunstâncias como uso e exibição de armas de fogo e outros redefiniram o conceito de consentimento. “Em Illinois, os legisladores de 1985, escolheram definir consentimento como, *livre acordo com o ato da penetração sexual ou conduta sexual em questão*” (SMITH, 2004, p. 187).

Essas e outras iniciativas, foram na tentativa de forçar as instituições jurídicas a tratar as violências sexuais com seriedade. Todos os estados passaram a fornecer cuidados e apoio as vítimas de estupros nos centros de crise de estupro. No entanto, persistem alguns desafios, como por exemplo, estupros conjugais e/ou cometidos por agressores conhecidos das vítimas. Casos que não são levados tão a sério, quanto aos casos em que o agressor é um estranho, principalmente se estranho for um homem negro. Mitos racistas da propensão de homens negros ao estupro, principalmente de mulheres brancas, ainda são fortes. E ainda, alguns autores afirmam que as feministas teriam ido longe demais em redefinir sexo indesejado como estupro. (SMITH, 2004).

É nesse contexto que o conceito de cultura do estupro entra em evidência nos Estados Unidos no ano de 1975, em consequência da repercussão de ações do grupo de Feministas Radicais de Nova Iorque, que inspirou cineastas e escritoras. Margaret Lazarus e Renner Wunderlich produziram o documentário “Culture Rape³⁷” (1975) (Cultura do estupro) pela *Cambride Documentary Films*. O destaque do documentário é a exposição da mídia como

³⁷ Em pesquisa pelo documentário na plataforma de pesquisas Google, encontra-se disponível apenas um recorte de 2m32s na plataforma de armazenamento de vídeos Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=3Ew3Pqjw5D8> acesso em: agosto de 2017

incentivadora da cultura do estupro, além de mostrar vários pontos de vista (homens, mulheres, ativistas) sobre o assunto. (MOSSONETTO, 2015).

De acordo com Grazi Mossonetto (2015), o primeiro registro do termo é o livro “Rape: The First Sourcebook for Women” (1974) (Estupro: O Primeiro Livro de Consulta para Mulheres). O trabalho de Susan Brownmiller, “Against Our Will: Men, Women and Rape” (1975) (Contra a nossa vontade: homens, mulheres e estupro), também foi pioneiro e teve grande repercussão, uma obra de importante relevância para os estudos antiviolação que se limitam na posição racista da autora ao defender que os homens negros eram mais violentos e, portanto, tinham potencial maior para o estupro.

Em 2004, Mary Smith editou a “Encyclopedia Rape” (Enciclopédia do Estupro), que traz em formato de enciclopédia estudos sobre as características da cultura do estupro. Contando com várias referências de trabalhos anteriores sobre o tema, inclusive o de Susan Brownmiller, o livro tem a contribuição de movimentos sociais, ativistas e juristas. A autora faz um histórico das violações sexuais desde tempos antigos e caracteriza e denuncia a situação da violência sexual da sociedade norte-americana com recortes raciais de mulheres negras, indígenas e latinas, além de tratar de questões como pedofilia, prostituição e homossexualidade. “O resultado é um volume que abrange o estupro da antiguidade ao presente.” (SMITH, 2004, p. 3).

O termo foi utilizado para definir a cultura contemporânea americana como um todo. Envolvendo a culpabilização da vítima e a proteção dos agressores em mitos que podem ser identificados na necessidade de reforma das leis americanas sobre estupro se tratando, portanto, de “um complexo conjunto de crenças que encoraja a agressão masculina e suporta a violência contra as mulheres”. (SMITH, 2004, p. 175). Assim, a cultura do estupro reforça suas crenças na disseminação de mitos do estupro, através de informações falsas ou tendenciosas sobre os casos de estupro, as vítimas e os agressores; a negação de condutas sexuais forçadas como estupro; ou mitos sobre o estupro para arranjar desculpas para o estuprador ou minimizar os efeitos da violação sobre a vítima.

Como um todo, os mitos ocultam os fenômenos sobre o estupro, recusando se a reconhecer que existe algum problema, exemplos de mitos incluem o seguinte: Mulheres secretamente querem ser estupradas, é estupro somente se a arma (pênis) é usada, e as mulheres são despertadas pela violência sexual. Em uma cultura do estupro, mitos são apreendidos e perpetuados pela cultura geral, mas principalmente pela mídia: em anúncios programas de televisão, filmes e vídeos de música. (...) Em uma cultura do estupro, raramente o sexo é mostrado de forma compartilhada a intimidade amorosa, em vez disso, imagens violentas abundam e promovem a mentalidade de há pouca diferença entre o sexo regular e estupro (SMITH, 2004, p.175).

As ações feministas nas décadas de 1960 e 1970 nos EUA, não encontraram entraves no âmbito político-social. O panorama do desenvolvimento do feminismo brasileiro é dado em um contexto histórico que guarda especificidades na auto-organização, reivindicações e na produção de conhecimento, embora receba as influências do debate internacional, que não chegam, em maiores proporções ao debate de cultura do estupro, até 2016. De acordo com Celí Pinto (2003), enquanto os EUA e a Europa, no período pós-guerra, experimentavam a efervescência cultural da época, no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte. “Mesmo assim, aqui como lá na virada para década de 1970, mas primordialmente ao longo desse período, surgiu e desenvolveu o movimento feminista” (PINTO, 2003, p. 43).

2.2- O Feminismo no Brasil: Mal comportadas

As tendências que apresentam o feminismo brasileiro contemporâneo se desenvolvem do movimento de grupos que começaram a se constituir paralelamente aos acontecimentos da ditadura militar. “A dispersão do movimento feminista torna impossível recuperar o número de grupos feministas no Brasil nas décadas de 1970 e 1980.” (PINTO, 2003, p. 49). Nesse sentido, os grupos que se tornaram referência da construção do feminismo no Brasil destacam-se no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, sendo muitas vezes inviabilizadas as expressões de feministas de outras regiões do país³⁸.

O feminismo no Brasil é fragmentado em manifestações que foram de reuniões privadas na casa de intelectuais ou líderes comunitárias até reuniões com 3.000 participantes. Ao expressar múltiplos objetivos e pretensões diversas, provocou militâncias apaixonadas e raivas incontidas. “Sua história desde os primeiros momentos, mas principalmente após os anos de 1960, quando foi apontada sua grande vaga foi apontada sua multiplicidade, em movimentos unitários foram muitos específicos.” (PINTO, 2003, p. 9).

A ditadura militar no Brasil durou vinte anos, de 1964 a 1984, e embora formalmente os militares se manifestassem, publicamente, a favor dos direitos humanos, foram adotados inúmeros métodos de tortura contra pessoas que se mostravam com conduta negativa em relação a ditadura militar “A violência atingiu a homens e mulheres, muitas delas grávidas, e

³⁸ “É preciso lembrar que quem sofre misoginia, racismo, homofobia e transfobia não está somente no sudeste do Brasil, mas vive também em cidades do agreste e da caatinga, longe das gigantescas cidades que “nunca dormem”. Não é somente em São Paulo que se mata mendigo, nem apenas no Rio de Janeiro que há exploração sexual de menores. Isso é alarmante porque as vítimas desses crimes e suas lutas também são dignas do choque e da revolta da população. Mas, quando os grupos ativistas de outros estados saem às ruas para protestar, levantam petições ou campanhas *online*, ou simplesmente pedem mobilização de militantes para espalhar a notícia, ficam a ver navios. (A luta das mulheres não acontece só no eixo Rio-São Paulo, Revista Fórum, 7 de abril de 2014).

também crianças. O que diferenciava era a forma de tortura, pois as mulheres sofriam estupros e eram submetidas a realizar as fantasias sexuais dos torturadores”. (TELLES, 2015, p. 508).

De acordo com Celí Pinto (2003), o cenário político se reduziu a uma farsa, a censura extrapolou a questão política e chegou com muita força questões referentes a moral e os bons costumes. “As escolas e universidades passaram por uma reforma curricular na qual os/as estudantes foram obrigados/as a passar por aulas de educação moral e cívica, além do patriotismo ufanista marcado na copa do mundo, traduzido na frase emblemática “Brasil: Ame-o ou deixe-o.” (PINTO, 2003, p.44). Sendo prática criminalizada, era desconsiderada pelos próprios governantes. O estupro era um meio comum de tortura contra as mulheres, diferente do tratamento dado aos presos políticos homens. Condições específicas dos corpos femininos, como maternidade, aleitamento, menstruação, foram usadas para violentar e torturar as mulheres.

Os agentes do Estado ditatorial utilizaram da condição feminina para acirrar todo o processo de repressão contra a população, inclusive para executar os sequestros, as torturas e os assassinatos. Conspurcaram a dignidade das mulheres que participaram da luta contra a ditadura e isso trouxe um legado à história política de nosso país que não pode ser ignorado, como tem sido até os dias de hoje, sob pena de não superá-lo. A investigação histórica da luta de oposição à ditadura na perspectiva de gênero deve significar a inclusão das mulheres na medida real de sua participação, como agiram as organizações do aparato repressivo da ditadura contra elas, mas também trazer à tona a atuação das militantes. (TELLES, 2015, p. 508).

O espaço para a discussão do estupro na ditadura militar no meio acadêmico se abriu pela primeira vez em um evento eminentemente político, anos depois em 1996, com os relatos de mulheres vítimas da repressão na comissão da verdade ou documentários e pesquisas. A partir dos relatos das sobreviventes, nesse evento foi discutida a presença da mulher como protagonista na resistência contra o regime militar e como vítima de uma violência específica. (SARTI, 2004).

Maria Amélia Telles, em “A construção da Memória e da verdade a partir de uma perspectiva de gênero” (2015), traz o depoimento de Inês Etiene Romeu, da comissão da verdade. Inês foi militante política, faleceu em 27 de abril de 2015, com 73 anos. Foi a única sobrevivente da “casa da morte”, instituição responsável por torturar presos políticos na cidade de Petrópolis (RJ). Segundo a autora, o aparato repressivo misógino da ditadura militar não suportava a inteligência, a ousadia e capacidade estrategista de Inês. “Ela fugia totalmente

ao estereótipo da submissão, da subalternidade e da falta de iniciativa” (TELLES, 2015, p. 506).

Espancaram-me no rosto até eu ficar desfigurada. [...] O “Márcio” invadia minha cela para “examinar” meu ânus e verificar se o “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Esse mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes pelo “Camarão” e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros [...] (TELLES, 2015, p. 504).

Longe de um cenário político para apropriação e construção de um movimento antiviolação, o feminismo brasileiro foi marcado pela contribuição de mulheres exiladas nos Estados Unidos, Europa e América Latina. Organizavam-se sob a influência do feminismo europeu e norte-americano, e enfrentavam, além do regime militar, a oposição de homens também engajados contra a ditadura. “Ao saldo da experiência de resistência das mulheres à ditadura aliaram-se as mudanças por que vinha passando o país sob o regime autoritário, durante sua fase mais amena, o processo chamado de “distensão lenta e gradual” dos últimos governos militares.” (SARTI, 2004, p. 39).

A expressão do feminismo internacional ganhou visibilidade com o reconhecimento oficial pela ONU – Organizações das Nações Unidas, em 1975, de que as questões das mulheres são um problema social. Dessa forma, abriu espaço, criando uma fachada para a atuação do movimento feminista no Brasil que se desenvolvia na clandestinidade, passando a atuar publicamente grupos como Mulheres pela Carestia, Movimento Feminino pela Anistia, Nósmulheres.

O feminismo brasileiro se chamava movimento de mulheres, iniciado nas camadas médias e expandindo-se pelas camadas populares. Articulou-se às organizações de bairro, envolvendo uma dedicação com a igreja católica, no enfrentamento ao regime autoritário “As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isso colocou os grupos feministas em permanente enfrentamento com a igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares.” (SARTI, 2004, p. 39).

O feminismo foi se expandindo dentro desse quadro geral de mobilizações diferenciadas. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os

problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2004, p. 40).

No que se refere às interpretações do conceito de gênero, ou do sujeito de feminismo, o feminismo brasileiro segue as tendências dos feminismos que se desenvolvem nos Estados Unidos e na Europa. A primeira tendência segue uma forte atuação política concentrando nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos. Isso resultou, posteriormente, na criação de políticas públicas no período de redemocratização na década de 1980. Nessa tendência permanece “a unidade do movimento de mulheres no Brasil, sem a explicitação da marcante diversidade que o caracterizou” (SARTI, 2004, p. 41). A outra tendência se manifesta no final da década de 1980, estando centrada no terreno fluido das subjetividades, privilegiando o espaço privado (SARTI, 2004).

2.3- Denúncias de Invisibilização: O legado da escravidão e os estuprores corretivos

Acompanha a trajetória do feminismo desde as primeiras formulações de gênero as denúncias de invisibilização. O desdobramento desse movimento resgatou uma dimensão irrecusável para uma grande parte dos grupos feministas da época: somos mulheres! “Temos útero e não pênis. Procriamos. Somos mulheres e pensamos. Somos mulheres e estudamos. Somos mulheres e trabalhamos. Somos seres plenos de potencialidades, exercendo uma cidadania de segunda classe.” (CARNEIRO, 1993, p. 9).

Nesse contexto, o *admirável chip novo* do feminismo não atendia às experiências de mulheres que sequer poderiam exercer sua cidadania, por se relacionar de forma afetiva e sexual com outras mulheres, ter um pênis ou pela condição de mulher negra e/ou pobre, circunscrita em sociedades regidas pela normativa que hoje identificamos como branca heteronormativa e cisgênera. Nesta pesquisa, o conceito de gênero nos auxilia a pensar na identidade “mulher” como sendo constituída de uma pluralidade, que por vezes é invisibilizada.

É preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o "verdadeiro" universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres. Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. (LOURO, 1997, p. 17).

Segundo Joan Scott (1989), as analogias com gênero, raça e classe eram explícitas via pesquisadoras e pesquisadores que tinham uma visão mais global e recorriam às três categorias para contar a nova história. Assim, o interesse pelas categorias assinalava o compromisso da pesquisadora/pesquisador com a história, a qual incluía falas das/os oprimidas/os, com análises voltadas ao sentido e a natureza da opressão, levando em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas, minimamente, segundo estes três eixos.

A ladainha “classe, raça e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e de “gênero” não veiculam tais associações. (...). Não existe este tipo de clareza ou coerência nem para a categoria de “raça” nem para a de “gênero”. No caso de “gênero”, o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos. (SCOTT, 1979, p. 73).

Betty Friedman (1971) conta que a organização social subjugava a mulher branca de classe média por meio do casamento e do controle patriarcal. Essas experiências de disciplina e controle deram a essas mulheres a falsa ilusão de que a mulher negra e pobre, que estava no mercado de trabalho, não fazia parte do mesmo *universo feminino*. Assim, tinham nessa situação privilégios ou eram mais autônomas em relação à condição da mulher branca.

Para bell hooks (2015) o desejo dessas mulheres, privilegiadas em relação à mulher negra e pobre, a ponto de desejar uma realidade de dominação e exploração, demonstra uma falta de saber sobre as mulheres que viviam em situação de maior vulnerabilidade. A estudiosa, a partir do livro “Mística Feminina”, de Betty Friedman, problematiza o fato do discurso feminista nos Estados Unidos ser dominado por mulheres brancas de classe média.

Muitas vezes a perspectiva de realidade dessas mulheres não se aplica às experiências de um coletivo, sem a ciência de até que ponto essa perspectiva reflete preconceitos de classe e raça. Os problemas da classe privilegiada eram reais, passíveis de atenção e transformação, no entanto, a maioria das mulheres tinha preocupações mais urgentes como a sobrevivência econômica e a discriminação racial. O racismo abunda nos textos de feministas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais.” (hooks, 2015, p. 195).

Entre normalização e o movimento estão às vidas precárias (LOREY, 2012). Judith Butler coloca como questão para pensar a precariedade, o quanto a vida era culturalmente digna de luto público, e assim existencialmente habitável ou não. A precariedade passa então

a englobar de forma ampla, as condições da vida humana, no qual um estado de carência depende intrinsecamente do social: de redes sociais, de sociabilidade, e de trabalho e outros (WASSER, 2016). Isabel Lorey, alerta sobre o trabalho de Judith Butler, que sua argumentação renovaria facilmente as estruturas de exposição à dominação. Nas palavras da autora, o objetivo está em entender como nós vimos sendo governados pela precarização e como nos mantemos governáveis por nós mesmos (LOREY, 2012, p.14 apud WASSER, 2016, p. 368).

É neste alerta que se situa a segunda inovação de O governo dos precários. Butler comenta no prefácio do livro: De fato, Isabell Lorey nos convida a pensar alternativas à aceitação do medo e da insegurança como base de uma mobilização política, alternativas à aceitação de estados intencionalmente induzidos, dos quais aspiramos, a todo preço, por segurança (WASSER, 2016, p.368).

Compreendendo o poder numa perspectiva foucaultiana, elabora que sobre o regime dos precários que pode servir tanto de base como de recusa. “Como a própria heterogeneidade de diferentes mobilizações dos novos e dos velhos precários mostra, já estamos assistindo disputas e lutas por não estar mais governado e não governar mais a si mesmo, nem deste modo, nem por este preço” (Lorey, 2012, p. 130 apud WASSER, 2016, p. 368). Assim, a autora mostra também que a precarização esta se instalando nesta relação com o si, de modo mais sofisticado na era do neoliberalismo. Resultando numa técnica mais sofisticada de sujeição aos poderes igualmente abrindo canais de habilitação.

Quando a autora desloca a redução da precariedade à questão do assalariado, abre o espectro para a vida social que acompanha as articulações políticas contemporâneas. Se formos estudar, por exemplo, as mobilizações no Brasil, postas em andamento pelos protestos de junho 2013, poderíamos estender o instrumentário analítico voltado às transformações sociais pelo estilo de Lorey. Pois as tentativas de categorizar os protestos no sentido de pertencer a uma classe específica, Sociologias, ou de ser expressão de uma identidade política homogênea, não “explicaram”, de maneira satisfatória, os agenciamentos surgidos.(WASSER, 2016, p. 369)

Nas fases iniciais do movimento antiviolação nos EUA, poucas feministas analisaram com seriedade as mobilizações e reivindicações de mulheres negras contra a violência sexual. “É uma dolorosa ironia que algumas teóricas antiviolação que ignoram o papel instigador desempenhado pelo racismo não hesitem em argumentar que os homens de minorias étnicas são especialmente propensos a cometer violência sexual contra mulheres” (DAVIS, 2016, p.129).

O surgimento dos estudos feministas ao final do século XX, estimulados pela ligação entre estupro e estereótipos racistas de homens negros, acentuaram o posicionamento racista

de algumas estudiosas. Susan Brownmiller, por exemplo, em *Contra nossa vontade: homens, mulheres e o estupro*, discute o problema de forma que generaliza o estupro de mulheres, incluindo a experiência de mulheres negras, afro-americanas. A autora ainda defende o medo de mulheres brancas de estupros de homens negros, apoiada em estereótipos sobre o povo negro, produzido na sociedade americana (SMITH, 2004; DAVIS, 2016). O racismo nos estudos antiviolação não está presente apenas no trabalho de Susan Brownmiller. Angela Davis (2016), no capítulo “Estupro, racismo e o mito do estuprador negro”, no livro “Mulheres, Raça e Classe”, pontua o racismo no trato do estupro no âmbito social, jurídico e teórico. Embora raramente os estupradores fossem julgados ou condenados, a estudiosa afirma que as acusações de estupro têm sido indiscriminadamente direcionadas a homens negros, culpados e inocentes.

Na história dos Estados Unidos, a acusação fraudulenta de estupro se destaca como um dos artifícios mais impiedosos criados pelo racismo. O mito do estuprador negro tem sido invocado sistematicamente sempre que as recorrentes ondas de violência e terror contra a comunidade negra exigem justificativas convincentes. Se as mulheres negras têm estado visivelmente ausentes das fileiras do movimento anti-estupro da atualidade, isso pode se dever, em parte, à postura de indiferença desse movimento em relação ao uso da falsa acusação de estupro como forma de incitar agressões racistas. (DAVIS, 2016, p. 126).

E ainda, mulheres negras, além de terem suas denúncias de estupro negligenciadas, eram vítimas de ataques policiais. “E histórias sobre ataques de policiais a mulheres negras – vítimas de estupro que, às vezes, sofrem um segundo estupro – são ouvidas com muita frequência para ser descartadas como anormais.” (DAVIS, 2016, p. 126).

Jovens ativistas frequentemente afirmavam que nada poderia proteger as mulheres negras de serem estupradas pela polícia de Birmingham. Recentemente, em dezembro de 1974, em Chicago, uma jovem negra de dezessete anos relatou ter sido estuprada por dez policiais. Alguns dos homens foram suspensos, mas no final todo o caso foi varrido para debaixo do tapete. (DAVIS, 2016, p. 126).

Não se trata de ignorar o fato de que homens negros também podem cometer estupros, no entanto, os dados são e foram desproporcionais às alegações implicadas ao mito. Apoiada no questionamento “Qual era a realidade por trás desse mito terrivelmente poderoso do estuprador negro?”, Angela Davis traz alguns discursos que permearam o debate do estupro nos Estados Unidos.

Emmett Till estava mostrando aos seus colegas negros que ele e, por dedução, eles podiam ter uma mulher branca, e Carolyn Bryant era o alvo convenientemente próximo. Em termos concretos, o acesso a todas as mulheres brancas estava em

análise. [...] E quanto ao assobio de lobo, o “gesto de ousadia adolescente” de Till? [...] O assobio não foi um fiu-fiu discreto nem uma aprovação melodiosa a um tornozelo elegante. [...] Foi um insulto deliberado, pouco menos que uma agressão física, um último aviso a Carolyn Bryant de que aquele menino negro, Till, tinha em mente a ideia de possuí-la. - Reinterpretação do linchamento de Emmet Till, o garoto de quatorze anos teve seu corpo mutilado, seu corpo foi encontrado no fundo Tallahatchie em 1953. Till assobiou para mulher branca. (DAVIS, 2016, p.30).

“Os negros criados na vida difícil do gueto aprendem que podem conseguir o que querem somente se apoderando daquilo. A violência é a regra no jogo pela sobrevivência. As mulheres são a presa autêntica: para obter uma mulher é preciso dominá-la” Jean MacKellar, em seu livro Rape: The Bait and the Trap [Estupro: a isca e a armadilha] (DAVIS, 2016, p. 30).

Se alguns homens negros enxergam o estupro de mulheres brancas como um ato de vingança ou uma manifestação justificável de hostilidade contra os brancos, penso que seria igualmente realista que as mulheres brancas tivessem menos confiança nos homens negros do que muitas delas têm. The Politics of Rape [A política do estupro], de Diana Russell (DAVIS, 2016, p.131).

Duas das características mais evidentes do negro são a total falta de castidade e a completa ignorância da veracidade. A frouxidão sexual do negro, considerada tão imoral ou até criminosa na civilização do homem branco, pode ter sido tudo menos uma virtude em seu habitat de origem. Lá, a natureza criou nele intensas paixões sexuais para compensar sua alta taxa de mortalidade.- Winfield Collins, The Truth About Lynching and the Negro in the South (In Which the Author Pleads that the South Be Made Safe for the White Race) 1918. A verdade sobre os linchamentos e o negro no Sul (no qual o autor defende que o Sul se torne seguro para a raça branca)] (DAVIS, 2016, p. 131).

O tema raça e racismo marcou a discussão sobre o estupro nos EUA de 1900 a 1960, assim como no Brasil, a história americana é inseparável do tema. No período escravocrata, o estupro de mulheres escravizadas, tidas por homens brancos como “propriedade”, era legalmente impossível. “As mulheres negras foram estereotipadas como promíscuas e insaciáveis em suas escolhas sexuais e homens negros eram representados por uma maior propensão as violências sexuais, particularmente em relação a mulheres brancas” (SMITH, 2004, p. 163). Em 1900, pós-escravidão, homens negros foram submetidos a linchamentos e assassinatos, extrajudiciais sob a alegação de estupro de mulheres brancas.

Daniel Wasser (2016) comenta que para se considerar as análises de Isabel Lorey (2012), é preciso reconhecer que as estratégias da recusa à precariedade, não passam por identidades, classes delimitadas ou pautas unificadas. O que permite seguir o fluxo da multidão dos precários.

Sob esta luz, as práticas políticas dos manifestantes podem falar de uma nova forma de democracia; não em termos de falta ou crise de representação, mas de invenções que retomam a sensação induzida pela intimidação governamental e a ressignificam por uma busca de alternativas que quebra com as *fantasias de invulnerabilidade e de superioridade* (WASSER, 2016, p. 369)

Nessa multidão, é percebida a ausência de agenciamento na articulação feminista pela redefinição do estupro de mulheres lésbicas ou lesbianas. De acordo com Gilberta Santos Soares e Jussara Carneiro da Costa (2012), o termo lésbica e aquilo se atribuem como correlato - “machona”, “virago”, “feiosa”, “mal-amada”, que não gosta de homem, que se comporta como homem, dentre outros” -, tem sido associado, estrategicamente, como espectro para deslegitimar as pautas feministas. Assim, essa associação de conotação pejorativa serve a função político-pedagógica de alertar as mulheres para o risco de perder a feminilidade representada pelo feminismo – “produzindo abjeção para ambas, pela associação entre essas mulheres e a “Mulher masculinizada” (SOARES & SANTOS, 2012, p. 2).

Ainda que a associação entre feminismo e lesbianidade com mulher masculinizada não seja recente, chama a atenção o fato de que a teorização feminista, ao passo que acentuou as dimensões socioculturais que marcam a construção das identidades de gênero, passou praticamente ao largo da associação entre feminismo, perda de feminilidade e lesbianidade. Ainda hoje, é problemático para o feminismo ser identificado como um movimento de lésbicas. (SOARES & SANTOS, 2012, p. 3).

As teorias sobre lesbianidade se desenvolveram à margem das teorias feministas sobre a sexualidade. Estes estudos propõem a heteronormatividade como categoria analítica. Fundamentadas nas concepções de Richard Miskolci (2009) e Judith Butler (2008), para Gilberta Soares e Jussara Santos (2012), “A categoria heteronormatividade enfatiza a relação entre normalização e instituição da normatização, possibilitando apreender como a sexualidade é construída como dispositivo histórico de poder, consolidada especialmente na instituição familiar.” (p. 5).

Também questionando o ideal de mulher definido em uma categoria homogênea, a francesa Monique Wittig (1980), que dedicou a sua produção acadêmica aos estudos sobre lesbianidade, vai afirmar que as mulheres lésbicas não existem em um sistema regido pela heteronormatividade. Ser mulher, num sistema heteronormativo, seria atender às normas binárias de gênero, em relacionamentos heterossexuais em consonância com as imposições de feminilidade.

O que é a mulher? Pânico, alarme geral para uma defesa ativa. Francamente, este é um problema que as lésbicas não têm por causa de uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois “mulher” tem significado apenas em sistemas de pensamentos heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. As lésbicas não são mulheres. (WITTIG, 1980, p. 6).

A afirmação de Monique Wittig (1980) não diz respeito a uma correlação da lesbianidade com a masculinidade, pelo contrário. A autora argumenta que o pensamento heterossexual desenvolve em uma interpretação totalizante da história, e não concebe como cultura ou aspecto social uma relação que não é ordenada pelo imperativo da heterossexualidade. “Estes discursos negam-nos toda a possibilidade de criar as nossas próprias categorias. Mas a sua ação mais feroz é a implacável tirania que exercem sobre os nossos seres físicos e mentais.” (WITTIG, 2002, p. 2). Nesse sentido a mulher seria um mito produzido na lógica heteronormativa, que naturaliza a maternidade e heterossexualidade obrigatória, definida em função do homem. Um pensamento hierarquizante e opressor que não serve como um conceito útil para as lesbianas, que assim escapam da heterossexualidade.

Ao recusarmos o termo demasiado genérico ‘ideologia’ para designar todos os discursos do grupo dominante, relegamos estes discursos para o domínio das Idéias Irreais; esquecemos a violência material (física) que diretamente fazem contra as pessoas oprimidas, violência essa produzida pelos discursos abstratos e ‘científicos’, assim como pelos discursos do mass media. (WITTIG, 2002, *apud* LESSA, 2007, p.97).

Adriane Rich (1981) em consonância com as reflexões de Monique Wittig estabelece o conceito de heterossexualidade compulsória, meio pelo qual o homem exerce poder sobre as mulheres que estão fora dos domínios dessa norma, a partir de alguns elementos centrais, como a interdição de sua sexualidade; a sexualidade imposta pelo sadismo heterossexual, como mais importante que a sensualidade homossexual; a exploração do trabalho e controle da produção feminina, através de instituições como o casamento e maternidade, nos quais as mulheres são desvalorizadas e exercem trabalhos domésticos gratuitos; negação da maternidade lésbica, esterilização forçada e apropriação e retirada dos/as filhos/as, como exemplo, de como os homens roubam as crianças de suas genitoras; tortura psicológica e liberdade de movimento controlado, sendo o estupro “uma forma que os homens encontraram para exercer terrorismo e interdição das mulheres, assim como a atrofia muscular, a bandagem nos pés, os códigos de vestimentas e outros meios de coibir os movimentos corporais” (RICH, 1981, p. 23); a objetificação do corpo feminino, passível de troca em relações de cafetinagem, exposição de produtos, uso de roupas sensuais para exibicionismo; censura das tradições femininas, corte da criatividade através da “caça às bruxas” a mulheres inteligentes, curandeiras; limitação da plenitude feminina ao casamento e a maternidade; e por fim, a retirada das mulheres do domínio de conhecimentos e realizações culturais, como é o exemplo do silêncio da existência lesbiana na história (RICH, 1981, p. 23).

As especificidades das experiências lésbicas, não foram visibilizadas pelas feministas engajadas nas reformas do movimento antiviolação americano, no qual aqueles que cruzam as fronteiras de gênero na norma heterossexual são particularmente vulneráveis aos estupros, onde a cultura se mostra de forma cruel e hostil a eles/elas. O estupro nesse sentido se justificava pela preservação da ordem natural da sociedade, como uma cura da homossexualidade.

Muitos homens consideram gays efeminados gays, lésbicas e indivíduos transgêneros, como uma ameaça a masculinidade. É parte do folclore do sexo masculino popular em grande parte da sociedade americana que uma lésbica poderia ser curada por homem real. Isso também parece ser o caso de indivíduos transgêneros. No caso dos homens é inata a crença de que eles/elas estão pedindo por penetração e suficiente para estupra-los/las. (SMITH, 2004, p. 92).

No contexto Brasileiro, Celí Pinto (2003), em “Uma História do Feminismo no Brasil”, a partir da identificação de tendências, marca a trajetória do feminismo no Brasil em duas fases: “feminismo bem comportado” e “feminismo mal comportado”. Por “bem-comportado” a autora identifica tendências de um feminismo bastante organizado, com referências a liderança de Berta Luz, na conquista do sufrágio feminino brasileiro em 1932. Na segunda fase, concentra-se uma gama heterogênea de mulheres, com posturas mais radicais diante do que identificavam como dominação dos homens. “Neste grupo encontramos desde mulheres intelectualizadas que trabalhavam em jornais até anarquistas e líderes operárias. Esta é face mal comportada do feminismo da época” (PINTO, 2003, p. 10).

Entre elas estava Rosely Roth. O dia 19 de agosto é anualmente marcado pela memória da primeira manifestação contra a discriminação de mulheres lésbicas, liderada por Rosely Roth, que pode ser considerada uma feminista mal comportada, da década 1970. A manifestação contou com a participação de representantes da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, e dos movimentos feministas. Foi organizada em um bar – Ferro’s Bar, centro de São Paulo, pelo GALF - Grupo de ação lésbica feminista, após sucessivas expressões de lesbofobia, sendo a gota d’água a expulsão de mulheres desse grupo do estabelecimento quando tentavam vender o boletim produzido por elas.

O frio que baixa na cidade não impede que o *happening* político organizado pelo GALF seja um sucesso. Por volta das nove da noite, as militantes do grupo e mais alguns companheiros do Outra Coisa Ação Homossexualista, formado por homens, continuam a distribuir na frente do famoso bar um panfleto denunciando as agressões que o GALF vinha sofrendo há meses, quando tentava vender seu boletim ChanacomChana dentro do Ferro’s. Um pouco mais tarde, começam a “invadir” o bar figuras um tanto estranhas para suas fiéis frequentadoras: mulheres “diferentes”,

rapazes de barba e lindos paletós de couro (desses que a gente costuma ver nas manifestações tradicionais da esquerda), bichas finérrimas. (...) Ao contrário de outras ocasiões, quando nos sentíamos acoissadas, nós - as militantes do GALF — tomamos a ofensiva naquela sexta-feira. Rosely fez discursos em várias cadeiras. É bom deixar claro que ela não é e não quer ser líder do grupo, pois lutamos contra a hierarquia e o poder; algumas militantes do grupo ainda lutam contra o medo de se exporem publicamente. A interiorização do medo e da repressão é um dos motivos que impedem o grupo de crescer quantitativamente. Porque qualitativamente ele vem avançando desde seu surgimento, em 1979. (FRIAS, 1983, p. 1-4).



Figura 5- capa do boletim “Chanacomchana” do grupo GALF. Grupo Ação Lésbica Feminista. Fonte: Um outro olhar (www.umoutroolhar.com)

Roseli Roth foi convidada do Programa da apresentadora Hebe Camargo e sua participação na TV bandeirantes foi acompanhada por um censor da ditadura militar. Em uma matéria do jornal Folha de São Paulo (<https://www.folha.uol.com.br>), de 1985, a manchete estampada era: “Lesbianismo na TV: Polêmica aumenta” do texto assinado por Tânia Regina Pinto. A participação de Rosely Roth é descrita como polêmica por afirmar e sua sexualidade e defender que as mulheres lésbicas não são um terceiro sexo. O texto traz também a manifestação de uma senhora, Dona Maria, que acusa Rosely Roth de incentivar a lesbianidade, alegando o sofrimento de ser mãe de uma mulher lésbica.

“Que raio de democracia é essa que a gente não pode falar o que pensa?”

“Primeiro eu não disse que o prazer que uma lésbica sentia uma heterossexual seria incapaz de sentir. A conclusão foi censor. Falei sobre o prazer que poderia sentir com uma companheira, afirmando que como lésbica me via como mulher e não como uma pessoa do terceiro sexo. Para mim ser mulher pode também ser lésbica. Enquanto para muitas mulheres ser mulher é ser heterossexual”

“Eu sou estudante de antropologia, leio muito e quero defender uma tese de mestrado sobre lesbianismo. Então creio que sou uma das pessoas mais indicadas para falar sobre o tema porque tenho também a vivência. Não tem sentido tirar da cartola a palavra científico. E, mesmo querendo usa-la, havia o psiquiatra Ronaldo

Pamploma no debate, que levou o documento do conselho federal de medicina colocando aqui no Brasil o homossexualismo não pode ser considerado doença e sim objeto de discriminação social. Na verdade ele quer que as pessoas tratem homossexuais como doentes. Ai fica tudo liberado” (*Folha de São Paulo*, 25 de maio de 1985).

A atuação política de Roseli Roth se desenvolve no contexto da ditadura militar, localizada no grupo de mulheres *malcomportadas*, sendo um dos principais nomes da chamada “política de visibilidade”, diferente das teóricas americanas, Rosely reivindicava a categoria mulher, na extensão do reconhecimento enquanto lésbica. Em uma época que, segundo Miriam Martinho, com raras exceções, ninguém mais o fazia. “Aliando aparições públicas, geralmente marcantes, a uma fundamentação teórica que lhe permitiu ir além do ramerrão vitimista e reformista que muitas vezes caracteriza os movimentos sociais”. (Um Outro Olhar, 28 de agosto de 2012³⁹).

O movimento de mulheres lésbicas/lesbianas e negras impulsionou o movimento feminista a reconhecer a diferença, fora do campo da desigualdade. Em 1980, a crítica pós-modernista da ciência ocidental desloca os paradigmas para a incerteza no campo do conhecimento. As feministas francesas, majoritariamente influenciadas pelas perspectivas pós-estruturalistas e pelo pensamento de Michel Foucault e Jacques Derrida, passam a enfatizar a diferença, a subjetividade e as experiências particulares, concebendo as subjetividades construídas em campos discursivos, dialógicos e intersubjetivos. “Surge, assim, a terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda), cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade.” (NARVAZ & KOLLER, 2006, p. 649).

Nesse sentido marca essa passagem do feminismo a visibilidade das reivindicações de mulheres marginalizadas na trajetória do movimento, ao final da década de 1980. Desde então, a identidade feminista vem sendo lida, antes de tudo, como um projeto em construção, fundamentado na cidadania plena das mulheres, organizando as mulheres em diversas bandeiras de luta. “Perpassando a problemática central, e muitas vezes não superada nas teorias feministas será que a identidade feminina, historicamente determinada, é a mesma para todas as mulheres?” (CARNEIRO, 1993, p.10).

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000), identidade e diferença são produções sociais interdependentes que partilham uma importante característica: “elas são o resultado de atos de criação linguística”, ou seja, elas não são elemento da natureza ou essências, como se

³⁹ MARTINHO, Miriam . Tributo a Rosely Roth e Livreto Dia do Orgulho das Lesbianas do Brasil disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html> . Acesso em julho de 2018.

tivessem no mundo prontas para serem descobertas ou reveladas, toleradas ou respeitadas. “A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais” (SILVA, 2000, p. 74).

A linguagem é entendida por Tomaz Tadeu da Silva (2000) “como sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável”. Assim, identidade e diferença não são compreendidas fora de um sistema de significação. O autor lembra que ao concebê-las como naturais, esquecemos que as nomeamos.

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir "identidade". A identidade é simplesmente aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou homossexual", "sou jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: "ela é italiana", "ela é branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher". Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como autoreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe. (...)Quando digo "sou brasileiro" parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. "Sou brasileiro" - ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. De certa forma, é exatamente isto que ocorre com nossa identidade de "humanos". É apenas em circunstâncias muito raras e especiais que precisamos afirmar que "somos humanos". (SILVA, 2000, p. 73)

A instabilidade da linguagem decorre de uma característica fundamental: os signos. Os signos não são uma presença, são uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa. Pode ser “um objeto concreto (o objeto "gato"), um conceito ligado a um objeto concreto (o conceito de "gato") ou um conceito abstrato ("amor"). O signo não coincide com a coisa ou o conceito. “Na linguagem filosófica de Derrida, poderíamos dizer que o signo não é uma presença, ou seja, a coisa ou o conceito não estão presentes no signo.” (SILVA, 2000, p.74).

De acordo Avtar Brah (2006), o signo mulher tem sua própria especificidade, construída dentro e através de configurações específicas de relações de gênero, sendo que isso não significa que a categoria careça de sentidos, mas que o fluxo semiótico assume significações em discursos específicos de *feminilidade* em que simboliza trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais e históricas particulares.

Na contemporaneidade, aos movimentos feministas históricos acrescenta-se ou articulam-se nessa construção identitária, o ciberativismo, também chamado de feminismo 2.0, que através do protagonismo da Web 2.0, tem ressignificado e proporcionado novas formas de articulação e militância política, bem como de produção de conhecimento (CASTELLS, 2012). Com isso, podemos pensar que o signo mulher também vem pluralizando seus sentidos. O feminismo contemporâneo se desdobra, então, do feminismo *original*, que é referenciado majoritariamente por mulheres brancas, intelectuais, de classe média, abrindo-se a outras trajetórias e experiências, como das mulheres negras. Configura-se num discurso múltiplo de várias tendências, embora de bases comuns. (NARVAZ & KOLLER, 2006).

Desenvolve-se em grupos auto-organizados, partidários ou vinculados a entidades que defendem a bandeira dos Direitos Humanos, incluindo religiosas como as feministas cristãs. Articulam-se e discordam em compreensões políticas, econômicas e filosóficas. Esses feminismos contemporâneos são configurados a partir da multiplicidade e alastramento do movimento pelo mundo enquanto filosofia política, pela definição heterogênea das opressões e das identidades das mulheres, institucionalização e forte produção acadêmica (BRIGNOL & TOMAZETTI, 2005).

2.4- As várias tendências de bases comuns

As tendências feministas se desdobram de diferentes interpretações do movimento feminista, das décadas de 1960 e 1970, portanto, das diferentes interpretações da experiência de mulher. Isso significa que a posição social das mulheres não seria resultado de diferenças inatas, ou seja, “A força por trás da teoria e da prática feminista no período do pós-guerra tem sido seu compromisso de erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas.” (BRAH, 2006, p. 342).

Os grupos passam a se organizar entorno de pautas específicas para as diferentes experiências de ser mulher. As feministas não ignoram a biologia, mas questionam as ideologias que constroem um lugar de subordinação à experiência masculina, na construção de ideologias que justificam a posição da mulher a partir de diferenças biológicas. Um movimento que coloca em disputa a categoria mulher. “O modo como questões de biologia são tratadas varia nos diferentes feminismos. É problemático estabelecer fronteiras claras

entre feminismos, até porque há um acordo em muitas áreas fundamentais.” (BRAH, 2006, p. 342).

Nas décadas de 1960 e 1970 são tidas como base as expressões do Feminismo Radical, Feminismo Classista/socialista e o Feminismo Negro. Com a expansão das ideias feministas na internet, as clássicas perspectivas feministas se multiplicaram em novas e outras abordagens na interpretação de gênero, sendo ainda possível encontrar interpretações que resgatem a dimensão irrecusável de um universo feminino homogêneo. “O feminismo sempre foi polifônico e precisou lidar ao longo de sua história com a crise da ideia de essência e ontologia feminina. Os feminismos contemporâneos, especialmente por razão dos questionamentos das feministas negras e trans, revivem esse debate” (RIBEIRO *et all*, 2018, p. 87).

No contexto da pesquisa, a primeira pergunta do questionário foi “Qual a vertente feminista que você se identifica?” que serva como base para buscar compreender as múltiplas formas que o feminismo se expressa nos grupos observados, que não tinham uma vertente feminista específica para a discussão. O formulário “O feminismo 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro. Com opções pré-estruturadas, a serem escolhidas pelas participantes: Feminismo Negro, Feminismo Radical, Feminismo Classista, Feminismo Pós-colonial, Feminismo Interseccional, Transfeminismo/Transativismo, Feminismo Liberal – aberta a inclusão de segmentos não citados. Foram incluídos, pelas participantes, os Feminismos Anarquista e Cristão, sendo que em algumas respostas houve identificação mais de uma vertente ou de nenhuma delas, além de uma das participantes ter afirmado se identificar com um conceito amplo de feminismo. Das 76 respostas, 31,1% (24) se identificam com o Feminismo Radical, 27% (21) com o Feminismo Interseccional, 10,5% (8) com o Feminismo Negro, 3,9% (3) com o feminismo classista, 6,6% (5) com o Feminismo Liberal, 3,9% (3) Anarcofeminismo, 1,3% (1) Transfeminismo e o Feminismo Cristão 2,6% (2).

2.4.1 – Feminismo Radical

O histórico que preza pela categoria homogênia de mulher é identificado de forma mais particular, nas manifestações do Feminismo Radical. Uma das interlocutoras, define o como uma perspectiva que une **todas** as mulheres, sem divisões para pensar **num mundo para as mulheres**. “*O Feminismo Radical é a vertente feminista que foca na mulher, o mais*

próximo daquele feminismo que cresceu nos anos 60. Sem colocar divisões, unindo todas as mulheres para que pensemos num mundo para mulheres.”

A premissa dessa perspectiva é de que as relações de poder entre homens e mulheres são a raiz das opressões contra as mulheres. As feministas dessa corrente assentam-se na afirmação do patriarcado como raiz da subordinação das mulheres em função do homem em todas as sociedades. Defendem que para o fim da opressão de gênero, não basta apenas esforços para compreender as relações entre homens e mulheres. Sendo assim, é necessário que as mulheres se unam contra os homens e devem rejeitar o estado e todas as instituições formais por serem produtos homem. (SILVA, 2008). Nas palavras da interlocutora: *“Vertente que defende que a supremacia masculina seja eliminada totalmente da sociedade. Não apenas por meio de leis, mas em todo o âmbito social, cultural e econômico.”*

Segundo Avtar Brah (2006), algumas correntes do Feminismo Radical compreendem que capacidades reprodutivas das mulheres indicam qualidades psicológicas que são únicas e universalmente femininas, qualidades que foram enfraquecidas pela dominação patriarcal, e devem ser redescobertas e reivindicadas. Dessa forma, as “diferenças sexuais” podem ser celebradas na forma de atributos e qualidades de que são dotados o corpo feminino. “Algumas versões do feminismo “radical”, por sua vez, constroem uma noção trans-histórica da feminilidade essencial que precisaria ser resgatada e recuperada para além das relações patriarcais.” (BRAH, 2006, p. 243).

Segundo Elisabette Rodrigues da Silva (2008), partindo dessa concepção, as feministas radicais atuaram nas décadas de 1970 e posteriores. Tiveram prioridade nas lutas e reivindicações como direito ao divórcio, creches para famílias da classe trabalhadora e reivindicações do direito da mulher ao próprio corpo. O feminismo radical desponta sob a luta de valorização e libertação do corpo feminino. Foram adotadas posturas de conscientização tanto nos grupos de autoconhecimento quanto em atos públicos.

Atos como a queima pública de soutiãs, a sabotagem de comissões de peritos sobre o aborto, formadas por uma maioria de homens, fizeram com que a voz do feminismo, através das radicais entrasse em todos os lugares e não só criaram espaços próprios de auto-ajuda e de estudo, mas desenvolveram uma saúde ginecológica não patriarcal, motivando as mulheres a conhecerem seu próprio corpo. Também fundaram centros para atender e defender mulheres maltratadas pelo companheiro. (SILVA, 2008, p. 5).

As críticas ao Feminismo Radical são dimensionadas a partir dos questionamentos das primeiras formulações do conceito de gênero, pelo princípio da vertente ao pressupor a raiz da opressão das mulheres unicamente no patriarcado, desconsiderando, muitas vezes fatores

determinantes como raça e classe. No formulário apresenta-se a crítica de invisibilização, especificamente a mulheres negras, numa perspectiva de autocrítica da interlocutora que se filia a vertente feminismo radical: *“Como a que mais abrange os reais problemas sofridos pelas mulheres (embora, infelizmente, falhe muito sobre as dores das mulheres negras especificamente).”*.

Além disso, a essencialização da experiência de mulher não reconhece a experiência de mulheres transexuais e travestis: *“Acredito, entre outras coisas, que ser mulher é um conceito material, definido pelo ferro biológico. Qualquer tentativa de transformar isso em um “sentimento” só serve para reforçar opressões de gênero.”*. O discurso afirma a crença no conceito material de ser mulher – *ferro biológico*. O “sentimento” descrito pela interlocução pode ser entendido como uma alusão ao processo de transição ou transsexualizador de mulheres transexuais. Expresso de forma direta por outra interlocutora: *“Aquela que se preocupa com mulheres enquanto fêmeas humanas e os efeitos da socialização e da cultura no nosso dia a dia. Igualdade de direitos. Contra prostituição. Não inclui mulheres trans. Desobrigação de feminilidade.”*.

Para as feministas radicais, portanto, o gênero estaria submetido a um sistema patriarcal de castas e nesse sentido, biologicamente designadas ao sexo masculino, pertencente a casta socialmente privilegiada dos homens da qual já nascem imersos. Reformistas de gênero o encaram como um binarismo, enquanto feministas radicais e abolicionistas de gênero o encaram com uma hierarquia; hierarquia está na qual quem está no topo é a classe masculina. (Radicalista⁴⁰, 31 de julho de 2014).

No formulário apresentam-se também discursos que trazem mais variações da vertente, como a participação masculina, com restrição a participação que se limita no apoio às causas – pró-feminista. *“Acredito que não existam homens feministas, mas sim pró feminismo. Tudo bem eles participarem se souberem seus lugares, pq o protagonismo é nosso.”*. E também o discurso marca o princípio de inclusão, no qual a interlocução grafa com letras maiúsculas a palavra “todas”, para definir a perspectiva, se referindo a inclusão mulheres negras e pobres: *“Feminismo que luta pelos direitos de TODAS as mulheres, incluindo as negras e mais pobres.”*.

Segundo Elizabethte Rodrigues da Silva (2008), com a criação dos estudos da Mulher na década de 1980, houve um declínio e/ou abrandamento da militância das feministas radicais. “A tese das mulheres unidas em uma irmandade por uma experiência comum

⁴⁰ Disponível em: <https://radicalista.wordpress.com/>. Acesso em outubro de 2018.

também foi ameaçada pela polêmica questão de classe e do lesbianismo.” (SILVA, 2008, p. 12). De acordo com a autora é nesse momento (1990) que o feminismo radical se dá conta do deslocamento da ênfase na mulher universal para a pluralidade de mulheres e passam a seguir “os estudos da mulher” e o entendimento do gênero como uma construção social. Esse deslocamento para a pluralidade de experiência de mulher é ínfimo diante da compreensão universal de mulher que ainda é latente para o grupo de mulheres que responderam ao formulário.

2.4.2 – Feminismo Classista/Socialista

O Feminismo Classista/Socialista conserva a influência das teorias marxistas, fortemente difundidas na década de 1970. Portanto, funda-se nas concepções das lutas de classe. “Essa linha do feminismo se distancia da suposta ênfase feminista “radical” na consideração das relações de poder entre os sexos como determinante quase exclusivo da subordinação das mulheres.” (BRAH, 2006, p.343), Colocando em pauta as opressões, também, como consequências do sistema capitalista.

Uma premissa central do feminismo “socialista”, por outro lado, é que a natureza humana não é essencial, mas socialmente produzida. O significado de ser mulher – biológica, social, cultural e psiquicamente – é considerado uma variável histórica. O feminismo “socialista” montou uma poderosa crítica daquelas perspectivas materialistas que priorizam a classe, negligenciam as consequências sociais da divisão sexual do trabalho, privilegiam as heterossexualidades e dedicam escassa atenção aos mecanismos sociais que impedem as mulheres de atingir igualdade econômica, política e social (BRAH, 2006, p. 343).

No feminismo que se desenvolve da ditadura militar no Brasil na década de 1970 é expressiva a atuação feminismo classista/socialista, que na época se configuravam como organizações clandestinas. (SARTI, 2004). É caracterizado pelas frentes emancipatórias – fim da exploração do homem pela mulher, e revolucionárias- o poder centrado na classe trabalhadora, como menciona uma das participantes: “*Emancipatória das mulheres e de toda a classe trabalhadora, revolucionária e pelo socialismo.*”.

O Feminismo Classista/Socialista, foi também marcado por denúncias de invisibilização, na perspectiva que centrava na luta de classes, muitas vezes sem dimensionar o racismo articulado aos sistemas de opressão, produzindo discursos de exclusão que contribuíram para a formação do Feminismo Negro. Segundo Lélia Gonzalés (2004) a participação política de mulheres negras no movimento negro era silenciada pelos homens

negros em função da hierarquia de gênero. Ao se filiarem ao movimento de mulheres, na expectativa da solidariedade de irmandade, tão importante quanto a racial, encontraram exclusão e dominação racista. “Inclusive naquela em que a nossa presença é maior, somos descoloridas ou desracializadas, e colocadas na categoria popular (os poucos textos que incluem a dimensão racial só confirmam a regra geral)”. (GONZALES, 2011, p. 18). As mulheres negras, então, passam a se reunir em grupos étnicos, para tratar das especificidades das mulheres negras.

Diferente do feminismo radical, o deslocamento proposto pelas críticas que se evidenciam nas décadas de 1980 e 1990, parece reverberar no entendimento da perspectiva do Feminismo Classista/Socialista. Onde nas respostas, há um deslocamento para o entendimento da pluralidade de experiências de mulher. A perspectiva é definida por uma das interlocutoras como: - *“Feminismo classista/ feminismo comunista⁴¹ é o feminismo que entende a interseccionalidade de gênero, raça e classe, mas além disso se utiliza do marxismo como método de leitura do mundo. Entendendo que para agir no mundo capitalista para seu desmonte em busca de uma sociedade mais justa é preciso que haja ativamente a emancipação da mulher.”*.

Para Miriam Sarti (2018) a percepção de heterogeneidade da classe, possibilita engendrar práticas e ações de resistência coletivas que permitem o enfretamento aos sistemas patriarcal, racista e capitalista. Dessa forma, as questões relacionadas ao racismo deixam de ser um problema de negros e negras, e passam a ser uma questão de toda a classe trabalhadora revolucionária. Isso ancorado numa perspectiva materialista, histórica e dialética do pensamento marxista, tem como horizonte a ação política na luta pela emancipação humana. Uma das interlocutoras também afirma o princípio de articulação das opressões pelo viés da interseccionalidade, no entanto, mais uma vez, as mulheres transexuais são citadas como não aceitas na perspectiva: *“de classe, interseccional mas não considerando transgêneros femininos.”*

2.4.3 – Feminismo Liberal

O Feminismo Liberal se ancora na base comum do feminismo na premissa de que as questões pessoais estão estruturadas em fatores públicos – pessoal/político, público/privado. Ingrid Cyfer (2010) argumenta que as teorias libertárias tendem a restringir esses princípios,

⁴¹ O feminismo classista, aparece no formulário associado aos termos “Feminismo Comunista”, “Feminismo Marxista” ou Feminismo Socialista.

na combinação com a preservação do espaço privado, sob pena de comprometer a identidade liberal. Já as teorias não liberais situam o pessoal/político de forma confortável ou geralmente com menos problemas em conciliá-los com as matrizes teóricas. Por outro lado, dificilmente poderão renunciar totalmente a noção liberal de autonomia do sujeito, considerando a palavra de ordem do feminismo desde o século XIX ser *Meu corpo, minhas regras*. Assim como Feminismo Radical, mas na contramão dos discursos da teoria, o Feminismo Liberal se institui de forma privilegiada no Movimento Feminista, na incorporação de conceitos e premissas.

As primeiras feministas encontraram na dicotomia liberal público-privado o argumento para salvaguardar um espaço em que a mulher pudesse gerir sua conduta sem a interferência estatal na distribuição de papéis sociais. Reivindicações feministas típicas como o direito ao aborto, ao trabalho, à liberdade sexual, entre outros, aparecem freqüentemente atreladas à noção de autonomia, entendida principalmente como não-intervenção estatal na esfera da privacidade do sujeito. (CYFER, 2010, p. 136).

O feminismo liberal clássico foi o primeiro aporte teórico do movimento sufragista no século XX. Fundamentado nos ideais iluministas da Revolução Francesa, o Feminismo Liberal contra-argumentava o paradigma da época no qual as mulheres eram excluídas por possuírem menor capacidade racional e necessitarem de proteção.

O feminismo liberal clássico afirmava que as mulheres, como seres humanos, eram iguais quanto às suas capacidades humanas, apenas necessitavam que lhe fossem permitidas desenvolver estas capacidades tendo acesso à educação, emprego formal e política. Seu objetivo político foi que as barreiras formais (legais) que diminuíam a capacidade civil das mulheres, sua autonomia, que lhes impediam de entrar nas áreas mencionadas deveriam ser derrubadas e, apesar da demora, é possível dizer que seu objetivo foi satisfeito (RAMOS, 2016, p.17).

As críticas a essa perspectiva vêm de diversas frentes do movimento feminista no sentido de analisar que, uma mera igualdade formal, por meio de leis, não garante igualdade em sociedades com profundas desigualdades sociais. Além disso, tal perspectiva sofre críticas por acolher cegamente parâmetros sociais vigentes de uma normativa elitista, branca e heterossexual, que refletiam pontos de vista do olhar masculino – patriarcal e que não levava em conta as necessidades específicas das mulheres (RAMOS, 2016; REIS, 2017). De acordo com Fernanda Reis (2017), o liberalismo foi perdendo defensores do discurso do século XX no feminismo, restando poucos que ainda são considerados feministas liberais.

No blog QG Feminista, a partir do aporte teórico marxista das dinâmicas das classes, a autora identificada como Preciosa, argumenta que articular o feminismo aos ideais políticos do liberalismo seria uma armadilha do capitalismo. “Por quê? Porque desconsidera as estruturas da sociedade, que em algum grau condicionam, em algum grau limitam as nossas liberdades, independentemente dos termos institucional” (QG feminista, 06 de abril de 2018). Nas respostas do formulário, as interlocutoras trazem em poucas palavras o discurso legalista: “*Lutar por direitos igualitários, por mudanças nas leis políticas que garantam esses direitos.*”; o posicionamento quanto a participação de homens no movimento Feminista, quanto a pornografia e a prostituição: “*apoio a participação dos homens no movimento, mas sou totalmente contra a posição favorável à prostituição e à pornografia.*”; e quanto a sororidade: “*Igualdade de direitos e sororidade.*”.

A sororidade consiste em uma aliança entre as mulheres implicada em postura ética de união e colaboração para causas comuns, que incluem o não julgamento prévio ou imposição de comportamentos, respeitando coletivamente a individualidade de cada uma (OLIVEIRA, 2015). Um conceito apropriado pelo feminismo liberal, tendo expressiva visibilidade midiática e sendo apropriado por outras vertentes.

Sororidade é uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. É uma experiência subjetiva entre mulheres na busca por relações positivas e saudáveis, na construção de alianças existencial e política com outras mulheres, para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para alcançar o empoderamento vital de cada mulher. A sororidade é a consciência crítica sobre a misoginia e é o esforço tanto pessoal quanto coletivo de destruir a mentalidade e a cultura misógina, enquanto transforma as relações de solidariedade entre as mulheres. (RÍOS & Y DE LOS, 2009 in OLIVEIRA, 2015, p.2).

Muitas vezes, na urgência que as redes sociais provocam, o significado de sororidade é dado como característica natural, biológica das mulheres. E assim é dada como uma justificativa para que no alto dos privilégios de mulheres brancas de classes sociais abastadas, possam colocar mulheres em contextos de maior vulnerabilidade em situações de opressão. Nas palavras da francesa Pascale Molinier:

Algo que estremece um fantasma sem dúvida fundador do feminismo, e talvez de certo modo indispensável a ele, a sororidade. Eu me pergunto se o fantasma da sororidade, mesmo que não seja mencionado ou não seja completamente consciente, não se reproduz em cada aventura feminista e se não é permanentemente contrariado pela realidade. Isso poderia levar a uma saída do feminismo ou a uma permanência nele sob uma forma mutilada, agastada ou simplesmente cética: o que quero dizer com “feminista”? (MOLINIER, 2012, p. 31).

Em meio a essas relações de poder assimétricas é comum encontrar mulheres que se auto definem feministas e negam essa premissa que se apresenta de forma seletiva no que tange principalmente a mulheres negras, lésbicas, bissexuais, gordas, travestis e transexuais. A impossibilidade de incorporação da prática da sororidade de forma efetiva é limitada a posturas de discriminação, que cobram a constante postura de resiliência – a tolerância constante a práticas de silenciamento, muitas vezes violentas, em prol do objetivo maior da equidade de gênero, se configurando numa variação da máxima dos anos 70 “somos todas mulheres!”.

Um vago padrão do comportamento fraternal é estabelecido por juízas anônimas que condenam aquelas que não cumprem esses padrões. Enquanto o padrão for vago e utópico, ele não pode nunca ser atingido. Mas pode ser deslocado de acordo com as circunstâncias para excluir as irmãs indesejadas. Assim a memorável máxima de Ti-Grace Atkinson, de que a “sororidade é poderosa: ela assassina irmãs”, é reafirmada repetidas vezes. (FREEMAN, 2015, p. 6).

Nesse sentido Vilma Piedade⁴² criou o conceito de Dororidade. No livro de mesmo nome recentemente lançado em novembro de 2018, a autora nomeia outro elo na diversidade de experiências de mulher. O que nos une? De acordo com Vilma Piedade, “Existe uma coisa que une todas as mulheres, a dor. Mas se você for ver a mulher preta, a dor dela é agravada pelo racismo, que só a mulher preta, só a juventude preta vai sentir.” Em entrevista da revista *Claúdia* em 8 de março de 2019, a autora coloca a necessidade do conceito por Sororidade, ser um conceito muito presente no Feminismo, que no não contempla a dor de mulheres negras.

Vilma explica que o feminismo incorporado no Brasil é, em sua maioria, branco. Só a partir dos anos 1980, que, com maior força, as mulheres negras passaram a expressar que as pautas do movimento não as contemplavam, já que elas estavam localizadas na base da pirâmide social. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2015, no grupo dos 10% mais pobres, 75% eram pardos e negros, apesar de esse grupo representar 54% da população brasileira. **“Lugar de fala é um lugar de pertencimento. Eu falo desse lugar como mulher preta, um lugar marcado pela ausência histórica.** A cor preta nos marca na escala inferior da sociedade, e, como canta Elza Soares, continua a ser a mais barata do mercado (*Revista Claúdia*, 8 de março de 2018⁴³)

O conceito, portanto vem para agregar, Vilma Piedade reconhece o conceito de sororidade como um princípio que agrega e emana, mas que não é suficiente para as

⁴² Vilma Piedade é Graduada em Letras (UFRJ), Pós-graduada em Ciência da Literatura (UFRJ). Redatora, relatora de conferências, integrante da PartidA Rio e da AMB Rio (Articulação de Mulheres Brasileiras).

⁴³ PIEDADE, Vilma. Luto por um Feminismo que absorva a diferença (Entrevista) disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/vilma-piedade-luto-por-um-feminismo-que-absorva-as-diferencas> Acesso em novembro de 2019.

especificidades das mulheres pretas. Nesse sentido a discussão de seu trabalho propõe a inclusão de valores do povo preto na construção do feminismo, visando um diálogo no qual as falas se encontrem. “É muito importante que o feminismo absorva as diferenças, discuta esses pontos de privilégio, entender a branquitude enquanto sistema de privilégio.” Para o Geledés, instituto da mulher negra, em 2 de dezembro de 2018, Vilma Piedade argumenta que está tudo na língua que sustenta a linguagem, que alimenta e retroalimenta o imaginário social e no cotidiano. Dessa forma o dialogo que Vilma Piedade defende é as mulheres tenham espaço para falar e que as falas agreguem ao coletivo sejam essas mulheres pretas, brancas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, indígenas, lésbicas, trans ou qualquer uma das infinitas classificações que as mulheres podem se encaixar.

2.4.4 – Transfeminismo

No formulário constou a participação de apenas uma representante do Transfeminismo, que definiu a perspectiva nos seguintes termos: *“A vertente com a qual me identifico busca desconstruir os conceitos e concepções binárias e biologicista de sujeitos, além da clássica luta por direitos, pensa os sujeitos a partir de suas particularidades, ou seja, pelas diferenças, dessa forma possibilitam buscar direitos de acordo com o que efetivamente falta e não com um ideal do que seria mulheres, sujeitos abjetos ou pessoas trans, mas pelas suas reais necessidades.”*

Assim como o Feminismo Negro, o Transfeminismo surge dos processos de exclusão para tratar das especificidades das mulheres trans. Um movimento que diferente das vertentes clássicas se desenvolve ganhando força e visibilidade pelo ciberativismo. Ao longo dos últimos anos, várias mulheres transfeministas têm atuado em processos de valorização da autoestima e aceitação do corpo, produzindo incursões textuais de caráter pedagógico, com diálogos com as produções acadêmicas, destacados na dimensão *online* e *off-line*. (SARMENTO, 2016). As principais reivindicações das Transfeministas tangem ao estigma social e a solidariedade das mulheres feministas.

As transfeministas são um desses segmentos que têm desestabilizado a forma homogênea de pensar o pertencimento. Em uma definição breve, transfeministas são mulheres trans* que compartilham uma perspectiva feminista, especialmente no que concerne à necessidade de uma relação mais democrática e Pensamento Plural não sexualizada entre os papéis sociais e à crítica da existência binária entre sexo e gênero. Esse grupo terá pautas muito específicas e entre elas a própria presença no movimento feminista. (SARMENTO, 2016, p. 135-136).

Hailey Kass, autora do blog *Transfeminismo Interseccional*⁴⁴, rebate as críticas de não reconhecimento de mulheres trans na categoria mulher, mencionando os estudos da heterossexualidade produzidos por feministas lésbicas na década de 1970, encabeçados por Monique Witting (1980) na teoria do “contrato sexual”. Se a condição de mulher não está ligada a reprodução e ao casamento heterossexual, as mulheres trans não são mulheres? Por fim, a autora ressalta que o banalizado “sentir-se” endereçado as mulheres trans, na realidade se manifesta de forma concreta, afirmando ser desonesto fazer uma análise individualista das questões sociais.

Basta olharmos para os dados, para o acesso ao emprego e à educação, aos assassinatos e às expulsões familiares. O vídeo da semana passada da travesti sendo espancada em plena luz do dia por “nenhum motivo” (ou seja, simplesmente por ser travesti) é um indicativo de como a transfobia age. Para eles, “aquilo” não é mulher, é “homem de saia”, e isso é inadmissível. Existem exemplos concretos de que corpos considerados masculinos que expressam feminilidade são duramente violentados, em decorrência da misoginia que aloca a feminilidade como inferior. Ora, nem precisamos falar de travestis, basta olharmos para os gays afeminados, duramente violentados e preteridos. O radfem ativamente reforça essa violência ao repetir o mesmo mantra de “homens de saia”. Colocar a discussão e a suposta “mentira” da nossa identidade no “sentir-se com” é muito desonesto quando podemos olhar claramente a situação das pessoas trans nesse país. (*Transfeminismo interseccional*, 19 de setembro de 2016⁴⁵).

As reflexões de Hailey Kass provocam a expor um panorama das condições de mulheres transexuais no Brasil. Quais seriam as reais necessidades das mulheres trans indicadas pela interlocutora? No artigo “Porque você não me abraça?”: Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros, Megg Raiara Gomes de Oliveira (2018), traz os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que constam que em 2017, foram contabilizados 179 assassinatos de Travestis ou Transexuais. “Isso significa que, a cada 48 horas, uma pessoa trans é assassinada no Brasil” (OLIVEIRA, 2018, p. 3).

Dessas vítimas, cerca de 70% tem entre 16 e 29 anos, sendo expectativa de vida de uma pessoa trans de 35 anos, segundo a autora a mais baixa do mundo. Das vítimas 80% foram identificadas como pretas ou pardas, sustentando os dados do genocídio da juventude negra no Brasil. Megg Raiara Gomes de Oliveira (2018) ainda chama atenção para a violência

⁴⁴ KASS, Halley. Sobre Questões Trans dentro do Feminismo e o Fortalecimento da Análise de Gênero a partir do Movimento. Disponível em: <https://transfeminismo.com/sobre-questoes-trans-dentro-do-feminismo-e-o-fortalecimento-da-analise-de-genero-a-partir-movimento/> acesso em outubro de 2018.

que se dá de forma ritualizada, 85% dos casos foram cometidos com requintes de crueldade, que expõe o ódio implicado as ações como o uso excessivo da força, esartejamentos e afogamentos e outros modos brutais de violência.

A autora problematiza para inviabilização de pessoas transexuais inclusive dentro do movimento de negras e negros dada a normalização e normatização da cis, heteronormatividade que do sentido as sexualidades desviantes como a homossexualidade e a transexualidade como uma traição da Raça. “Fazendo uma analogia com o pensamento de Ari Lima (2006) quando problematiza a homossexualidade negra, é possível afirmar que travestis e mulheres transexuais negras são habitantes de dois mundos e ao mesmo tempo não pertencem a nenhum deles” (OLIVEIRA, 2018, p. 3). Numa ótica interseccional, cabe questionar quais privilégios de uma suposta socialização masculina aparta as mulheres cis e trans na reivindicação de não violência?

2.4.5 – Feminismo Negro/ Feminismo Interseccional

O feminismo negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras, elucidando pontos de vista de e para mulheres negras, com algumas premissas que constroem essa definição. A primeira, a impossibilidade de separar estrutura, conteúdo temático e pensamento das condições materiais e históricas que atravessam as vidas das mulheres negras, como produtoras de conhecimento (COLLINS, 2010). As mulheres negras passam a se organizar exclusivamente em grupos étnicos a partir da percepção de que as correntes feministas tradicionais, segundo Lélia Gonzalés (2004), “parecem esquecer a raça” e silenciavam as mulheres negras nas reivindicações de suas especificidades.

Nós mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas em lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deviam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem a serviço de frágeis sinhas e de senhores de engenho tarados. (CARNEIRO, 1993, p.1).

No formulário, as interlocutoras demarcam os processos de exclusão e a reivindicação pela visibilidade para as questões das mulheres negras: *“Como a que compreende os conflitos e opressões sofridos por mulheres negras. Geralmente não abordado pelo feminismo clássico, branco.”*; *“A unificação de duas lutas a do movimento negro com o feminismo já*

que em separado não atendem todas as pautas que necessitam as mulheres negras.”; “Visibilidade para questões raciais e de classe que mesmo sendo bases, estão invisibilizadas.”

A segunda premissa do feminismo negro trata do reconhecimento. Mulheres negras defendem um ponto de vista ou perspectiva singular sobre a experiência pessoal que será compartilhada entre mulheres negras, como grupo. Kimberly Crenshaw (2002) elucida a questão ao incorporar o conceito de interseccionalidade nessa discussão.

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) É, muitas vezes, invisível (CRENSHAW, 2002, p. 176).

A partir dessa premissa, o feminismo negro se desdobra no **Feminismo Interseccional**, que não necessariamente vai ser composto apenas por mulheres negras. O conceito de interseccionalidade também pode ser apropriado por feministas de outras vertentes, como categoria de análise das diferenças, algo que foi mencionado por uma das interlocutoras da pesquisa que se identifica com o Feminismo Interseccional: *“Cada grupo de mulheres têm uma certa demanda, e não existe uma solução universal. As soluções devem ser consideradas conforme os recortes e as particularidades de cada grupo.”*

O Feminismo Negro e Feminismo Interseccional se articulam na compreensão de “Lugar de fala” (2017), uma postura ética que implica no reconhecimento de privilégios, para que as mulheres marginalizadas no discurso hegemônico ocupem o lugar das ausências, do silenciamento como reivindica e propõe Vilma Piedade e Megg Raiara Pereira de Oliveira nos tópicos acima. De forma que se atente-se ao intercruzamento de seus processos identitários, como pode ser identificado na seguinte resposta de umas das interlocutoras que também numa perspectiva interseccional, destaca: *“Consigo me identificar com mais de um marcador social. Pois não me vejo apenas enquanto mulher. Sou mulher, negra, latina, pobre, bissexual, etc.”*. Pois assim, nas palavras de Patrícia Collins (2016) “Embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns” (COLLINS, 2016, p. 102).

2.4.6 – Feminismo Cristão

O Feminismo Cristão se desenvolve na década de 1960, questionando a prática, a instituição, a linguagem e uma teologia nas igrejas cristãs protestantes e ortodoxas. (VIEIRO, 2005). Katherine Bliss, *The Service and Status of Women in the Church* (O Trabalho e o Status da Mulher na Igreja), publicado em 1952), chamou a atenção de instituições para a reavaliação do olhar para a participação da mulher nas igrejas. A presença da mulher era restringida a auxiliar e uma pessoa com cidadania plena, apta a participação autônoma. “As mulheres não participavam em lideranças tradicionalmente aceitas, tais como as atividades de ensino, pregação, administração e evangelismo, ainda que muitas delas parecessem estar preparadas e terem dons para este exercício.” (LOPES, 2011, p. 5).

As feministas cristãs nos questionamentos sobre o lugar das mulheres na igreja, somaram à luta por direitos políticos e civis nas décadas de 1960 e 1970. À medida que o movimento feminista ganha visibilidade, a igreja se abre às reivindicações das feministas, convidando as igrejas a reverem suas normas canônicas.

Muitos católicos, metodistas, batistas, episcopais, presbiterianos, congregacionais e luteranos concordaram: a mulher na Igreja precisa libertação. Com esta conclusão em mente, de que a mulher precisava de libertação dentro da Igreja, estabeleceu-se um curso de ação que tinha como alvo abrir as avenidas para o ministério ordenado das mulheres tanto quanto para os homens. (LOPES, 2011, p.5)

Esse movimento, entretanto, não se deu ou se dá sem conflitos, diante da estrutura conservadora e patriarcal das instituições religiosas, especialmente da igreja católica, cuja a ordenação de mulheres ainda não é autorizada, pela autoridade máxima da igreja Católica o Papa. Cargo ocupado atualmente por Francisco I.

A experiência de fé que surge no contexto dos feminismos traz à luz uma nova face da tradição cristã, questionando práticas, linguagens e instituições, inscritas em culturas e em sociedades patriarcais. Também descortina horizontes de uma nova configuração histórico-cultural do cristianismo. A voz e a visibilidade das mulheres, numa perspectiva feminista, não representa um simples ajuste de novos sujeitos a antigos padrões eclesiais, de uma nova palavra aos mesmos paradigmas interpretativos da realidade, enfim, das mulheres à mesma configuração histórico-cultural da fé em terrenos patriarcais. (VIEIRO, 2005, p.13)

Nas respostas do formulário, o feminismo cristão é apresentado como: *A busca por compreender qual é o papel bíblico da mulher e como o feminismo se encaixa nele: quais pautas do feminismo são fundamentadas pela bíblia? Como mulher cristã, o que o feminismo*

defende que eu posso defender sem contradizer a minha fé? Quais aspectos são anti bíblicos? O estudo constante da palavra e do movimento para encontrar pontos de convergência. Um movimento que ganha visibilidade nesse segmento são as Católicas pelo Direito de Decidir, que atuam em defesa da descriminalização do aborto, apesar da resistência implicada na instituição da igreja católica. A organização não governamental está no Brasil e outros 11 países pelo mundo, foi fundada em oito de março de 1993. Entres os objetivos da organização estão:

Contribuir com a construção do discurso ético-teológico feminista pelo direito de decidir que defenda a autonomia das mulheres, a diversidade sexual, a justiça social e o direito a uma vida sem violência.

Conscientizar a sociedade de que a experiência humana da sexualidade e da reprodução de todos e todas deve ser reconhecida, respeitada e vivida de forma autônoma e livre.

Promover o diálogo inter-religioso e uma cultura de respeito à livre expressão religiosa.

Defender os princípios democráticos de laicidade do Estado, particularmente a sua autonomia frente a grupos religiosos.

Trabalhar pela aprovação e efetiva implementação de leis, políticas públicas e serviços necessários à plena cidadania das mulheres, jovens, LGBTs, negras e negros (Católicas pelo direito de decidir, 8 de março de 1993 ⁴⁶)

A organização realiza oficinas em todo país com mulheres envolvidas em organizações religiosas e movimentos sociais, sobre argumentos éticos-religiosos que contribuem para a defesa dos direitos das mulheres. Numa ação da rede de multiplicadoras católicas.

2.4.7- Anarcofeminismo

Paradoxalmente o Movimento de Feministas Anarquistas tem tanto impacto na construção das teorias e práticas feministas quanto o Feminismo Liberal ou Feminismo Radical. Se expressa numa contínua oposição ao estado e a todas as suas formas de autoritarismo, teve expressão entre as primeiras feministas do século XIX, e mais recentemente no movimento feminista dos anos 1960. O Anarcofeminismo se refere às mulheres que se organizavam entre mulheres e no movimento anarquista para lembra-las de seus princípios. “Faz referência à criação de uma sociedade não autoritária, uma sociedade baseada na cooperação, no cuidado, no apoio mútuo, na autogestão, na descentralização e na solidariedade, princípios estes anarquistas” (VASCONCELLOS, 2017, p. 55).

⁴⁶ Disponível em: <http://catolicas.org.br/institucional-2/nosso-trabalho/> Acesso em Janeiro de 2019.

De modo que, os princípios anarquistas se colocam contra práticas autoritárias e seus valores de dominação, exploração, agressividade, competitividade e insensibilidade, todos altamente valorizados em civilizações capitalistas. No formulário a interlocutoras marca o impacto geracional do feminismo anarquista - *Tenho 47 anos e é o feminismo do início... que ouvi de minha avó e tias avós (anarquistas).*

Há registros de atuação anarcofeminista nas Américas, na Europa, na África e até mesmo na Ásia e Oceania: mulheres de diversos países e culturas que se opuseram ao autoritarismo patriarcal, ao estado e ao capitalismo. Assim sendo, será necessária a dedicação de uma vida para trazer a público todas essas histórias e registros, tirando da obscuridade as façanhas de cada uma destas mulheres que foram apagadas e esquecidas entre as areias do tempo. (VASCONCELOS, 2017, p.55)

As anarcofeministas acreditam na emancipação completa pela ação direta, na auto-organização pelo apoio mútuo. Não propõem mudanças ou soluções dentro de instituições governamentais, na legislação ou nas suas possíveis alterações, através do voto ou da inserção da mulher no sistema político partidário tradicional ou o incentivo a transformação da mulher em chefes capitalistas. “É, portanto, através desses princípios básicos que tem caminhado o anarcofeminismo durante todos esses anos. A história dessas mulheres e de sua luta é extensa, diversa e enriquecedora.” (VASCONCELOS, 2017, p. 54).



Figura 6 – Maria Lacerda de Moura – Anarcofeminista. Fonte: Revista Cult UOL. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br> Acesso em maio de 2019.

No Brasil Juliana Santos Alves de Vasconcelos (2017), resgata a trajetória de Maria Lacerda de Moura. Mineira, nasceu na cidade Munhaçu, em 1889. Definia-se como intelectual feminista e pacifista. Suas reflexões, trazem importantes críticas sobre a opressão das mulheres, para lutar contra outras formas de opressão, como a de classe. Em um discurso atemporal, criticava a falta de acolhimento das mulheres negras e pobres e o comunismo, por pregar hierarquizações excessivas ao Estado. “Por seu destaque como porta voz e crítica destes movimentos, chegou a ser conferencista tanto no Brasil quanto em outros países da América do Sul, tratando de temas polêmicos naquele contexto e ainda hoje, como direitos femininos, maternidade compulsória, antifascismo, amor livre e antimilitarismo.” (*Revista CULT*, 16 de maio de 2017⁴⁷).

Em 1919 em visita a cidade de Barbacena Minas Gerais, encontra José Oiticica professor, dramaturgo, poeta e anarquista, influência no envolvimento de Maria Lacerda Moura, na defesa da pedagogia libertária. “Além de militante anarquista ela se dedicou, ainda, ao ofício de escritora, professora, doando-se à luta antifascista e à construção de uma sociedade libertária, anti-hierárquica e solidária. Maria Lacerda era vegetariana e, ainda, foi a primeira pessoa a escrever textos contra a vivissecação no Brasil.” (VASCONCELLOS, 2017 p.64). Seus textos são encontrados em periódicos e revistas anarquistas, publicados no Brasil, Espanha e Argentina nas décadas de 1920 e 1930.

Vivendo em comunidades libertárias Maria Lacerda Moura, produziu obras como, *Clero e fascismo: horda de embrutecedores* e *Fascismo: filho direto da Igreja e do capital* (1932), criticando o nacionalismo, igreja e o poder do estado sem deixar de levantar questões sobre a sexualidade da mulher. Entre 1910 e 1930, publicou: *Em Torno da Educação* (1918), *A Mulher é uma degenerada?* (1924), *Religião do amor e da beleza* (1926), *Han Ryner e o amor plural* (1928) e *Amai e não vos multipliqueis* (1932), tecendo críticas a moral sexual que condiciona a situação social feminina. “Discutindo sobre temas complicados de abordar naquela época, como divórcio, educação sexual, exigência da castidade feminina, amor livre, amor plural, direito ao prazer sexual, maternidade consciente e prostituição, ela causou polêmicas e balançou a sociedade” (VASCONCELOS, 2017, p.64).

Em 1931 foi elogiada na Revista *Estudios*, onde seu trabalho é destacado como incomparável no Brasil em meio às instituições docentes ou entidade, em sua esfera de alcance psicológico e na ordem normativa. Expressando um tipo de mentalidade feminina evoluída, culta, discreta, ponderada e inaudita. (RAGO 2012, *apud* VASCONCELOS, 2017,

⁴⁷ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maria-lacerda-de-moura-feminista-e-anarquista-critica-dos-movimentos-em-que-militou/> Acesso em maio de 2019.

64). Assim feitas às críticas ao movimento feminista - *nem pelo feminismo do voto, nem pelo feminismo da caridade*, não se eximiu de criticar as tendências não compatíveis do Movimento Anarquista. Tem seu legado invisibilizado em ambos os movimentos de luta.

Sou ‘indesejável’, estou com os individualistas livres, os que sonham mais alto, uma sociedade onde haja pão para todas as bocas, onde se aproveitem todas as energias humanas, onde se possa cantar um hino à alegria de viver na expansão de todas as forças interiores, num sentido mais alto – para uma limitação cada vez mais ampla da sociedade sobre o indivíduo” Maria Lacerda de Moura, 1921.

2.4.8 – Nas fronteiras do feminismo

Após essa breve discussão acerca das vertentes feministas que foram colocadas no formulário, é importante ressaltar que elas podem ter variações internas, não tendo, portanto, definições homogêneas. Elas podem variar a partir das experiências subjetivas e orientações teóricas (ou não) das mulheres que se identificam com cada uma dessas vertentes. Como, por exemplo, uma das participantes respondeu que se identifica com o *feminismo negro, porém com orientação radical*.

As respostas se aproximam ao destacar a articulação entre os feminismos, pontuando a dificuldade de se entender em concordância com todas as proposições que são colocadas de forma indiscriminadas. Algumas das participantes se situaram, portanto, nesse lugar de articulação, como é possível observar numa das respostas em que a participante escreve sobre seu vínculo com as vertentes liberal e radical: *“Eu acho muito difícil seguir apenas uma vertente, pois ambas vertentes tem lados que eu concorde, é muito difícil seguir apenas uma linha.* Além disso, é possível identificar respostas que não apontam uma ou mais vertentes, mas se situam no lugar de não definição aparente: *“Não tenho vertente feminista pois não compactuo fielmente com nenhuma vertente.”; “Talvez não se enquadre nas tradicionais, porque preservo meus princípios cristãos.”*

As respostas encaminhadas pelas interlocutoras compõem um cenário de diálogos, problematizações e discordâncias teóricas e práticas explícitas na compreensão do gênero, que se movimentam no sentido comum de lutar por mudanças da condição da mulher na sociedade. Independentemente de como sejam classificadas, as teorias feministas são caracterizadas justamente na dimensão das variações teóricas. Com teses tanto para atenção aos aspectos da individualidade, do coletivismo, relativismo e universalismos, muitas vezes obriga a fazer concessões às teorias “adversárias” (SARTI, 2010).

De acordo com Tainan Tomazetti e Lilian Brignol (2015), o que está em disputa é o alcance político e social da cultura digital como forma de viver na contemporaneidade, ambiente onde se desenvolvem lutas de poder e apropriação dos discursos de diferentes grupos. De que modos esta pluralidade de pensamento pode ser dimensionada na divulgação e construção de saberes sobre cultura do estupro? Trago a inspiração de Viero (2005), para se pensar a potência da circulação do conceito de cultura do estupro na rede social *Facebook*. A autora ressalta o entendimento das diferenças como primordial pra tencionar possibilidades de enfrentamento à cultura do estupro enraizada, em diversas frentes de opressão na nossa sociedade.

Longe de ser um bloco monolítico, o feminismo é um movimento plural e multifacetado. As diferenças, no entanto, não se excluem, senão que se abarcam, se concretizam e se lhes dão forma, seja no caminho da transformação de sistemas sócio-culturais enraizados por todos os lados, como no tecer realidades novas. Em sua diversidade, os feminismos influem para uma relacionalidade mais recíproca e uma visão mais sistêmica de todas as coisas. À luz dessas perspectivas culturais, não só desenvolveu novas categorias de análise, mas sobretudo prioriza uma forma mais sistêmica de analisar a realidade (VIEIRO, 2005, p. 16).

O aspecto plural dos ideais feministas nos atenta para a não neutralidade do sentido de gênero nessas análises. “Assim, é necessário refletir o protagonismo da mulher para além da apropriação da tecnologia, mas junto a isso o empreendimento de construção de saberes programáticos a estas mesmas ferramentas e plataformas tecnocientíficas.” (BRIGNOL & TAINAN, 2015, p. 8). Dada toda a dimensão histórica da construção do conceito de gênero a partir da década 1960, com a possibilidade de acesso e escuta às reivindicações silenciadas ao longo dessa trajetória, de que formas o entendimento de gênero dissociado das outras formas de opressão nos ajuda a pensar na apropriação e construção do conceito de cultura do estupro, originalmente estabelecido na década de 1970? Para ampliar esse debate, é importante considerar o panorama em que circula conceito de cultura do estupro, as condições em que surge a reivindicação de não violência na apropriação e construção da cultura do estupro. Na próxima seção trago a repercussão do estupro coletivo ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, mencionado na primeira seção desta dissertação, e os movimentos de apropriação do conceito de cultura do estupro a partir dessa repercussão.

SEÇÃO 3: UM ESTUPRO DE 60 MIL: CONDIÇÕES DA REIVINDICAÇÃO DE NÃO VIOLENCIA.



Figura 7 - Corpus Feminino. Ilustração: Matheus Ribs
Fonte: Foto/reprodução do Facebook

A imagem acima, do feminino que sangra, violentada e crucificada, pode ser uma das representações para o dia 25 de maio de 2016⁴⁸, diante da circulação de um vídeo que expôs a consumação de um estupro coletivo. Na cidade do Rio de Janeiro, a adolescente Beatriz Pereira,

de 16anos, foi estuprada por 33 homens, entre eles seu ex-namorado, Lucas Perdone, de 20 anos. Os agressores filmaram e divulgaram o vídeo que registra cenas da agressão na rede social *Twitter*.

As imagens mostram pelo menos dois homens mexendo na jovem, que estava nua e desacordada. Eles exibem a vítima e dizem que “essa aqui, mais de 30 engravidou. Entendeu ou não entendeu?”. Os homens também exibem o órgão genital da jovem ainda sagrando. “Olha como que tá (sic). Sangrando. Olha onde o trem passou. Onde o trem bala passou de marreta , diz o outro agressor, orgulhoso. (*O Globo*, 26 de maio de 2016)

⁴⁸Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim-diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo-19380492> acesso em agosto de 2017



Figura 8- Postagem na rede social Twitter, com o vídeo do estupro coletivo
Fonte: Reprodução da rede social Twitter/googleimagens

O caso repercutiu pelas mídias sociais e na imprensa, as notícias e reportagens do caso ficaram entre os assuntos mais comentados no país. O crime foi sendo reconstituído com as informações prestadas por familiares, pelos agressores e pela vítima, além de informações sobre o inquérito investigativo. As notícias ainda trouxeram as reações de indignação e ações de solidariedade, conscientização e apoio à vítima, e fomentaram debates nas redes sociais. “Há aí quase um excesso de informações, notícias desencontradas e rumores a respeito do caso” (TORRES & DILL, 2018, p.7).

Com a repercussão nas redes sociais, muitas falas chocaram pela naturalidade com que o estupro foi tratado. Em meio a circulação de notícias que traziam “eles disseram/ ela disse”, usuários das redes sociais buscaram justificativas para o estupro no comportamento social da vítima. As falas acionavam a distinção “Mulher Honesta”, termo presente de 1940 até 2005 no código penal brasileiro, que diz da norma moralista como justificativa para vítimas que merecessem ou não serem estupradas. A retirada do termo do código penal ainda é insuficiente para transformar a realidade, que coloca a vítima no lugar de ré, partindo de um julgamento do seu comportamento sexual moral. (ANDRADE, 2005).

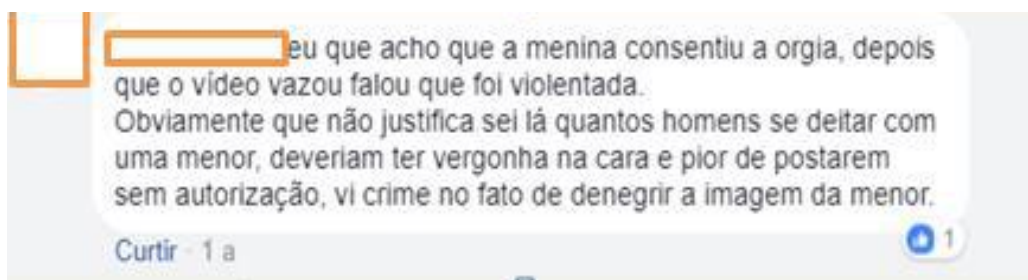


Figura 9- comentário em notícias sobre a repercussão do estupro coletivo
Fonte: Foto Reprodução do Facebook

Nessas falas, estigmas e estereótipos tendem a culpabilizar a vítima, fazendo disso um *status* social, afirmando a naturalização e a percepção da violência declarada, acionando assim a cultura do estupro. “O estupro ainda provoca sorrisos e insinuações, ou

pronunciamentos religiosos e morais, enquanto casos reais, muitas vezes, se atolam em contas de ele disse/ela disse.” (SMITH, 2004, p. 9).

O objetivo desta seção é trazer às condições em que surge a reivindicação de não violência na apropriação de cultura do estupro. No qual, o movimento de denúncias é fundamental para direcionamento do discurso/apelo ao sujeito identificado pelas masculinidades hegemônicas, numa análise que se amplia se direcionando a norma que atua sobre tal. São analisadas as formas com que o estupro coletivo foi vinculado na grande imprensa, expondo o contexto social no qual uma mulher é estuprada a cada dez minutos no Brasil, sendo o estupro coletivo um dos sessenta mil casos registrados em 2016. Adiante nessa seção trago mobilizações feministas que anunciavam a urgência de uma abordagem das violências sexuais para além de um julgamento moral, a partir das campanhas #nãomereçoserestuprada #meuprimeiroassedio e #meu amigo secreto, bem como os movimentos de apropriação e construção do conceito de cultura do estupro, que se decorre do movimento de pesquisa de monitoramento de páginas feministas no *Facebook*, buscando conteúdos dedicados à abordagem do tema.

3.1- Eles disseram/ela disse

Ela disse que saiu de casa no sábado, dia 21 de maio, e foi encontrar o rapaz (Lucas Perdone), com quem tinha um relacionamento. Eles estavam sozinhos e posterior a isso ela só lembra de acordar no domingo (22), em outra casa, na mesma comunidade com 33 homens armados, com fuzis e pistola. Dopada e nua. “Quando eu acordei tinha 33 homens em cima de mim⁴⁹”. O vídeo tem 40 segundos de duração e foi amplamente compartilhado nas redes sociais. No áudio os agressores ironizam a violência⁵⁰. O caso passou a ser investigado pelo Ministério Público, após a denúncia de uma pessoa, que procurou as autoridades munida do vídeo e de *prints* das postagens nas redes sociais. Cerca de 800 comunicações foram feitas sobre o caso⁵¹. A polícia identificou alguns dos agressores que negaram o estupro (Lucas

⁴⁹ Fonte: Vítima de estupro coletivo contou que acordou dopada e nua. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html> > acesso em agosto de 2017.

⁵⁰ Impunidade fez estupro coletivo ser ostentado, diz promotora publicada no dia 26 de maio de 2016 pela BBC Brasil. Disponível em <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/a-india-e-aqui-impunidade-fez-estupro-coletivo-virar-motivo-de-ostentacao-diz-promotora,0132d6e66c524afbebaebad4528f2ec5huunukep.html>>. Acesso em agosto de 2017.

⁵¹ Fonte: Vítima de estupro coletivo contou que acordou dopada e nua. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html> > acesso em agosto de 2017

Pedrone, Raí de Souza, Cláudio Lucio Silva). Acompanhados de seus advogados endossaram a mesma versão do ocorrido. Eles disseram: Raí alega que embora as imagens tivessem sido feitas em seu celular, o autor das imagens seria Jefersson, um traficante da comunidade. Cláudio disse que esteve no local, mas que estava dormindo durante o ocorrido. Lucas negou ter se envolvido em relacionamento amoroso com Beatriz⁵².

Eles dizem que saíram de um baile funk na madrugada de sábado e foram com a menina e uma amiga, de 18 anos, para uma casa abandonada da comunidade. Lá, segundo os suspeitos, Lucas fez sexo com a amiga, e Rai com a vítima. Na versão dos dois, tudo foi consensual e ninguém teria consumido drogas (*O Globo*, 28 de maio de 2016).

Após os depoimentos, o delegado Alexandre Thiers, disse não ter certeza do estupro e confirmou apenas o crime de divulgação da imagem da menor nua, previsto no ECA – Estatuto da criança e do adolescente. Alexandre Thiers, titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), foi afastado do caso no dia 29 de maio a pedido de Eloisa Samy Santiago, advogada da vítima. O delegado foi afastado por conduta inadequada na condução do interrogatório. A advogada da vítima disse: “Ele perguntou à vítima se ela tinha por hábito participar de sexo em grupo”.⁵³

Ela disse: “Me sinto um lixo. Parece que quando as pessoas me olham veem um lixo na frente, mesmo com todo o apoio que estou recebendo. O estigma é o que está me doendo mais.”. Desde que a identidade da vítima foi revelada, ela sofreu ameaças e xingamento nas redes sociais. Teve seu nome e imagem vinculados a áudios, em montagens de fotos e vídeos que tentaram incriminá-la e justificar a agressão. Beatriz disse: “É como se dissessem 'a culpa é dela. Foi ela que estava usando roupa curta. Foi ela que quis ir para lá'. Eu vi isso no Facebook. Eu queria que as pessoas soubessem que não é culpa da mulher”⁵⁴.

A delegada Cristina Bento, titular da delegacia da criança, adolescente vítima, assumiu o caso no domingo dia 29. Em entrevista coletiva no segunda (30) a delegada, confirmou “oficialmente” o estupro. A delegada disse: “Está lá no vídeo mostrando o rapaz manipulando a menina. O estupro está provado. O que eu quero provar agora é a extensão [do crime]”. O

⁵² Fonte: Suspeito nega estupro coletivo e diz à polícia que traficante filmou jovem nua. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/suspeito-nega-estupro-coletivo-diz-policia-que-trafficante-filmou-jovem-nua-19389444>. Acesso em Agosto de 2017.

⁵³ Fonte: Delegado é afastado do caso de estupro coletivo no Rio, diz advogada. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/05/delegado-e-afastado-do-caso-do-estupro-coletivo-de-jovem-no-rio-diz-advogada.html> Acesso em: agosto de 2017.

⁵⁴ Fonte: Me sinto um lixo, diz adolescente vítima de estupro coletivo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/me-sinto-um-lixo-diz-adolescente-que-sofreu-estupro-coletivo-19385945>. Acesso em agosto 2017.

inquérito do caso foi concluído no dia 17 de julho de 2016, com sete indiciados. ‘Hoje eu estou trazendo a conclusão do inquérito. É um crime que chocou o Brasil e vai fazer história no país, até pela forma hedionda que ele foi praticado’, afirmou a delegada Cristiana Bento⁵⁵.’ .

O estupro coletivo no Rio de Janeiro, não é um caso isolado, diante dos altos índices de violência sexual, cometidos contra mulheres. Em 2012, o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), divulgou que no ano de 2011 foram notificados 12.087 casos de estupros consumados no Brasil, no qual as vítimas eram 88,5% do sexo feminino, sendo que mais da metade tinha menos de 13 anos, 46% não tinham completado o Ensino Fundamental. Além disso, 70% desses estupros tinham como vítimas crianças e adolescentes.

Em 2016, a organização não governamental internacional *Save The Children*, divulgou o estudo *Every Last Girl* que coloca o Brasil como o pior país da América Latina para as meninas. O documento enfatiza que os indicadores de mortalidade materna e casamento infantil vêm aumentando em vários países da América Latina e que o Brasil, que possui uma média de renda média-alta, ocupa posição próxima de países considerados subdesenvolvidos como o Haiti.

O estupro coletivo é um dos subestimados 49.497 casos de estupro registrados pela polícia e 22.918 notificados no sistema de saúde de acordo com o Atlas da Violência de 2018. Uma média de uma mulher violentada a cada dez minutos no Brasil, sendo que 50,9% dos crimes foram cometidos contra crianças de até 13 anos. As/os adolescentes entre 14 a 17 anos foram 17% das vítimas; 32% eram maiores de idade; 30% das vítimas de até 13 anos, foram violentadas por familiares ou pessoas próximas e 46% das vítimas foram vítimas de pessoas próximas ou conhecidas.

A estranha banalização foi um dos questionamentos nos movimentos de apropriação do conceito de cultura do estupro. Ativistas, grupos e coletivos que compõem o movimento feminista e algumas instituições, como a ONU-Mulheres (Organização das Nações Unidas) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), se posicionaram na contramão de tais discursos. Foram organizadas manifestações, campanhas, notas de repúdio contra o estupro coletivo e a formação de masculinidades agressivas. Assim, os debates se direcionam para a apropriação do termo cultura do estupro.

A ONU Mulheres (Organização das Nações Unidas) divulgou no dia 31 de maio de 2016, um texto do movimento Eles por Elas (He for She) reconhecendo a cultura do estupro

⁵⁵ Fonte: Polícia conclui inquérito de estupro coletivo no Rio com sete indiciados. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-conclui-inquerito-de-estupro-coletivo-no-rio-com-sete-indiciados.html> Acesso em: agosto de 2017.

no Brasil. O texto intitulado “Por que falamos de cultura do estupro?” traz os elementos e argumentos que caracterizam essa cultura e ressalta que a mesma se manifesta em todas as esferas sociais, mídias, lares, escolas, leis, linguagens e publicidades, havendo, portanto, a necessidade de mobilização da sociedade para a transformação da cultura do estupro.

“Mas ela estava de saia curta”, “mas ela estava indo para uma festa”, “mas ela não deveria andar sozinha à noite”, “mas ela estava pedindo”, “mas ela estava provocando” – estes são alguns exemplos de argumentos comumente usados na cultura do estupro. A cultura do estupro é uma consequência da naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos, que estimulam agressões sexuais e outras formas de violência contra as mulheres. Esses comportamentos podem ser manifestados de diversas formas, incluindo cantadas de rua, piadas sexistas, ameaças, assédio moral ou sexual, estupro e feminicídio. Na cultura do estupro, as mulheres vivem sob constante ameaça. **A cultura do estupro é violenta e tem consequências sérias. Ela fere os direitos humanos, em especial os direitos humanos das mulheres.**⁵⁶ (ONU Mulheres, 31 de maio de 2016) (grifo meu).

Na nota da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) foi expressa que só a punição para o crime de estupro não é suficiente no combate a violência contra a mulher. No dia 7 de junho de 2016 foi divulgado um artigo intitulado “Combate à cultura do estupro vai além de punições penais”, de autoria do diretor e tesoureiro da OAB, Antônio Ferreira, no qual ele reafirma a existência da cultura do estupro e cita o estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro como ruptura de uma aparente normalização da violência contra a mulher. Além disso, ressalta a importância da criminalização e de punições no âmbito jurídico, destacando a necessidade de ações que atinjam a cultura patriarcal, machista e misógina. Nas palavras do autor:

A pura criminalização e a mobilização do aparato repressor do Estado são necessárias, porém insuficientes para alterar uma violência que deixa raízes em um mais amplo modelo de socialização machista. Certamente, a impunidade quanto ao estupro potencializa e encoraja a reprodução dessa cultura, inclusive nas relações matrimoniais ou de parentesco. Não obstante, a simples ameaça de punição, ou mesmo a concretização da punição, não corroem as bases do estupro enquanto artifício cultural, não são por si só suficientes para inibir o cometimento da violação sexual⁵⁷. (OAB – Conselho Federal, 7 de junho de 2016).

⁵⁶ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/4/> Acesso em: agosto de 2018.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jun-07/oneildo-ferreira-combate-cultura-estupro-alem-punicao>. Acesso em: agosto de 2018.



Ilustração 10- Andressa silva/@dessa_pesega
Afrofuturista, Ancestrais, 2019. #serieancestrais

3.2- A mobilização da reivindicação em rede

Nas sociedades em rede, Manuel Castells (2012) defende que a comunicação autônoma é a essência dos movimentos sociais que buscam contestar o poder instituído. Assim se faz necessário compreendê-los em processos de formação, dinâmica e perspectivas de transformação social, já que a comunicação se estabelece no processo de compartilhamentos de significados e troca de informações.

A comunicação digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator comunicativo segundo projetos de comunicação específicos. A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, 2012, p. 15).

Sendo assim, não podemos ignorar a influência das redes sociais na organização do movimento feminista contemporâneo. Em pesquisa pela rede social *Facebook*, encontrei páginas, grupos e perfis individuais que se posicionam e/ou se organizam contra a discriminação e a violência de gênero, veiculando em suas publicações saberes, notícias e eventos que, em segundos, podem atingir milhares de pessoas conectadas. Para Paula Sibilia (2008), “estamos transformando a era da informação na política, no comércio, nas artes, nos transformando e transformando a forma que vemos o mundo, com possibilidade de sair da posição de meros leitores e espectadores passivos.” (p. 8).

A partir dessa imersão destaco a divulgação de campanhas organizadas pelo MFCB, usando o mecanismo das *hashtags* (#). “As *hashtags* são como palavras-chave utilizadas para marcar o tema do conteúdo que as pessoas estão compartilhando nas redes sociais.” (GRESPLAN & RATTO, 2017, p. 4). São elas: #nãomereçoserestuprada, #meuamigosecreto e #meuprimeiroassedio, por terem sido campanhas com grande alcance de pessoas e importantes para o movimento apropriação do conceito de cultura do estupro. Os relatos veiculados de denúncias de assédio e de outras manifestações machistas cotidianas, trouxeram discursos que desconstruem a representação dos agressores como sujeitos desumanizados, loucos e doentes, e denunciam sujeitos comuns, conhecidos e até mesmo parentes das vítimas. As campanhas aconteceram meses antes do estupro coletivo no Rio de Janeiro.



Figura 10 - Nana Queiroz, campanha #Nãooereçoserestuprada.

Fonte: Foto reprodução do *Facebook*

A campanha #nãooereçoserestuprada surge *a priori* em resposta à primeira divulgação de dados do IPEA. A divulgação dos resultados da pesquisa motivou Nana Queiroz a criar a campanha #nãooereçoserestuprada⁵⁸. A jornalista foi a primeira a postar uma foto no *Facebook*, em que aparece seminua, cobrindo os seios com os braços, exibindo os dizeres “Não mereço ser estuprada”, em frente ao palácio do planalto em Brasília, DF. Nana Queiroz também criou um evento no *Facebook* para convidar mulheres a se juntarem a campanha. Milhares de mulheres, inclusive figuras públicas como atrizes, cantoras e congressistas, aderiram à campanha em repúdio a culpabilização da mulher em casos de estupro.

Em outubro de 2015, a rede Record de televisão, canal nacional aberto, produziu o programa *Master chef Júnior*, uma competição de culinária da qual participavam menores, de 8 a 13 anos de idade. Com a repercussão do programa, uma das participantes de 12 anos começou a ser citada e assediada, em *posts* de teor sexual pelo *Twitter* e *Facebook*⁵⁹. Acionando o debate sobre pedofilia, produziu-se a campanha #meuprimeiroassedio, encorajando mulheres a contar situações da primeira vez em que estiveram na condição de vítima de assédio ou violência sexual. Na maioria dos relatos, os agressores eram familiares ou amigos próximos delas ou de suas famílias. Foram contabilizados mais de 82 mil relatos, e

⁵⁸ Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/protesto-nao-mereco-ser-estuprada-movimenta-facebook-apos-resultado-de-pesquisa-12018281>. Acesso em outubro de 2017.

⁵⁹ Fonte: <https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/primeiro-assedio-caso-valentina-abre-discussao-sobre-pedofilia-e-assedio-sexual/> acesso em outubro de 2017.

a campanha foi idealizada pelo coletivo “Think Olga”, uma ONG feminista que produz conteúdo informativo para equidade de gênero.⁶⁰



Figura 11: Campanha #meuprimeiroassédio.
Fonte: Foto reprodução do Twitter.

Em 24 de novembro de 2015, dia internacional do combate à violência contra a mulher, a campanha #meuamigosecreto⁶¹ mobilizou pessoas, grande maioria mulheres, de todo o país a denunciarem episódios de assédio sexual e moral, racismo, homofobia dos quais foram vítimas. Grande parte dos relatos também denunciava pessoas próximas: namorado, empregador, líder religioso, familiares como irmãos, primos, pai. E até mesmo mulheres, que de alguma forma reproduzem o machismo em seus discursos e comportamento.



⁶⁰Fonte: <<https://www.facebook.com/thinkolga>> acesso em novembro de 2017.

⁶¹O nome da campanha faz referência à tradição de sortear no círculo social, uma pessoa em sigilo para presentear, a identidade da pessoa sorteada só é revelada na entrega dos presentes, pelos participantes ou pela pessoa que irá presentear.

Figura 12 – Foto reprodução de publicações que utilizaram da #meuamigosecreto
Fonte: Foto reprodução do Facebook,.

As campanhas tiveram impacto para além de narrativas que contribuem para desnaturalização da violência. Durante as campanhas #meuprimeiroassedio e #meuamigosecreto, as denúncias por violência física ou psicológica aumentaram 40% em relação ao ano anterior, foram ao todo 63.090 denúncias⁶². A partir das campanhas #meuamigosecreto e #meuprimeiroassedio, cinco integrantes do coletivo “Não me Kalho” lançaram o livro “Meu amigo secreto: Feminismo além das redes⁶³” (2015). O livro é composto por artigos de Gabriela Moura, Bruna de Lara, Thaysa Malaquias, Paola Barioni, Bruna Rangel, que abordam questões como gordofobia, violência contra a mulher, feminismo negro, a cultura do estupro e outros temas relacionados ao feminismo, que são debatidos nas redes sociais. A página da organização no *Facebook* conta com mais de um milhão de seguidoras/es.

As campanhas citadas são exemplos da potencialidade dos movimentos de interações nas mídias sociais que vêm se revelando um espaço onde acontecem trocas de saberes e construção de subjetividades. No entanto, mesmo com o grande público atingido com a publicação do livro e as campanhas citadas, o termo cultura do estupro só toma proporções maiores e se estabelece de forma vigente no movimento feminista a partir de maio de 2016, como foi mencionado no início deste capítulo, ocasião em que ocorreu um crime de estupro coletivo, que envolveu 33 homens e uma adolescente de 16 anos. Na ocasião, organizações feministas de diversas perspectivas se indignaram em manifestações políticas, campanhas, performances e notas de repúdio.

3.3- Os movimentos de apropriação do conceito de cultura do estupro

A articulação da militância feminista com as mídias não é recente, um lugar de importância vista como paradoxal, que se desenvolve a partir da metade do século XX. Tal articulação envolve a crítica às mídias, que não hesitam em propagar ideias de feminilidades fundamentadas na objetificação do corpo feminino, no racismo e na heteronormatividade, construindo a mulher no lugar da subalternidade. Além disso, a militância feminista também

⁶²Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2015/11/30/campanhas-feministas-na-internet-aumentam-numero-de-denuncias-no-180/>. Acesso em dezembro de 2017:

⁶³ O material será melhor detalhado nos próximos passos dessa pesquisa.

utiliza as mídias como recursos alternativos de embate e enfrentamento através da circulação de boletins, revistas, programas de rádios e TV (BRINGOL & TOMAZZETI, 2015; PINTO, 2003).

Em confluência com as potencialidades comunicativas da era digital, o feminismo passa a perceber no ambiente virtual um lugar de práticas e expressões coletivas, antes desconhecidas, com novas significações e endereçamentos múltiplos. Assim, na perspectiva de criar espaços alternativos de visibilidade, no qual as mulheres poderiam protagonizar posicionamentos ao converterem-se no papel de autoras, produtoras e transmissoras de conteúdo, já nos anos de 1990, diversos grupos feministas se lançam na disputa pelo terreno comunicativo da internet. (BRINGOL & TOMAZZETI, 2015, p. 5).

O chamado ciberativismo começou a ganhar força no meio feminista na década de 1990. As primeiras reivindicações pelo espaço da internet marcam o ano de 1995, no Simpósio Internacional sobre a mulher e os meios de comunicação, organizado pela UNESCO, em Toronto no Canadá, momento em que se refletia a “importância da presença feminista na internet com o objetivo de chegar ao maior de número de mulheres informações para lidar com as práticas cotidianas” (BRINGOL & TOMAZZETI, 2015, p. 5).

De acordo com Lilian Bringol e Tainan Tomazzeti (2015), no mesmo ano, na conferência da Mulher em Beijing, as feministas traziam a comunicação como direito humano básico e destacavam a necessidade de estimular e reconhecer as redes de comunicação entre as mulheres, incluindo as TICS – Novas tecnologias de comunicação e informação- para a divulgação de informações e o intercâmbio de ideias. “Não é apenas um problema de competências tecnológicas o que está em jogo numa política feminista, mas sim, de entender o alcance político e social da cultura digital e do entorno tecnológico como forma de vida contemporânea, como o ambiente onde se desenvolve a nossa vida e nossas lutas” (NATANSOHN, 2013, p. 24).

O feminismo 2.0 engloba a geração de mulheres que utiliza os recursos da Web 2.0 como plataformas de mobilização de uma política feminista (SANTINI, 2016). A conectividade possibilita não só o consumo, mas também a produção de conteúdo, descentralizando a produção de conhecimento hegemônico. Dessa forma, há a ampliação de ações feministas, agilidade e maior alcance de informações, organização e produção de conteúdo, que são habitualmente ignorados ou restritos nas mídias tradicionais, porém com abrangência limitada. (BRINGOL & TOMAZZETI, 2015; LIMA, 2017). Isso se deve ao fato

de que, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a exclusão digital⁶⁴ ainda afeta significativamente parte da população brasileira.

Ainda que consideremos a exclusão digital/social, o debate nas redes sociais possibilita o encontro e a expressão de vozes antes silenciadas e marginalizadas. Mulheres negras, pobres, lésbicas, pessoas transexuais e travestis, cobram a atenção dos estudos e estratégias que tratam da equidade de gênero, considerando a articulação de raça, classe orientação sexual e identidade de gênero (GOULART e CAETANO, 2017).

Alice Canuto (2016) ressalta que se até a virada do milênio o pensamento feminista tinha visibilidade nas esferas midiáticas, com pouca repercussão fora do meio feminista, atualmente isso mudou com a ação do movimento nas mídias sociais. “As discussões feministas atravessam os mais diversos campos e alcançam as/os leitoras/es e ouvintes mais inesperadas/os.” (p. 171).



Figura 12: Filtro da campanha “Eu luto pelo fim da cultura do estupro”.

Fonte: Twibbom.

A primeira ação do MFCB, com a repercussão do estupro coletivo no Rio de Janeiro, foi o posicionamento, através do site Twibbom⁶⁵ que possibilita a criação de filtros temáticos para fotos. O recurso é muito utilizado para demonstrar apoio a uma causa. Nele foi criada a campanha “Eu luto pelo fim da cultura do estupro”. No site, a campanha é assinada por

⁶⁴Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, em pesquisa divulgada em 2016, mais de 100 milhões de brasileiros tem acesso a internet, ainda assim a pesquisa revelou que 43% dos brasileiros não tem acesso a internet. Fonte:<https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/> acesso em novembro de 2017.

⁶⁵ Disponível em <https://twibbom.com> acesso em dezembro de 2017

Marina Curak, como forma de repúdio a violência contra mulher. A campanha teve a adesão de 749. 04432 de pessoas no *Facebook* e outras redes sociais.

O conceito de cultura do estupro aparece nas redes sociais como o disposto no livro “Transformando a cultura do estupro”, citado por Mary Smith: “é um complexo conjunto de crenças que encoraja a agressão sexual masculina e apoia a violência contra as mulheres. A cultura do estupro acredita que a agressão sexual dos homens é biologicamente determinada, ao invés de comportamento aprendido.” (SMITH, 2004, p. 174). Nas publicações, o conceito vai sendo aplicado e dimensionado a situações cotidianas. Na legenda de uma delas encontra-se o seguinte texto:

Explicação simples e didática sobre cultura. Óbvio que não para por aí, mas é simples e didática. Doença é sífilis, gripe, pneumonia, h1n1 e essas coisas. As pessoas que tem isso estão doentes. O que rolou coma menina no RJ e outros casos que aconteceram ainda essa semana, mas não aparecem na mídia, não tem nada de doença. É cultura do estupro ne, tão velada, muito mais escancarada com esses casos, mas que acontece muito mais do que se pode dar conta.

Não foram 33 homens, foram muito mais. Foram vocês que assistiram e compartilharam o vídeo. Foram vocês que curtiram. Foram vocês que recebem os nudes que seus amigos escrotos mandam e se não participam da zoeira, fica calado e conivente. E não é porque deu um se ligue num brother só, mas passou pano pra outros 50 que você é o desconstruído. É você que na brodagem masculina de cada dia, sabe que seu amigo é um abusador, mas carrega ele no colinho. É você que sabe que seu amigo é um escroto com a namorada, mas é conivente e as vezes até ajuda fazendo a velha vista grossa enquanto ele trata ela e outras minas como objeto.

É você que vai chegar em casa e ver aquele velho pornozão pra se aliviar antes de dormir, e se esquece que esse tipo de indústria perpetua a concepção de servidão da mulher ao homem, sem direitos ao seu corpo, humilhadas. É você que justifica que ela tava bêbada, ou que ele estava bêbado e não quis realmente fazer isso (nunca ataquei ninguém bêbada, e eu fico muito bêbada hein). É você que acha que ela devia estar em casa e não perambulando livre na rua. Você que acha que se ela tivesse na companhia de um amigo de confiança nada disso teria acontecido (amigo de confiança? Quem?). 33

Você todos os dias violenta uma mulher, quando reproduz essa cultura. Não foram homens loucos e insanos. Foram vocês que amanhã irão entregar um trabalho pra um professor na universidade. Vocês que baterão ponto num local de trabalho qualquer. Que estudam pra concurso. Que buscam suas irmãs nas casas das amigas (aquelas amigas gostosinhas que você até pegaria). Você que pede a benção a sua mãe antes de ir pra baladinha. Você homem comum, que jamais faria isso...mas reproduz e pratica essa cultura todos os dias.

Nos poupem dessa "doença" de vocês."#UmDiaSemEstupro - Geísa Dias



Figura 13: Publicação no *Facebook* sobre a cultura do estupro.
Fonte: Reprodução do *Facebook*

O principal investimento para divulgação do conceito de cultura do estupro é uma preocupação para que a sociedade reconheça que existe um problema e compreenda a possibilidade de transformação. Na publicação acima a usuária da rede social questiona a patologização do agressor. Uma ação comum no julgamento da sociedade, de associar o agressor a alguma patologia ligada à capacidade de discernimento mental. São representados como “doentes”, “loucos” ou na figura desumanizada de “monstros”. “As vítimas de estupro podem ser jovem, criança, idosa/o, homem e mulher de qualquer grupo racial. O estupro também aparece na arte, literatura, filmes e mitologias ocorre em datas, leitos conjugais, nas prisões, durante guerras.” (SMITH, 2004, p. 10).

Considerando que na cultura do estupro os mecanismos culturais levam para proteção do agressor, e os processos históricos da representação da mulher escravizada ou como propriedade violada de alguém, quando há patologização que parte do senso comum, da pessoa que comete o estupro, entende-se como uma não responsabilização do agressor.

E não se trata de considerar a figura do estuprador como doente ou mero produto de uma sociedade determinista que o fez assim. Essa é uma abordagem errônea, já que

classificá-lo como doente o isentaria da responsabilidade sobre seus atos, assim como quando classificado como um mero produto da sociedade. (SOUZA, 2017, p.10).

Aprofundando essa análise sobre a representação da mulher, como algo fundamental para compreender a cultura do estupro, o termo vem do latim *Mulier*, que denomina as características biológicas e socioculturais do ser humano do *sexo* feminino. De acordo com Joan Scott (1993), em “Gênero uma categoria útil de análise histórica”, o termo gênero foi proposto por aquelas que defendiam que as pesquisas sobre as mulheres deslocariam os paradigmas da agência masculina, branca e heterossexual, uma vez que a construção social, histórica e política cultural da mulher é afetada por ideias de feminilidades de ordem naturalista, binária e heteronormativa.

As sociedades humanas estabeleceram modelos de comportamento de atitudes, de gestos, de usos do corpo, de atitudes físicas e simbólicas para serem nomeados de feminino (aqueles que portavam um corpo assim classificado e marcado por traços de distinções no plano biológico passam ao plano social cultural, como: ter a capacidade de engravidar e parir novos seres humanos, ter a capacidade de amamentar, ter glândulas mamárias e seres mais proeminentes, além de várias características secundárias distintas) e para aqueles nomeados masculinos (aqueles que portavam um corpo assim classificado e marcado por traços de distinção tanto biológicos, embora em menor número do que os corpos femininos, quanto simbólicos e culturais, como: ter tendencialmente um maior desenvolvimento muscular, apresentar em grande números dos casos maior presença de pelos em dadas partes do corpo, como no rosto, peito e abdômen, apresentar uma tonalidade mais grave de voz, sendo participante da fecundação, mas incapacitado de parir e amamentar, o que terminou por tornar a maternidade algo visto quase como aquilo que distinguiria a natureza feminina da masculina, embora essa associação seja de ordem social e histórica). (ALBURQUERQUE, 2015, p. 436).

A categoria sexo, de acordo Judith Butler (2000) é, desde o início, normativa. Assim, o sexo não só funciona como norma, mas é parte regulatória, que governa e produz corpos. A força regulatória se manifesta no poder de produzir, demarcar, fazer circular e diferenciar os corpos que ela controla. Assim, o gênero não pode ser dado como uma construção social, imposto sobre a matéria entendida “como” corpo ou um suposto sexo.

Uma vez que o próprio "sexo" seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2000, p. 154).

A violência que se impõe sobre os corpos das mulheres não acontece em função de um corpo pré-existente, fora da cultura, mas se coloca conjuntamente, ou seja, ao definir um

corpo como feminino, se estabelece as condições para as práticas de violência que vão constituir esse corpo. A violência, nesse caso, é parte desse processo educativo que define esse corpo. Nesse sentido educação e cultura são binômios indissociáveis, que constroem nossos corpos sob regra de regulação do que é considerado, natural e normal.

Os estudos produzidos na década de 1970, que fomentaram a redefinição de estupro, principalmente, os que tangem a heteronormatividade, permitem compreender os estupros como “truculências heterorreguloras de afirmação masculina.” (DINIZ, 2017, p. 81).

Por meio deles, também se procura fazer as vítimas lembrarem que sexo para elas devem permanecer em sofrimento imposto, uma violência sofrida – nunca uma iniciativa ou um prazer” (CALIGARES, 2009). São atos de tortura, rebaixamento, marginalização, desapossamento e anulação física, social, psicológica e simbólica. Sua execução em grupo é corriqueira em situações em que o “outro” é reduzido a condição de presa ou prêmio. Atrocidades coletivas de aniquilamento heteronormativo. (DINIZ, 2017, p. 81).

O estupro é considerado o uso extremo do poder, conferido ao homem pela sociedade, relacionado ao domínio e submissão das mulheres. “Julga-se este com o direito de manter relações sexuais com sua companheira (ou não), mesmo quando ela não apresenta disposição para tal” (SAFIOTTI, 2004, p. 18). Configura-se como uma das mais graves expressões da violência de gênero. Vitima em sua maioria mulheres e sujeitos que se aproximam do feminino em consequência das interpretações que classificam as diferenças entre homens e mulheres, em hierarquias nas relações sociais. (SCOTT, 1989; SAFIOTTI, 2004). O estupro se assemelha a outras categorias ou graus de violência pela brutalidade e se difere no conjunto de gestos do olhar de minimização da violência que se afirmou de forma veemente nas redes sociais.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2015) aponta as manifestações do ideal regulatório a partir de estruturas hierárquicas de obediência, preceitos, leis, as práticas materiais e simbólicas ligadas ao uso do que se nomeou pênis, vagina ou qualquer outra parte do corpo envolvida no que seria ato sexual. Com isso, reafirma que noções de masculino e feminino, macho e fêmea, homem e mulher, sendo agrupadas na categoria sexo e cumprindo a função não só para denotar, descrever, ou apontar as diferenças, mas para classificar, hierarquizar e distinguir.

Mas o que é a educação senão o processo através do qual a sociedade incute normas, padrões e valores - em resumo, a "cultura" - na geração seguinte na esperança e expectativa de que, desta forma, guiará, canalizará, influenciará e moldará as ações e as crenças das gerações futuras conforme os valores e normas de seus pais e do

sistema de valores predominante da sociedade? O que é isto senão regulação - governo da moral feito pela cultura? (HALL, 1997, p. 40).

Cláudia Vianna e Daniela Finco (2009) discutem, em “Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder”, os relatos de professoras e ações frente a meninas e meninos na Educação Infantil. Os relatos descritos pelas autoras ressaltam as diferentes expectativas a serem ou não correspondidas por meninos e meninas. Uma professora relata que chama as meninas de princesas porque são doces e meigas e os meninos são “os rapazes”, porque são mais agitados, gostam de correr e pular. As crianças que fogem da expectativa do mundo azul e rosa acabam se tornando um “caso⁶⁶”.

Cria-se um sistema comparativo que estabelece informações que comporão as bases para o estabelecimento das normas. Esse sistema, além de classificar os indivíduos, estabelece sua relação com o coletivo. Com isso, cada criança que transgride é abordada na forma de um caso, um problema que é construído tanto do ponto de vista da produtividade, do poder, quanto do saber. (VIANA & FINCO, 2009, p.276).

Dando prosseguimento a essa análise sobre a construção da masculinidade e da feminilidade, a página no *Facebook* “Já falou para seu menino hoje” se preocupa com a formação de masculinidades não violentas, raramente diz diretamente sobre feminilidades e investe na construção de práticas discursivas dirigidas aos responsáveis pela criação de meninos. O conteúdo da página pauta-se no compartilhamento de links com notícias e exemplos de práticas que incentivam a equidade de gênero, problematizando as situações que naturalizam a questão da violência. Em uma dessas publicações, a página reflete sobre a produção de masculinidades agressivas, incutidas nos discursos endereçados às crianças que se constituem também o âmbito familiar:

⁶⁶ O caso é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc. (FOUCAULT, 1977, p. 70).



Figura 14.- Publicação da página “Já falou para seu menino hoje?”

Fonte:Foto/ reprodução do Facebook.

A página expõe um dos jargões populares: “Prendam suas cabras que meu bode está solto”, uma analogia à mulher como cabra e ao homem como bode. Nesse contexto a frase sugere o homem com instintos sexuais animais e que as mulheres, as cabras, devem se proteger. Acompanha a imagem a frase com a advertência “não fale pra ninguém nunca” e ao lado da imagem, o texto da publicação busca na memória do/a leitor/a situações em que esse tipo de discurso foi proferido, problematizando o desejo sexual do homem como naturalmente predador, alertando como essa cultura educa masculinidades e autoriza a violência

Outro elemento que faz parte da constituição das masculinidades violentas é a pornografia. A sexualidade para muitos homens se inicia através de vídeos pornográficos, nos quais o sexo é representado com foco no prazer masculino pela supervalorização do pênis, colocando a mulher muitas vezes em situação de violência. Marara Jenesh (2016), para o blog da Marcha Mundial das Mulheres⁶⁷, destaca: “As feministas batem nessa tecla já algumas décadas e continuaremos!”. Ela ressalta que a naturalização de situações muitas vezes extremas de violência moldam os desejos, além da possibilidade de encontrar vídeos de

⁶⁷ “ A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado —2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/> acesso em: janeiro de 2018.

estupros reais como categoria em sites pornográficos, denunciando a indústria que lucra com a violência.

Quero falar sobre a cultura do estupro institucionalizado chamada PORNOGRAFIA, mulheres sendo violentamente agredidas por muitos homens é um dos gêneros mais assistidos na pornografia que circula livremente na internet, é possível encontrar muitos vídeos reais de estupro, existe uma modalidade só pra isso e muito possivelmente os vídeos que circularam do estupro coletivo em questão, já estão nessas listas nos sites pornográficos⁶⁸ (*Blog Marcha Mundial das Mulheres*, 28 de maio de 2016).

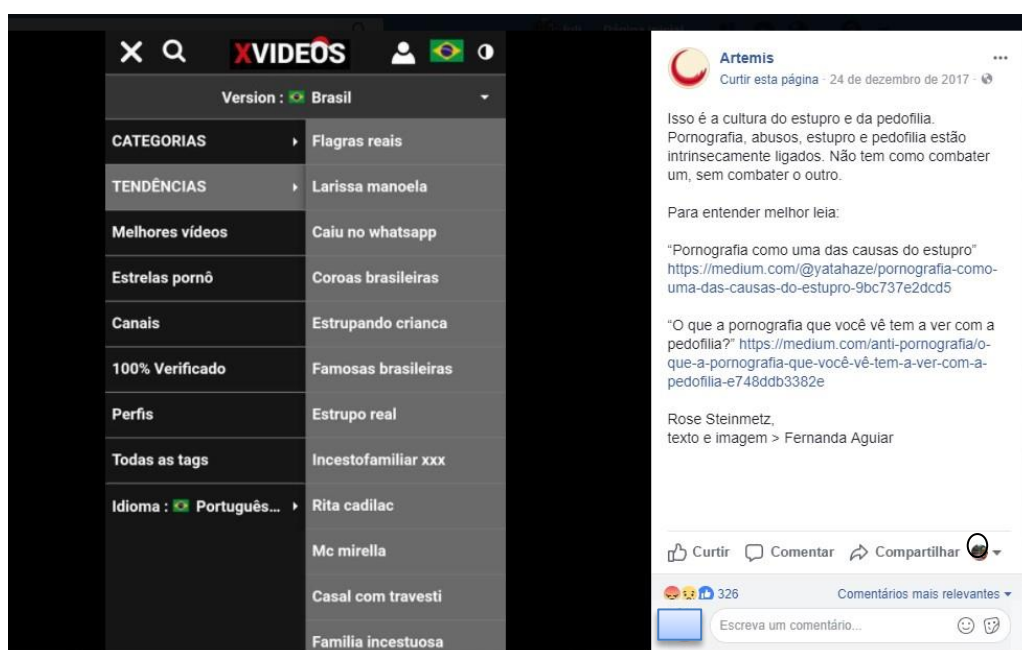


Figura 15: Publicação denunciando a pornografia como parte da cultura do estupro.
Fonte: Reprodução do Facebook.

No *Facebook*, uma imagem reproduzida de um famoso site de conteúdos pornográficos apresenta como tendência resultados que confirmam a pornografia como um elemento da cultura do estupro, que precisa urgentemente ser debatido e transformado. A imagem choca por denunciar que entre os vídeos mais vistos e buscados estão “família incestuosa”, “estupro real”, “estuprando crianças”, refletindo dados dos estupros no Brasil em que 80% dos casos são dentro do ambiente familiar, sendo 70% crianças.

Daniel Welzer Lang (2003) relata que quando questiona em aulas e palestras sobre quantos dos homens não tiveram sua primeira excitação sexual diante de uma “mulher brilhante”, vista em uma revista pornô, menos de 1% afirmam que não. O trabalho de Daniel

⁶⁸ Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2016/05/28/pornografia-a-retroalimentacao-da-industriacultura-do-estupro/> Acesso em: julho de 2018.

Welzer Lang (2003) aponta para o consumo masculino de pornografia antes mesmo da puberdade:

Aprendem que pode fantasiar, ficar animado sozinho ou em grupos diante de figuras femininas, e que essas figuras, essas representações de pessoas reais (pagas por isso, mas os jovens nem sempre estão conscientes disso) estão disponíveis para seus "scripts" sexuais!⁶⁹ (WELZER-LANG, 2003, p. 132).

Segundo Heleieth Safiotti (2004), a maioria dos homens limita a exploração da sexualidade ao pênis, desconhecendo outras zonas erógenas, sendo assim "poder macho" conferido também pelo falocentrismo, ou seja, a centralidade do falo (falo=pênis). Esses sujeitos vivem a sexualidade e o erotismo em descontinuidade, fragmentando o corpo e o tempo, o erotismo e o afeto. A experiência com a pornografia torna a experiência real com mulheres um desencontro, pois, paralelamente a essa experiência de grande parte dos homens, as mulheres aprendem, em sua maioria, que a sexualidade deve ser resguardada e esperam "príncipes" e amantes afetuosos, associando a relação sexual como reforço do casal, os dois, a fusão. "Note-se que, ao mesmo tempo em que os homens são socializados como clientes, estão em um paradigma heteronormativo onde o objeto do desejo é centrado nas mulheres, a sua penetração, que, no ideal masculino, significa posse e submissão"³⁶ (WELZER-LANG, 2003, p.134).

As mulheres que participam como atrizes pornô, quando são colocadas em situação de violência dentro ou fora do roteiro dos filmes, muitas vezes não conseguem denunciar os agressores. "Ser vítima de estupro é um *status* social condicionado à reputação e que corresponde a muito além do que apenas sofrer a violência sexual – é receber da sociedade o aval de quem realmente é inocente com relação ao ocorrido." (SOUSA, 2017, p. 16).

Em torno desse debate sobre o "status social da vítima", feministas buscaram por casos de estupros que desconstruíssem o clichê da "mulher honesta", quando há a ideia de que se as mulheres se comportassem, conforme a norma patriarcal, sendo "belas, recatas e do lar"⁷⁰ não seriam estupradas. A postagem a seguir desconstrói mais um mito, evidenciando que, independente do comportamento social da vítima, a possibilidade de estupro é alta. A lista mencionada traz casos de mulheres que foram vítimas em igreja, na escola, em casa, no metrô, no trabalho e vítima do próprio parceiro.

⁶⁹ Tradução livre do texto original em francês —Apprennentqu'onpeutfantasmer, s'exciterseul ou engroupedevantdes figures de femmes, et que ces figures, cesreprésentations de personnesréelles.

⁷⁰ <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

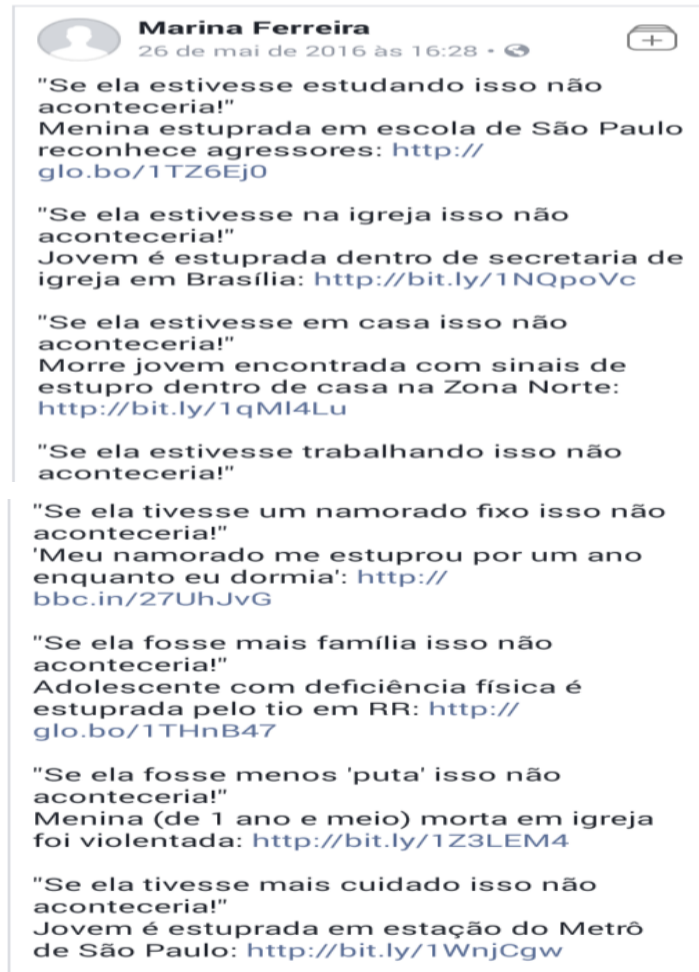


Figura 16- Publicação no Facebook denunciando a culpabilização da vítima em casos de estupro. Fonte: reprodução do *Facebook*

De acordo com Rogério Diniz Junqueira (2017), em sociedades historicamente pouco democráticas e muito hierarquizadas, como a brasileira, diversas situações violentas costumam ser naturalizadas. Sobretudo naquelas situações em que a vítima “não é bem a vítima”, mas “alguém que foi atrás de encrenca”. Nesse sentido, se aloca a hierarquia das diferenças da experiência de mulher frente a cultura do estupro.

Os mitos que constroem estereótipos sobre masculino e feminino fomentam a cultura do estupro e dimensionam graus de violência. Os mitos têm uma construção cultural complexa que se baseia na intervenção de um fator divino na vida humana. “É a releitura, de um evento de criação, ocorrendo geralmente em tempos primitivos, e capaz de explicar o mundo como um fenômeno sobrenatural.” (SMITH, 2004, p. 133). A heterossexualidade pressupõe entre outros, o mito de que os indivíduos que mantém relações sexuais e/ou afetivas com pessoas de mesmo gênero, como as mulheres lésbicas e homens gays, formam categorias que remetem no imaginário ocidental a ideia de doença, perversão ou anormalidade. Dessa

forma, alguns agressores passam pela crença do estupro como “cura” do desvio norma sexual. Em 2015, o “Blog do Tio Astolfo” virou notícia na grande mídia e foi denunciado ao Ministério Público Federal, pelos internautas, por discriminação e incitação à violência nas redes. O conteúdo explicitamente misógino fornecia o passo-a-passo sobre como estuprar mulheres em várias situações. Em um desses guias o autor tratava especificamente do estupro corretivo afirmando: *estuprar lésbicas é uma questão de honra, glória e bem-estar social*. Segundo reportagem da Revista Fórum, o autor do blog se defendeu dizendo *expor a realidade a uma sociedade corrompida e degenerada pelo esquerdismo*⁷¹.



Estuprar lésbicas é uma questão de honra, gloria e bem estar social.

📌 Fixo 📁 Uncategorized

Figura 17- Título da matéria divulgada no “blog Tio Astolfo”. Fonte: Reprodução do Facebook

Na cultura ocidental costuma-se associar a sexualidade ao gênero, como se fossem duas coisas coladas uma à outra. “Para a maior parte das pessoas em nossa cultura, a heterossexualidade, ou seja, a atração erótica de indivíduos de um sexo pelos de outro, é um algo “instintivo” da espécie humana em vistas da sua autoperpetuação pela reprodução” (GROSSI, 2014, p.9).

Pra quem não sabe, sexta após o jogo do Brasil fui espancada covardemente em Ipanema, por um cliente do bar vinte que se situa na esquina da rua Henrique Drummond com a Visconde de Piraja. O sujeito o qual não o conhecia, nem nunca havia lhe dirigido a palavra, levantou da mesa ao ver eu e minha namorada passando em frente ao bar (pq nem estávamos nesse local, estávamos de passagem, andando pela calçada), gritando "sapatão, precisa de piroca" e coisas do gênero, foi na minha direção começando a agressão com um tapão no ouvido, com força o suficiente para romper meu tímpano e eu cair no chão. Já no chão ele deu vários chutes na minha cabeça e partes do meu corpo, quando consegui levantar ele me derrubou novamente

⁷¹ Disponível em /2015/07/27/site-da-passo-a-passo-de-como-estuprar-uma-mulher/ acesso em dezembro de 2017.

e deu continuidade a agressão. Resultado, tímpano rompido, contusões na cabeça, dedo da mão, próximo ao cotovelo. O bar vinte tava lotado e sabe qual a reação das pessoas? Levantaram, aplaudiram e assobiaram. Tiraram fotos e fizeram filmagens. Ninguém fez nada! O agressor voltou ao bar pagou a conta e fugiu. (BARBOSA *et al*, 2014, p. 3007).

O relato acima foi postado em uma rede social pela DJ Karla e transcrito no artigo “Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões”, por Bruno Barbosa, Emylli Nascimento, Iasmim Carvalho, Júlia Cavalcante (2014). De acordo com as autoras, relatos como estes podem ser encontrados em inquéritos policiais por todo o país. Muitos agressores consideram homens gays afeminados, lésbicas masculinizadas e pessoas transgêneras como desafios à masculinidade, que se pauta na heterossexualidade compulsória. O estupro de uma mulher lésbica representa, portanto a ideal regulatório da sexualidade feminina a heterossexualidade.

Relatos de estupros contra travestis, lésbicas, e gays não são incomuns, são atos impregnados de desprezo em relação as mulheres e o feminino. E mais: exprimem um desejo de normalização. Uma ânsia para encerrar de maneira binária, a masculinidade nos homens e a feminilidade nas mulheres. Por isso no caso de estupros contra lésbicas tais atos de violência machista, sexista, homofóbica e lesbofóbica são comumente animadas pela crença de mulheres lésbicas somente são lésbicas por não terem encontrado homens que “soubessem fazer direito”. O estuprador de uma lésbica agiria como um pretenso agente de normalização. (DINIZ, 2012, p. 80).

Interpretados como fatos não só produzem e mantêm representações sobre vítimas e agressores, como também diminuem a compreensão e percepção da violência, e logo de que o estupro é definido. O estupro contra uma mulher “moral e crível” - honesta, agredida por um homem desconhecido e desviante - se tornou um padrão que não contempla a maioria dos casos de violência sexual.

Estereótipos sexistas fizeram da sexualidade da mulher o foco, quando se trata de estupro. Visões estereotipadas de que a mulher deve estar sexualmente agradável e disponível sexualmente ao maridos ou amantes. Perpetuam mitos de que as mulheres não podem ser violadas em casamentos, em um relacionamento ou uma data. Nessa situação respostas culturais comuns podem ser: Ela sabia no que estava se metendo, ela apenas lamentou o sexo e chamou de estupro, e não pode ser chamado de estupro porque é seu dever como esposa agradecer o marido. (SMITH,2004, p.193)

As mulheres que são vistas como virtuosas são geralmente brancas, não pobres, heterossexuais, casadas e cumpridoras das leis, estas podem talvez contar com aval social de vítima e solicitar uma maior atenção da violência sexual. Ao passo que mulheres vistas como promíscuas, da classe trabalhadora, negras, de periferias ou zonas rurais, solteiras, sem

moradia, prostitutas, tem suas queixas negligenciadas. Os mitos de estupro são predominantes e muitas pessoas acreditam que eles são verdadeiros factuais. Eles afetam o entendimento individual, cultural, institucional e as repostas ao estupro. (SMITH, 2004).

Portanto, pode ser denominado cultura do estupro o conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual.” (SOUZA, 2017, p. 18). A cultura do estupro se manifesta de vários modos, tratando-se de uma série de ações e discursos que, aliados a mecanismos culturais dentro das relações de poder, privilegiam o homem de forma que a imagem da mulher e, posteriormente, do que se constitui como feminino, tenha possibilidade de ser desumanizada pela violação do corpo. Dessa forma, a cultura do estupro se manifesta em um cotidiano que coage, constrange e violenta pessoas, sendo em sua grande maioria mulheres.

Nesse sentido, no Brasil a formação do povo brasileiro se configura por meio de estupros, a miscigenação acontece por meio da violência sexual sistêmica cometida contra mulheres indígenas e negras. De acordo com Marina Basso Lacerda (2010), a analogia mulher-terra, advinda do patriarcado, dá sentido à colonização. Assim, possuir um corpo feminino de uma mulher nativa simbolizava conquistar uma terra recém revelada aos europeus, sendo que a exploração sexual dessas mulheres não servia apenas a desejos individuais, mas também pela reprodução de mão de obra barata que alimentava o sistema colonial.

Tais intercursos sexuais, violentos ou não, geraram uma prole massivamente “ilegítima”, devido à “ampla paternidade irresponsável”, nas palavras de Darcy Ribeiro e aos “preconceitos de cor e de classe”, na expressão de Caio Prado (1957, p. 352). Esta prole ilegítima é a matriz do povo brasileiro, que surge a partir de negações: o não ser português, o não ser africano (e sim escravo), o não ser gentio da terra. Na brilhante formulação de Darcy Ribeiro, esta “ninguendade”, fruto de várias ordens de violência, dentre elas, a matricialmente, a violência de gênero, é que força a criação de uma identidade própria: a brasileira. (LACERDA, 2010, p.42)

O artigo “A cultura do estupro não só existe como está no nosso DNA como nação”, para o blog “Socialista Morena”, traz os processos históricos que estabelecem o estupro na formação brasileira como um signo cotidiano, corriqueiro e impune (MENEZES, 2017). Como por exemplo, o costume de compra de índias por bandeirantes, que segundo o padre José Mariano, no século XVII, eram mantidas como “cabras em um curral”. A violência sexual contra as mulheres negras era legitimada pelo discurso médico da época. Meninas de 12 e 13 eram entregues a homens brancos para, através do contato sexual com uma mulher

“púbere”, se livrarem do vírus da sífilis, como descreve Gilberto Freyre, no livro “Casa Grande Senzala”.

Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de lues (sífilis) as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda mulecas de 12 e 13 anos, a rapazes brancos já podres da sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem, escreveu Freyre, citando o médico João Álvares de Azevedo Macedo Júnior, que anotou, em 1869, o estranho costume. “A inoculação deste vírus em uma mulher púbere é o meio seguro de o extinguir em si⁷².” (*Socialista Morena*, 20 de novembro de 2016).

Mary Smith (2004) relata a expressão da cultura estupro em relação às mulheres negras nos Estados Unidos. A autora pontua os estereótipos de promiscuidade atribuídos à mulher negra, herdados do período escravocrata americano. Por consequência, na pós reconstrução, muitas delas foram sujeitadas ao aumento do assédio sexual masculino e estupro ao trabalhar como empregadas domésticas para famílias brancas. As dinâmicas raciais e de gênero produziram um cenário no qual as mulheres e meninas negras violentadas, ao procurar ajuda recebiam a combinação do machismo e do sexismo por parte dos funcionários da justiça criminal (SMITH, 2004). Processo semelhante ao que acontece no Brasil, no qual mulheres negras ainda carregam marcas históricas dos séculos de escravidão da história brasileira.



⁷² Disponível em: <http://www.socialistamorena.com.br/cultura-do-estupro-no-brasil-em-nosso-dna/> Acesso em: outubro de 2018.

Figura 18– Publicidade de cerveja e hipersexualização 2010 – 2011. Fonte : Diário Centro do mundo (<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-verdadeiro-crime-da-propaganda-racista-da-cerveja-devassa/>)

A imagem acima é uma das representações hipersexualizadas da mulher negra. O texto em destaque, que diz “É pelo corpo que se conhece a verdadeira negra”, objetifica o corpo ao fazer a analogia com a cerveja Devassa Negra, *encorpada, estilo dark ale, de alta fermentação, cremosa com aroma de malte torrado*. Dessa forma, é constantemente explorada a beleza negra, que é considerada por grande parte da sociedade como exótica, *a cor do pecado*. “Essa é a brecha que sobrou para que o racismo continue a ser imposto às mulheres negras: a dicotomia do gostoso, exótico e diferente, mas que ao mesmo tempo é proibido, impensável, pecaminoso e não serve para o matrimônio ou monogamia⁷³.” (*Revista fórum*, 8 de setembro de 2014).

No cenário atual, essas concepções são refletidas em dados. Em 2012, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgou que no ano de 2011 foram notificados 12.087 casos de estupros consumados no Brasil, em que as vítimas eram 88,5% do sexo feminino, sendo que mais da metade tinha menos de 13 anos, 46% não tinham completado o ensino fundamental e 51% eram de **cor preta ou parda**.

De acordo com a mapa da violência de 2015, no período de 2005 a 2015, a violência contra as mulheres brancas diminuiu 9,8%, enquanto a violência contra mulheres negras aumentou 54%. No Rio de Janeiro as mulheres negras representam 63% das vítimas de violência seguida de morte, segundo o Dossiê Mulher de 2017. Esse aspecto foi naturalizado, reduzindo as experiências de mulher negra chamando a atenção para racismo que atravessa o gênero, e deixa a mulher negra mais susceptível à violência sexual, chamando a atenção da sociedade para reflexão e enfrentamento dessa conjuntura. Muitas vezes ignorada, inclusive dentro o movimento feminista, na tensão que sugere a cultura do Funk como elemento indissociável da cultura do estupro, generalizando um movimento de resistência da população negra e periférica.

Compreendendo que as medidas unicamente legalistas e punitivas, unicamente não dão conta das dimensões do estupro, diante das reivindicações de não violência. Na próxima seção trago a repercussão do estupro coletivo por outro viés no debate público, atravessado pela postura de agentes políticos e religiosos que assumem a postura de combate

⁷³ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/objetificacao-e-hipersexualizacao-da-mulher-negra/> Acesso em: outubro de 2018.

a “ideologia de gênero”. Trago a análise da questão de número 10 – O que você aprendeu sobre a cultura do estupro nas redes sociais? E o Discurso de Marcos Feliciano, na comissão de Direitos Humanos e minorias na câmara de deputados, no qual afirma que não existe uma cultura do estupro no Brasil, sustentando argumentos que tentam desacreditar as pautas feministas e fomentam a perseguição á pesquisadoras/es, professores e outros profissionais, que acreditam no investimento na Educação sexual e para relações de gênero e sexualidades nas escolas, como nuance de possibilidade de enfrentamento à cultura do estupro e as discriminações de gênero implicadas na homofobia, lesbofobia e transfobia.

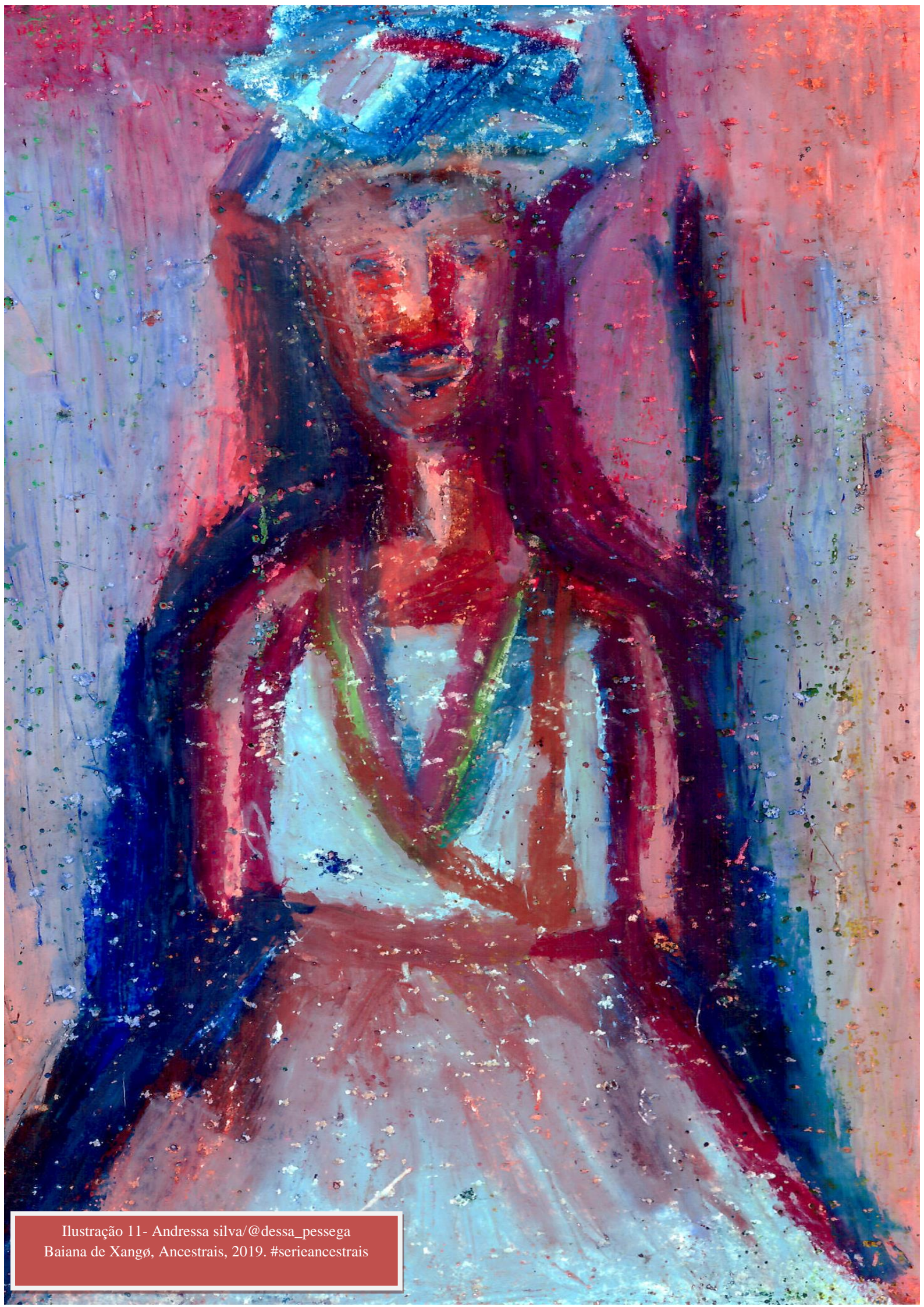


Ilustração 11- Andressa silva/@dessa_pesseg
Baiana de Xangô, Ancestrais, 2019. #serieancestrais

SEÇÃO 4- A CULTURA DO ESTUPRO NO DEBATE PÚBLICO: "ENSINEM OS MENINOS A NÃO ESTUPRAREM AO INVÉS DE ENSINAR AS MENINAS A SE PROTEGEREM"

O termo cultura do estupro, muitas vezes, sugere enganosamente o entendimento de que o estupro ocorre mais frequentemente em uma cultura que fala sobre estupro intensamente ao invés de considerar as culturas que negam sua existência (SMITH, 2004). Durante os movimentos de apropriação do conceito de cultura do estupro, esse aspecto foi percebido como uma reação ao pensamento feminista e as perspectivas de gênero imbricadas nas análises sobre cultura do estupro.

Para compreender a reivindicação de não violência, Judith Butler (2015), assiná-la que uma interdição ética contra a prática de violência não deslegitima ou recusa a violência que pode estar operando na produção do sujeito a qual a reivindicação é direcionada. Portanto, para compreender a reivindicação é necessário inverter a formulação por completo.

Quando alguém é formado na violência (aqui este alguém pode ser formado por meio de estruturas nacionais de belicosidade que assumem várias formas na sociedade civil e privada), e essa ação formativa continua ao longo da vida desse alguém, surge o dilema ético sobre como viver a violência da história formadora desse alguém. Como efetuar mudanças e inversões em sua interação (BUTLER, 2015, p. 242).

Dessa forma, é precisamente porque se está imerso a violência, que a luta existe, e, portanto, a possibilidade de não violência. Esse estado de imersão, significa que qualquer que seja a dificuldade, e ela existe de forma dura, intermitente e necessária, não trata-se de um determinismo no qual o sujeito é definido pela violência, e sim que esta é a condição de luta pela não violência. Se não fosse esse o caso, não haveria luta alguma, mas somente repressão e a busca pela falsa transcendência. (BUTLER, 2015).

Sendo assim, é possível dizer que há um cenário de violência sexual alarmante e existe a luta dos movimentos feministas, na condição de mulheres a quem o discurso violento é endereçado, há a reivindicação de não violência. A luta contra violência admite a violência como uma possibilidade a alcance de alguém, o contrário seria o posicionamento de alguém que por definição não conhece a agressão violenta, não haveria dilema ético, conflito nem um problema. (BUTLER, 2015). Pautada nessas análises, é possível dizer que os agressores dificilmente não têm noção da gravidade das consequências que o estupro acarreta para a vítima ou da criminalização dessa prática.

Não existiria, assim, um perfil definido de estuprador. Uma vez que, em geral, são pessoas capazes de reger religiões, fazer 12 gols no campeonato espanhol, legislar para

idades, ter ou não antecedentes criminais diversos, entre outros, são capazes de compreender o não da vítima, e ignorá-lo. “Essa pode ser uma luta pessoal, mas seus parâmetros permeiam claramente as situações políticas de conflito nas quais o movimento de redistribuição é feito rapidamente com plena certeza moral.” (BUTLER, 2015, p.240).

A irresistível certeza que a mulher cedeu voluntariamente, se impõe assim, de forma sub-reptícia. Não que seja evocada alguma força demoníaca sobre o seu ser, ou que sejam retomadas as consequências tradicionais de sua “lascívia diabólica”, de sua “incontinência” e impudicícia desregrada essa lubricidade que leva muitas vezes para onde a virtude e a razão reprovam. (VIGARELLO, 1998, p. 47).

Parto desse contexto, para trazer as análises das respostas das interlocutoras referentes à questão de número 10, do formulário disponibilizado nos grupos do *Facebook*: “o que você aprendeu sobre cultura do estupro nas redes sociais?”. Somando reflexões que se decorrem ao longo desse texto, procuro explorar o debate público na apropriação do conceito de cultura do estupro pelo movimento feminista contemporâneo brasileiro, na possibilidade de pensar pedagogias de enfrentamento a cultura do estupro, a partir da postura ética de reivindicação de não violência.

Nos tópicos seguintes trago as análises das respostas, em contraponto a recusa da reivindicação de não violência expressa na fala de Marcos Feliciano na comissão de direitos humanos e minorias, no dia 9 de julho de 2016, na qual fica evidente que reconhecer a violência, não garante de modo algum a política de não violência. Faz diferença em considerar a vida precária, e também as condições de violável como generalizada, em vez de uma maneira diferencial de marcar uma identidade cultural, um traço recorrente e atemporal que é perseguido ou violado por definição e independentemente da circunstância histórica, que define o sujeito pela violação (passado) e como violável (presente e futuro), seja pela norma de “mulher honesta” seja pela violação do corpo. É preciso, portanto, que a reivindicação de não violência deva estar aliada a uma intervenção crítica das normas que diferenciam entre as vidas que são consideradas vivíveis e passíveis de luto, e as que são rechaçadas pelo racismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, etc.

4.1 – Cultura, estupro e cultura do estupro

Eu fiz questão de pesquisar aqui um pouquinho sobre cultura. Cultura, meu nobre deputado, Luiz Couto, em nosso país é o que tem haver crença, arte, moral, leis e costumes. No nosso país não existe religião que apoie o estupro, portanto, não é

crença, no nosso país não existe beleza no estupro então não é arte, não a leis que apoiem ou tão pouco o costume do estupro. Existe estupro? Existe. Existe no país um bando de gente delinquente, sociopatas, psicopatas, pessoas maltratadas no seio de sua família, pessoas que tiveram algum tipo de trauma, existe sim esse tipo de condição. Que as mulheres precisam de respeito, isso é natural. (...) Não existe cultura do estupro, eu me nego a viver em país onde as pessoas dizem que há uma cultura relacionada ao que quer que seja com violência, com morte, não consigo conceber essa ideia. Esses eufemismos criados para uma defesa... De fato as mulheres tem que ser defendidas, tem que ser colocado em outro prisma. O mundo olha para o nosso país como se aqui tivesse uma cultura do estupro, existe uma cultura de delinquentes uma erotização precoce. (...) Isso deveria ser debatido nesses momentos, devia ter sido dito aqui, coisas que foram ditas na nessa mesma comissão, alguns anos atrás. Eu participei aqui de um seminário, alguns anos atrás, chamados diversidade sexual na primeira infância. E ai, onde os senhores estão nessa mesa eu ouvi intelectual, eu ouvi professores, dizendo que as crianças têm muito a aprender com os pedófilos. Está registrada nos anais dessa casa tem vídeos sobre isso. (Marcos Feliciano, 2016)

A transcrição acima se refere a uma fala do deputado Pastor Marco Feliciano, durante audiência na Câmara dos Deputados disponível em um vídeo de 10 minutos e 26 segundos, editado e publicado em seu canal no Youtube⁷⁴, no dia 9 de junho de 2016. A repercussão do crime de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro e os intensos debates nas redes sociais em decorrência dele, levaram as instituições a se posicionarem. Câmaras Municipais de diversas regiões do Brasil tiveram como ordem do dia o debate sobre cultura do estupro. O mesmo aconteceu na Câmara de Deputados que também levantou o termo como pauta de discussão. Na reportagem sobre a audiência, realizada pela Folha de São de Paulo,⁷⁵ o texto destaca o discurso de Eleonora Menicucci, ex-ministra de políticas públicas para as mulheres.

Eleonora ressalta que o problema do estupro é secular, e que já teve contato com diversos casos semelhantes, destacando que o que aconteceu no Rio de Janeiro só alcançou alta repercussão devido às redes sociais. No entanto, o destaque é para o discurso de Marcos Feliciano, que tomou a palavra para dizer que “Não existe uma cultura do estupro no Brasil”. Ele ainda defendeu que é natural que as mulheres precisem de mais respeito e se contradiz ao citar as mulheres com quem convive na sua esfera privada, dizendo que **as ensinou** a “se darem o respeito para serem respeitadas”. Relata que procurou o fórum de segurança pública, após o caso de estupro coletivo, onde encontrou um “surto” de 10 mil casos no estado de São Paulo e 50 mil no País.

Se é isso, de fato há uma cultura do estupro. “Eu fiz questão de ir atrás deles, menos de 5% dos casos havia conjunção carnal. Houve atos libidinosos, houve assédios,

⁷⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vlatNXyxG1o> Acesso em: Julho de 2018.

⁷⁵ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1779922-nao-existe-uma-cultura-de-estuproexistem-estupradores-diz-feliciano.shtml> acesso em agosto de 2017.

houve uma série de coisas, mas não estupro relacionado ao que conhecemos desde que somos crianças. (Marcos Feliciano, 2016).

Marcos Feliciano resgata o conceito de cultura, que por muito tempo, foi pensada de forma única e universal como “conjunto de tudo aquilo que a humanidade havia produzido de melhor”. “Fossem termos materiais, artísticos, filosóficos, científicos, literários etc.” (VEIGA-NETO, 2003, p.7). Nesse sentido, a Educação era entendida como meio de alcançar a mais elevada Cultura.

Desde que no século XVIII alguns intelectuais alemães passaram a chamar de Kultur a sua própria contribuição para a humanidade, em termos de maneiras de estar no mundo, de produzir e apreciar obras de arte e literatura, de pensar e organizar sistemas religiosos e filosóficos – especialmente todo aquele conjunto de coisas que eles consideravam superiores e que os diferenciava do resto do mundo –, a Cultura passou a ser escrita com letra maiúscula e no singular. (VEIGA-NETO, 2003, p. 7).

No século XX, esse conceito universal passa a ser questionado pela Antropologia, Linguística, Filosofia, e por parte da Sociologia. Mais recentemente, os Estudos Culturais têm sido fundamentais para nos mostrar a produtividade ao se falar em culturas. “Vem ocorrendo uma "revolução cultural" no sentido substantivo, empírico e material da palavra. Sem sombra de dúvida, o domínio constituído pelas atividades, instituições e práticas culturais expandiu-se para além do conhecido” (HALL, 1997, p.14).

Resgatando um conceito de cultura universal, Marcos Feliciano minimiza o cenário alarmante de proporções epidêmicas como ele mesmo cita, a partir de uma concepção de estupro, que reforça um entendimento falocêntrico, centrado na valorização do pênis, considerando que o estupro ocorre somente quando há penetração vaginal, desconsiderando outras formas de violência que abrangem a sexualidade e o corpo de forma geral. Não leva em conta que o crime pode ser praticado por alguém do mesmo sexo que a vítima, uma valoração excessivamente fálica, e heteronormativa, considerando relações apenas heterossexuais. (SOUSA, 2017).

Nesse sentido, segundo Mary Smith (2004), não é o ato físico real da violência que tem se definido de várias maneiras e lugares, para incluir apenas mulheres virgens ou que as que gritavam de forma suficiente para atrair testemunhas. A regulação da sexualidade e punição do estupro surgiram através de crenças, leis e costumes tribais. Ao longo da história as vítimas tiveram papel central no julgamento de casos de estupro, sendo questionadas sobre suas vestimentas, comportamento sexual, estado civil, orientação sexual, tendo sido estabelecido até mesmo, normativas de comportamentos para registrar as queixas, enquanto a

preocupação era proteger os agressores de possíveis acusações falsas, de um ato socialmente represável. “Estar previsto por lei, porém, é coisa que ilude. Estupro foi compreendido de muitas formas, punido noutras tantas e evoluiu de forma muito lenta até a legislação atual. A história desta evolução diz muito sobre o Brasil.” (DORIA, 2017, p.1).

Assim, numa revisão da legislações brasileiras sobre o estupro, se atualmente não temos leis que apoiem a violências sexuais, esse é um avanço recente, pois no código penal brasileiro, o estupro se apresenta, *a priori*, assim como em outras partes do mundo, correspondendo a uma tipologia de crime contra a propriedade, que lesa os donos da propriedade violada, a mulher. Do código judaico do Velho Testamento até o feudalismo, o estupro foi tratado, sobretudo, como um crime contra a propriedade – roubar ou raptar uma mulher de seus proprietários de direito, normalmente pai ou marido, destruiria o seu valor de propriedade, sobretudo no caso de virgens. (VILHENA & ZAMORA, 2004, p. 115).

Somente no século XVI o estupro passa a ser considerado violência sexual, um roubo da virtude e castidade, porém a mulher continua sobre a tutela patriarcal. Esposas, filhas, irmãs são consideradas propriedade e o estupro é tratado nos tribunais como um crime a ser resolvido entre homens. Durante as guerras, uma das formas de afetar os adversários é por meio do estupro, mulheres são sequestradas e dadas como prêmio aos soldados e muitas vezes são forçadas a terem filhos dos agressores (VILHENA & ZAMORA, 2004).

No código criminal do Império de 1830 eram reconhecidas como “vítimas” apenas as mulheres consideradas “honestas”, mulheres casadas ou virgens com boa reputação da moral sexual e de acordo com artigo 225/1830 se o agressor aceitasse se casar com a vítima, os antecedentes eram retirados dos autos. Se prostituta, a pena do réu era diminuída.

Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta. Penas - de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida. Se a violentada fôr prostituta. Penas - de prisão por um mez a dousannos.

Art. 224. Seduzir mulher honesta, menor dezaseteannos, e ter com ella copula carnal. Penas - de desterro para fóra da comarca, em que residir a seduzida, por um a tresannos, e de dotar a esta. O art. 225, por sua vez, previa a isenção de pena em caso de casamento com as vítimas:

Art. 225. Não haverão as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as offendidas. (Código Criminal do Império de 1830⁷⁶)

A promulgação do texto na lei brasileira dura até 1940, quando é reformulada sobre a permanência do termo “mulher honesta” e do controle patriarcal, aumentando a pena a quarta

⁷⁶ Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm Acesso em Julho de 2018.

parte, se estupro for cometido por mais de uma pessoa. A lei de 1940 foi modificada somente em 2009, quando as violências sexuais são deslocadas da tipificação de crime contra os costumes para crime contra a dignidade sexual.

Ao eleger a *dignidade sexual* como bem jurídico protegido, o [Código Penal](#) estabelece a devida sintonia com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III). Toda pessoa humana tem o direito de exigir respeito em relação à sua vida sexual, como também tem a obrigação de respeitar as opções sexuais alheias e para tanto deve o Estado assegurar os devidos meios. (MAGGIO, 2013, p.1)

Assim, as violências sexuais podem ser encontradas sob os termos de abuso sexual, assédio sexual, exploração sexual e estupro, definições que se articulam pela ausência de consentimento da vítima - impossibilidade física ou psicológica de consentir, aprovar, concordar, permitir ou diante da recusa da pessoa, independente do motivo, em praticar qualquer tipo de ato sexual com outro. Nesse sentido, a blogueira britânica Rockstar Dinosaur Pirate Princess, em parceria com a produtora Blue Seat Studios, usou uma metáfora para explicar como se configura a violência sexual. Em vídeo, disponível no *Youtube*⁷⁷, é narrado e desenhado como o consentimento é tão simples de entender como tomar uma xícara de chá.

Se você ainda não entende o que é “consentimento”, pense que ao invés de sexo você vai oferecer chá. Você diz - Gostaria de uma xícara de chá? O outro diz – Nossa, claro, como eu quero chá! Obrigado! Aí você sabe que ele quer chá. Se você diz - Gostaria de uma xícara de chá? E o outro diz – hum, eu não sei, você pode até fazer o chá, mas ciente que podem não querer. E se não quiserem, então esta parte é a mais importante, não obrigue o outro a tomar. Só porque você preparou, não te dá o direito de fazer o outro tomar. E se ele disser – Não obrigado, não faça chá nenhum, não faça chá para ele. Não o force a tomar, não se irrite por ele não querer, não querem chá e pronto. Podem dizer- Sim, por favor, que gentileza. Quando o chá chega não querem mais. Claro que é frustrante já que você se deu ao trabalho, mas ainda assim, o outro não obrigado a aceitar. Antes queria, agora não quer mais, tem gente que muda de ideia no tempo de ferver a água, misturar as ervas e adicionar leite. E não faz mal que as pessoas mudem de ideia, ainda não te dá o direito de forçar ninguém a tomar. Se estiverem inconscientes não os faça tomar chá, gente inconsciente não quer tomar chá, nem podem responder se querem chá, porque estão inconscientes. Tá, pode ser que estivessem acordados quando ofereceu chá e tenham aceitado, mas no tempo em que você ferveu a água, misturou as ervas e adicionou leite, ficaram inconscientes, deixe o chá de lado. Priorize a segurança da pessoa. E aqui que vai a parte importante de novo: Não obrigue a pessoa a beber o chá. Antes aceitaram, claro, mas... gente inconsciente não quer chá. Se alguém aceita o chá, começa a tomar e desmaia antes de terminar, não continue virando goela abaixo, deixe o chá de lado. Preze pela segurança da pessoa, porque gente inconsciente não quer chá, vai por mim. Se alguém aceitou chá na sua casa sábado passado, não significa que vão querer chá o tempo todo, não querem que você apareça sem avisar e os faça tomar chá dizendo – Você quis chá semana passada. Não querem acordar com você virando chá em cima, dizendo – Você quis chá ontem à noite. Se você entende o absurdo que é forçar as pessoas a tomar chá quando não querem e é capaz

⁷⁷ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=i_vc9Rg7ZJs Acesso em: julho de 2018

de entender que tem gente que não quer chá, qual a dificuldade quando o assunto é sexo? Seja com chá ou sexo, consentimento é tudo. E falando nisso acho que vou fazer um chá pra mim. (*Huffpostbrasil*, 25 de abril, 2015)

O estupro traz consequências gravíssimas para a vítima que pode se manifestar a curto ou longo prazo, atingindo o físico, psicológico e o econômico. A vítima pode sofrer lesões nos órgãos genitais, principalmente, em casos que vitimam crianças, podendo também haver contusões, fraturas e o óbito. Entre as consequências da violência, há o risco de gravidez indesejada e contaminação por infecções sexualmente transmissíveis (IST). O estupro pode causar uma série de transtornos psicológicos como depressão, fobias, ansiedade, estresse pós-traumático, uso indiscriminado de drogas ilícitas, e ainda tentativas de suicídio. “A conjunção das consequências físicas e psicológicas leva ainda à perda de produtividade para a vítima, mas também impõe uma externalidade negativa para a sociedade em geral.” (BRASIL, 2014, p. 4).

Atualmente, no artigo 203 da lei nº12.015 de 2009, o estupro se estabelece como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. A pena é de 6 a 10 anos de reclusão, aumentando para 8 a 12 anos se há lesão corporal da vítima ou se a vítima possui entre 14 a 18 anos de idade, se o crime resultar em morte a pena amplia para 12 a 30 anos. A lei atual também substituiu o antigo artigo 203 que estabelecia: “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência⁷⁸ ou grave ameaça, considerando estupro apenas a penetração forçada do pênis na vagina”.

Com o emprego da violência ou grave ameaça, o sujeito constrange alguém a ter conjunção carnal ou praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. *Conjunção carnal* é a cópula vagínica, ou seja, o relacionamento sexual normal (*sic*) entre homem e mulher, com a penetração completa ou incompleta do pênis na vagina, com ou sem ejaculação. *Ato libidinoso* é aquele que visa ao prazer sexual, com exceção da conjunção carnal, tais como a masturbação, os toques

⁷⁸ *Violência* – é o emprego de força física (*vis absoluta*) capaz de dificultar, paralisar ou impossibilitar a real ou suposta capacidade de resistência da vítima, resultando em vias de fato ou lesão corporal. Pode ser *direta ou imediata* quando empregada contra o titular do bem jurídico tutelado, ou *indireta ou mediata* quando empregada a terceiros ligados à vítima por relações de amizade e parentesco.

Grave ameaça – também denominada de violência moral (*vis compulsiva*) é a promessa da prática de um mal a alguém, de acordo com a vontade do agente, consistente na ação ou omissão, capaz de perturbar a liberdade psíquica e a tranqüilidade da vítima. O mal grave (material, moral, econômico, profissional, familiar etc.) prometido na ameaça deve ser *certo* (não vago), *verossímil*(passível de ocorrer), *iminente* (que está para ocorrer e não previsto para um futuro longínquo) e *inevitável* (que o ameaçado não possa evitar). Não é necessário que o agente tenha intenção ou efetiva condição para concretizar a ameaça (praticar o mal prometido), basta que a ameaça seja séria, capaz de intimidar. A ameaça também pode ser *direta ou imediata* quando dirigida contra a vítima, titular do bem jurídico tutelado, ou *indireta ou mediata* quando dirigida a terceiros ligados à vítima por relações de amizade e parentesco (MAGGIO, 2013, p.4)

íntimos, a introdução de dedos ou objetos na vagina, o sexo oral, o sexo anal etc. (MAGGIO, 2013, p. 3).

O assédio sexual no Código Penal brasileiro é descrito no artigo 216 – A, como: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.” incluído pela Lei nº 10.224/2001). Ou seja, importunar, molestar com perguntas ou pretensões, fazer gestos, escritas, expressões verbais, imagens transmitidas, comentários sutis, etc. (JANSSEN, 2013). Os mesmos atos sem a influência da hierarquia são entendidos como abuso sexual e também tipificados no Art. 214 como crime contra a liberdade sexual. “Constranger alguém, mediante **violência** ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”.

E por fim a exploração sexual, é dada ao favorecimento da prostituição ou de qualquer outra forma de exploração sexual. Implicado no art. 228 como “Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone” engloba também a estabelecimentos onde ocorrem práticas de exploração sexual, visando o lucro. O tráfico de pessoas, e se a vítima é menor de 18 anos, é tipificado o estupro de vulnerável.

Embora sejam praticas criminalizadas, a penalização por si não dá conta de extinguir a prática, muito menos de abranger mulheres casadas que são vítimas dos próprios parceiros; crianças e adolescentes; profissionais do sexo, que por trabalharem com corpo, são condenadas a se sujeitar a qualquer tipo de violência; homens negros e homossexuais que têm maior dificuldade na denúncia em função do constrangimento. “O número de casos não notificados - será maior ou menor conforme seja mais ou menos amplo o *"complô de silêncio"* de que muitas vezes participam os profissionais, os vizinhos, os parentes, familiares e até a própria vítima.” (AZEVEDO, 2007, p. 5).

E ainda, mitos e estigmas sociais perpassam a interpretação social e jurídica. Segundo Georges Vigarello (1998) ,como crime, o estupro é antes de tudo uma blasfêmia, um pecado, com conseqüências particulares a vítima do estupro - a mulher, que mesmo contra a sua vontade, comete atos repreensíveis, sendo esta, implícita e silenciosamente condenada. “Daí a especificidade muito nítida da violência sexual, acentuando a relativa tolerância ao seu respeito à vítima temia falar e o juiz temia inocentá-la” (VIGARELLO, 1998, p. 30).

As pedagogias culturais têm dimensionado o olhar para além de práticas explícitas, compreendendo que estas não definem tudo que está em jogo em uma situação pedagógica. Educação e cultura como binômios indissociáveis, tanto amplia o entendimento de pedagogia, como explora a qualidade cultural da educação. Inserindo a pedagogia em uma rede de significações relacionadas à cultura política e poder (ANDRADE & COSTA, 2015).

O entendimento de que a cultura é passível de transformação e o reconhecimento da cultura do estupro na sociedade brasileira é central nas respostas das interlocutoras ao formulário empregado na pesquisa, referente à questão “O que você aprendeu sobre cultura do estupro nas redes sociais?”. No primeiro destaque a interlocutora ressalta, justamente, o discernimento ou o rompimento com a concepção de “Cultura”, contextualizando-a na amplitude das relações sociais como algo que não é essencialmente bom, apontando elementos como a romantização do estupro, que acontece quando a violência é confundida com o ato sexual consentido: *“Que nem tudo que se entende por cultura é bom. A cultura do estupro está tão impregnada no nosso meio social que as pessoas nem se dão conta. Elas romantizam casos, ignoram casos, exclui a mulher, culpabilizam a mulher”*. E na perspectiva de transformação, as interlocutoras afirmam “Que ela existe e precisamos lutar contra”. Os outros dois destaques, além ao relatar o que foi aprendido nas redes sociais, trazem a experiência relacionada ao aprendizado:

“Eu tinha uma ideia da cultura ser bem machista mas acredito que pelas redes sociais entendi mais sobre a estrutura da cultura do estupro que antes não conseguia ver. Afinal as redes sociais fala de forma bem aberta situações que antes não prestava atenção e até achava que algumas atitudes nem acontecia mais, as redes sociais mostra que o mundo não funciona conforme a sua bolha”.

Outra interlocutora reconhece a cultura do estupro na sua experiência desde quando nasceu: *“Só deram nome a algo que vivencio desde quando eu nasci”*. Na ação reflexiva das interlocutoras, de se colocarem em análise, acentua-se o caráter de prática pedagógica da rede social, na qual, segundo Jorge Larossa (2000), a condição para que as interações sejam práticas pedagógicas é a elaboração ou reelaboração de alguma forma reflexiva do sujeito consigo mesmo, para além do aprendizado “exterior” de um corpo de conhecimento. É a partir dessa experiência de si, que tem como meio a rede social, como um artefato cultural, que podemos dizer que ela coloca em funcionamento dispositivos pedagógicos.

Um dispositivo pedagógico será, então, qualquer lugar no qual se constitui ou se transforma a experiência de si. Qualquer lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo. Por exemplo,

uma prática pedagógica de educação moral, uma assembleia em um colégio, uma sessão de um grupo de terapia, o que ocorre em um confessionário, em um grupo político, ou em um a comunidade religiosa, sempre que esteja orientada do à constituição ou à transformação da maneira pela qual as pessoas se descrevem, se narram, se julgam ou se controlam a si mesmas. (LAROSSA, 2000, p. 57).

A experiência de si é a história do eu como sujeito, ser-para-si, é a história das tecnologias que a produz em corte temporal, período histórico concreto, entre os domínios do saber, práticas normativas e formas de subjetivação. “É uma correlação desse tipo que se pode encontrar, também, em um corte espaço-temporal particular, na estrutura e no funcionamento de um dispositivo pedagógico.” (LAROSSA, 2000, p. 57).

Um movimento de reflexão diferente da interlocutora, que apesar de suspeitar da cultura machista, dava alguns elementos como superados, diante de uma visão de seu contexto social, dado por ela como uma bolha e por meio das redes sociais, ela amplia sua percepção sobre os contextos da cultura do estupro. As características das redes sociais de falar mais abertamente sobre as situações foi um aspecto percebido por outra interlocutora, que para a mesma questão disserta:

“É algo estrutural e estruturante na nossa sociedade. A partir das páginas é possível perceber que é nas representações que as pessoas tem sobre como dever ser o comportamento das mulheres é que a cultura do estupro se apoia. As páginas não cansam de apresentar prints de comentários das pessoas sobre algum caso de estupro ocorrido e sempre são as mesmas questões: o que ela estava fazendo ali? O que vestia? Etc.. As mesmas opiniões sobre o assunto não é coincidência mas sim apresenta um imaginário das pessoas sobre o assunto. São representações que evocam a cultura da responsabilização da vítima. Isso é cultura do estupro. As fanpages feministas, tratam disso muito bem quando trazem postagens com imagens que tratam disso.”.

Jorge Larossa (2000) ressalta que tomar os dispositivos pedagógicos como constitutivos das subjetividades é tomar a experiência de si em seu ponto pragmático, reconhecendo a historicidade dos dispositivos de modo que a perspectiva da pedagogia não se dá de forma neutra ou não problemática de desenvolvimento ou de mediação como um mero espaço de possibilidades de melhoria do autoconhecimento, autorregulação, autoestima, autoconfiança e etc. Mas, de como produzimos formas de experiências de si, em que os indivíduos podem se tornar sujeitos de um modo particular. Um desafio ou uma perspectiva para movimento feminista na concepção e reconhecimento de experiências de mulher?

A prática educativa de educação moral que comentei acima não pode ser tomada como dirigida ao autoconhecimento, como um mero espaço para o desenvolvimento do autoconhecimento, mas como definindo de forma singular e normativa o que significa autoconhecimento enquanto que experiência de si

e como produzindo as relações reflexivas que o tornam possível. Do mesmo modo, atividade com narrativas pessoais ou histórias de vida na educação de adultos não está dirigida à tomada de consciência, mas é em seu interior, em suas regras e no modo de sua realização, que a tomada de consciência como transformação da experiência de si é normativamente produzida e praticamente produzida. (...) Trata-se, em todos os casos, de analisar a produção da experiência de si (o que conta como autoconhecimento, como tomada de consciência, ou como auto-reflexão crítica) no interior de um dispositivo (uma prática pedagógica com determinadas regras e determinadas formas de realização) (LAROSSA, 2000, p. 59).

Algumas interlocutoras, por exemplo, problematizam as páginas feministas. No primeiro destaque, a interlocutora afirma ter recebido informações equivocadas sobre a cultura do estupro, nas palavras dela: *“Muitas informações equivocadas, o olhar crítico não veio das redes sociais, mas de um conhecimento mais aprofundado sobre o tema”*. Outra interlocutora sucintamente deixou como resposta: *“nada”*. Desse grupo de respostas uma das interlocutoras destaca a identificação para além das postagens feministas, nos discursos compartilhados pelos homens. *“A gente vê como acontece na prática, não só lendo o que outras feministas postam, mas principalmente o que os homens postam”*.

Os artefatos culturais estão dentro e fora dos muros das escolas, além do *Facebook*, as músicas, a literatura, o cinema, as novelas e séries são artefatos que divulgam significados e se relacionam com as experiências de sujeitos, estabelecendo formas de ser e estar no mundo. Podem funcionar tanto para a desconstrução da cultura do estupro, como vem sendo usados pelas feministas, tanto para construção ou manutenção dela, uma vez que ensinam condutas de feminilidade e masculinidades a meninas e meninos, homens e mulheres.

Na cultura do estupro estão incutidas a formação de feminilidades submissas e inseguras e masculinidades fortes e dominantes. *“A ideia de masculinidade repousa sobre a repressão necessária de aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição do masculino e do feminino.”* (SCOTT, 1989, p. 12). Raywen Connel (1995) reflete sobre as narrativas convencionais que regem as *“políticas das masculinidades”*. A autora coloca que a maioria dos meninos aprende condutas e sentimentos que os afastam do comportamento das mulheres. Dessa forma, a construção social de uma hegemonia masculina, branca, heterossexual e cristã se apoia na hierarquização da diferença daqueles que não seguem esses atributos naturalizados culturalmente. *“Não existe razão alguma para suspeitar que o predomínio desse tipo de masculinidade, possa significar qualquer coisa de bom para as mulheres.”* (CONNEL, 1995, p.195).

Em *“Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito”*, a autora ressalta que ainda que o conceito de masculinidade hegemônica possa não ser identificado na totalidade da vida

real de todos os homens numa escala geral, batendo no clichê “nem todo homem”, ainda sim os modelos de masculinidades se expressam em vários sentidos ideais de fantasias e desejos difundidos.

Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. Ademais, eles se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. Na medida em que fazem isso, contribuem para a hegemonia na ordem de gênero societal. Não é surpreendente que homens que funcionam como exemplos no nível regional, como os "iron man" discutidos por Donaldson, exibam contradições. (CONNEL, 2013, p.253).

Numa disparidade de visibilidade, sustentam-se os artefatos que constroem a cultura do estupro, difundindo padrões de masculinidade hegemônicas, como relata uma interlocutora: *“Que ela é perpetuada na sociedade principalmente através da mídia, seja através de músicas, propagandas e etc... e de forma velada (e em muitos casos não) os comportamentos vão sendo reproduzidos por atos e fala.”*. A discussão das masculinidades hegemônicas desencadeia outra discussão, tomada muitas vezes como polêmica, todo homem é um estuproador em potencial? Nas respostas do formulário essa afirmação aparece em algumas respostas das interlocutoras nos seguintes dizeres:

[aprendi] *“Que todo homem é um estuproador em potencial, que não podemos confiar neles. Que a sociedade é essencialmente machista e tende a culpabilizar as vítimas em todos os casos de estupro”*.

“Li nas redes sociais que tem relação com ideia de que todo homem tem potencial para ser um estuproador”.

[aprendi] *“A não confiar em homens. (Infelizmente)”*.

Segundo Renata Floriano de Souza (2017), a mesma sociedade que idealiza um status social para a mulher que pode ser considerada ou não vítima de estupro, idealiza e projeta a figura do estuproador em representações de homens mentalmente perturbados, que usam da força para violentar mulheres honestas e descuidados. Representações de estuproadores que saem de becos escuros, matagais e ruas desertas. São caracterizados pelo comportamento suspeito e agressivo, que toma suas vítimas de assalto. “Essa caracterização do estuproador como esse tipo de figura (perturbada, vil, bestial) vemos sendo reproduzida às dúzias em filmes como Irreversível (2002), ou novelas como A Indomada (1997).” (SOUZA, 2017p.).

Diante disso, dá-se a impressão de que o estupro acontece por falta de cuidado da vítima que sai à noite e se torna alvo fácil do agressor. Reafirma o estupro como um caso isolado, de uma mulher que se colocou como potencial vítima, “que ocorre em determinadas

situações devido muito mais à imprudência da vítima para com a própria segurança, do que, simplesmente, pela culpa do agressor” (SOUSA, 2017, p. 22). Nos rastros do legado da escravidão, esses ideais reforçam o mito do estuprador negro, quando além da caracterização perturbada e vil, a besta é negra. E se desdobram sentimentos de maior revolta aos casos de estupro e até mesmo acusações falsas por possuir características suspeitas.

A falta de noção da real caracterização do crime de estupro impede muitas coisas, dentre elas: que o crime seja registrado; que a condição da vítima seja reconhecida e devidamente remediada; que o sistema crie meios mais eficazes de prevenção focados na educação sexual dos homens, e não apenas na prevenção das mulheres, como acontece atualmente; que seja feito um estudo mais aprofundado das causas desse fenômeno etc. A ignorância para com o sistema que fomenta a prática de estupro apenas serve para proteger inúmeros estupradores do julgamento legal e social por seus atos, impedindo, também, o reconhecimento do comportamento ou de estimuladores desse ato (SOUZA, 2017, p.11).

Quando a cultura do estupro entra em debate, a afirmação de que todo homem é um estuprador em potencial, foi compreendida de forma generalizada por parte da sociedade, na leitura de que todo homem é um estuprador. E logo na recusa da afirmação compressível por Renata Floriano de Sousa (2017), pois, apesar do agressor sexual do sexo masculino representar 92,55% quando a vítima é criança; 96,69% quando a vítima é adolescente; e 96,66% quando a vítima é adulta, a autora percebe:

Em última análise, a amostragem é compreensiva quando se percebe o quão duro é olhar para o seu pai, irmão, amigo ou conhecido com a suspeita de que, em algum momento, esse homem possa ter praticado ou possa vir a praticar tamanha atrocidade. Nesse caso, é muito mais fácil aceitar que o estuprador, via de regra, tem alguma característica ou anormalidade que os homens que temos em nosso círculo social não têm, do que admitir que qualquer homem pode vir a praticá-lo, desde que esteja moralmente justificado para isso. (SOUZA, 2017, p.11).

E nesse sentido, pondera que a afirmação sobre o potencial agressivo dos homens:

Apenas significa que, em determinadas situações, geradas pelo sistema patriarcal, em que são criados mecanismos de desumanização da mulher, transformando a em mero objeto sexual para a satisfação dos desejos das necessidades do homem, o homem pode, em algum momento, forçar a relação sexual (caracterizada como estupro) porque, dentro desse sistema, acredita ter completa liberdade de acesso ao corpo da mulher, mesmo contra a vontade dela. (SOUSA, 2017, p. 11).

De acordo com Angela Davis (2016), a especulação de impulsos sexuais excessivos, existentes ou não aos homens brancos como indivíduos, não tem relação com a institucionalização do estupro. Pode se dizer que se trata de uma abordagem que busca

justificativas em concepções binárias e essencialistas, que de certa forma, não considera que a violência é produzida em relações assimétricas de poder, nas quais, por exemplo, se sustentava a rotina da escravidão, tanto nos troncos e acoites, quanto nas violências sexuais. Assim, o estupro era, portanto, dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. “Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo.”(DAVIS, 2016, p. 125).

Dada as análises das autoras, o que me cabe são as indagações: No estado de medo que a cultura do estupro produz, de quais homens temos medo? Todo o homem é um estuprador em potencial ou estamos no abrindo para um deslocamento do potencial da agressão dos homens negros?

4.2 - O combate a “ideologia de gênero” e suas contribuições para a cultura do estupro

Retomando a fala de Marcos Feliciano, na Câmara de Deputados, durante reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no momento em que relata ter feito um levantamento dos casos de estupros, ao dar uma definição própria de estupro, ele diz não ter encontrado estupro, **“relacionados a forma de que conhecemos desde que somos crianças”**. No discurso de Marcos Feliciano, a negação da cultura do estupro, na extensão que dá sentido a ela, o debate é deslocado para um *dejá vu*, fazendo coro a grupos dedicados ao combate do que chamam de “ideologia de gênero”. Nesse sentido, ataca e distorce o pensamento feminista e os estudos de gênero em acusações que instauram um pânico moral, em reação aos avanços nos direitos sexuais reprodutivos das mulheres. Um fenômeno conservador de dimensão internacional. (MILOSKI & CAMPANA, 2017).

Quando Marcos Feliciano desloca o debate, na edição do vídeo é inserido um flash com falas dos/as intelectuais e professores citados, recortes das seguintes frases: “Eu gostaria de iniciar abordando um tema um tanto controverso que é a sexualidade infantil”; “Trabalhar, gênero e sexualidade não tem idade mínima”; “Meninos e meninas brincam inclusive sexualmente em seus corpos com outras meninas e meninas.”; “E que as crianças estão aparecendo.”

Marcos Feliciano contextualiza as frases dizendo ter ouvido, nesse evento mencionado por ele, que se um “menininho na creche quiser tocar no órgão genital de outro menino ou menina, a professora não poderia impedi-lo”. Ainda cita o caderno do programa “Brasil sem

homofobia⁷⁹”, definindo-o como uma cartilha que ensina as crianças a fazerem sexo anal e qualquer tipo de sexo. “Existe no Brasil uma cultura desenfreada sim, mais de uma erotização precoce.”

O termo “ideologia de gênero” não é reconhecido academicamente pelos estudos de gênero. O combate a ideologia de gênero pode ser entendido como uma recente estratégia do histórico de oposição da igreja católica aos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos. Atribuída por Richard Miloski e Maxiamiliano Campana (2017), a conferência mundial de Bejiing em 1997, organizada pela ONU, nessa ocasião ficou convencionada a substituição do termo mulher por gênero, reconhecendo que a desigualdade entre homens e mulheres é um problema estrutural, que deve ser tratado na extensão das construções históricas, políticas e sociais. Desloca-se, portanto, a visão essencialista da mística feminina, fundamentada ao destino dado a mulheres a reprodução, para entendimento desses aspectos como uma construção social que corrobora para as desigualdades de gênero, mas que são, portanto, passíveis de transformação.

Essas declarações, que tinham um alcance global, colocaram a categoria “gênero” no centro dos debates que giravam em torno do papel da mulher, provocando uma importante reação por parte de diversos setores religiosos conservadores e, em especial, da própria Igreja Católica. Assim, por causa dessa conferência, o papa João Paulo II, em sua “Carta às mulheres”, se referiu à necessidade de defender a identidade feminina desde uma perspectiva essencialista e, alguns anos depois, na “Carta aos bispos”, de 31 de maio de 2004, manifestou-se contra o discurso feminista, reiterando que a maternidade era um elemento-chave da identidade feminina. A partir de então, a contraofensiva católica (e posteriormente de todo o conservadorismo religioso) seria o combate a essa “perspectiva de gênero”. Para isso, começou a atacar, afirmando que na verdade não era mais do que uma ferramenta ideológica de dominação e, assim, a desarticular, desconfigurar e reprová-las as ideias e mensagens feministas. Esses setores começaram a definir a “ideologia de gênero” como “um sistema de pensamento fechado” a defender que as diferenças entre o homem e a mulher não correspondem a uma natureza fixa, senão que são construções culturais e convencionais, feitas segundo os papéis e estereótipos que cada sociedade designa aos sexos (Scala, 2010). E como ideologia, as equipara aos diversos totalitarismos, incluindo o nazismo e o comunismo (MILOSKI & CAMPANA, 2017, p. 727).

Esses discursos tomam proporções mais amplas nas divulgações em boletins, programas de televisão e na Internet, se alastrando em outros segmentos partidários com adeptos não só da igreja católica, mas de setores neopentecostais, seguidores laicos e pessoas que se identificam com as pautas por razões éticas, morais, políticas diversas, atuando na sociedade civil e até mesmo dentro do governo. Soma-se a esses movimentos no Brasil o

⁷⁹ Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf acesso em: dezembro de 2019.

movimento escola sem partido, fundado em 2004, para combater a doutrinação ideológica nas escolas. (MILOSKI & CAMPANA 2017; CASTRO, 2017). Assim, sobre a ideologia de gênero, dizemos que:

Trata-se de uma expressão cunhada nos meios religiosos para representar os aspectos sociais, culturais, políticos e históricos que divergem das proposições religiosas de certos agentes públicos, grupos e denominações religiosas. Uma das principais acusações é a de que (...) a “ideologia de gênero” pretendia “apagar” as diferenças entre homens e mulheres, doutrinando crianças e jovens segundo uma indefinição identitária que desconsidera a evidência biológica (CASTRO, 2017, p.3).

As ações desses grupos priorizam o campo discursivo, com instauração de um pânico moral, com projeções apocalípticas. Toma-se “o conceito de gênero como dado, cristalizado, desconsiderando os dissensos que envolvem a sua discussão em variados campos das ciências humanas e sociais, tratando a questão como apenas uma teoria” (CASTRO, 2017, p. 15).

Entre os argumentos afirmam que ideólogos de gênero manipulam a linguagem, submetendo sem resistência os interlocutores a um ato criminoso, distorcendo os direitos humanos e a defesa da vida imbricada ao tema, como uma justificativa de submissão a essa ideologia, posto que ninguém deva se opor aos direitos humanos. Assim, o combate a ideologia de gênero, onde se tem uma atenção especial no resguardo dos currículos escolares, se baseia na defesa da “família natural” fundamentada no casamento heterossexual, para fins reprodutivos. (MILOSKI E CAMPANA, 2017; CASTRO, 2017).

Agem por meios de diversas articulações políticas, jurídicas e utilizam-se de argumentos pseudocientíficos para alertar a população dos perigos da ideologia de gênero. “Essas organizações se apresentam como seculares e democráticas genuínas representantes da sociedade civil, e, portanto, interlocutoras legítimas na hora de estabelecer negociações com os poderes do Estado.” (MILOSKI & CAMPANA, 2017, p. 729). Instauram tensões e medos em docentes, quando o assunto é tratar questões de gênero e sexualidades na escola. Aspecto que, de acordo com Roney Polato (2017), se situa no embaralhamento entre os valores educação familiar e os preconizados nos projetos políticos pedagógicos das escolas.

O seminário que discutiu sexualidades e infâncias, citados por Marcos Feliciano no debate sobre o fim da cultura do estupro, aconteceu em maio de 2012 e foi organizado pelas comissões de Direitos Humanos e de Educação da Câmara. Na sua 9º edição contou também, com o apoio e organização de duas frentes parlamentares mistas pela cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e de direitos humanos da criança e do adolescente.

Tratou-se de uma ação pioneira, na abertura de espaços de discussão sobre as sexualidades na infância, relações de gênero e bullying.⁸⁰

O Seminário LGBT do Congresso Nacional é uma atividade democrática que há oito anos garante, às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) - segmento da população que representa, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 10 milhões de brasileiros - um espaço para as discussões dos temas que lhe dizem respeito e para exposição de suas demandas e reivindicações políticas. (*IBDFAM*, 11 de maio de 2012).

O seminário trazia como lema “Respeito e diversidade se aprende na infância” e o tema “Sexualidades, Papéis, de gênero e Educação e na infância e na adolescência”. Foram ouvidos representantes do campo do Direito, da Psicologia e da Educação, recuperando a discussão do Projeto “escola sem homofobia”, que foi barrado pela pressão de grupos conservadores e vetado pela ex-presidenta da República, Dilma Rousseff⁸¹. Objetivou-se, abrir o diálogo com outros setores da sociedade civil, sobretudo com o campo da educação.

O ‘kit gay’, como foi pejorativamente apelidado por aqueles/as que se colocam contrários à sua distribuição, foi acusado de ser uma tentativa de corromper as crianças e jovens e propagandear o ‘homossexualismo’ (sic). Outra polêmica foi a discussão em torno do projeto de lei 6583/13, que pretendia criar o estatuto da família, estabelecendo regras jurídicas para definir que grupo social pode ser considerado uma família, uma tentativa de contraposição a outros movimentos jurídicos, como a aprovação, em 2011, pelo Supremo Tribunal Federal, da união entre pessoas de mesmo gênero. Mais recentemente, acompanhamos o debate público sobre a formulação do Plano Nacional de Educação, tendo recebido destaque a deliberação de deputados/as e senadores/as para retirada de trechos do inciso III, artigo 2º, que definia como diretriz a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. (CASTRO, 2017, p. 2-3).

Tatiana Lionço, pesquisadora do campo da Psicologia, professora da Universidade de Brasília, foi uma das participantes do seminário. É a primeira pessoa que aparece na edição do vídeo citado, divulgado no canal do Youtube, de Marcos Feliciano, no qual aparece dizendo a frase “Gostaria de iniciar abordando um tema um tanto que controverso que é a sexualidade infantil”. No áudio original, transcrito em reportagem de Mariana Haubert para portal de notícias UOL na sessão, congresso em foco. A fala da psicóloga argumenta justamente, para desconstrução da associação de educação e diversidade sexual na infância, com ensino de práticas sexuais para uma erotização precoce.

⁸⁰Fonte <http://www.ibdfam.org.br/noticias/namidia/5966/Semin%C3%A1rio+LGBT+vai+discutir+Respeito+se+Aprende+na+Inf%C3%A2ncia>. Acesso em dezembro de 2018.

⁸¹Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/reportagem/leia-a-integra-da-fala-de-tatiana-lionco-no-seminario/>. Acesso em novembro de 2018.

Gostaria de agradecer ao convite para participar deste importante debate, visto que a homofobia é um fenômeno social que incide não apenas na violação da integridade física e moral de crianças e adolescentes, mas também por ser um processo que incide sobre a sua constituição psíquica e sobre os valores de cidadania que lhes são transmitidos. **Gostaria de iniciar abordando um tema um tanto controverso que é o da sexualidade infantil.** Sabemos que a ideia gera constrangimentos e indignação, tendo sido objeto em grande parte da repulsa que o pensamento freudiano obteve e ainda obtém por parte da sociedade. **No entanto, sabemos que a infância é uma construção social e histórica moderna, tendo sido aqueles e aquelas, que qualificamos hoje como crianças, tratadas, durante longos períodos, como adultos em miniatura, o que levou o papa Bento XVI à infeliz declaração de que a pedofilia nem sempre fora objeto de penalização, podendo ser relativizada historicamente.** A emergência da infância na era moderna foi correlata à ascensão do poder disciplinar, tal como proposto por Michel Foucault, em que o discurso médico em grande parte funda a inteligibilidade sobre a normalidade e a anormalidade, instituindo práticas de normalização dos indivíduos por meio das instituições disciplinares, entre as quais a escola nos interessa aqui especialmente. A sexualidade foi objeto de intensa normalização na era moderna, em que o suposto pecado cristão associado a práticas sexuais não matrimoniais ou não reprodutivas foi redirecionado para a lógica das aberrações sexuais descritas pela psiquiatria nas sociedades ocidentais. A prática da masturbação foi objeto de intensa repressão e a sexualidade infantil foi silenciada. Masturbação e sexualidade infantil são dimensões da sexualidade que desmentem a sua intencionalidade meramente reprodutiva. (UOL, 27 de agosto de 2012)

Não foi a primeira vez que os arquivos desse seminário serviram para manipulação de informações acerca das temáticas de gênero e sexualidade. Em 2014, recortes da fala da psicóloga foram tema de um vídeo intitulado “Deus Salve as Crianças”, apresentado por Jair Messias Bolsonaro, na época deputado federal (PP-RJ), atualmente presidente da república federativa do Brasil, pelo PSL, eleito em 2018. A manipulação do vídeo colocava a psicóloga como uma defensora da pedofilia.

O vídeo foi divulgado nas redes sociais, e causou revolta, Tatiana Lionço teve sua privacidade invadida e difamada. Foi xingada por internautas de puta, depravada, vagabunda e comparada a também psicóloga Mariza Lobo, que defende terapias para reversão da orientação sexual, a “cura gay”. Mariza foi posta como defensora da vida e Tatiana como a favor da depravação. Em entrevista à Revista Fórum, a psicóloga relatou os impactos da repercussão na sua vida pessoal e profissional⁸².

Na vida pessoal, muita, na vida profissional, nem tanto, não fui demitida (risos). E a partir daí passei a palestrar sobre o fundamentalismo religioso. Sou uma das articuladoras do movimento estratégico pelo Estado laico. Tudo isso é consequência, um jeito de tirar proveito dessas violações. Na vida pessoal, sofri muito preconceito. Escutei de muitas pessoas que o ativismo não valia a pena, que eu me expunha demais, que deveria tomar cuidado com a minha imagem. Recebia quase que

⁸² Fonte < <https://www.revistaforum.com.br/digital/134/puta-vagabunda-pedofila-depravada/>> Acesso em: Janeiro de 2019.

diariamente mensagens de pessoas que nem conheço me chamando de puta, vagabunda e depravada. Isso não faz bem, é ilusório acreditar que não atinge nossa sanidade mental. (LIONÇO, *Revista Fórum*, 14 de fevereiro de 2014).

Tatiana Lionço entrou com medidas legais, em relação as difamações, junto ao ex presidente do conselho nacional de psicologia, foi protocolada a denúncia de quebra de decoro parlamentar, na qual a resposta foi o amparo de Marcos Feliciano no princípio da liberdade Religiosa. Sobre o resultado das denúncias contra Bolsonaro, ela relata:

Nada, e foi a primeira representação apresentada, ainda em 2012, articulada pelo Jean Wyllys (PSOL-RJ). Fui uma das pessoas que assinou, pois foi uma ação coletiva. Sobre aquela [*representação*] que apresentei individualmente o ofício ao presidente da Câmara, recebi uma resposta “sabonete”. Inclusive, tenho também uma resposta do Bolsonaro, que disse que eu “incito o homossexualismo” e que era sua responsabilidade alertar a sociedade. (LIONÇO, *Revista Fórum*, 14 de fevereiro de 2014)

De acordo com Roney Polato (2017), essas investidas religiosas no debate público sobre gênero e sexualidades, podem ser compreendidas como pedagogias religiosas, que colocam modos de educação que extrapolam os muros escolares. Construídas de modos que parecem dificultar as problematizações de concepções e valores, relacionados a sexualidade e relações de gênero, tendo em vista os jogos de verdade e poder que constituem as teologias religiosas.

Orientando-se pelas determinações divinas, esses jogos enunciativos agem como positivities, produzindo modos de ser, de agir e de pensar, naturalizando o sujeito heterossexual e cisgênero como destino de todo ser humano “normal” e produzindo a subalternidade de sexualidades e gêneros, relegados ao lugar do desvio, da anormalidade, da antinatureza. (CASTRO, 2017, p. 9).

A violência contra crianças e adolescentes está atrelada ao nó histórico da violência contra as mulheres adultas. Não é recente, sempre existiu, e precisa ser analisada pelo seu viés de construção social, histórica e cultural, uma vez, que nem sempre a violência foi percebida e significada, nos mesmos modos que na atualidade (XAVIER FILHA, 2012).

Ao longo da história as crianças passaram por uma série de práticas de violação de direitos, foram vendidas, escravizadas, dadas ao trabalho infantil, a exploração sexual, etc. Tratadas como adultos em miniatura, como destacado no discurso da psicóloga Tatiana Lionço no seminário “Respeito e diversidade aprende na infância”. O reconhecimento da criança como sujeito de direitos é datada de um tempo recente, no Brasil, com a criação do estatuto da criança do adolescente na década de 1990. (XAVIER FILHA, 2012)

O ECA foi ratificado pela convenção internacional dos direitos da criança e do adolescente e aprovado na lei federal 8.069/90, que representam marcos de consolidação da Doutrina de proteção integral da criança e do adolescente, baseada no princípio de prioridade absoluta, consagrado no artigo 227 da constituição federal brasileira de 1988. (AMORIM, 2012).

É incluso na ECA, a obrigatoriedade no caso de profissionais de saúde e educação a denúncia de dos casos em que suspeita ou ocorrência de violência sexual. Aspectos estabelecidos pelos seguintes artigos, que visam proteger as crianças e interromper a situação (AMORIM, 2012):

Art. 13 – Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao conselho do tutelar da respectiva localidade sem prejuízos de outras providências legais.

Art. 25 – Deixar o médico ou responsável por estabelecimento de extensão a saúde e de ensino fundamental, pré –escola ou creche de comunicar a autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra as crianças e os adolescentes: pena- multa de três a vinte salários de referencia- aplicando o dobro em caso de reincidência.

No entanto segundo Constantina Xavier Filha (2012), muitas vezes a escola, no anseio de cumprir com essa obrigação, revitimiza a criança, de forma que a expõe a situações de constrangimento, considerando até mesmo um estado de vigilância sobre a criança violentada, como um/a potencial agressor/a de outras crianças. Sendo assim, da mesma forma que as leis vigentes não garantem a prevenção e a proteção das mulheres em casos de violências sexuais, também não isenta as crianças da cultura do estupro. E aspectos como a culpabilização da vítima, a proteção do agressor, e a naturalização da violência sexual atravessa também a construção da infância submetida as violências sexuais.

Essa dimensão da cultura do estupro na infância aparece em resposta à questão cujas respostas foram analisadas nesta seção. O destaque vai para as seguintes respostas: em primeiro lugar, a interlocutora ressalta a sexualização das crianças como aspecto que dá início a cultura do estupro: “*Que é algo subentendido, onde a vítima é sempre a culpada e que a sexualização das crianças é o inicio dessa cultura.*”. Outra interlocutora compreende que o sistema oprime homens, mulheres e as crianças que são ensinadas a serem tocadas contra a sua vontade, nesse sentido a interlocutora ressalta o entendimento de que o estupro não se trata de sexo, mas de poder:

“Que sistema oprime as mulheres e homens também. As mulheres são oprimidas para serem submissas e os homens para não terem conexão com suas emoções. Oprime as crianças a ponto de serem educadas que podem ser tocadas contra à vontade. Acho que tudo isso alimenta essa cultura do estupro, do uso da força para se conseguir o que quer. Sabemos que estupro não se trata de sexo, mas de poder, de uso da força.”

Por fim, a última resposta que destaco sobre a menção as crianças. A interlocutora trata da responsabilização da mulher, crianças e adolescentes, enquanto homens, são infantilizados, ainda que já adultos: *“Aprendi que existe essa cultura por causa da objetivação da mulher e das adolescentes/crianças, que desde cedo são responsabilizadas por seus atos, enquanto homens são infantilizados, mesmo com uma idade avançada”*.

O que se observa neste contexto exposto no formulário e no debate público sobre a cultura do estupro é que se as mulheres ainda são lidas como propriedades dos homens, as crianças são lidas como propriedade dos adultos, sendo muitas vezes desconsiderada como sujeito autônomo e produtor de cultura. Considerar a criança como um sujeito significa reconhecer que ela tem desejos, opiniões, capacidade de decidir, inventar e criar, e que essas manifestações vão sendo desenvolvidas desde muito cedo, em relações dialógicas entre os adultos e a criança. Nessas relações são constituídas tanto a subjetividade da criança como sua formação de sujeito adulto (SALLES & FARIA, 2018).

Desse modo, a criança nasce em mundo já circunscrito com história da humanidade e da cultura ao longo dos séculos. Além das relações com o adulto, a criança também se constitui na troca com seus pares, produzindo a cultura da infância, onde não é só possível a reprodução do mundo adulto, como também a possibilidade de ressignifica- ló e inventa-lo.

A criança constrói uma história pessoal, que vai se fazendo na cultura familiar e que se define em função da sua classe social de sua família, do espaço geográfico que habita, do seu sexo, de seu pertencimento etnicoracial, das especificidades de seu desenvolvimento e das vivências culturais que tem em função desses fatores. (...) Por outro lado, considera-se que especificidades do desenvolvimento as características que as diferenciam de pessoas em outras fases da vida. São as marcas preponderantes e os meios pelos quais ela opera sobre a realidade no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. O modo como às especificidades dessa fase da vida são compreendidas relacionam com os aspectos da cultura, variando de uma sociedade para outra. (SALLES & FARIA, 2012, p. 57).

A criança se comunica por diversas linguagens, especialmente o brincar, tem seu corpo como objeto de estudo, instrumento de exploração e apropriação do mundo. (SALLES & FARIA, 2012) Muitas vezes, esse processo, em função de um olhar adulto, acaba conformando os corpos das crianças em seus modos de ser. Partindo de processos

educativos presentes na cultura como a (família, mídia, escola) consideram como concreto ou adequado. (AMORIM, 2012).

A questão da violência sexual contra as crianças e adolescentes, precisa ser tratada com seriedade e responsabilidade. Segundo Constantina Xavier (2012), é necessária uma perspectiva multidimensional, que abrange aspectos conceituais, legais, pedagógicos, psicológicos, sociais e culturais e históricos, visto a complexidade do fenômeno. No qual a escola é local privilegiado de identificação das violências sexuais e de caráter obrigatório a denúncia dos casos. Faz-se necessário que as/os profissionais de educação e saúde estejam capacitadas/os para lidar com casos, para tanto, é urgente essa formação leve em conta uma perspectiva de gênero.

Se tivermos nosso pensamento orientado pelas representações dominantes do que seja feminino ou masculino, certamente não vamos incentivar as meninas a jogarem futebol ou os meninos a brincar de bambolê, não é verdade? E ao fazer assim estamos contribuindo para a generificação dos corpos e das subjetividades. Isto é, estamos educando um menino para ser um menino de acordo com o que a nossa cultura entende o que ser menino. Daí eu pergunto não pode ser diferente? o que importa se um menino usa brinco? Ou se não gosta de jogar futebol? Será que vai interferir na sua sexualidade? (GOELLNER, 2012, p.103)

No mesmo sentido da citação acima de Silvana Vilodre Goellner (2012), para evidenciar o atravessamento da cultura do estupro na infância, tanto como causa, quanto efeito se tivermos um pensamento orientado pelas concepções dominantes de feminino e masculino, ensinaremos às meninas que a roupa que ela usa não autoriza qualquer tipo de violência? Ensinaremos aos meninos que o não consentimento significa o não consentimento, ou melhor, uma reivindicação de não violência? Ensinaremos que criança não namora?

As reivindicações, para além das questões punitivistas, atentam para a necessidade de engajamento de toda a sociedade para a transformação da cultura que ensina os meninos e homens a estuprarem ao invés de ensinar as meninas e mulheres a se protegerem. Ao trazer o debate para o campo da educação o foco é refletir as aspirações por transformações que o movimento feminista inspira, visando a mudança da condição da mulher na sociedade. E provoca educadores e educadoras a olhar para especificidade de gênero e incorporar práticas pedagógicas que contribuam para a desconstrução de uma educação sexista e anti-racista. Uma vez que estudos de gênero têm constituído um lugar nas análises de pesquisas educacionais, educadores, trabalhadores culturais e intelectuais de diversas perspectivas teóricas e com diferentes questões, vêm assumindo a associação de gênero e educação,

compreendendo a educação articulada com um todo social. (LOURO, 1994; LOURO & MEYER, 2001).

Há, portanto, uma estreita articulação entre história, biologia e no gênero temos integrado de modo indissolúvel essas duas dimensões. Somente um exercício analítico - e provavelmente inútil – é que poderá distinguir o que é físico, e o que é social dos sujeitos. Se os corpos assumem a organização social, a política, as normas religiosas e culturais, também é através de manifestações físicas e corporais que se manifestam as estruturas sociais. Os processos de educação entre homens e mulheres supõe uma construção social (LOURO, 1994, p.41).

Nesses processos educativos, está implicada a transmissão/aprendizagem de princípios, valores, conhecimento e habilidades, além de supor a internalização de gestos, posturas, comportamentos, disposições apropriadas a cada sexo. (LOURO, 1994). De acordo com Joan Scott (1989), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo gênero um dos primeiros modos de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 14).

Portanto, para discutir sobre o estupro se faz necessário discutir os processos do estupro e dos estupradores, de forma com que possamos entender melhor que não se trata de um ato sexual, mas de uma violência, com vítimas reais, estando implicadas muitas definições e permutações das violências sexuais. Dessa forma, compreender os diversos aspectos do estupro, e os modos como se apresenta em situações e contextos na contemporaneidade e ao longo da história, cumpre a função política – pedagógica de educar as pessoas sobre o estupro, e não para o estupro. (SMITH, 2004).

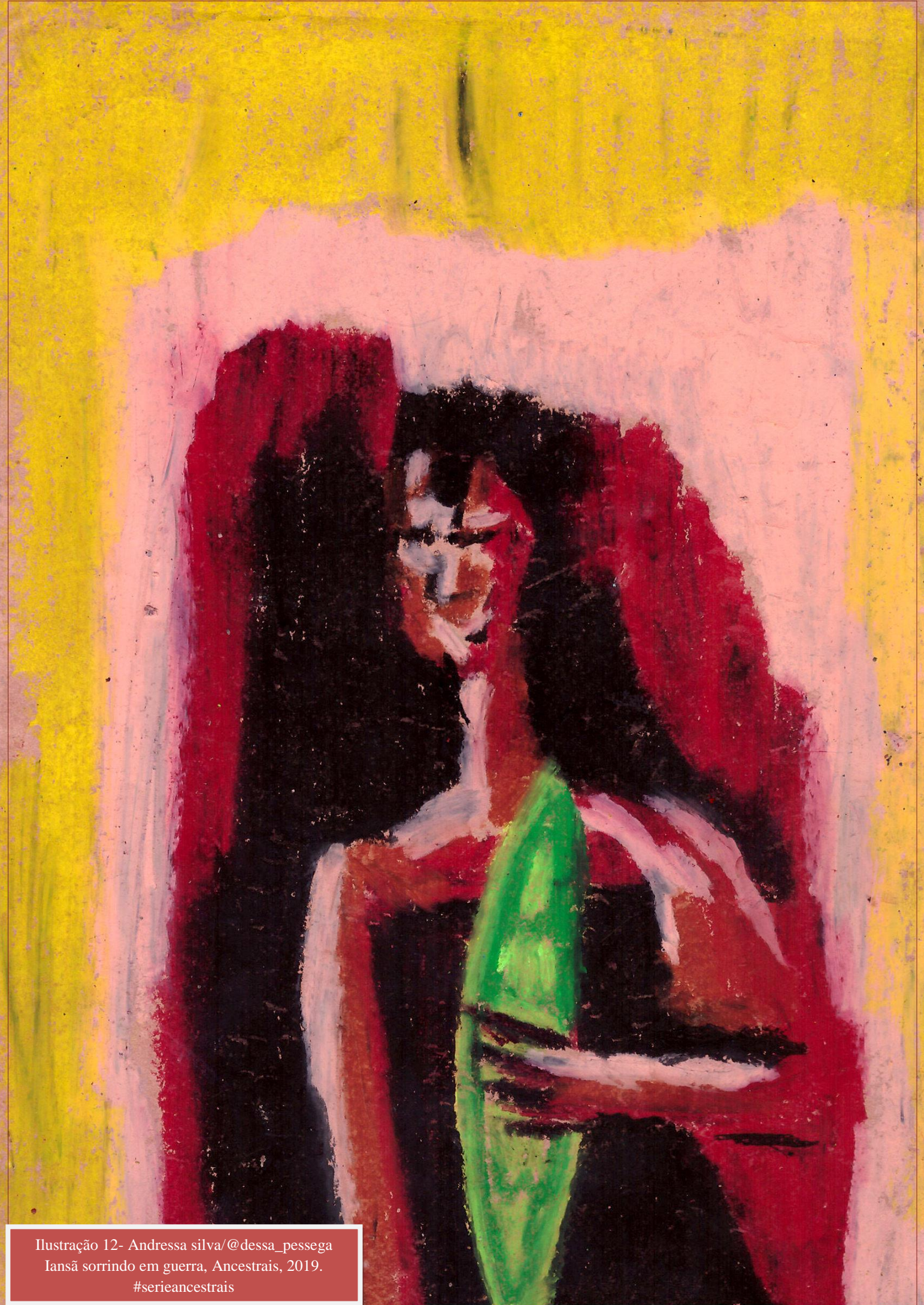


Ilustração 12- Andressa silva/@dessa_pessega
Iansã sorrindo em guerra, Ancestrais, 2019.
#serieancestrais

SEÇÃO 5- NÃO HÁ QUEM PONHA UM PONTO FINAL NA HISTÓRIA!

Do velho ao jovem

Na face do velho
as rugas são letras,
palavras escritas na carne,
abecedário do viver.

Na face do jovem
o frescor da pele
e o brilho dos olhos
são dúvidas.

Nas mãos entrelaçadas
de ambos,
o velho tempo
funde-se ao novo,
e as falas silenciadas
explodem.

O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.

E não há quem ponha
um ponto final na história
Infinitas são as personagens...
Vovó Kalinda, Tia Mambene,
Primo Sendó, Ya Tapuli,
Menina Meká, Menino Kambi,
Neide do Brás, Cíntia da Lapa,
Piter do Estácio, Cris de Acari,
Mabel do Pelô, Sil de Manáira,
E também de Santana e de Belô
e mais e mais, outras e outros...

Nos olhos do jovem
também o brilho de muitas histórias.

e não há quem ponha
um ponto final no rap
É preciso eternizar as palavras
da liberdade ainda e agora...
(Conceição Evaristo, 2008.)

É preciso eternizar as palavras de liberdade ainda e agora, e não há quem ponha final nessa história que ainda se escreve a várias mãos e em vários tempos. Nos tempos que operam sobre “estes tempos”, no tempo que “estes tempos” faz operar. E mal sabemos que tempos “são estes”. A maior dificuldade em realizar e até mesmo em focar em uma questão de pesquisa se deu no problema do tempo. Buscando inspiração em Judith Butler (2015), para compreender esse problema, a filósofa confirma o problema não está na existência de diferentes culturas em guerras umas com as outras, ou no fato de haver diferentes modalidades de tempo, todos os quais concebidos como autossuficientes articulados em diferentes e diferenciadas localizações culturais que entram em contato de forma confusa e brutal.

Não, esse não é o problema, até poderia ser uma descrição válida, mas essa tensão também produz as possibilidades. A questão é saber se as considerações hegemônicas definem a si mesmas como estando acima ou contra a temporalidade pré-moderna que elas produzem visando sua própria autolegitimação, a questão é a ideia de progresso. “O mapa contemporâneo da política sexual é perpassado, eu diria, por contendidas e antagonistas que definem o tempo da política sexual como turbulenta” (BUTLER, 2015, p. 155).

No caso o que estou abordando, está sendo articulado um conjunto de normas culturais consideradas precondições da cidadania. Poderíamos aceitar que o ponto de vista de tais normas sempre existiram, e até mesmo que a plena participação cívica e cultural de qualquer pessoa, independentemente de gênero ou orientação sexual, requer normas. Mas a questão é se elas são articuladas não apenas diferencialmente, mas também instrumentalmente a fim de reforçar, determinadas precondições religiosas e culturais que afetam outras modalidades de exclusão. Ninguém é livre para rejeitar essa base cultural, já que ela é a própria base, e mesmo o pré-requisito presumido, da noção operativa de liberdade, e a liberdade articulada por meio de um conjunto de imagens gráficas, de figuras que passam representar o que a liberdade pode e deve ser. (BUTLER, 2015, p. 159).

É, portanto, que se decidiu pelo tempo do agora, pelas possibilidades que surgem nos choques e tensões, por acreditar nas reivindicações de não violência. Pelos silêncios que os livros escondem, pela explosão das palavras silenciadas, pelas redes de indignação e esperança. Foram dois anos de uma experiência onde apesar do campo da pesquisa ser superficialmente caracterizado pelo virtual, gritava, apelava, produzindo discursos pela vida, pela visibilidade em consideração as marcas do corpo, pela reivindicação de não violência. “Por não a cultura do estupro”. Eu também gritava, os apelos me atravessam, também faço um apelo. De modo que seria incoerente qualquer conclusão, no sentido de um trabalho findado, que eu possa chegar, pois não sou eu quem vai colocar um ponto final nessa história. Apresento apenas, algumas considerações sobre cada seção, sobre o que foi dito ou ficou por dizer, ainda há muitos silêncios a romper, o que me cabe é dizer que a luta continua, ainda e apesar do progresso.

Como parte da metodologia de pesquisa foi disponibilizado, em grupos privados, que reúnem mulheres para discussão de pautas feministas o Formulário “O feminismo 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro.” Deste formulário foram selecionados três perguntas e pelo menos sete repostas referente a cada pergunta dada pela interlocutoras, para a análise e escrita dessa dissertação. O formulário encontra-se disponível em anexo para consulta.

Neste formulário, além das perguntas analisadas neste texto, as interlocutoras foram questionadas: Você acompanha postagens de páginas feministas nas Redes Sociais? Quais páginas? O que te faz acompanhar essas páginas? O que você aprendeu sobre feminismo nas redes sociais? O documento traz outras possibilidades de escuta das reivindicações, além de elementos para se pensar nas mobilizações do movimento feminista na internet, os dispositivos pedagógicos de mídias e o dispositivo da sexualidade. Além da análise das relações de poder e as disputas de narrativas no meio feminista.

Na seção 1 acionei os conceitos que orientam esta pesquisa e que se cruzam, tencionam os outros conceitos que atravessam a produção de conhecimento feminista. Tomo a apropriação do conceito de cultura do estupro como uma reivindicação de não violência, fundamentada pela iterabilidade. Pensando na integrabilidade, Judith Butler (2015) problematiza a origem de uma norma como determinante de ações futuras. Alegando que a “ruptura” nada mais é que uma série de mudanças que resultaram numa forma iterável da norma. O que não convém uma explicação estruturalista da norma, mas a afirmação sobre o contínuo da vida pós-estruturalista. “A preocupação com noções como ir vivendo, sobrevivendo, que são tarefas temporais do corpo.” (BUTLER, 2015, p.239).

É para não cair em dicotomias que a autora faz um adendo, a tese de que normatividade está baseada na violência, pois trata de uma afirmação transcendental - “e, portanto, incapaz de distinguir estâncias sociais em que as normas operam.” (BUTLER, 2015). Os regimes de poder podem até impor e produzir certos modos de ser, tirar o poder da equação, tornaria a violência essencial a toda e qualquer formação do sujeito. Concebendo a iterabilidade como alheia a qualquer forma de determinismo, Judith Butler (2015) questiona: “Como eu vivo a violência da minha formação? Como ela sobrevive em mim? Em nome de que novo valor posso anula lá ou contesta-la? Pode alguém trabalhar com essa violência formadora, contra certos resultados violentos, e assim sofrer uma mudança de interação na violência?”

A questão da não violência, não é erradicar as condições de produção de alguém, mas assumir a responsabilidade do bom uso da iterabilidade com normas sociais produtivas, assumindo as fragilidades e capacidades de transformação. As condições de nossa existência podem ser completamente determinadas por nós? Podemos agir independente dessas condições e efeitos não desejados? Pensando com Judith Butler (2015) poderíamos dizer que qualquer atuação que podemos ter sobre nos mesmos e outros forma-se em condições com

relações necessárias e independentes com pessoas que nunca escolhemos ou sequer conhecemos?

Judith Butler (2015) afirma que sim e, “–embora nem os efeitos não desejados sejam “violentos”, alguns deles são invasões que se revelam indesejadas, que atuam sobre o corpo de forma que provocam raiva. É isso que constitui os o dilema dinâmico ou a luta dinâmica que a não violência.” (p. 241). É fundamental, portanto, distinguir entre o sujeito ferido e enfurecido que confere a legitimidade moral a condutas raivosas e violentas transmutando assim a agressão em virtudes. “Essa posição de virtude ou esse principio de pureza negaria ou reprimiria a violência de onde essas posições surgem”. (p.242) E o sujeito que apesar disso, procura limitar a violação que causa, numa luta ativa contra e com a agressão.

O primeiro envolve uma moralização do sujeito que rejeita a violência que inflige, ao passo que o outro o segundo precisa travar uma luta moral com a ideia de não violência a um encontro com a violência social e o “si mesmo” (afetam transitivamente um e outro). Esse ultimo aceita a impureza do sujeito e a dimensão não desejada das relações sociais (o que inclui elementos dessas relações que são explicitamente desejados, aceitando igualmente que as perspectivas de agressão invadem a vida social).

Segundo Georges Vigarello (1998), como crime, o estupro é antes de tudo uma blasfêmia, um pecado, com consequências particulares a vítima do estupro - a mulher que mesmo contra a sua vontade, comete atos repreensíveis, sendo esta implícita e silenciosamente condenada. “Daí a especificidade muito nítida da violência sexual, acentuando a relativa tolerância ao seu respeito a vítima temia falar e o juiz temia inocentá-la” (VIGARELLO, 1998, p. 30).

Na seção de número 2- sobre a (re)definição do estupro pelos movimentos feministas nas décadas de 1960 e 1970, expus um panorama das reivindicações de grupos marginalizados. Brevemente contextualizei o sentido de vidas precárias numa ampliação das análises de Judith Butler, por Isabel Vorey (2012), que nessas considerações vale ressaltar o objetivo da autora em estabelecer a busca pela ‘cidadania’, uma sociedade que se reinventa ao cuidado para além do estado de segurança. Numa nova metodologia em que não busca pela identidade conjunta, fixa e preexistente. Mas pelo estabelecimento de termos comuns, a conexão afetiva dos corpos. (WASSER, 2016).

O Governo dos precários prima por uma linguagem concisa e por uma consistência conceitual que ajuda a compreensão de uma matéria ambiciosa. Lorey consegue abrir um espaço interdisciplinar para pensarmos melhor os processos de precarização. Partindo do esforço em fazer dialogar Robert Castel com Judith Butler, a autora nos convida a construir um transcurso de ideias que não se reduza a

identidades e classes fixadas e que supere a reprodução da gramática dominante da ameaça. Se entendermos, com o apoio de Foucault, a ideia chave de que a precarização também é mobilizada pela condução de nós mesmos, a desobediência está igualmente compreendida. A esse respeito, as reflexões de Lorey se integram à atual virada afetiva nas ciências sociais e humanas, um projeto que intenta pensar o movimento, não o repouso. O caso da multiplicidade dos precários, além e aquém do Atlântico, é sintoma de fluxos em desdobramento. Assim, o livro de Isabell Lorey nos dá um caminho amplo para seguir, diante das transformações sociais que vêm contestando os poderosos dispositivos de segurança. (WASSER, 2016, p. 372).

Na seção 3, procurei explorar quais seriam as condições de reivindicação de não violência na qual se apresenta a apropriação e construção do conceito de cultura do estupro. Trago a repercussão do estupro coletivo, contextualizado no cenário alarmante no qual uma mulher é estuprada a cada 10 minutos no país. Assim, aponta Judith Butler (2015), a não violência parece exigir uma luta no âmbito das aparências e dos sentidos, buscando a melhor forma de organizar a mídia a fim de superar as formas no qual as vidas que são passíveis de luto são alocadas. “Ela é também a luta contra a noção de sujeitos políticos, que supõem que a permeabilidade e a condição de violável podem ser monopolizadas em um local ou completamente rechaçadas em outro” (BUTLER, 2015, p. 255). É, portanto que ao longo dessa pesquisa buscou-se princípio de interseccionalidade para se pensar as diferenças como articuladas e não hierarquizadas.

Na seção de 4, as análises vão se resultando na associação entre moral e violência que Judith Butler (2015) tenta desfazer sugerindo que a responsabilidade pode encontrar uma base diferente. Após a análise sobre a ontologia da violência, Judith Butler considera que a capacidade de destruição configura o problema do sujeito. Sendo assim, ainda que a agressão coextensiva do ser humano, a forma com que a destruição é vivida varia, e pode se tornar base de um sentido não moralizado. De responsabilidade de proteger o outro. Uma alternativa aos sadismos moral –“Uma violência considerada tão estruturante e fixa no nível do sujeito, que exclui qualquer possibilidade de compromisso ético com a salvaguarda da vida do outro” (BUTLER, 2016, 248).

Assim, enquanto o sadismo moral é uma forma de perseguição que se faz passar por virtude, a responsabilidade “apropria-se” do mandato ético para uma solução não violenta, para exigências raivosas (BUTLER, 2015). Isso é feito na desobediência a uma lei formal, para proteção do outro contra seu próprio potencial destrutivo. Convertendo a agressão em um modo de expressão, na pretensão de honrar e proteger a vida do outro. Um aspecto que pode ser ainda analisado no vídeo disponível no canal de Marcos Feliciano, que em sua recusa pela reivindicação contesta o grito feminista que emerge em reação na sua fala: *São essas mulheres (raivosas) que querem defender o direito das mulheres?*

Caminhar nesta linha significa sim, viver essa linha, um impasse de raiva e medo, encontrar um modo de conduta que não busque resolver na ansiedade dessa posição em modo demasiado rápido por meio de uma decisão. É claro que é positivo tomar uma decisão em favor da não violência, mas a decisão não pode, no final, ser a base da luta pela não violência. A decisão fortalece o ‘eu’ que decide, muitas vezes pela própria racionalidade. (BUTLER, 2016, p.257)

Dessa forma, compreendo como Judith Butler (2015) problema não se resume no dito de como “machos e fêmeas” devam agir, mas a sua recusa de agir poder significar a apreensão de uma condição generalizada de precariedade, do caráter **radicalmente** igualitário da condição de ser passível de luto. De forma que a educação para a diferença não está desassociada de engajamento responsável de uma educação preventiva sobre o estupro, que inverta a lógica e ensine os meninos a não estuprarem ao invés de ensinar as meninas a se protegerem. É, portanto, que a reivindicação que coloco para não encerra esse debate é de não sermos interrompidas!

#MarielleFrancopresente!

5.1- Para não encerrar o assunto

Como parte da metodologia de pesquisa, foi disponibilizado em grupos privados, que reúnem mulheres para discussão de pautas feministas o Formulário “O feminismo 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro.” Deste formulário foram selecionados três perguntas e pelo menos sete repostas referente a cada pergunta dada pelas interlocutoras, para a análise e escrita dessa dissertação. Neste formulário as interlocutoras foram questionadas: Quais páginas feministas você acompanha? O que te faz acompanhar essas páginas? O formulário encontra-se disponível em anexo para consulta. O documento traz outras possibilidades de escuta das reivindicações, além de elementos para se pensar nas mobilizações do movimento feminista na internet, os dispositivos pedagógicos de mídias e o dispositivo pedagógico da sexualidade. Além da análise das relações de poder e as disputas de narrativas no meio feminista. Atentado aos discursos para esses questionamentos foi possível fazer um levantamento de publicações que acrescentam e geram outros debates e, que, portanto não colocam ponto final nesta escrita:

4 - Você acompanha postagens de páginas feministas no Facebook?

76 respostas

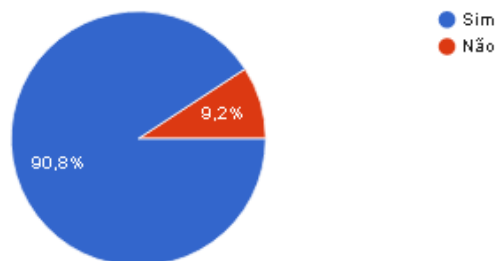


Figura 19- Gráfico correspondente a questão “Você acompanha páginas feminista no Facebook?” Fonte: Formulário o Feminismo 2.0 e o conceito de cultura do estupro?

O que você aprendeu sobre feminismo nas redes sociais?

[Aprendi] Muitas vertentes, feministas, relacionamento abusivo é uma das principais (Feminismo classista)

[Aprendi] Basicamente tudo que sei sobre o feminismo, desde a importância dele (antes eu persistia em me chamar de humanista kkkk) até conhecimentos mais aprofundados, como as suas diferentes vertentes. (Feminismo Interseccional)

Ampliei meu olhar sobre os problemas e abusos sofridos pelas mulheres. Compreendo melhor agora o que é o abuso e o porque devemos lutar para mudar tais fatos (Feminismo Liberal)

Sem a nossa união nada vai mudar precisamos destruir a rivalidade feminina que o machismo impôs.(Feminismo Radical)

[Aprendi]Praticamente tudo o que eu sei, conceitos, tipos de violência, cultura do estupro..(Tanto com o liberal quanto com o radical)

*[Aprendi] Que não estou sozinha e que tenho muito o que aprender. Aprendi que somos fortes, precisamos ficar unidas (Não me identifico com nenhum exclusivamente, mas com parte de algumas vertentes)
Empoderamento, relacionamento abusivo(Feminismo Interseccional)*

Acho que o feminismo nos colocou onde estamos hoje, empoderadas e prontas para o debate , porém acho que já podemos ir além e incluir outras pautas envolvam a solidão do POVO NEGRO como um todo (Feminismo Negro)

Nada, tudo que aprendi foi em minhas leituras pessoais, pelas redes só acompanho fluxo de informação (Transativismo/Transfeminismo)

Aprendi que a maioria das páginas feministas são tendenciosas, parciais e muitas vezes preconceituosas. Meus reais aprendizados sobre o movimento foram através de leitura de livros e busca por artigos científicos (Feminista Cristã)

O que te faz acompanhar essas páginas?

Relatos pessoais- (Feminismo Radical)

Saber como estão se desenrolando os debates no movimento social. (Transativismo/Transfeminismo)

*Participação no coletivo e interesse no feminismo classista. (Feminismo Classista)
Partilha de experiências, conceitos e materiais de estudo. (Feminismo Interseccional)*

basicamente tudo: vertentes, conflitor e incoerências, explanando posteriormente em rodas de conversa e vivência fora internet. (Feminismo Negro)

Muita coisa básica que me motivou a buscar aprofundar o conhecimento(Feminismo Radical)

Ser um grupo cujas ideias e valores se assemelham aos meus (Feminismo Cristão)

A maternidade me fez entender melhor o feminismo, então o que me faz acompanhar, é a vida?! O cotidiano, a mulher precisa entender o que é o feminismo e o que acontece com as outras mulheres, só a união pode fazer a diferença..e a informação é claro.(Feminismo classista)

Quais páginas?

Foram citadas 72 páginas, onde, algumas páginas são mencionadas por mais de uma interlocutora, como visto na tabela abaixo, organizada a partir do formulário “O feminismo 2.0 e o conceito de cultura do estupro”. A seguir foram selecionadas postagens das páginas citadas, nas quais tem circulado o conceito de cultura do estupro. As postagens que são apresentadas segue com a descrição da página, disponível no endereço eletrônico de cada uma.

Páginas citadas	Menções
1. Anti-Pornografia	2
2. Páginas Políticas	1
3. Ginecologista Sincera	4
4. Macho Dando Dica de Beleza	1
5. Feminismo sem demagogia	15
6. Feministas Cristãs	2
7. Feminismo a Luz da Bíblia	2
8. Todas Fridas	13
9. Filhas de Frida	1
10. Diário de uma Feminista	4
11. Ventre Feminista	12
12. Feminismo Radical	3
13. Feminismo Radical Didático	2
14. Feminismo Radical Pragmático	2
15. Minas Nerd	1

16. As Minas Falam	1
17. As Minas na História	1
18. Das Minas: Rede Colaborativa Para Mulheres	1
19. A Cientista que virou mãe	3
20. Mãe e Feminista	1
21. Casa da mãe Joana	1
22. Empodere Duas Mulheres	9
23. Feminismo a Luz da Bíblia	2
24. Feministas Cristãs	1
25. Macho dando dica de beleza	1
26. Feministas Ateítas	1
27. Coletivo de Jornalistas	1
28. Somos todas Fridas	1
29. MDMC- Meu Deus do céu que macho chato do caralho	13
30. Open bar male tears	5
31. Sou Feminista	1
32. Mulheres que correm com os lobos	1
33. Desintoxicação do Romantismo	1
34. Coletivo Matita	1
35. Partida	1
36. QG Feminista	2
37. Empodere duas Mulheres	9
38. Estudos de Gênero na América Latina	2
39. Não me Kalho	4
40. Think Olga	1
41. Socialista Morena	1
42. Feminismo Marxista	1
43. Moça você Machista	1
44. Quebrando o Tabu	2
45. Everyday Feminism	1
46. Women's Righth News	1
47. Arte Feminista	1
48. Arquivos Feministas	1
49. Preciso de Feminismo Porque	
50. Feminismo Poético	2
51. Já falou para o seu menino hoje	1
52. Como não ser um machista babaca	1
53. Feminista Sincera	1
54. O gato e o Diabo	1
55. Djamilla Ribeiro (Figura Pública)	1
56. Joice Berth (Figura Pública)	1
57. Géledes, Instituto da mulher negra	1
58. Feminismo Negro	1
59. Preta e acadêmica	1
60. Preta dotora	1
61. Preta emponderada	1
62. Manas Empoderadas	1
63. Coletivo Dandara	1
64. Femininjas	1
65. Feministas Adventistas	1
66. Mulheril	1
67. Maternagem Ativa	1

68. Eu assediada	1
69. Amenas	1
70. Nunca te pedi nada	1
71. Hysteria	1
72. Moça você é feminista	1

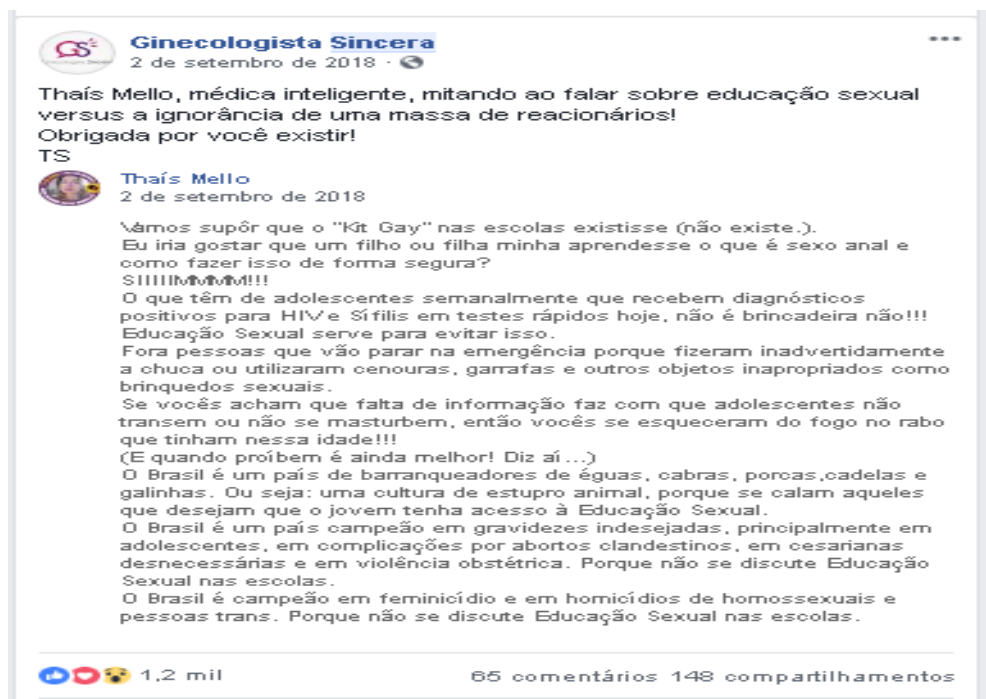


Figura 20 – Postagem da Pagina Ginecologista Sincera sobre Educação Sexual. Fonte: https://www.facebook.com/search/str/cultura+do+estupro+sincera/keywords_blended_posts?epa=SEARCH_BOX Acesso em: março de 2019.

Sobre **Ginecologista Sincera**: Informação sobre o universo feminino, saúde, sexo, nutrição e o que mais der na telha. Porque quem gosta de rodeios é peão. **Perguntas SÓ nos comentários. Fonte: https://www.facebook.com/pg/ginecosincera/about/?ref=page_internal. Acesso em: março de 2019.



Figura- 21 Postagens com indicação e cenas do documentário *The Hunting Ground*, que mostra a realidade dos estupros sofridos por mulheres nas universidades americanas. Fonte: https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/videos/1018952978178690/UzpfSTEwMDAwMjQxOTk3Mzg1Njo5OTc0Nzc3MzAzNDI4ODM/?epa=SEARCH_BOX Acesso em: março de 2019.

Sobre **Empodere duas Mulheres**: Eu celebro mulheres. Disponível em: https://www.instagram.com/empodereduasmulheres?fbclid=IwAR2_sbbcMcNqjZf3gmxfMO_n06tuXou_h6pbLFLhi7V1DDOM66frp2Cs21I Acesso em: março de 2019.



Ilustração 13- Andressa silva/ @dessa_pesega
Ogum de Ronda, Ancestrais, 2019. #serieancestrais

ALBUQUERQUE J., Durval. Verbete “masculino/masculinidades”. In COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. Dicionário Crítico de Gênero. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

ALCÂNTRA. Lívia Moreira. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.8, n.23, p. 73-97, jun.-set. 2015.

AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico na pesquisa em comunicação digital. Porto Alegre: Revista FAMECOS, n. 20, dez. 2008.

AMORIM, Sandra Maria Francisco. Violência contra crianças e adolescente e o papel da escola. In XAVIER- FILHA, Constantina. (org.) Sexualidades, Gênero e Diferença nas Educação das Infâncias. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

ANDRADE, Vera Regina de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Revista Sequência*: [online] Florianópolis, v.26, n. 50, p. 71-102, jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185/13811>>. Acesso em: Julho 2017.

ANDRADE, Paula Deporte de. COSTA, Marissa Voraber. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/1501/1140> Acesso em: Setembro de 2017.

AZEVEDO, Maria Amélia. (2007). Ponta do Iceberg. Disponível em <<http://www.usp.br/ip/laboratorios/lacri>>. Acesso em: julho 2017

BARBOSA, Bruno. Nascimento, Emylle. CARVALHO, Yasmim. CAVALCANTE, Júlia. Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. In: 18º REDOR. Recife, PE. Anais [on-line]. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2269/821> acesso em dezembro de 2017.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf> acesso em: Julho de 2018.

BRASIL, Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). IPEA- Instituto de Pesquisa e economia aplicada, 2014, Brasília, DF. Disponível em: < <https://br.okfn.org/files/2015/10/Estupro-no-Brasil-IPEA-2014.pdf> > acesso em outubro de 2017.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 144 - 257.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cad. Pagu* [online]. 2014, n.42 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci> Acesso em dezembro de 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. BUTLER, Judith P. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. . In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BRIGNOL, Lilian Dutra. TOMAZETTI, Tainan Pauli. Feminismo Contemporâneo a (re) configuração de um terreno comunicativo para as políticas de gênero na era digital. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. ALCAR 2015. UFRGS. Porto Alegre. Junho de 2015. (Anais) Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/28259517/feminismo-era-digital-tomazetti-brignol-pdf-pdf> Acesso: Outubro de 2018.

CAETANO, Márcio. GOULARTH, Trayce Ellen. A produção ativa da não existência e a escrita como auto-representação da vida em situação de subalternidade. In: Ferrari, Anderson. Castro, Roney Polato. (orgs) *Diversidades sexuais e de gêneros: Desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. (1989) Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminism_o%20negro.pdf Acesso em: Fevereiro de 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Identidade Feminina in Mulher Negra*. Geledes (Org) Edi. Nilza Iraci Sousa. São Paulo. 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf> Acesso Fevereiro de 2018

CAMPOS, Carmen Hein de. Machado, Lia Zanotta. NUNES, Jordana Klein. Cultura do estupro ou cultura antiestupro? Revista Direito GV V. 13 N. 3 Set- Dez, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v13n3/1808-2432-rdgv-13-03-0981.pdf> Acesso em: agosto de 2018.

CANUTO, Alice (Re) visitando personagens, cenários e vozes [manuscrito] : nas tramas sobre o —sujeito do feminismo no Blogueiras Feministas. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Universidade federal de Minas Gerais. 2016.

CANDIOTTO, Cesar. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732. Acesso em: outubro de 2018

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, tradução Carlos Alberto Medeiros -1ed- Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus textos, conceitos e autores*. Belo Horizonte. Autêntica, 2009

CASTRO, Roney Polato. *Pedagogias Religiosas no Combate à —ideologia de gênero: Efeitos de saber-poder-verdade*. In: 38º Reunião Nacional da ANPED. 2017. São Luiz, MA. Anais (on-line). Disponível em http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT23_995.pdf Acesso em: outubro de 2017

CASTRO, Roney Polato. Experiência e constituição de subjetividades: Relações de Gênero, Sexualidades e formação em pedagogia. 2014, (tese de doutorado) Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação. Programa de Pós – Graduação em Educação. Orientador – Anderson Ferarri.

CONNELL, Raywen. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, n.20, v.2, p.185-206, 1995.

CONNELL, Rayem. MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, maio 2013..

CONTREAS, José. Lugar de experiência, Espaços de Formação: O saber e a experiência na formação inicial de professores. In: A potencialidade do conceito de experiência para educação. FERRARI, Anderson (Org.) Juiz de Fora : Ed. UFJF,2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, *Estudos feministas* 1, p.171-189, 2002

COLLINS, Patrícia. Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro. *Soc. estado*. [online]. 2016, vol.31, n.1 [cited 2019-03-30], pp.99-127. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Setembro de 2018.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2010, vol.18, n.36. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200009> Acesso em: abril de 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Ed. 1. São Paulo, Boitempo Editorial. 2016.

DINIZ, Rogério Junqueira. Cotidiano Escolar, Heteronormatividade e Homofobia: Por uma ampliação dos horizontes pedagógicos, ou quem tem medo de novos olhares na Escola? In XAVIER- FILHA, Constantina. (org.) *Sexualidades, Gênero e Diferença nas Educação das Infâncias*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

DORIA, Pedro. Um estupro no Brasil Colonial. 2016. Disponível em: <http://www.pedrodoria.com.br/um-pouco-de-historia/2016/6/2/um-estupro-no-brasil-colnia> Acesso em: dezembro de 2019.

ENGEL, Cíntia Liara (2017) : As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil, Texto para Discussão, No. 2339, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

EVANS, L. Authenticity Online: using webnography to address phenomenological concerns. In: MOUSOUTZANIS, A.; RIHA, D. (orgs.). *New Media and the Politics of Online Communities*. Oxford: Inter-Disciplinary Press, 2010.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vivencio*. Ed. 1. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. “Poemas da recordação e outros movimentos”. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FERRARI, Anderson. MARQUES, Luciana Pacheco. Silêncio e Educação (Apresentação). In: *Silêncios e Educação*. FERRARI, Anderson. PACHECO, Luciana. (orgs) - Juiz de Fora. Ed. UFJF,2011.

FERRARI, Anderson. A potencialidade do conceito de experiência para a educação In: A potencialidade do conceito de experiência para educação. FERRARI, Anderson (Org.) Juiz de Fora : Ed. UFJF,2013.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns. Londrina: EdUEL, 2009.

FISHER, Rosa. Foucault revoluciona a pesquisa em Educação? PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, jul./dez. 2003

FISHER, Rosa Maria Bueno.O Dispositivo Pedagógico da Mídia: Modos de educar na (pela) TV. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FISHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e Educação da Mulher: Uma discussão teórica sobre o enunciar o feminino na Tv. 10º Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, realizado em Brasília (DF), em maio/junho de 2001. ANO 9, 2º SEMESTRE 2001.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. 3 ed. Loyola. São Paulo, Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FUMIAN, Amélia Milagres. RODRIGUES, Denise Celeste Godoy. O Facebook enquanto plataforma de Ensino. Disponível em: Acesso em: janeiro de 2019

FLEURI, Reinaldo. Silêncio e interrupção da diferença in: Silêncios e Educação. In: Silêncios e Educação. FERRARI, Anderson. PACHECO, Luciana. (orgs) - Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2011.

FRIEDAN, Betty . A mística feminina. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Petrópolis, RJ: Vozes [Edição original: (1963). The feminine mystique. New York: W. W. Norton Company.] 1971.

FREEMAN, Jó. A Tirania das Organizações sem Estrutura. Disponível em: [http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/event/26881/a_tirania_das_organiza%C3%A7%C3%B5es_sem_estutura_\(1\).pdf](http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/event/26881/a_tirania_das_organiza%C3%A7%C3%B5es_sem_estutura_(1).pdf) Acesso em: novembro de 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Professora sim, Tia não: Cartas para quem ousa ensinar. São Paulo: Editora: Olho d'água, 1997.

FRIAS, Vanda. Democracia também para lésbicas: uma luta no Ferro's Bar. 1983 in Livreto 19 de Agosto, Dia do Orgulho das Lesbianas no Brasil. Disponível em <https://pt.slideshare.net/miriammartinho/19deagostolivreto> Acesso em: Março de 2018.

GOELLER, Silvana Vilodre. Corpo, Gênero e Sexualidade: reflexões necessárias para pensar a educação na infância. In XAVIER- FILHA, Constantina. (org.) Sexualidades, Gênero e Diferença nas Educação das Infâncias.Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Caderno de formação política, círculo palmirinho. Brasil. n°1, 2011. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: janeiro de 2018.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GROSSI, Miriam. Identidade de Gênero e sexualidade. Disponível em: < http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf > Acesso em novembro de 2017.

GRESPLAN, Carla Lisboa . RATTO, Cleber Gibbon. Hashtags e Sociabilidade: potencialidades e possibilidades da ciberdemocracia. Disponível em < <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1385/679> > acesso em setembro de 2017.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: a dimensão global. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Dossiê desigualdades e interseccionalidade, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Iuli/Downloads/22900-108417-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Iuli/Downloads/22900-108417-1-PB%20(2).pdf) Acesso em: agosto de 2018

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília , n. 16, p. 193-210, Apr. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso>. Acesso em agosto de 2017.

hooks, bell. Transformando a cultura da violação. Editado por Emilie Buchwald , Pamela Fletcher e Martha Roth. 1991. Milkwend editions.

JANSSEN, Daniele. Assédio Sexual? Professor e aluno. Disponível em: <https://phmp.com.br/artigos/o-assedio-sexual-professor-e-aluno/> acesso em: maio de 2018.

IPEA- Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Errata da pesquisa —Tolerância social à violência contra as mulheresl. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971 Acesso em agosto de 2017.

KLEAIN, Luiz Cláudio. Prefácio. in RODRIGUES, Alexandre. MONZETI, Gustavo Artur. FERREIRA, Sérgio Rodrigo.(orgs.) A política do Corpo: Gêneros e sexualidade em disputa. Vitória: EDUFES, 2016.

LACERDA, Marina Basso. As mulheres no Brasil Colônia in Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do brasil. dissertação apresentada ao PPG em direito. Mestre em Ciências Jurídicas. Pontificia Universidade Catolica do rio de janeiro, 2010.

LANGNER, Ariane. ZULIANI, Cibeli. MENDONÇA, Fernanda. O movimento feminista e o ativismo digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas in: V Congresso

ibero-americano de investigadores e docentes de direito e informática – Rede CIIDI. 2015. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS . Anais (on -line). Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-12.pdf> > acesso em setembro de 2017

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *O sujeito da educação*. Estudos foucaultianos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LESSA, Patrícia. O feminismo lésbiano em Monique Wittig. *Revista Artemis*. Vol. 7. 2007. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/38627229/o-feminismo-lesbiano-em-monique-wittig-patricia-lessa> Acesso em: Novembro de 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, Pesquisar e Escrever. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/Arquivo.pdf> Acesso em: agosto de 2017.

LOURO, Guacira Lopes, Uma Leitura da História da Educação sob a perspectiva de gênero in: Projeto História: Revista Programa de Pós-Graduação de História da PUC-SP (on-line) São Paulo, 11 de novembro de 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 7 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.179.

LOPES, Augustus. O Feminismo Cristão: Como Tudo Começou - Surgimento do Movimento Feminista Dentro da Igreja. Disponível em: <https://www.ipsantoamaro.com.br/Artigos/o-feminismo-cristao-como-tudo-comecou/All-Pages.html> Acesso em: maio de 2018.

LORDE, Audre. A transformação do Silêncio em Linguagem e Ação. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/> . Acesso em dezembro de 2017.

MAGGIO, Vicente Rodrigues de Paula. O estupro e suas particularidades na legislação atual. Disponível em <https://vicentemaggio.jusbrasil.com.br/artigos/121942479/o-estupro-e-suas-particularidades-na-legislacao-atual>. Acesso em: Janeiro de 2019.

MARTINHO, Miriam. Tributo a Rosely Roth, pioneira da visibilidade lésbiana no Brasil. Disponível em <http://www.umoutroolhar.com.br/2018/08/tributo-rosely-roth-pioneira-da.html> acesso em: agosto de 2018.

MENEZES, Cynara. A cultura do estupro não só existe como está em nosso DNA enquanto nação. Disponível em: <http://www.socialistamorena.com.br/cultura-do-estupro-no-brasil-em-nosso-dna/> Acesso em agosto de 2017.

MISKOLCI, Richard and CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Soc. estado*. [online]. 2017, vol.32, n.3 [cited 2019-03-27], pp.725-748. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-6992.

MONOSSETO, Grazi. O silêncio que ecoa: a cultura do estupro no Brasil. Disponível em <http://lugardemulher.com.br/o-silencio-que-eco-a-cultura-do-estupro-no-brasil/> Acesso em: novembro de 2017.

MOREIRA, Thami Amarílis Straiotto. O ato de nomear. Da construção de categorias de gênero até a abjeção. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/2914-2926.pdf Acesso em: abril 2018.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. *Tempo soc.* [online]. 2014, vol.26, n.1 [cited 2019-04-01], pp.17-33. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100002&lng=en&nrm=iso Acesso em: dezembro de 2018

MUNIZ, Lorena. Eu Empregada Doméstica: uma análise da relação colonial entre patrões e empregadas domésticas brasileiras a partir de relatos compartilhados no Facebook. *v. 1 n. 2* (2016): *Relações Trabalhistas e os Direitos Humanos*. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/223> Acesso em: janeiro de 2019.

NATANSOHN, Graciela. *Internet em código feminino – teorias e práticas*. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, Dec. 2006.

NOGUEIRA, Eliete Jussara; GOMES, Luiz Fernando; SOARES, Maria Lúcia de Amorim. NETNOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA PESQUISAS EM EDUCAÇÃO. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, [S.l.], v. 13, n. 2, p. p. 185-202, mar. 2012.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. Porque você não me abraça: Reflexões a respeito das travestis e transexuais no movimento de negros e negras. *Sur- Revista internacional de direitos humanos*. 28 ed. Dez-2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/por-que-voce-nao-me-abraca/> Acesso em: janeiro 2019.

ORTIZ, Lúcio Rangel Alves¹. CAMARGO, Regina Aparecida Leite. Breve Histórico e dados para análise do programa Bolsa Família. II Seminário Internacional de pesquisas em políticas públicas e desenvolvimento social. SÍPEDES (Anais).UNESP, Franca.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar E. E.;

PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. v. 1, p. 23-46.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5247/4295>> Acesso em: dezembro de 2017.

PEREIRA, Reginaldo Santos. DINIS, Nilson Fernandes. Itinerários da pesquisa pós estruturalista em Educação. *Revista eletrônica da pós graduação em Educação*. UFG – Regional Jataí. V.11, n. 2, 2015

PINTO, Celí. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia Virtual, Netnografia ou Apenas Etnografia? Implicações dos Termos em Pesquisas Qualitativas na Internet. In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM. Anais(on-line)* Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0346-1.pdf> Acesso em Dezembro de 2017.

RAMOS, Jéssica Cunha. O gênero dentro perspectiva feminista e sua relação com o direito.(monografia) 2016. Universidade Federal Fluminense. Bacharelado em Direito. Orientador: Eder Fernandes Monica. Co-orientadora: Natália Oliveira.

RECUERO, Raquel . Redes sociais na internet: considerações iniciais In:IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da XXVII INTERCOM, a ser realizado em setembro de 2004, em Porto Alegre/RS. Disponível em <http://www.raquelrecuero.com/intercom2004final.pdf> Acesso em: setembro de 2017.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook - Revista Verso e Reverso (Online), v.28, n. 68, 2014/2. 2014.

REIS, Fernanda Moreira Pimentel. Liberalismo Político e Feminismo Liberal: Bifurcação de caminhos ou consonância filosófica? (monografia) 2017. Universidade de Brasília. Bacharelado em Ciências Políticas. Orientador : Leandro do Nascimento Rodrigues.

RIBEIRO, Letícia. O'DWYER, Brena . HEILBORN, Maria Luiza. Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: O caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 83-99, jan.-abr. 2018

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017.

RICH, Adrienne. *La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne*. In : *Nouvelles Questions Féministes*, Paris : Tierce, n.1, p.15-43, mar. 1981.

RODRIGUEZ, D. Mujeres en Círculo: análise do ativismo virtual gerado por uma comunidade feminista no Facebook. Signos do Consumo, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 4-18, jul./dez. 2016.

ROSA, Gabriel Artur Marra e; SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Repercussões das redes sociais na subjetividade de usuários: uma revisão crítica da literatura. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 23, n. 4, p. 913-927, dez. 2015 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em maio de 2018

SAVE THE CHILDREN. *Every Last Girl* 2016 (relatório) Published by Save the Children 1 St John's Lane London EC1M UK. Disponível em: <https://www.savethechildren.org.uk/content/dam/global/reports/advocacy/every-last-girl.pdf> Acesso em: novembro de 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho São Paulo: Moderna, 2004.

SANTINI, Rose Marie; TERRA, Camyla; ROSANA DUARTE DE ALMEIDA, Alda. Feminismo 2.0: A mobilização das mulheres no Brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais (#PRIMEIROASSEDIO). **P2P E INOVAÇÃO**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 148-164, sep. 2016. ISSN 2358-7814. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/p2p/article/view/2341>>. Acesso em: julho 2018.

SANTOS, Vilma Canazart dos. Índícios de sentidos e significados de feminilidade e de masculinidade em aulas de Educação Física. *Motriz: rev. educ. fis. (Online)* [online]. 2010, vol.16, n.4 [cited 2018-02-05], pp.841-852. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742010000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Novembro de 2017.

SANTOS, Amanda B. Veiga. ; SANTOS, Bruna. Lúcia. ; MELO, Iuli do Carmo. Dandara além do dia 20: relato de atividades realizadas em São João del-Rei - MG. In: II Encontro de Relações Raciais e Sociedade (ERAS) - Racismo Institucional: o negro no trabalho, na educação e na arte, 2017, São João del-Rei. Anais do II Encontro de Relações Raciais e Sociedade (ERAS) - Racismo Institucional: o negro no trabalho, na educação e na arte, 2017.

SARMENTO, Raiza. Feminismo, reconhecimento e mulheres trans*: expressões online de tensões. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/download/6113/5160> Acesso em: julho de 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, Aug. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Junho de 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/%20185058/.../Gênero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em agosto de 2017

SIBILIA, Paula. O show do eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOARES, Gilberta. COSTA, Jussara. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros estudos feministas /dezembro 2011 -janeiro /junho 2012. Disponível em: https://www.mp.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/artigos_teses_dissertacoes/movimento_lesbico_e_movimento_feminista_no_brasil_recuperando_encontros_e_desencontros_1.pdf acesso em: Dezembro de 2017.

SMITH, Merrill D (editor). Encyclopedia of Rape. London, Greenwood Press, 2004.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Rev. Estud. Fem.* [online], v. 25, n.1, p. 9-29, 2017.

SANTOS, Marli dos. MARADEI, Anelise. O caso de Estupro coletivo no Twitter. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, SP.

SILVA, Elizabete Rodrigues de. Feminismo Radical: Pensamento e Movimento. *Travessias*, v. 2, n. 3 (2008). Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3107/2445>. Acesso em: junho de 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. **Rev. direito GV**, São Paulo , v. 11, n. 2, p. 505-522, Dec. 2015 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200505&lng=en&nrm=iso. Acesso em junho de 2018.

TEMPLE, Giovana Carmo. Poder e Reesistência em Michel Foucault: uma genealogia do acontecimento. São Carlos, UFSCAR, 2012. 166f. Tese de doutorado- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

VASCONCELLOS, Juliana Santos Alves. Anarcofeminismo: o protagonismo feminino nas lutas sociais. *Revista Alpha*, Patos de Minas, 18(1):55-67, jan./jul. 2017 © Centro Universitário de Patos de Minas.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.23 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200002&lng=en&nrm=iso Acesso em: dezembro de 2018.

VIGARELLO, Georges. A história do estupro: Violência sexual nos séculos XVI e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1998.

VIANNA, Claudia. FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. *Cad. Pagu*. 2009, n.33.

VIEIRO, Glória Josefina. Inculturação da fé no contexto do feminismo. 2005 (Tese de Doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutorado em Teologia. Orientador: Mario de Franca Miranda.

VILHENA, Junia. ZAMORA, Maria Helena. Além do Ato. Os transbordamentos do estupro. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268923959_Alem_do_Ato_Os_transbordamentos_d_o_estupro. Acesso em novembro de 2017.

WELZER-LANG, Daniel. Homens e pornografia: Nova pornografia como uma resistência masculina à mudança. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/WELLHE>. Acesso em novembro de 2017.

WASSER, NICOLAS. (Resenha) Vidas precárias entre normalização e movimentação LOREY, Isabell. *Die Regierung der Prekären [O governo dos precários]*. [Com prefácio de Judith Butler]. Wien: Turia + Kant, 2012. (tradução inglesa, no prelo). *State of Insecurity*. London: Verso, 2014. (tradução espanhola, no prelo). *El gobierno de los precários*. Madrid: Traficantes de Sueños. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v18n41/1517-4522-soc-18-41-00364.pdf> Acesso em: fevereiro de 2019.

WITTIG, Monique. *O Pensamento Hétero*. 1980. Disponível em: http://www.geocities.com/girl_ilga/documentos.htm Acesso em: abril 2018.

XAVIER-FILHA, Constatina. Prefácio. In: *Silêncios e Educação*. FERRARI, Anderson. PACHECO, Luciana. (orgs) - Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2011.

XAVIER-FILHA, Constantina. Violência Sexual contra crianças: Ações e omissões nas/das instituições educativas. in In XAVIER- FILHA, Constantina. (org.) *Sexualidades, Gênero e Diferença nas Educação das Infâncias*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

Anexo I – Formulário “O Feminismo 2.0 e a circulação do conceito cultura do Estupro

Acesso disponível em:

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfxm1AEV2EuSIEMzSYaLeyAYaaQ5BInvmxwQqS9v5WJGpzK4Q/viewform?usp=sf link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfxm1AEV2EuSIEMzSYaLeyAYaaQ5BInvmxwQqS9v5WJGpzK4Q/viewform?usp=sf_link)

O feminismo 2.0 e a circulação do conceito cultura do estupro

O presente formulário tem o objetivo de fazer levantamento sobre o conteúdo de páginas feministas que divulgam e produzem informação sobre a cultura do estupro em diferentes perspectivas na rede social Facebook. Esse processo faz parte da metodologia de pesquisa da dissertação de mestrado em educação que venho desenvolvendo no programa pós-graduação em educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, interessada em investigar os movimentos de apropriação e construção do conceito "cultura do estupro" pelo movimento feminista brasileiro contemporâneo, enfatizando as ações do feminismo 2.0 ou ciberativismo.

Agradeço a colaboração.
Luli do Carmo Melo.

*Obrigatório

1. 1 - Com qual vertente do feminismo você se identifica ? *

Marcar apenas uma oval.

- Feminismo Radical
- Feminismo Negro
- Feminismo Interseccional
- Transativismo/transfeminismo
- Feminismo Classista
- Estudos pós coloniais
- Feminismo Liberal
- Outro: _____

2. 2 - Como você define a vertente feminista com a qual você se identifica? *

3. 3 - Como você tomou conhecimento do termo cultura do estupro? *

Marcar apenas uma oval.

- Universidade
- Pelo meu coletivo feminista ou movimento social
- Redes sociais
- Televisão
- Amigas/os
- Outro: _____

4. 4 - **Você acompanha postagens de páginas feministas no Facebook? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

5. 5 - **De quais páginas? ***

6. 6 - **O que te faz acompanhar essas páginas? ***

7. 7 - **Você administra alguma página feminista no Facebook? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. 8 - **Caso administre alguma página feminista, qual o nome dela?**

9. 9 - **O que você já aprendeu sobre o feminismo pelas redes sociais? ***

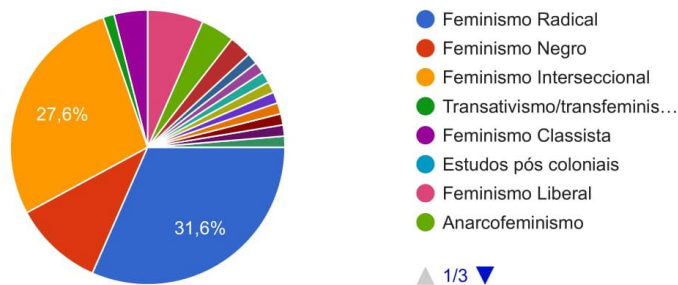
10. 10 - **O que você aprendeu sobre cultura do estupro nas redes sociais? ***

O feminismo 2.0 e a circulação do conceito cultura do estupro

76 respostas

1 - Com qual vertente do feminismo você se identifica ?

76 respostas



2 - Como você define a vertente feminista com a qual você se identifica?

76 respostas

"As mulheres só podem se tornar verdadeiramente livres e iguais em um mundo organizado por novas linhas sociais e de produção"

O feminismo que busca igualdade salarial, social e educacional entre os gêneros

Um feminismo que tenta englobar e atender à todas as mulheres

Acho difícil seguir uma única vertente pois ambas as vertentes tem lados que concorde, é muito complexo seguir uma única linha.

Procuram alcançar a igualdade entre os gêneros através de políticas e campanhas sociais e legais.

Tolerância zero para machismo.

Desconstruir o machismo de uma vez por todas

Onde homens não roubam a nossa fala.

Vertente que defende que a supremacia masculina seja eliminada totalmente da sociedade. Não apenas por meio de leis, mas em todo o âmbito social, cultural e econômico.

Acredito, estas outras coisas, que ser mulher é um conceito material, definido pelo corpo biológico. Qualquer tentativa de transformar isso em um "sentimento" só serve para reforçar opressões de gênero.

O feminismo de raiz

Tenho 47 anos e é o feminismo do início...que ouvi de minha avó e tias avós (anarquistas)

O feminismo intersec entende que não é somente o feminismo que será capaz de mudar a sociedade, e os homens não podem entrar na luta que é só nossa! Precisamos nos unir para umas ajudar as outras.

Defino como uma vertente que se propõe a pensar os diferentes tipos de opressões e que entende a sociedade como estruturada por todas elas. Me identifico também com algumas ideias do radfem.

A forma como vc é tratada e vive conforme a sua classe e cor da pele interfere como vc lida com as questões feministas

Feminismo que luta pelos direitos de TODAS as mulheres, incluindo as negras e mais pobres.

Luta contra todos os modos de subjugação da mulher.

Eu gosto do seu posicionamento quanto a desigualdade social com relação a mulher e a questão de identidade de gênero.

Como a que mais abrange os reais problemas sofridos pelas mulheres (embora, infelizmente, falhe muito sobre as dores das mulheres negras especificamente).

Sensata

Feminismo materialista

Não sei

Em construção

Feminismo raiz

Não tenho vertente

É o feminismo que percebe as diversas opressões, sofridas por cada camada da sociedade, negras, lésbicas, pobres, mães...

O Feminismo Radical é a vertente feminista que foca na mulher, o mais próximo daquele feminismo que cresceu nos anos 60. Sem colocar divisões, unindo todas as mulheres para que pensemos num mundo para mulheres.

Cada grupo de mulheres têm uma certa demanda, e não existe uma solução universal. As soluções devem ser consideradas conforme os recortes e as particularidades de cada grupo.

acredito ser a vertente que tem maior compreensão do todo e que consegue interpretar a sociedade e a cultura por ângulos mais diversos.

Uma vertente que busca avaliar as questões de opressão em sua raiz.

Igualdade de direitos e sororidade,

Abolicionista de gênero, contra prostituição, pornografia e qualquer tipo de exploração de mulheres.

Acredito que não existam homens feministas, mas sim pró feminismo. Tudo bem eles participarem se souberem seus lugares, pq o protagonismo é nosso.

Lutar por direitos iguais, por mudanças nas leis políticas que garantam esses direitos.

Igualdade de direitos. Contra prostituição. Não inclui mulheres trans. Desobrigação de feminilidade.

Uma das vertentes do feminismo pelo maior número de causas dentro de feminismo

Que defende e protege mulheres de um mundo totalmente machista. Que não percebe suas ações e nós menospreza.

Uma vertente que considera todas as esferas, de classe, raça, gênero e etc..9

Esse formulário tem um erro grave de uso. Não há se quer opção de autorização sobre uso de dados. Mesmo que seja anônimo. Deveria ter o termo de consentimento de iniciar, pra escolher se quer participar da pesquisa ou não.

Acho que a mulher negra transcendeu o feminismo, não consigo definir

Pouco reconhecida

Não tenho vertente definida pois não compactuo fielmente com apenas uma vertente.

aquela que se preocupa com mulheres enquanto fêmeas humanas e os efeitos da socialização e da cultura no nosso dia a dia

Revolucionária

Como o feminismo que leva em consideração os variados graus de opressão que as mulheres sofrem.

A vertente com a qual me identifico busca desconstruir os conceitos e concepções binárias e biologicista de sujeitos, além da clássica luta por direitos, pensa os sujeitos à partir de suas particularidades, ou seja, pelas diferenças, dessa forma possibilitam buscar direitos de acordo com o que efetivamente falta e não com um ideal do que seria mulheres, sujeitos abjetos ou pessoas trans, mas pelas suas reais necessidades.

Para mim engloba todas as lutas

Emancipatória das mulheres e de toda a classe trabalhadora, revolucionária e pelo socialismo

Feminismo que reconhece a pluralidade das identidades e condições das mulheres e que tenta abrangê-las e integrá-las na luta contra o machismo e pelos direitos das mulheres como denominador comum.

Feminismo negro porém com orientação radical

Luta pela igualdade de gênero e racial

A evolução de toda feminista, conforme vai aprendendo as bases, lendo, se informando e entendendo cada vez mais o patriarcado e o machismo.

É uma vertente que se volta para as necessidades da mulher negra, tendo em vista que estamos na base da pirâmide de classes.

Rad / feminista negra

Como a que compreende os conflitos e opressões sofridos por mulheres negras. Geralmente não abordado pelo feminismo clássico, branco.

A unificação de duas lutas a do movimento negro com o feminismo já que em separado não atendem todas as pautas que necessitam as mulheres negras.

Feminismo anarquista luta primeiramente contra o patriarcado, que é o principal gerador de desigualdade.

Visibilidade para questões raciais e de classe que mesmo sendo bases, estão invisibilizadas.

O problema de todas as desigualdades é o estado. Não adianta apenas crucificar homens (o que eu até gosto), é necessário ver o que está acima deles e o que causa toda essa ideia de que eles são superiores a nós mulheres.

A vertente interseccional compreende que o feminismo para realmente alcançar seu fim igualitário deve considerar as desigualdades étnicas, de classe e de gênero.

Consigo me identificar com mais de um marcador social. Pois não me vejo apenas enquanto mulher. Sou mulher, negra, latina, pobre, bissexual, etc...

A busca por compreender qual é o papel bíblico da mulher e como o feminismo se encaixa nele: quais pautas do feminismo são fundamentadas pela bíblia? Como mulher cristã, o que o feminismo defende que eu posso defender sem contradizer a minha fé? Quais aspectos são anti bíblicos? O estudo constante da palavra e do movimento para encontrar pontos de convergência.

Eu me identifico com essa vertente mas coaduno também com o feminismo pós colonial e decolonial. De fato, na minha perspectiva, o feminismo interseccional abarca os sentidos e as vivências de mulheres com diversas existências e identidades (negras, bi, lésbicas, trans, cis, indígenas etc) , podendo assim fazer enfrentamento à opressões específicas, todas elas, a meu ver ligadas à três sistemas que fundamentam o patriarcado - opressão de classe, raça (e/ou origem) e gênero. Ser feminista interseccional para mim é isso.

É uma vertente materialista e coletivista do feminismo.

Talvez não se enquadre nas tradicionais, prq preservo meus princípios cristãos.

Seria algo como deixa a porra da mulher fazer a porra que ela quer sem julgar. Mas isso é uma mentira. Pq todas julgam.

de classe, interseccional mas não considerando transgêneros femininos

Feminismo em múltiplos setores, trans, racial, político etc

Feminismo classista/ feminismo comunista é o feminismo que entende a interccionalidade de gênero, raça e classe mas além disso umse utiliza do marxismo como método de leitura do mundo. Entendendo que para agir no mundo capitalista para seu desmonte em busca de uma sociedade mais justa é preciso que haja ativamente a emancipação da mulher.

Busca entender as condições de cada mukher, vendo-a como atravessada por várias formas de opressão.

Direitos iguais (equidade) e não igualdade

Igualdade de direitos entre os gêneros e respeito às diferenças!

O feminismo interseccional existe para lutar pelos direitos de todas as mulheres, independentemente da raça, orientação sexual, identidade de gênero, classe social. Também me idenfico com o feminismo radical, mas a "transfobia" da vertente. Do feminismo liberal apoio a participação dos homens no movimento, mas sou totalmente contra a posição favorável à prostituição e à pornografia

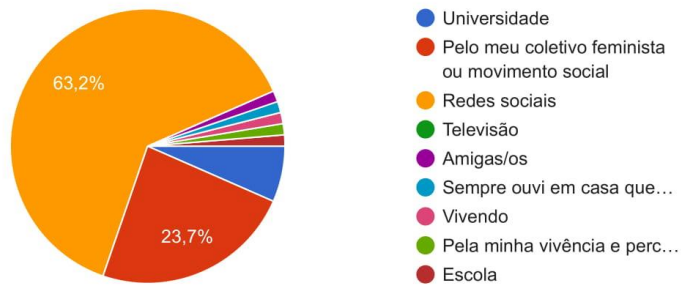
Um Feminismo que reflete sobre os vários níveis de opressão que as mulheres sofrem de acordo com seus lugares nas hierarquias sociais, usando conceitos de gênero, raça, classe, entre outros.

Igualdade entre todos.

Vertente baseada nos princípios bíblicos

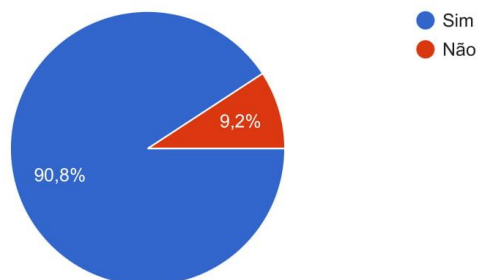
3 - Como você tomou conhecimento do termo cultura do estupro?

76 respostas



4 - Você acompanha postagens de páginas feministas no Facebook?

76 respostas



5 - De quais páginas?

76 respostas

Feminismo sem demagogia, páginas políticas, Ginecologista sincera, grupos do Facebook, não me lembro do nome das páginas exatamente....

Aproximadamente 3

Feminismo sem demagogia, macho dando dica de beleza, todas fridas, diários de uma feminista...

Minas nerds e mcdc

Feminismo sem demagogia

Open bar de Male tears, moço, não vai ter biscoito, na sisteragem

Quase todas: todas fridas e as mina da história são as minhas preferidas

Feminismo sem demagogia, principal fonte de notícias.

Ventre feminista, MCD, Open Bar de Male Tears

"Feminismo Radical Didático", Anti-Pornografia, "coletivo de jornalistas"

Não lembro os nomes):

Somos todas fridas

Todas fridas, mcdc

Feminismo sem demagogia

Mcdc

Ventre feminista, feminismo sem demagogia, sou feminista, mulheres que andam com os lobos.

Ventre feminista, feminismo radical, etc...

MCD - Brasil feminista - Feminismo sem demagogia e outros

São várias, como Ventre Feminista, entre outras.

Coletivo Matinta, Feminismo Radical Pragmático

QG Feminista, principalmente. Mas tem empodere 2 mulheres.

Todas Fridas, Meu Deus do Céu que MCD, Estudios de generó en America Latina, entre outras que eu não lembro...

Não Me Kahlo, Feminismo, Feministas Ateístas, Everyday Feminism, Women's Right News

Feminismo sem demagogia, feminismo radical, empodere 2 mulheres, não me khalo etc

Ventre feminista, ginecologista sincera, mcdc

As minas falam; grupo secreto; feminismo poético...

São várias páginas mas as principais são Empodere Duas Mulheres e Think Olga

Todas fridas, morena socialista, quebrando tabu, entre outras

Todas Fridas, Empodere Duas Mulheres, Páginas de coletivos, paginas de partidos e políticos de esquerda, páginas de mulheres ativistas, grupos fechados, entre vários outros.

Não Kahlo, Feminismo sem demagogia, Moça você é machista, Feminismo marxista, arte feminista, empodere duas mulheres, Ventre feminista, As minas na história, Diário de uma feminista, TODAS Fridas, arquivos feministas, preciso do feminismo porque, feminista sincera, Feminismo poético.

Feminismo sem demagogia, MCD, cientista que virou mãe

QG feminista, Feminismo Radical Didático e grupos.

Quebrando o tabu, já falou para o seu menino hoje, grupo open bar de male tears, etc

Não me Kahlo, Coerência feminina e outras.

Já falou pro seu menino hoje; Meu professor ensinou; open bar de male tears

MCDC

Feminos Radical, Gato e o diabo

Geledés, Djamila Ribeiro, Joice Berth...

Muitas.

Nenhuma , não me contemplam mais

Feminismo Negro, Feminismo interseccional, Feminismo Libertário, Das Minas - Rede Colaborativa Para Mulheres, Estudos em feminismo negro, pos-colonial e interseccional

MCDC

Ventre Feminista, tem várias outras mas a que mais vejo é essa

Grupos MCDC, Paginas Coletivo Feminista Casa da mãe Joana, Feminismo sem demagogia, Feminismo Radical e outras que não recordo os nomes no momento.

Não me khalo, desintoxicação do romantismo, entre outras

Feminismo sem Demagogia, Blogueiras feministas

Ventre feminista

Excluí facebook, mas acompanhava as do meu coletivo, Ana Montenegro

PartidA Feminista; Feminismo interseccional; MCDC; dentre muitas outras

dandara sjdr, meu deus do ceu que macho chato do caralho, a fantastica aventura de ser mulher, mete a colher, já falou pro seu menino hoje?, tutoriais anti macho, verdade polemicas sobre homens, preta vem de bike, spottedfem sjdr, coletiva luana barbosa, livre de abuso, coletivo carcara, eta midia machista etc

Ventre Feminista, Vamos Juntas!, Siririca etc

MCDC - Open bar de male tears - mãe e feminista

Todas Fridas, Coletivo Dandara , Diário de uma feminista , ventre feminista, entre outras.
(sou "simpatizante" do feminismo interseccional)

Manas Empoderadas

Preta acadêmica, pretadotora.

Feminismo Negro

Femininjas, feminismo negro, feminismo poético entre muitas outras.

Feminismo negro

Empodere duas mulheres, sonos todas frisas, ventre feminista, ginecologia natural, etc

Geledés, Empodere duas mulheres, TamoJuntas, Coletiva Muitas

Não acompanho

Apenas do grupo Feminismo a luz da biblia

Muitas. Porque também estudo feminismo nas redes sociais (empodere duas mulheres, feminismo sem demagogia, etc).

Feminismo radical didático

Feministas Cristãs, Feministas Adventista e outras.

Feminismo sem demagogia e o grupo mulheril, todas Fridas. As demais eu deixei de seguir por se tratar de pura hipocrisia

mulheril, cientista que virou mae, catraca, feminista cansada, terfs

Mulheril Feminino entre outros

Apenas quando outras mulheres compartilham. Por isso não sei especificar os nomes.

Blogueira feministas, Estudos de Gênero na América Latina, Geledes, Feminismo sem Demagogia, entre outras.

Das amigas que compartilham

Cientista que virou mãe; Hysteria; Mulheril; Amenas; Maternativa...

Todas Fridas, Feminismo sem Demagogia, Moça Você é Feminista, Diários de uma Feminista, Não Me Kahlo, Mulheres contra o estupro pago, Anti Pornografia, Eu Assediada, Como Não Ser um Machista Babaca, Feminista Sincera, Empodere Duas Mulheres, Ventre Feminista

Não me Khalo, Filhas de Frida, Nunca te pedi nada, Afros e afins

Nenhuma.

Feminismo a luz da bíblia, feministas cristãs

6 - O que te faz acompanhar essas páginas?

76 respostas

Conteúdo

A maternidade me fez entender melhor o feminismo, então o que me faz acompanhar, é a vida?! O cotidiano, a mulher precisa entender o que é o feminismo e o que acontece com as outras mulheres, só a união pode fazer a diferença....e a informação é claro...

Notícias, artigos

Gostar das publicações

A primeira por ser nerd e não ter nenhum homem pedindo carteira de nerd, porém a maioria segue uma linha liberal e muitas vezes por isso mesmo acabam sendo machistas e nem percebem. A segunda é mais variados os assuntos e me identifico mais.

Seus conteúdos reflexivos sobre feminismo

Me identifico com os conteúdos

Me manter informada

Notícias e recortes isolados do universo feminista, além de debates.

A união das mulheres, apoio, informações.

Trazem assuntos de meu interesse, com textos e dados de pesquisas relevantes sempre que necessário.

O conteúdo que ataca diretamente as causas do machismo e suas consequências

A postura alinhada com minhas ideias

As postagens sobre a história do feminismo e poder ajudar outras mulheres com as nossas experiências.

Ver notícias e postagens

A forma como elas explicam as coisas e como tudo é debatido

Tenho interesse em ajudar mulheres

Aprendizado e luta

Aprender mais sobre feminismo

Saber das notícias, conferir os comentários e conseguir mais informação.

Conteúdo

O conteúdo rico em informações reais e não achismo.

Busca por um conhecimento maior sobre o feminismo e notícias relacionadas.

Ter contato com outras mulheres que lutam por igualdade, obter informação, compartilhar experiências

Conhecimento

O conteúdo, que me faz aprender mais e por acompanhar pessoas que têm o mesmo pensamento que eu.

Os relatos que nos fazem perceber onde o machismo se esconde e traveste de "costume"...

Saber do movimento feminista, não deixar a violência contra mulher passar sem que alguém faça escândalo, me aproximar de outras mulheres

Seu conteúdo

a maneira que o conteúdo é apresentado, são páginas com linguagem de fácil entendimento, com um abordagem simples e direta.

Conteúdo postado.

Proximidade com as mulheres, conhecimento sobre o assunto, experiências, etc

Interesse em aprender mais sobre feminismo e me manter atualizada acerca do tema.

Ser mulher e querer entender a luta para mim e para outras mulheres

As postagens sempre informativas sobre o tema.

Ensinamentos, humor e exemplos reais, palpáveis

Não existem feministas na minha família e minha faculdade é bem elitizada até no feminismo, então eu sinto que me identifico melhor com as mulheres das páginas.

Por suas postagens

Os assuntos abordados

Muitas coisas.

Nada mais.

O tema

curiosidade, algumas matérias interessantes

Relatos pessoais

Interesse nas postagens

Saber como estão se desenrolando os debates no movimento social

Ficar atualizada

Participação no coletivo e interesse no feminismo classista

Partilha de experiências, conceitos e materiais de estudo.

fortalecimento, reconhecimento, atualização, informação

Mensagens de resistência, notícias...

Estar cercada de mulheres que me entendem e me fazem evoluir

Discussões sobre o papel das mulheres na sociedade e posts de incentivo ao auto-amor e ao autocuidado.

Estudos, apoio coletivo

Conhecimento para discussões que posteriormente poderei entrar e para conversar com outras mulheres negras.

Identificação com as pautas

O maior motivo é desconstruir, a interação de mulheres na internet tem crescido cada vez mais. Muitas de nós tem conseguido se expressar, compartilhar e aprender nessas páginas.

Possibilidade ampliar discussões com quem tem demandas próximas

Seus conteúdos. Quero coisas assim em meu feed, não somente memes e memes

São paginas que contém notícias e textos a respeito do feminismo

Não acompanhamento

Ser um grupo cujas ideias e valores se assemelham aos meus

Me manter informada e pela pesquisa.

Postam textos e artigos interessantes de autoras que eu gosto

O conteúdo esclarecedor, não extremista, sem discurso de ódio e com informações atuais

Postagens, assuntos de interesse e informações que podem me ajudar

postagens com as quais me identifico

Interesse social

Informações.

Informações e debates.

Nada

Todas elas debatem temáticas variadas do mundo feminista (violência contra a mulher, discriminação laboral, aborto, maternidade solo)

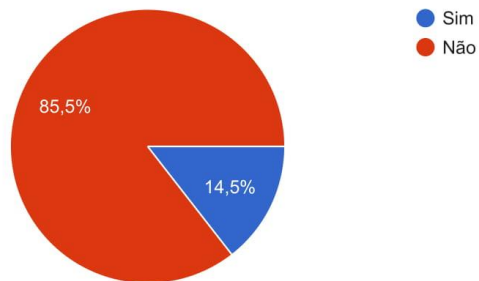
Notícias, discussões

Costumo não acompanhar com frequência, pois opto fazer pesquisa e me manter informada de acontecimentos atuais, melhor dizendo a todo instante.

Saber de novidades e ficar por dentro do assunto

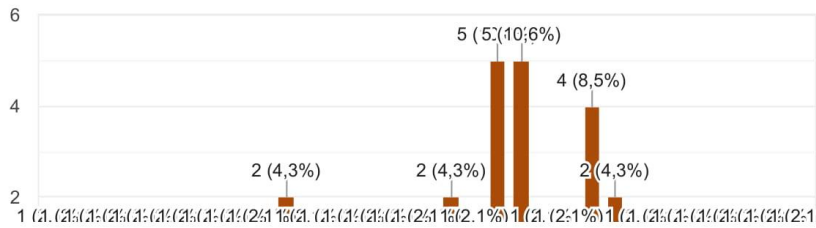
7 - Você administra alguma página feminista no Facebook?

76 respostas



8 - Caso administre alguma página feminista, qual o nome dela?

47 respostas



9 - O que você já aprendeu sobre o feminismo pelas redes sociais?

76 respostas

Muitas vertentes, feministas, relacionamento abusivo é uma das principais

Empoderamento, relacionamento abusivo.

Basicamente tudo que sei sobre o feminismo, desde a importância dele (antes eu persistia em me chamar de humanista kkkk) até conhecimentos mais aprofundados, como as suas diferentes vertentes.

Que não conseguia perceber algumas coisas machistas e pela rede social comecei a ter mais empatia.

Ampliei meu olhar sobre os problemas e abusos sofridos pelas mulheres. Compreendo melhor agora o que é o abuso e o porque devemos lutar para mudar tais fatos

Praticamente tudo.

Sem a nossa união nada vai mudar precisamos destruir a rivalidade feminina que o machismo impôs

Além da cultura do estupro, as "técnicas" usadas para a sedução, a mais conhecida no momento é o negging, fora outros meios de rebaixar a figura feminina.

Necessidade de apoiar mulheres, entendimento de diversas formas de opressão

Basicamente toda a pauta do Feminismo Radical, visto que o mais vendido é o liberal.

Que somos oprimidas pela nossa biologia

O feminismo negro.

Sim

Conheci o feminismo pelas redes sociais quando ainda tava no colégio. A partir disso comecei a ler e pesquisar sobre, principalmente quando entrei na universidade. Foi tipo uma porta de entrada pro feminismo.

Praticamente tudo que eu sei

As vertentes

Vertentes, diversos tipos de lutas, imposições do patriarcado, etc...

A maioria do que sei sobre feminismo aprendi lendo em páginas do facebook

Quase tudo que aprendi sobre o feminismo foi pelas redes sociais. Elas realmente mudaram a minha vida, pois há cerca de três anos eu sequer sabia o que era isso. Sou de área periférica (zona sul de São Paulo/SP) e o feminismo caminha tímido por aqui. É um trabalho de formiguinha. No entanto, as redes sociais têm ajudado muito meninas mais jovens.

Que sororidade é falácia

Cara, praticamente tudo que eu sei.

Praticamente tudo o que eu sei, conceitos, tipos de violência, cultura do estupro...

Que não estou sozinha e que tenho muito o que aprender. Aprendi que somos fortes, precisamos ficar unidas

Mtas coisas

Cultura de estupro, patriarcado, costumes machistas...

Que tem diversas vertentes, que somos todos afetados pelo machismo, que juntas temos mais força...

Aprendi as diferentes vertentes, conheci o FEMINISMO Radical, conheci termos que nunca soube que existiam.

Quase tudo, desde vertentes a misandria ;)

quase tudo o que sei sobre feminismo aprendi na internet.

Os termos normalmente falados em inglês, as diferentes formas de opressão que as mulheres sofrem.

Toda minha base sobre o feminismo foi dado pelas redes sociais porque infelizmente não é algo que aprendemos em casa desde de criança, ou na escola. E eu já fui um dia uma pessoa que criticava feminista, que já usou a frase "feminista mal comida", essa frase carregada de ódio, de machismo, e que graças as páginas meu pensamento foi se construindo e me vi no movimento.

Conheci a vertente Radical e me identifiquei com ela.

O conceito de feminismo me era completamente desconhecido. Através das páginas e grupos tomei conhecimento de alguns termos que me permitiram pesquisar para construir minhas próprias opiniões sobre as pautas

Sobre a cultura do estupro, sobre machismo, sobre a luta feminista, relatos de mulheres que já sofreram algum tipo de discriminação por conta do machismo, etc.

Vertentes, termos, posições, novos olhares, dados. A me questionar ainda mais.

Aprendi sobre o feminismo negro, sobre questões de silenciamento e opressão, sobre a prostituição e a indústria pornográfica

Como se desconstruir em pequenas ações que nos estão encrustadas

Muita coisa

Muitas coisas.

Acho que o feminismo nos colocou onde estamos hoje, empoderadas e prontas para o debate , porém acho que já podemos ir além e incluir outras pautas envolvam a solidão do POVO NEGRO como um todo

Sim, mas percebo que as pautas de destaque são sempre as mesmas

A divergência de movimentos

Praticamente tudo, em troca com outras meninas

Que é importante expor e instigar assuntos para que eles sejam debatidos.

Sobre algumas vertentes, materiais pra leitura

Nada, tudo que aprendi foi em minhas leituras pessoais, pelas redes só acompanho fluxo de informação

Muitas pautas, como violência obstétrica e transativismo.

Muitos termos e pude ler diversos blogs e textos, ainda que tenha discordância com muitos

Bastante coisa, mas principalmente as peculiaridades de cada vertente.

basicamente tudo: vertentes, conflitor e incoerencias, explanando posteriormente em rodas de conversa e vivencia fora internet.

Conheci novas vozes,principalmente negras

TUDO

Praticamente tudo o que sei. Como sou vista pela sociedade, sororidade...

Desconstrucoes sociais, o lado negativo da indústria pornográfica.

A não ser inimiga de outra mulher, inclusive eu e a atual do meu ex mantemos uma boa relação devido a isso. Que o feminismo é diferente de femismo. As varias vertentes.

Não seria capaz de descrever tamanho foi meu aprendizado, no último ano uma imensidão de assuntos, temas e declarações me atingiram mas em especial a questão da solidão da mulher negra.

Cultura do estupro, relacionamento abusivo, responsabilidade emocional, amor próprio, elas por elas, anticoncepcional e o mal que ele faz.

Que aprender é um processo lento e doloroso

Muita coisa! Detalhes que antes eu não percebia que era feminismo, aquele machismo enraizado

Praticamente tudo que aprendi inicialmente sobre o feminismo foi em grupos de discussões e páginas de mulheres, tanto em relação a termos e a questões/problemas que me afetavam e eu não compreendia muito bem a respeito ou a dimensão de como aquelas problemáticas me afetavam.

Não aprendi muita coisa. Procuro não segui, pois prefiro adquirir conhecimento na universidade.

Aprendi que a maioria das páginas feministas são tendenciosas, parciais e muitas vezes preconceituosas. Meus reais aprendizados sobre o movimento foram através de leitura de livros e busca por artigos científicos.

Muita coisa. Mas o mais importante é a mobilização e sensibilização por causas feministas que existem no mundo e que não conhecia.

Muita coisa básica que me motivou a buscar aprofundar o conhecimento

Não vi nenhuma palestra

Que o movimento é uma mentira.

Sim existe feminismo.

Porém os grupos feministas somente querem impor regras e não aceitam a verdadeira liberdade da mulher. São preconceituoso e em sua maioria intolerantes. Falam em reciprocidade sem realmente coloca lá em prática.

de noções básicas a criticas de uma vertente a outra

A luta histórica contra a misoginia.

Que as redes sociais virtuais podem se configurar também como redes de apoio fora da Internet. Não sigo páginas feministas mas acompanho ativamente muitos grupos.

Aprendo muito sobre feminismo negro.

Que existem pinhas diferentes, inclusive algumas que concordo e outras não... Há um mal uso do termo....

Ficar atenta ao sistema que oprime às mulheres.

As redes sociais ensinaram-me o verdadeiro significado de feminismo e da sua luta. Por exemplo, eu era contra o aborto até entender o movimento

A existência de feminismos, no plural, de pautas diversificadas, convite a outros olhares

Pouco, bem pouco. Muito de lado negativo e pouco positivo.

Direitos e coisas que ainda precisam ser mudadas

10 - O que você aprendeu sobre cultura do estupro nas redes sociais ?

76 respostas

É cruel e precisa ser combatida, o estupro não só do corpo da mulher mais de ideias, e de liberdade cotidiana, a cultura do estupro tem como justificativa culpar sempre a mulher

A naturalização do estupro como a mulher a culpada

Mais uma vez, tudo que sei. A cultura do estupro está enraizada na sociedade, e são pequenos atos que todos nós somos ensinados a aceitar como comuns e que incentivam para a normalização do estupro.

Eu tinha uma ideia da cultura ser bem machista mas acredito que pelas redes sociais entendi mais sobre a estrutura da cultura do estupro que antes não conseguia ver. Afinal as redes sociais fala de forma bem aberta situações que antes não prestava atenção e até achava que algumas atitudes nem acontecia mais, as redes sociais mostra que o mundo não funciona conforme a sua bolha.

Que esta em todo lugar e em todas as camadas sociais

Tudo.

Ela está enraizada na mente humana precisa desconstruir todos os conceitos de tudo principalmente o moralismo hipócrita religioso que apodrece o mundo dia a dia com essa cultura nojenta de estupro

A questão da diferença de idade. De como é implantando que é lindo o homem muito mais velho com uma jovem que mal saiu da pré adolescência.

Como a pornografia contribui para a cultura do estupro, objetificação do corpo feminino

Aprendi sobre o termo e suas implicações na hora de relatar um abuso ou mesmo definir a culpa de um homem em relação ao corpo/psicológico de uma mulher. Somos condicionados a achar que o abuso/estupro não devem nunca ter esse nome. Pode ser chamado de "suposto ataque" e a mulher que se vire com seu trauma, já que ninguém vai acreditar nela.

Que somos as maiores vítimas de estupro e a culpa nunca é da vítima. Que o estupro pode vir de forma violenta ou de forma sutil (o que não deixa de ser violência). Que machos humanos se acham no direito natural de explorarem nossas capacidades reprodutivas e de nos explorarem sexualmente como se devêssemos isso a eles.

Que o patriarcado não falha.

O quão danosa ela tem sido danosa na história para as mulheres e crianças também.

Li nas redes que tem relação com a ideia de que todo homem tem potencial pra ser um estuproador.

Eu descobri como é por lá, nunca tinha me atentado em como isso está tão irizado na nossa cultura e como é considerado normal

Que existe sim uma cultura de estupro

O desserviço da pornografia, adutilização infantil, subjugação das mulheres em campanhas, etc...

Tudo o que sei, a construção social sobre identidade de gênero, o patriarcado, como os homens não tem responsabilidade sobre seus atos - que são justificáveis ao ver deles pois as mulheres "provocam". Em como eles se acham no direito de fazer algo só porque são homens, e em como ficam "chateados" ao serem generalizados.

Todo o seu conceito e exemplos práticos. Hoje consigo reconhecê-la ao meu redor.

Que ainda está muito presente e longe de acabar

O que é, como combater etc.

Tudo o que eu sei, a ligação com a pornografia, a banalização de pequenos atos que remetem ao estupro, etc.

Que é real

Que ela existe

Aprendi que é uma cultura que não podemos fugir e vários aspectos estão relacionados direta e indiretamente com ela. Coisas cotidianas, principalmente costume das pessoas de lidar com o machismo contribuem pra essa cultura

Que é tratada como brincadeira e piada, mas q naturaliza violência e morte de mulheres.

Aprendi que somos sempre a culpadas pela violação do nosso corpo justamente pela cultura do estupro. Como se o homem pudesse estuprar a mulher apenas pq "ela não se cuidou" ou "ela estava vestida daquele jeito" e não HEY TÁ ERRADO ESTUPRAR EM QUALQUER SITUAÇÃO.

Que infelizmente a socialização não falha, para homens e mulheres

que é o termo utilizado para representar a cultura que vivemos onde estupros são não somente aceitos como até mesmo incentivados pelas nuances nos discursos e atitudes.

Que ela é perpetuada na sociedade principalmente através da mídia, seja através de músicas, propagandas e etc., de forma velada (e em muitos casos não) os comportamentos vão sendo reproduzidos, por fala e atos.

Que nem tudo que se entende por cultura é bom. A cultura do estupro está tão empregada no nosso meio social que as pessoas nem se dão conta. Elas romantizam casos, ignoram casos, exclui a mulher, culpabilizam a mulher.

Que há uma estrutura social que "inconscientemente" autoriza homens a tomarem nossos corpos à força, pois eles realmente acreditam que possuem o direito sobre nossos corpos.

Que todo homem é estupro em potencial, que não podemos confiar neles. Que a sociedade é essencialmente machista e tende a culpabilizar as vítimas em todos os casos de estupro

Que infelizmente reproduzimos todos os dias atitudes que enaltecem essa cultura, seja abusando da imagem do corpo da mulher, piadas, músicas, ideias que reproduzem essa atitude.

Que ela existe e precisamos lutar contra.

Aprendi que ela existe de verdade, eu por muito tempo pensava que era exagero até ver evidências reais que existe.

Que ela é banalizada

Que é algo cultural, e que não são casos praticados por pessoas, doentes/monstros, a nossa sociedade de alguma forma é permissiva para esses atos.

Muitas coisas.

Só deram um nome a algo que vivencio desde que nasci

Nada

A teoria e exemplos práticos da cultura.

Praticamente tudo

A não confiar nos homens. (Infelizmente)

A gente vê como acontece na prática, como existe mesmo, não só lendo o que outras feministas postam, mas principalmente o que homens postam

Muitas informações equivocadas, o olhar crítico não veio das redes sociais, mas do conhecimento mais aprofundado sobre o assunto

Basicamente tudo, mas principalmente os efeitos diretos e indiretos

Que o estupro e toda a violência sexual que afeta as mulheres independe do comportamento delas, e é estrutural nessa sociedade machista e capitalista que se apropria do corpo das mulheres

Que é uma construção coletiva e contínua que deve ser combatida a fim de diminuir/erradicar (sonho) a violência contra a mulher.

pouco, isso aprendi mais com voce mesmo.

A naturalização da violência sobre o corpo da mulher.

Leituras que me fizeram entender o que é

Aprendi que pequenos atos de machismo contribuem para a normatização de abusos, que conseqüentemente causam uma ausência de culpa nos abusadores/estupradores. E partindo dessa ideia de que o culpado pode não ser tão ruim assim, (ou que ele é um monstro, exceção na sociedade), a culpa recai sobre a mulher .

O mais interessante foram estudos realizados sobre a influência da indústria pornográfica. Uma mana me elucidou muito através de um post

Não aprendi, não adentrei no assunto. So entendi que é a cultura de normalizar casos. Como por exemplo por a culpa na roupa mulher. Ou de sexualizar corpos.

Que ela continua presente e forte na nossa sociedade.

As pessoas fazem de tudo p culpar o oprimido, não o opressor.

Que é mais uma das tristes realidades, talvez uma das mais cruéis

Aprendi que existe essa cultura por causa da objetivação da mulher e das adolescentes/crianças, que desde cedo são responsabilizadas por seu atos, enquanto homens são infantilizados, mesmo com uma idade avançada.

Que vivemos um paradigma social com discursos que legitimam a violação de corpos de mulheres o que cria uma atmosfera que naturaliza a objetificação e infelizmente práticas não consensuais que as envolvem.

Eu aprendi sobre o termo "cultura de estupro" através do Facebook, diante da polêmica do estupro coletivo de uma jovem. No entanto, eu já sabia que a cultura onde estou inserida naturaliza o estupro.

Que nossa sociedade educa os homens para verem tratarem as mulheres como objeto sexual

É algo estrutural e estruturante na sociedade. A partir das páginas pode se perceber que é nas representações que as pessoas tem sobre como deve ser o comportamento das mulheres é que a cultura do estupro se apoia. As páginas não cansam de apresentar prints de comentários das pessoas sobre algum caso de estupro ocorrido, e sempre são as mesmas questões: o que ela estava fazendo ali? O que vestia? Etc. As mesmas opiniões sobre o assunto não é uma coincidência mas sim apresenta o imaginário das pessoas sobre o assunto. São representações que evocam uma cultura de culpabilização da vítima. Isso é cultura do estupro. As fanpages feministas tratam disso muito bem quando fazem postagens com imagens que tratam disso.

Que vivemos em um mundo em que se construiu a noção de que o corpo feminino é passível de intervenções, dificultando o entendimento da autonomia feminina

Que é algo subentendido, onde a vítima é sempre a culpada, e que a sexualização das crianças é o começo dessa cultura.

Aprendi o quanto eu normalizava o assédio e diversos tipos de estupro, principalmente na pornografia

entendi do que se trata, sobre como elementos estruturais e enraizados em nossa educação são a base, revelam uma cultura de submissão e anulação da autonomia da mulher sobre o próprio corpo.

Está entranhada na nossa sociedade tanto como causa como quanto efeito.

Que o machismo cria um ambiente social fecundo para sempre culpar a vítima e livrar o agressor da culpa quando coloca nas mulheres toda a responsabilidade social "da conquista passiva". As mulheres não são, nessa construção social, vistas como um ser com protagonismo. Logo sua sexualidade fica completamente dependente de um homem. Se ela é vista como alguém sem vontades próprias não existe o negar. O homem, apenas quando convém, é colocado como um ser animal incapaz de controlar seus instintos de procriação.

Sou pesquisadora do tema. Tudo soma para a reflexão.

Que no fundo temos um machismo e cultura enraizados pela cultura que crescemos inseridos.

Que o sistema oprime as mulheres e homens também. As mulheres são oprimidas para serem submissas e os homens para não terem conexão com suas emoções. Oprime as crianças a ponto de serem educadas que podem ser tocadas contra à vontade. Acho que tudo isso alimenta essa cultura do estupro, do uso da força para se conseguir o que quer. Sabemos que estupro não se trata de sexo, mas de poder, de uso da força.

Tudo. Eu não estava ciente da cultura de estupro antes. Agora percebo toda a sua construção: a adultização das meninas, a infantilização dos homens, a normalização de comportamentos pedófilos, a culpabilização da vítima, a normalização da violação e da violência sexual contra mulheres

Que ela é fruto do patriarcado, estimulada pela mídia, presente em nosso cotidiano

Pouco, mas tenho o conhecimento de que a cultura de estupro cresce e se desenvolve a partir da maneira em que os pais ou responsáveis, talvez pessoas próximos reajam a este quesito. Como também, tenho

total consciência de que não são todos os homens que tiveram este aprendizado, logo tem pouca tendência a cometer, mas que o abuso sexual pode vir do agressor como doença psicopatológica.

Que está tão introduzido na sociedade que muitas pessoas não percebem, agem como se fosse natural e como se a culpa fosse da vítima, isso deve ser mudado!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#)

Google Formulários

